

Media & Jornalismo

N.º 39 VOL. 21, N.º 2 - 2021

INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA + ICMNOVA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Diário de Lisboa

Consolidada a vitória do Movimento Milit

170 PIDEs NAS CELAS DE

-cerca de 200 fugiram por

O JORNALISMO NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

JOURNALISM IN CONTEMPORARY HISTORY

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL: CARLA BAPTISTA E JORGE PEDRO SOUSA

(Página deixada propositadamente em branco)

Media&Jornalismo

O JORNALISMO NA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA **JOURNALISM IN CONTEMPORARY HISTORY**

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
CARLA BAPTISTA
JORGE PEDRO SOUSA

Nº 39, Vol. 21, Nº 2 – 2021

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

FICHA EDITORIAL

MEDIA&JORNALISMO

UMA REVISTA DO INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO DA NOVA – ICNOVA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

Morada | Address: Av.de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa - Portugal

Telefone | Phone: (+ 351) 217 908 303 - ext 40332

Email: icnova@fcs.unl.pt //

Web: icnova.fcs.unl.pt

N.º 39, VOL.º 21, N.º 2 – 2021

Título | Title:

O jornalismo na história contemporânea
Journalism in contemporary history

Diretora | Journal Editor:

Marisa Torres da Silva (Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal) mts@fcs.unl.pt

Diretoras adjuntas | Associate Editors:

Carla Baptista (Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal) carlamariabaptista@gmail.com

Filipa Subtil (Instituto Politécnico de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa. Escola Superior de Comunicação Social; Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal) fsubtil@escs.ipl.pt

Organização editorial | Editorial organization:

Carla Baptista (Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Instituto de Comunicação da NOVA. Portugal)

Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal)

Produção Editorial | Editorial Production:

Assistente Editorial | Editorial Assistant: Patrícia Contreiras (ICNOVA, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Edição Gráfica e Digital/Indexação | Graphic and Digital Edition/Indexation:

ICNOVA e Mickael Silva (Imprensa da Universidade de Coimbra)

Indexação e avaliação | Indexation and evaluation

SCOPUS | SciELO | ERIH PLUS | MIAR | DOAJ | EZB | Latindex

Imagem da capa | Cover image: Graffiti de Mariana Duarte Santos no Bairro 2 de Maio, em Lisboa.

Fotografia de Leonardo Negrão, gentilmente cedida pelo autor

Media e Jornalismo é editada semestralmente.

The journal Media e Jornalismo is published twice a year.

Editora | Publisher

Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

Morada | Address: Rua da Ilha, 1, 3000-214 Coimbra, Portugal

Telefone | Phone: (0351) 239 247 170 //

Email: imprensa@uc.pt //

Web: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Direitos de Autor (c) 2021 Media e Jornalismo |

Copyright (c) 2021 Media e Jornalismo



Este trabalho está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

ISSN:1645-5681 // **ISSN digital:** 2183-5462 //

DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_38

Depósito Legal | Legal deposit: 186314/02 //

Nº de Registo ERC | ERC Registration: Nº: 124296

URL: <https://impactum-journals.uc.pt/mj/index> e | and <http://www.icnova.fcs.unl.pt/revista-media-jornalismo/>

Email: icnova@fcs.unl.pt

patriciacontreiras@fcs.unl.pt

@2021 Imprensa da Universidade de Coimbra | Coimbra University Press

Todos os direitos reservados | All rights reserved

Esta publicação é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto com referência: UIDB/05021/2020.

This publication is funded by national funds through Fundação para a Ciência e a Tecnologia, within the scope of the project with reference UIDB/05021/2020.

REVISTA MEDIA & JORNALISMO

A *Media & Jornalismo* (1645 5681) é uma revista científica pioneira em Portugal na área dos estudos dos media e do jornalismo. O primeiro número foi lançado em 2002 pelo então CIMJ - Centro de Investigação Media & Jornalismo, afirmando-se "na diversidade dos temas dos seus artigos, metodologias e reflexões" e sendo "um espaço promotor de discussão qualificada, não só na comunidade académica, mas também entre todos os que se interessam pelos media e pelo jornalismo nas sociedades contemporâneas." A revista é atualmente publicada pelo ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA, que integrou o CIMJ. Continua com periodicidade semestral (Abril e Outubro de cada ano), estando indexada nas bases SCOPUS, na Scielo e na DOAJ, praticando um rigoroso sistema de arbitragem científica e disponibilizando todo o seu conteúdo de forma livre e gratuita.

A *Media & Jornalismo* publica investigação académica de topo e constitui um espaço de discussão qualificada para compreender as dinâmicas sociais e políticas ativas pelos media e pelo jornalismo na sociedade contemporânea. A reflexão produzida contribui para um conhecimento aprofundado e crítico das várias dimensões, temporalidades e impactos de fenómenos comunicacionais complexos. Procura combinar uma variedade de problemáticas e enfoques, da história à sociologia, do direito à economia, das práticas, tecnologias e os usos, e constituir um elemento de reflexão e debate na vasta comunidade interessada no âmbito específico dos media e do jornalismo.

Foco e Âmbito

A *Media & Jornalismo* aceita artigos originais, assentes em metodologias empíricas e qualitativas. Procuramos especialmente atrair investigação que contribua de forma decisiva e inovadora para desenvolver novos métodos de análise, aplicar modelos teóricos a investigações empíricas, discutir e aplicar conceitos heurísticos, identificar e analisar fenómenos emergentes no campo dos media, refletir criticamente sobre as dinâmicas comunicacionais e tecnológicas da sociedade contemporânea e lançar novas interpretações sobre a história dos media.

A revista aceita a submissão de artigos e resenhas de livros e entrevistas em todas as áreas das ciências da comunicação com particular destaque para os estudos dos media e do jornalismo. Os seguintes temas constituem questões centrais de reflexão da *Media & Jornalismo*: Jornalismo, sociedade e democracia; media e identidades sociais; história e transformações nos meios de comunicação social; ética da comunicação e deontologia do jornalismo; economia e política dos meios de comunicação social; modos e estratégias da comunicação política e estratégica; tecnologias de informação e inovação nos media e no jornalismo; novas formas mediáticas de comunicação; jornalistas como comunidade interpretativa; literacias digitais e transmediáticas; pluralismo mediático e práticas digitais.

MEDIA & JORNALISMO JOURNAL

Media & Journalism is a pioneering scientific journal in Portugal in the field of media studies and journalism. The first issue was published in 2002 by the then CIMJ - Centro de Investigação Media & Jornalismo// Center for Research Media & Journalism, tackling a "diversity of the themes of its articles, methodologies and reflections" and being "a space that promotes qualified discussion, not only in the academic community, but also among all those interested in the media and journalism in contemporary societies." The magazine is currently published by ICNOVA - NOVA Communication Institute, which has since merged with CIMJ. The journal is still published twice a year (April and October of each year), and is indexed in SCOPUS, Scielo and DOAJ databases, and it follows a rigorous scientific arbitration procedures. Moreover, all of its content is openly accessible and free of charge.

Media & Journalism publishes top academic research and is a space for qualified discussions aimed at elucidating the social and political dynamics prompted by media and journalism in contemporary society. The reflections contribute to a more profound and critical knowledge of the various factors, time periods and impacts of the complex phenomena of communication. It seeks to bring together a variety of issues and approaches, from history to sociology, from law to economics, from practices, to technologies and uses, and constitutes an element of reflection and debate within a vast community looking at the peculiarities of the fields of media and journalism.

Focus and Scope

Media & Journalism accepts original articles based on empirical and qualitative methodologies. We especially seek research that contributes decisively and innovatively to developing new methods of analysis, applying theoretical models of empirical investigation, discussing and applying heuristic concepts, identifying and analyzing emerging phenomena in the media field, while critically reflecting on the communicational and technological dynamics of contemporary society and launching new interpretations of media history.

Articles, book reviews and interviews from the full range of communication sciences are accepted for submission with particular emphasis on media studies and journalism. Issues of particular interest to *Media & Journalism* include: journalism, society and democracy; media and social identities; media history and transformation; communication and journalism ethics; media economics and politics; modes and strategies of political and strategic communication; information technologies and innovation in the media and journalism; new media forms of communication; journalists as an interpretive community; digital and transmedia literacy; and media pluralism and digital practice. The accepted articles constitute the central section of the magazine, with a topic that serves as the title to each issue. Co-editors can be chosen by invitation or via a periodic call system.

Diretora | Journal Editor

Marisa Torres da Silva | mts@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;
Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal

Diretoras Adjuntas | Associate Editors

Carla Baptista | carlamariabaptista@gmail.com
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;
Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal
Filipa Subtil | fsubtil@escs.ipl.pt
Instituto Politécnico de Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa, Escola Superior de Comunicação
Social; Instituto de Comunicação da NOVA, Portugal

Conselho Editorial | Associated Editors

Alberto Pena Rodriguez | alberto@uvigo.es
Universidade de Vigo, Espanha
Barbie Zelizer | bzelizer@asc.upenn.edu
Annenberg School of Communication, USA
Daniel Dayan | daniel.dayan@ehess.fr
Centre National de la Recherche Scientifique, France
Daniel Hallin | dhallin@ucsd.edu
University of California, USA
Eduardo Meditsch | emeditsch@uol.com.br
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elihu Katz | ekatz@asc.upenn.edu
University of Pennsylvania, USA
Jenny Kitzinger | KitzingerJ@cardiff.ac.uk
Brunel University, England/United Kingdom
Michael Schudson | ms3035@columbia.edu
University of California, USA
Peter Golding | arts-ccpr@glasgow.ac.uk
Loughborough University, England/United Kingdom
Serge Tisseron | serge.tisseron@gmail.com
Université de Paris VII, France
Teun van Dijk | vandijk@discourses.org
University van Amsterdam, Netherlands
Thomas Patterson thomas_patterson@Harvard.Edu
University of Harvard, USA

Comissão de Redação | Editorial Commission

Ana Cabrera | cabrera.anacabrera@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa, IHC, Portugal
Ana Jorge | ana.jorge@ulusofona.pt
Universidade Católica Portuguesa, Portugal
Anabela Sousa Lopes | lopes.anabela@netc.pt
Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Portugal
António Granado | agranado@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal
Carla Baptista | carlamariabaptista@gmail.com
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Carla Martins | carla.martins@erc.pt
Universidade Lusófona, Portugal
Carlos Camponez | carlos.camponez@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal Isabel Ferin | barone.ferin@gmail.com
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal Fernando Correia | fernando.antonio.correia@gmail.com
Universidade Lusófona, Portugal
João Carlos Correia | jcorreia@ubi.pt
Universidade da Beira Interior, Portugal
João Pissarra Esteves | jj.esteves@fch.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal
Jorge Pedro Sousa | jorgepedrosousa@gmail.com
Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Portugal
Lídia Marôpo | lidiamaropo@gmail.com
Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Maria João Silveirinha | mjsilveirinha@gmail.com
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal
Hélder Bastos bastos.helder@gmail.com
Universidade do Porto. Faculdade de Letras, Portugal
Maria José Brites | britesmariajose@gmail.com
Universidade Lusófona do Porto, Portugal
Rita Figueiras | ritafigueiras@fch.lisboa.ucp.pt
Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Portugal
Rogério Santos | rogerio.santos@netcabo.pt
Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Portugal

Coordenação da Edição Online | Coordination of the Online Edition

Patrícia Contreiras | patriciacontreiras@fch.unl.pt
Instituto de Comunicação da Nova, Portugal

Arbitragem Científica deste Número | Scientific Review of This Number

Adriano Gomes | adrianoufrn@gmail.com
Universidade de São Paulo, Brasil
Ana Teresa Peixinho | ana.cristo@fl.uc.pt
Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, Portugal
António Granado
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Portugal
Carla Baptista | carlamariabaptista@gmail.com
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Portugal
Carla Cerqueira | carlaprec3@gmail.com
Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Portugal
Carla Martins | carla.martins@erc.pt
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal
Carlos Camponez | c.camponez@sapo.pt
Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, Portugal
Cláudia Pernencar | claudiapernencar@fch.unl.pt
Instituto Politécnico de Leiria.
Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha, Portugal
Cristine Gerk | crisgerk@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Dora Santos Silva | dorasantosilva@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Portugal

Fabrizio Macagno | fabrizio.macagno@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Portugal

Francisco Rui Cádima | frcadima@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Inácia Rezola | irezola@escs.ipl.pt
Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Portugal

Inês Amaral | ines.amaral@uc.pt
Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras, Portugal

Ivone Ferreira | ivoneferreira@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Jacinto Godinho | jacintog@hotmail.com
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

João Fernando Ferreira Gonçalves | ferreiragoncalves@eshcc.eur.nl
School of History, Culture and Communication

Jorge Pedro Sousa | jpsousa@ufp.edu.pt
Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Portugal

Luís Mendonça | luis.mendonca_@hotmail.com
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Portugal

Marisa Torres da Silva | marisatorresilva@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Pedro Coelho | pedrocoelho@fcsh.unl.pt
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Portugal

Rubén Ramos Antón | Ruben.Ramos@uclm.es
Universidade de Zaragoza, Espanha

Rui Bebiano | ruibebiano@gmail.com
Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Sociais, Portugal

Índice/Index

Apresentação. O jornalismo na história contemporânea

Carla Baptista e Jorge Pedro Sousa 9

Artigos | Articles

Reivindicações dos profissionais da informação:

Uma leitura das conclusões dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses

Demands of news professionals:

Analysis of the conclusions of the four Congresses of Portuguese Journalists

João Miranda..... 15

Artur Portela (Filho) e as marcas de uma irreverência única no *Jornal Novo* e na *Opção*

Artur Portela (Filho) and the marks of a unique brand of irreverence in *Jornal Novo* and *Opção*

Carla Rodrigues Cardoso e Pedro Marques Gomes..... 37

Covid-19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo?

Covid-19: A pandemic that reconfigures journalism?

Felisbela Lopes, Clara Almeida Santos, Ana Teresa Peixinho, Olga Estrela Magalhães e Rita Araújo..... 57

Almanaque (1959–1961): Entre a sátira e a crítica social no Portugal de Salazar

Almanaque (1959-1961): Between satire and social criticism in Salazar's Portugal

José Guilherme Victorino 77

Mundo do jornalismo e história do tempo presente:

Um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil

The world of journalism and the history of the present time:

A perspective on the journalism in the 1980s in Brazil

Marialva Barbosa 101

Uma história feita a *manu militari*? A Sociedade Interamericana de Imprensa, a Guerra Psicológica, o Ciespal e a Área Acadêmica na América Latina

A history made by *manu militari*? The Inter-American Press Society, the Psychological War, the Ciespal and the Academic Field in Latin America

Eduardo Meditsch 117

Infografia digital: O género jornalístico que emergiu do trauma para prenunciar o rumo de uma nova cultura visual mediática

Digital infographics: The journalistic genre that emerged from trauma to foreshadow the course of a new visual culture for the media

Assunção Gonçalves Duarte 135

O acesso aos jornais históricos:	
Considerações sobre o desenvolvimento de coleções digitalizadas	
Access to historical newspapers:	
Considerations on the development of digitised collections	
<i>Olívia Pestana</i>	161
Leituras do jornalismo impresso no romance <i>Ano da Morte de Ricardo Reis</i> de José Saramago	
Readings of print journalism in the novel <i>The Year of the Death of Ricardo Reis</i> by José Saramago	
<i>José Cândido Oliveira Martins</i>	175
Jornalismo e memórias em 360°. O caso do <i>The Daily 360: Genocide Legacy</i>	
Journalism and memories in 360°. The case of <i>The Daily 360: Genocide Legacy</i>	
<i>Isabella Gonçalves e Carla Procópio</i>	189
Diálogos Possíveis com Clarice Lispector:	
Um olhar inclusivo da historiografia ao jornalismo brasileiro	
Possible dialogues with Clarice Lispector:	
An inclusive look from historiography to Brazilian journalism	
<i>Paula Melani Rocha e Muriel Emídio Pessoa do Amaral</i>	207
Varia	
Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade em Portugal	
Media narratives about intimate partner femicide in Portugal	
<i>Ariana Pinto Correia e Sofia Neves</i>	229

Apresentação

O jornalismo na história contemporânea

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_0

Carla Baptista

Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

carla.baptista@fcsh.unl.pt

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa. Instituto de Comunicação da NOVA – ICNOVA

jpedrosousa@ufp.edu.pt

A história do jornalismo tem “paradoxos”, como escreveu Martin Conboy (2010). Talvez até mais do que os cinco apontados pelo professor emérito da Universidade de Sheffield, na tentativa de “extirpar” a história do jornalismo da história mais geral dos *media*. Essa tarefa exige um esforço contínuo para situar historicamente as práticas jornalísticas, conceptualizar os seus discursos e, acolhendo a sua diversidade cultural, encetar o recorte teórico que sinalize a distinção do jornalismo. O jornalismo é uma miscelânea de práticas muitas vezes dissonantes com as visões e os ideais que sustentam o seu imaginário. Essa distância é a principal causa da ansiedade com que vivemos o estado do jornalismo no presente e projetamos o seu futuro. *O jornalismo que temos não pode ser igual ao jornalismo que imaginamos?* pergunta ironicamente Barbie Zelizer (2009). A história do jornalismo oferece o olhar compreensivo que, não resolvendo a indecisão do futuro, permite compreender muitas das tensões que atravessam o nosso mundo hipermediatizado.

John Nerone (2005) visualiza a disciplina histórica como a dupla face do deus romano Janus, uma olhando para o passado, a outra contemplando o futuro. A história do jornalismo não se confunde com “as histórias do jornalismo”, relatos memorialísticos de pessoas envolvidas com a profissão que deixaram vestígios preciosos sobre os modos de fazer e pensar o jornalismo. Mas um campo disciplinar só pode emergir a partir da articulação sistémica de múltiplas dimensões: as tecnologias, a cultura das notícias, as técnicas de regulação, a teia de relações complexas que ligam o jornalismo e os jornalistas aos seus públicos, às elites, aos sistemas políticos e económicos. A história do jornalismo não pode deixar cair nenhum destes fios, e tem crescido no alargar progressivo dos seus objetos de estudo, abarcando até o estudo do antijornalismo, designadamente os modos de produção e disseminação de informação falsa, violentamente afastada do património de valores éticos e cívicos que estruturam historicamente a centralidade social do jornalismo. É um projeto grandioso, que procura abarcar o jornalismo enquanto campo de mediação sensível que constrói relações relevantes com a totalidade do universo social. Mas também é um projeto sensato, que inclui o parcelar e o micro, desde que encetados enquanto contributos situados dentro de uma problemática histórica mais transcendente.

Neste número da revista *Media & Jornalismo* acolhemos um conjunto de autores conscientes destas meta-dimensões da história do jornalismo. Nem tudo precisa de ser dito. Mas tudo precisa de estar previsto. São leituras que enriquecem uma visão do jornalismo e dos jornalistas, ou que permitem olhar para parcelas da realidade (a literatura, a política, a história da comunicação, por exemplo), destacando as profícuas relações mantidas com o jornalismo. O artigo de João Miranda leva-nos numa viagem que atravessa quatro décadas de lutas e reivindicações dos profissionais de informação portugueses, tal como foram discutidas nos congressos de jornalistas (1982, 1986, 1998 e 2017). Por aqui vemos o regresso do “eterno retorno” das lamentações dos jornalistas, herdeiros e continuadores de uma profissão sempre em crise, mas também o emergir de novas temáticas que passam a integrar o conjunto de discursos sócio-laborais: questões éticas, técnicas e políticas que testemunham a maioridade do jornalismo. Carla Cardoso e Pedro Marques Gomes trazem-nos a memória de um nome grande do jornalismo português, Artur Portela Filho, recordado enquanto fundador e mentor de um projeto singular, a revista *Opção* (1976–78), a primeira revista de informação semanal a nascer depois da queda do Estado Novo. Cheia de imperfeições, mas também de inovações, deixa-nos uma reflexão sobre o papel do jornalismo em períodos de transição política.

Felisbela Lopes, Clara Almeida Santos, Ana Teresa Peixinho, Olga Estrela Magalhães e Rita Araújo refletem sobre o papel do jornalismo na estruturação da perceção pública de riscos durante a pandemia de Covid-19, entre março de 2020 e fevereiro de 2021. As conclusões são baseadas num inquérito a jornalistas, cujos resultados foram combinados com uma extensa análise de conteúdo à imprensa durante o período da análise. Trata-se de um trabalho robusto do ponto de vista metodológico, que abre novos debates sobre o lugar do jornalismo enquanto instrumento primordial de comunicação de saúde. José Guilherme Victorino traz-nos a evocação de um “breve fenómeno de rebeldia perante o salazarismo”, a revista *Almanaque* (1959–61). Foi breve, porém cheio de estilo, esse espaço de irreverência e humor que atraiu a nata dos intelectuais portugueses da oposição: Cardoso Pires, Sttau Monteiro, Augusto Abelaira, Alexandre O’Neill, Vasco Pulido Valente, José Cutileiro e outros. O programa, como escreveu a jornalista Joana Stichini Vilela num texto comemorativo dos 60 anos da fundação da *Almanaque*¹, era simples: não respeitar ninguém.

Do Brasil, e pela mão de dois conceituados professores de jornalismo e especialistas em história dos *media*, Marialva Barbosa e Eduardo Medistch, chegamos dois artigos fundamentais para um voo picado sobre o jornalismo brasileiro e a história da comunicação na América Latina. A professora da Universidade Federal de São Paulo articula com grande densidade a história do jornalismo no Brasil durante a década de 80 do século XX e a história do tempo presente, e o professor da Universidade Federal de Santa Catarina (hoje pesquisador permanente) escreve sobre as ligações (forçadas e instrumentais) entre a história da comunicação e a comunicação política. A institucionalização do campo das ciências da comunicação

¹ *Expresso*, 9 novembro 2019. Ver em <https://expresso.pt/cultura/2019-11-09-Almanaque-a-revista-no-limite-da-contestacao-a-Salazar>

só pode compreender-se plenamente através do desvelar de processos sociais e discursivos que ocultam até hoje a sua natureza construída, ao serviço de governos e projetos persuasivos em larga escala.

Assunção Gonçalves Duarte traz um contributo para a história da infografia digital a partir do seu momento inaugural — os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque. Foi breve, mas intensa e grandiosa, essa explosão gráfica digital que abriu novos horizontes de leitura e fruição, mesmo se hoje parecem enfraquecidos na maioria dos jornais, fruto do empobrecimento de recursos que afeta a maioria das redações. Olívia Pestana inaugura nesta revista uma reflexão importante sobre os modos de pesquisa em coleções de imprensa digitalizadas, com implicações nas temáticas, formas de colaboração e resultados obtidos pelos pesquisadores. Cândido Oliveira Martins olha para o jornalismo como fonte de inspiração e memória para a (grande) literatura, neste caso o romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, de José Saramago. Com a trama romanescas situada em 1936, no contexto de ascensão do Estado Novo, o escritor recorreu a inúmeras fontes de imprensa para construir o seu retrato de época, embora no estilo críptico e não realista que caracteriza a brilhante ficção saramaguiana.

Isabella Gonçalves e Carla Procópio trazem-nos uma reflexão sobre o potencial do jornalismo imersivo na produção/exploração de memória traumática a partir da análise de um estudo de caso: as quatro reportagens 360.º publicadas pelo *New York Times* em 2017. Paula Melani Rocha e Muriel Emídio Pessoa do Amaral evocam o legado jornalístico da grande escritora Clarice Lispector que durante 40 anos, embora descontínuos, colaborou em inúmeros jornais brasileiros, procurando resgatar um olhar feminista sobre a história do jornalismo. Finalmente, Ariana Pinto Correia e Sofia Neves escrevem um artigo para a secção *Varia*, ou seja, fora do âmbito do dossier temático, que analisa as narrativas mediáticas sobre o femicídio, a partir da comparação da cobertura do jornal *Correio da Manhã* e jornal *Público*, entre 2000 e 2007. São, sem dúvida, contributos que vão enriquecer o conhecimento sobre os mundos do jornalismo e da sua história. Obrigada aos autores e aos revisores que conosco colaboraram, e desejamos aos nossos leitores, excelentes leituras.

Referências bibliográficas

- Conboy, M. (2010). The Paradoxes of Journalism History. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, 30(3), 411-420. <https://doi.org/10.1080/01439685.2010.505040>
- Nerone, J. (2005). The future of communication history. *Critical Studies in Media Communication*, 23(3), 254-262. <https://doi.org/10.1080/07393180600801856>
- Zelizer, B. (Ed.). (2009). *The Changing Faces of Journalism: tabloidization, technology and Truthiness*. Routledge.

Notas biográficas

Carla Baptista é Professora associada no Departamento de Ciência da Comunicação da NOVA FCSH e investigadora no ICNOVA. É também jornalista freelancer e argumentista de ci-

nema e televisão. Os seus interesses de investigação principais são a história dos *media* e do jornalismo, *media* e política, *media* e cultura e *media* e género.

ORCID ID: 0000-0002-8188-3567

Ciência Vitae: FF1B-13F5-CE58

Scopus Author ID: 57189266192

Morada Institucional: Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal

Jorge Pedro Sousa (Porto, Portugal, 1967) é professor catedrático de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade Fernando Pessoa (Porto, Portugal) e investigador integrado do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA. Investiga e tem publicado recentemente no campo da história do jornalismo em Portugal e da análise histórica do discurso jornalístico.

ORCID ID: 0000-0003-0814-6779

Ciência Vitae: 4110-C40A-9ACF

Morada Institucional: Universidade Fernando Pessoa.

Praça 9 de Abril, 349, 4249-004 Porto

ICNOVA. Av. de Berna, 26 C, 1069-061 Lisboa, Portugal

How to cite:

Baptista, C., & Sousa, J.P.(Eds.).(2021).Apresentação.O jornalismo na história contemporânea *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 9–12. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_0

Artigos | Articles

(Página deixada propositadamente em branco)

Reivindicações dos profissionais da informação: Uma leitura das conclusões dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses

Demands of news professionals: Analysis of the conclusions of the four Congresses of Portuguese Journalists

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_1

João Miranda

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20

jmiranda@uc.pt

Resumo

Os traços particulares do processo de profissionalização dos jornalistas colocam-nos perante desafios específicos, mas também perante modos singulares de confrontação desses problemas. Nas últimas quatro décadas, os jornalistas portugueses têm-se debatido com dilemas circunstanciais e sistémicos, que atravessam diferentes domínios da atividade. A partir da análise do conteúdo das resoluções finais, moções e relatórios-síntese dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses (1982, 1986, 1998 e 2017), este estudo procura mapear as principais temáticas das reivindicações dos profissionais portugueses. Os resultados indiciam uma heterogeneidade nos assuntos que constituem as bandeiras de luta destes profissionais, envolvendo, nomeadamente, questões laborais, organização e controlo da profissão, ou a regulação da qualidade da informação.

Palavras-chave

jornalistas; Congresso dos Jornalistas Portugueses; profissão; profissionalização; reivindicações

Abstract

The particular features of journalists' professionalization pose specific challenges, but also singular ways of confronting these problems. Over the past four decades, Portuguese journalists have struggled with circumstantial and systemic dilemmas, which cross different areas of the professional activity. Based on an analysis of the content of the final resolutions, motions, and reports of the four Congresses of Portuguese Journalists (1982, 1986, 1998 and 2017), this study aims to map the main themes of the demands of Portuguese professionals. Findings suggest heterogeneity in the issues that constitute the claims of

these professionals, which comprehend different dimensions, such as labor concerns, organization and control of the profession, or the regulation of the quality of news information.

Keywords

journalists; Congress of Portuguese Journalists; profession; professionalization; demands

A dificuldade que diferentes estudos centrados nos elementos socioprofissionais do jornalismo revelam em equipará-lo a outras profissões modelares (Waisbord, 2013) — como a medicina ou a advocacia — é sintomática das especificidades do seu *ethos*, mas deixa também transparecer o quadro de ambiguidades e de tensões que marca o processo de consolidação da identidade coletiva dos jornalistas. A par de perspectivas que relevam a incapacidade, ou mesmo a impossibilidade, de o jornalismo satisfazer os traços que tradicionalmente definem as profissões liberais (Tumber & Prentoulis, 2005; Tunstall, 1971; Witschge & Nyrgen, 2009), visões mais focadas na dimensão histórica ou cultural da profissionalização da produção noticiosa tendem a sublinhar, desde logo, a eclosão tardia deste processo (Banning, 1999; Moore, 2019), ou as indefinições e conflitos que o caracterizam (Chalaby, 2003; Neveu, 2005). Este segundo âmbito não poderá ser desligado do paradoxo matricial que resulta da industrialização da imprensa e da integração dos jornalistas enquanto trabalhadores assalariados, dando origem a um conflito entre a representação subjetiva dos jornalistas relativamente à sua atividade e as condições objetivas do seu trabalho (Høyer & Lauk, 2016). Um reflexo desta “contradição do profissional proletário” — recuperando o conceito de Kaul (1986, p. 49) — é patente numa reorganização das relações de classe no jornalismo e numa transição gradual dos jornalistas de um modelo associativo para um paradigma sindical, tendo em perspectiva combater a proletarização da atividade e articular modos de representação e de defesa coletiva dos direitos laborais (Le Cam, 2020). Neste âmbito, e, não obstante, diferentes experiências geográficas, os sindicatos acabaram por assumir um papel central na definição das estratégias de profissionalização dos jornalistas. Com efeito, para lá da representação e ação no domínio laboral, em diferentes países, estas estruturas tomaram nas suas mãos os esforços de estabelecimento das fundações e das fronteiras da profissão, definindo as normas ético-deontológicas da atividade, criando mecanismos de regulação do cumprimento dessas normas ou, até mesmo, arrogando competências formais na organização e controlo dos modos de acesso e de exercício da profissão (Bekken, 2019; Örnebring, 2019). No contexto português, o peso dominante do sindicato na delimitação das condições simbólicas e materiais da atividade é também devedor do modelo corporativista que atravessou o período ditatorial, atribuindo ao então Sindicato Nacional de Jornalistas o monopólio da representação profissional e da regulação do acesso à atividade (Sobreira, 2003; Veríssimo, 2003).

A partir da análise do caso francês do *Syndicat National des Journalistes*, conclui Camille Dupuy (2016) que as ambivalências intrínsecas à profissão e ao processo de profissionalização do jornalismo, por um lado, e o contexto particular da consolidação da sua organização profissional, por outro, reificaram um modelo sindical distinto da

generalidade das atividades. Entre as condicionantes desta singularidade está a captura de um conjunto amplo de exigências de âmbito socioprofissional, contribuindo para um quadro reivindicativo heterogêneo, que extravasa a dimensão laboral e que evidencia bandeiras de luta, nomeadamente, nos domínios da regulação do exercício profissional, da qualidade da informação ou da liberdade de expressão (Dupuy, 2016; Le Cam, 2020). Como o demonstra, a título de exemplo, o conjunto de prioridades e preocupações da Federação Internacional de Jornalistas — que congrega organizações sindicais de todo o mundo —, esta profusão de reivindicações não é um fenómeno restrito ao movimento sindical francês (Bekken, 2019; IFJ, s.d.). Aliás, a leitura transversal das conclusões dos principais encontros internacionais de jornalistas permite também identificar esta profusão e imbricação de preocupações e bandeiras de luta (Nordenstreng et al., 2016).

Com base na análise do conteúdo das resoluções, moções e relatórios finais dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses (1982, 1986, 1998 e 2017), este estudo assume como objetivo principal mapear as reivindicações dos profissionais portugueses ao longo das últimas quatro décadas. Considerando que esta constitui, ainda, uma área pouco explorada no âmbito dos estudos sobre jornalismo e sobre jornalistas (Le Cam, 2020), esta investigação funda-se na conceção de que a identificação das temáticas que mobilizam os jornalistas, poderá contribuir para uma caracterização mais aprofundada da identidade coletiva destes profissionais.

Desafios do jornalismo português

A frequência com que na literatura emergem referências à “crise do jornalismo” (Alexander et al., 2016) indicia a série de impasses e de adversidades que confrontam a atividade informativa no contexto contemporâneo. Problemas esses que estão longe de se cingir a um esgotamento dos modelos tradicionais de negócio (Villi & Picard, 2019), mas que envolvem igualmente a fragilização das condições laborais e profissionais dos seus praticantes (Cohen, 2015; Reinardy, 2016), ou a erosão do lugar e do papel histórico do jornalismo nas sociedades democráticas (Pickard, 2019). Sobre o contexto português, a literatura compreende já um conjunto considerável de referências que nos ajudam a mapear os desafios e dilemas enfrentados pelos jornalistas ao longo das últimas quatro décadas. A título de exemplo, contributos como os de Garcia & Paquete de Oliveira (1994), Garcia (2009a), Rebelo (2011; 2014), Crespo et al. (2017), Matos et al. (2017), Miranda & Gama (2019) ou Camponez et al. (2020) colaboram num retrato mais aprofundado da recomposição sociográfica da profissão ao longo deste período, assim como na caracterização das condições da incorporação destes jornalistas na atividade. Por seu lado, trabalhos como, por exemplo, os de Traquina (2004), Fidalgo (2008; 2009), Camponez (2011), Miranda (2018) ou Quintanilha (2019) contribuem para uma melhor interpretação dos problemas que circunscrevem a definição da identidade profissional dos jornalistas portugueses, as suas estratégias de organização e de controlo da profissão, ou o seu papel na regulação da qualidade da informação.

Uma dimensão emblemática da conjuntura turbulenta do jornalismo português concerne o seu quadro sociolaboral. Conquanto as respostas ao I e ao II Inquérito

aos Jornalistas Portugueses (Garcia, 1997; Garcia & Castro, 1993) indiciem já situações de volubilidade dos vínculos contratuais, os resultados de estudos mais recentes (Camponez, et al., 2020; Crespo et al., 2017; Garcia et al., 2014; Miranda & Gama, 2019) sugerem um alargamento da desestabilização das relações laborais. Para este paradigma, concorre, em grande medida, uma densificação do recurso a lógicas irregulares de prestação de serviços, englobando, nomeadamente, situações de “falso *freelancing*” (Bibby, 2014; Camponez et al., 2020). Subjacente a este fenómeno pode também situar-se um relativo descontrolo dos processos de acesso à atividade, associado a uma proliferação de cursos superiores de jornalismo e de comunicação social (Pinto, 2004), resultando, por um lado, num amplo “exército industrial de reserva” qualificado e, por outro, na oportunidade do recurso a estágios não remunerados (Graça, 2009). Não obstante a polarização ou fragmentação das condições de inserção dos jornalistas na atividade (Miranda & Gama, 2019), outro elemento intrínseco a este paradigma diz respeito ao declínio do nível remuneratório relativo dos profissionais da informação (Miranda, 2018).

Não eximindo as responsabilidades específicas das empresas de *media* na geração deste cenário, este não pode ser também desligado dos impactos da reconfiguração da economia global e, sobretudo, de um quadro de profundas disrupções e transformações do ecossistema mediático (Mateo et al., 2010; Quintanilha et al. 2020), os quais tendem a acentuar a incerteza relativamente à sustentabilidade e futuro da atividade, favorecendo a indeterminação e a insegurança entre os próprios profissionais (Franklin, 2017; Quintanilha, 2019). Este contexto participa num movimento de contração do corpo profissional, alicerçado na estagnação, ou mesmo retração, do mercado de emprego, em situações de despedimento ou num crescente abandono (Baptista, 2012; Bastos, 2014; Matos, 2020). Este decréscimo assume particular expressão, quando se verifica que deixou de ser exclusivo dos setores mais envelhecidos, para incluir também as franjas mais jovens da profissão (Rebelo, 2011), o que, em última análise, poderá abrandar, ou mesmo inverter, o conjunto de tendências que marcaram o processo de recomposição das redações portuguesas no período pós-transição democrática: crescimento do número de jornalistas, rejuvenescimento profissional, feminização e aumento da formação (Garcia, 2009b).

A situação de vulnerabilidade do jornalismo português não pode ser igualmente dissociada da erosão do papel do Sindicato dos Jornalistas (SJ) enquanto elemento agregador da classe — resultado não apenas da diminuição do número de associados, mas também da divergência, que atravessa os anos 80 e 90, relativamente ao modelo de controlo profissional. Como sugere Garcia (2009b), várias fragilidades que balizaram a profissionalização do jornalismo português, no último quarto do século XX, são herdeiras do modelo de organização profissional do período ditatorial. Com efeito, a manutenção de responsabilidades formais na organização da profissão (como a emissão de títulos profissionais) na alçada do SJ, após o 25 de Abril, viria a constituir uma fonte de tensão entre os jornalistas — nomeadamente, entre os defensores e os opositores da criação da ordem profissional —, que culminou na declaração de inconstitucionalidade do modelo então vigente e na criação da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ). A densificação das competências — por exemplo, em matérias de ética-profissional — deste último organismo, subjacente ao que Camponez (2011) define como uma “juridificação” progressiva da deontologia,

abriria uma nova linha de luta entre os jornalistas, contestando a sua existência ou a sua estrutura orgânica (Sousa, 2016).

Por seu lado, também as modificações que, ao longo destes anos, se operaram no edifício regulatório dos *media* portugueses indiciam um conjunto de adversidades colocadas à consolidação do domínio profissional dos jornalistas. De resto, as reações motivadas pela extinção do Conselho de Imprensa (CI) para dar lugar à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) e, mais tarde, a substituição desta pela Entidade Reguladora da Comunicação Social prognosticam movimentos de esvaziamento da representação profissional na regulação da informação, assim como de captura estatal e política de competências e do âmbito da intervenção da autorregulação. Este paradigma não pode, contudo, ser separado da incapacidade de o setor — e os profissionais — concretizar efetivos espaços de autorregulação (Serrano, 2010), não obstante, linhas de permanente valorização dos mecanismos de responsabilização da informação.

Os Congressos dos Jornalistas Portugueses

Conquanto as suas teses e conclusões sejam fonte de vários estudos sobre o jornalismo em Portugal, ainda está por se fazer uma historiografia dos Congressos dos Jornalistas Portugueses (CJP).

Subordinado ao tema “Liberdade de expressão, expressão da Liberdade”, o primeiro destes encontros teve lugar em Lisboa, entre os dias 19 e 22 de janeiro de 1982. Então, o regulamento do congresso definia-o como uma “iniciativa do Sindicato dos Jornalistas” com o objetivo de “congregar todos os elementos da classe, sindicalizados ou não, numa discussão alargada dos principais problemas que se deparam ao exercício da profissão” (1CJP, 1982). Não obstante, o patrocínio da organização sindical, a sua organização caberia a uma comissão com “autonomia total” do SJ. Esta desvinculação era reafirmada num outro ponto do regulamento: “O ICJP não tem carácter sindical, embora tal não constitua limitação dos temas a abordar”. As teses apresentadas ao congresso seriam divididas em quatro grandes secções: “Questões gerais sobre o direito à informação e liberdade de informar”; “Exercício do jornalismo em Portugal”; “Questões socioprofissionais”; e “Formas específicas de jornalismo”.

Quatro anos depois (entre 12 e 15 de novembro), e também em Lisboa, o II Congresso dos Jornalistas Portugueses (2CJP) assumiu como tema central a “Deontologia”, ainda que o seu regulamento previsse estar “aberto à apreciação de outras questões que se prendem com o exercício da profissão” (2CJP, 1986). A separação entre a atividade do congresso e o SJ é aprofundada no regulamento deste encontro, quando refere não visar “assumir um carácter sindical nem [se] substituir às atuais formas de organização e decisão dos jornalistas neste campo”. Ao contrário dos restantes encontros, as secções das teses apresentadas ao 2CJP denotam a centralidade das preocupações com a ética profissional: “Deontologia: Abordagem genérica do problema”; “Deontologia: Modos de exercício da profissão e práticas profissionais”; “Deontologia: Incompatibilidades e Código Deontológico”; “Correspondentes portugueses no estrangeiro”; “Ensino do jornalismo, acesso à profissão e formação profissional”; ou “Audiovisuais”.

Em termos similares aos documentos anteriores, a autonomia do encontro voltaria a ser sublinhada no regulamento do congresso de 1998, o qual teve lugar em Lisboa — entre 26 de fevereiro e 1 de março (3CJP, 1998). A amplitude do tema central do congresso — “O que é ser jornalista, hoje” — reflete-se na diversidade das secções que compreendem as teses do encontro: “Questões técnico-profissionais”; “Ética e deontologia”; “Autonomia, identidades e práticas jornalísticas”; ou “Enquadramento legal e laboral”.

Após um hiato de 19 anos, o 4CJP — que teve lugar em Lisboa, entre 12 e 15 janeiro —, foi promovido por três entidades distintas: SJ, Clube dos Jornalistas e Casa da Imprensa.

Subordinado ao tema “Afirmar o jornalismo”, o encontro compreendeu sete sessões principais: “O estado do jornalismo”; “Ensino, acesso à profissão e formação profissional”; “Regulação, ética e deontologia”; “Condições de trabalho dos jornalistas”; “A viabilidade económica e os desafios do jornalismo”; “O jornalismo de proximidade e a profissão fora dos grandes centros”; e “Afirmar o jornalismo: Independência e credibilidade” (4CJP, 2018).

Muito embora cada CJP tenha os seus momentos ou iniciativas específicas (como debates, exposições ou concertos), o modelo nuclear da organização é relativamente transversal aos quatro encontros. A participação é aberta a jornalistas, convidados, titulares de cartão de equiparado, estudantes, professores e académicos. No entanto, apenas detentores de carteira profissional e de título provisório têm pleno direito a apresentar comunicações, intervir nos debates, submeter moções e votar. Paralelamente à resolução final (e eventuais propostas de alteração), também as moções apresentadas são objeto de votação pelos congressistas. As decisões, comunicações e outros documentos são reunidos nos respetivos livros de atas dos encontros.

O número de referências aos CJP no âmbito dos estudos do jornalismo, assim como a sua menção em documentos e publicações de âmbito profissional, refletem a relevância que estes momentos de discussão coletiva assumem — os quais, como sublinha Fernandes (2013), estão longe de se esgotar nos dias do encontro. No entanto, importará observar que estes espaços são circunscritos a uma franja do universo profissional. Como exemplo, de acordo com os dados da organização do último encontro (Ferreira, 2017), entre as cerca de 800 pessoas que participaram na iniciativa, 496 eram jornalistas. Por outro lado, e como o indiciam diferentes comunicações ao 4CJP, as decisões emanadas dos encontros nem sempre acabam por se materializar.

Metodologia

Não obstante, o domínio dos estudos sobre jornalismo em Portugal compreenda já um amplo e diversificado conjunto de investigações sobre a história da sua profissionalização, evidencia-se uma lacuna no conhecimento mais sistematizado sobre as linhas de exigência da classe. Esta investigação visou colmatar esse vazio, através de uma análise e caracterização mais aprofundada das reivindicações expostas nos CJP.

Como se refere previamente, todos os congressos deram origem a livros de teses e conclusões. Ainda que com diferentes designações e com extensões distintas, as

quatro obras incluem secções específicas referentes às conclusões ou resoluções finais dos encontros, moções ou propostas apresentadas aos congressos, e as sínteses ou relatórios das discussões. Estes documentos foram classificados de acordo com três categorias: “Resolução final”; “Moções” e “Relatório-síntese”. O *corpus* de análise do presente estudo compreende estes diferentes documentos. Na Tabela 1, procura-se sistematizar os textos analisados, identificando a sua designação original e, no caso das moções, o número de textos considerados na análise.

Tabela 1 — Classificação dos documentos analisados (distribuídos pelos respetivos CJP)

Congresso	Resolução final	Moções	Relatório final
1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (1CJP)	“Declaração”	<i>Diferentes designações</i> (16 propostas analisadas)	“Conclusões”
2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (2CJP)	“Resolução”	“Moções” (4 propostas analisadas)	“Relatório-síntese dos debates”
3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (3CJP)	“Resolução”	(<i>ver nota final</i>) ¹	“Relatório final”
4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses (4CJP)	“Resolução final”	“Propostas” (42 propostas analisadas) ²	“Debates das sessões: as sínteses dos relatores”

Fonte: Dados recolhidos pelo autor

No sentido de responder às questões da pesquisa, a investigação envolveu a articulação de uma abordagem convencional da análise de conteúdo qualitativa (Hsieh and Shannon, 2005; Renz et al., 2018; Zhang & Wildemuth, 2009) com pressupostos da análise de conteúdo quantitativa (Olienik, 2011; Rourke & Anderson, 2004). Esta abordagem compreendeu duas etapas distintas.

Com base nos procedimentos sugeridos por Renz et al. (2018), Mayring (2014) e Elo et al. (2014), a primeira fase envolveu a leitura repetida dos documentos numa procura de obter imersão e entendimento geral dos dispositivos, seguida de novas leituras com o intuito de identificar unidades de sentido. Nesta análise, foram identificadas 425 referências a reivindicações. Estes códigos, após serem reanalisados, foram agrupados em 35 categorias (14 da quais incluem subcategorias). Por sua vez, estas categorias podem ser delimitadas em seis grandes dimensões: “Condições laborais”; “Regulação e organização da profissão”; “Regulação da qualidade da informação”; “Deveres e compromissos dos jornalistas”; “Direitos dos jornalistas”; e “Enquadramentos específicos do jornalismo e dos jornalistas na atividade profissional”. Estas dimensões sustentam a estruturação da exposição dos resultados abaixo apresentada, onde se procura aprofundar o significado de cada categoria, com recurso a transcrições e descrições mais detalhadas. No sentido de simplificar a lei-

¹ Embora o regulamento do 3.º CJP preveja a possibilidade de apresentação de propostas ou moções, o livro de conclusões do congresso não compreende esta tipologia de textos. O autor contactou membros da comissão organizadora, no sentido de confirmar a ausência de apresentação de moções no encontro.

² Não foram consideradas as moções chumbadas em congresso (n=4).

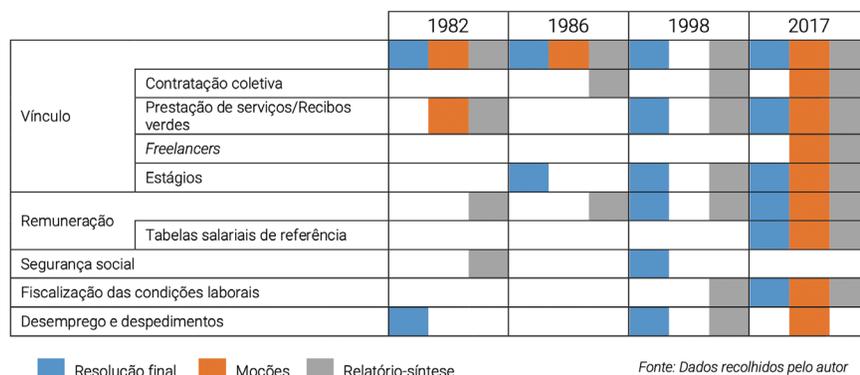
tura, a referência aos documentos será sintetizada de acordo com a seguinte codificação: “Resolução final” (Res); “Moções” (Mo); e “Relatório-síntese” (Rel), a que se junta o número do respetivo congresso.

A segunda etapa envolveu pressupostos da análise de conteúdo quantitativa assistida por computador (MAXQDA18), no sentido de reconfirmar e assinalar referências às categorias identificadas nos documentos analisados.

Reivindicações presentes nas conclusões dos quatro CJP

Como referido, as reivindicações identificadas foram agrupadas em seis grandes dimensões. Nesta secção, os resultados são apresentados de acordo com essas dimensões.

Figura 1 – Reivindicações subjacentes à dimensão “Condições laborais” identificadas nos documentos analisados



No seguimento do contexto apresentado anteriormente, torna-se expectável que os elementos que circunscrevem a situação laboral dos jornalistas portugueses sejam objeto de discussão nas diferentes reuniões. Conquanto a evocação destas questões seja relativamente transversal aos quatro momentos de debate, é sobretudo nas duas últimas reuniões que se desvendam propostas e exigências concretas sobre os modos de inserção dos jornalistas na atividade. Este quadro de reivindicações pode ser repartido em cinco grandes dimensões: vínculo, remuneração, segurança social, fiscalização das condições laborais, desemprego e despedimentos.

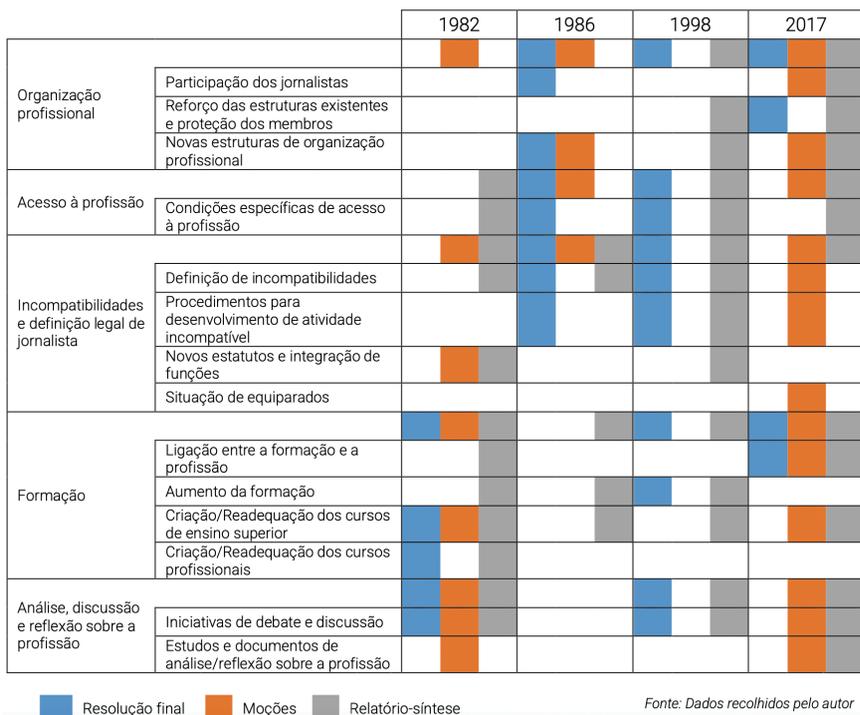
As preocupações com o vínculo laboral surgem, desde logo, em manifestações mais genéricas, como, por exemplo, na determinação da classe para “combater firmemente os contratos a prazo e outras formas mais ou menos camufladas de exploração de jornalistas” (Rel_I) ou na afirmação da “absoluta necessidade de os jornalistas terem uma ligação contratual digna com as empresas para que trabalhem” (Rel_III). Especialmente no 4CJP, emerge um conjunto de resoluções particulares sobre os profissionais em situações anómalas de contratação com base na prestação de serviços ou em “recibos verdes”, que, paralelamente à denúncia e a votos de solidariedade para com os jornalistas precários, reclamam a integração dos “falsos” recibos verdes nos quadros das empresas ou a divulgação, por parte

das administrações, do número exato de jornalistas em situação laboral irregular (Mo_IV). Se, em 1986, se exige que “o acesso [...] ao estágio deixe de depender de um vínculo” (Res_II), a partir do 3CJP, as referências a este modelo de enquadramento dos jornalistas na redação prendem-se sobretudo com a denúncia da exploração do trabalho dos estagiários “utilizados por muitas empresas como autênticas «galinhas dos ovos de ouro»” (ReL_III), visando contestar “os estágios profissionais fora dos quadros legais” (ReL_IV) ou apelando à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) “para acabar com os falsos estágios” (Res_IV). Propostas mais singulares exigem que os estágios curriculares sejam objeto de protocolo entre os *media* e as instituições de ensino, com depósito na CCPJ e na ACT, ou que este período de estágio seja considerado para a obtenção do título profissional (Mo_IV).

A par de reivindicações mais amplas, referentes ao imperativo de “elevar o nível [...] de remuneração” (ReL_I) ou às “insuficientes condições de remuneração” (ReL_II) dos jornalistas portugueses, no 4CJP são votadas exigências específicas tendo em vista a “adoção de tabelas de retribuições mínimas para colaborações em regime de prestação de serviços” ou de “uma tabela com limites salariais mínimos” (Mo_IV).

Também no 4CJP, surge uma série de demandas relacionadas com a vigilância e o controlo das condições de trabalho, exigindo do SJ, da ACT e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social uma ação mais eficaz (Mo_IV), ou defendendo a criação de “um mecanismo mais expedito para aumentar os mecanismos de fiscalização das relações laborais precárias” (ReL_IV).

Figura 2 – Reivindicações subjacentes à dimensão “Regulação e organização da profissão” identificadas nos documentos analisados



ou as diferentes intervenções, no 4CJP, sobre o reforço da ação do SJ (ReL_IV) —, a generalidade das exigências e propostas sobre os modelos de organização da profissão tende a sublinhar a reivindicação de uma intervenção mais ativa e deliberativa dos jornalistas na definição e no controlo dos modos de aceder e exercer a atividade. Esta linha de reivindicações encontra-se expressa na defesa de que a atribuição do primeiro título profissional decorra de uma análise às condições e resultados profissionais do estágio, realizada por “uma comissão de jornalistas sob a égide do Conselho de Imprensa” (Res_II), ou na proposta de que a CCPJ, “ou qualquer outra entidade com a função de controlar o acesso e o exercício da profissão”, seja formalmente presidida por um jornalista, prevendo também a exclusão dos empregadores na designação de membros do organismo (Mo_IV). Aliás, esta última exigência não pode ser desligada do apelo à reflexão sobre o papel da CCPJ, questionando, “inclusive, a existência do órgão” (Mo_IV). Importa, no entanto, observar que nem todas estas reivindicações pressupõem um monopólio no controlo profissional. Um exemplo será a proposta, de 1986, de que as incumbências com a carteira profissional transitassem para uma instância no âmbito do Conselho de Imprensa — metade da qual seria composta por jornalistas indicados pelo sindicato (Res_II). Outras referências a novas estruturas compreendem, a título de exemplo, a institucionalização de uma “organização que congregue os jornalistas e fotojornalistas *freelancers*” (ReL_IV), a criação de um núcleo, pelo SJ, com o objetivo de promover o contacto com os candidatos à profissão (Mo_IV), ou mesmo a constituição de um “grupo de trabalho para monitorizar e implementar as conclusões do congresso” (Mo_IV).

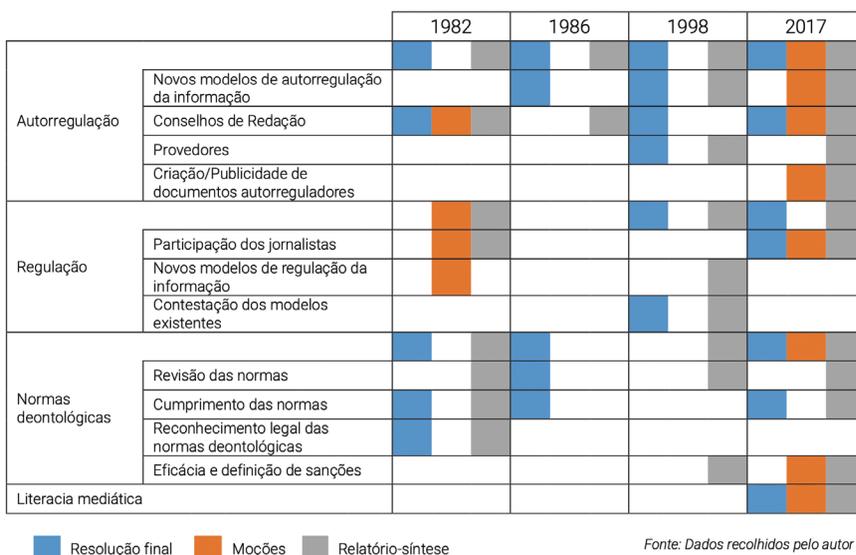
Duas outras dimensões que atravessam as conclusões dos diferentes encontros referem-se ao acesso à profissão e à definição legal de jornalista. A primeira reflete-se em exigências como a de “moralizar o preceito de estágio dos jovens candidatos” (Mo_II) ou a de “promover uma reflexão sobre as condições de acesso à profissão” (Mo_IV), mas compreende também a atualização da legislação, com vista a “flexibilizar o acesso à profissão de jornalistas *freelancer* e de órgãos de comunicação independentes que não o pratiquem a tempo inteiro” (Mo_IV), ou que as “empresas se obriguem a admitir anualmente um determinado número de diplomados em comunicação social ou jornalismo, cujo trabalho será apreciado pelos Conselhos de Redação” (Re_LI). No entanto, o acesso aberto, “preferentemente com formação universitária” (Re_LIII), é relativamente transversal, admitindo que a “profissão ganha com diversidade de formações, proveniências e mundividências” (Re_LIV).

Já a dimensão das incompatibilidades manifesta-se na defesa da reflexão sobre a atividade desenvolvida em gabinetes de comunicação (Re_LI) ou sobre “normas que regulem a questão delicada do regresso do assessor à atividade jornalística” (Re_LIII), assim como na recusa em aceitar a “integração do assessor na carreira jornalística como «jornalista assessor» e dos que se dedicam à redação de jornais institucionais como «jornalista-divulgador»” (Re_LIII). Sobretudo nas primeiras reuniões, evidenciam-se também referências a um alargamento do campo profissional, patentes nas reivindicações do “explícito reconhecimento legal [dos caricaturistas] como jornalistas” (Re_LI) ou da “criação do estatuto de editor fotográfico, ao mesmo nível dos quadros de chefia de Redação dos jornais” (Re_LI).

As preocupações com a formação são representativas de algum entrecruzamento das reivindicações entre congressos. No 1CJP, considerava-se necessário

“dar por finda a fase da tarimba como meio de formação profissional”, reclamando “uma preparação base, teórica e prática”, assim como a “criação de estruturas tecnicamente apetrechadas”, com o objetivo de fornecer “a formação permanente e a reciclagem fundamentais” (ReL_I). Já no 2CJP, é acentuado o reconhecimento da “formação cultural como condição essencial à competência e a uma verdadeira consciência deontológica” – apelando à “criação de condições para períodos de estudo e atualização profissional” (ReL_II). Esta proposta viria a ser mais aprofundada no 3CJP, através da defesa da “definição de uma política de formação de jornalistas que tenha em conta a evolução da situação do setor, e as respetivas e reais necessidades” ou da prescrição de um “maior investimento de jornalistas e empresários numa formação que tenha em conta os desafios e os problemas éticos colocados pelas Novas Tecnologias” (ReL_III). Paralelamente a um caderno particular de exigências sobre o ensino profissional (situado no 1CJP), evidenciam-se referências específicas sobre a oferta curricular dos cursos superiores de Jornalismo e de Comunicação Social. Estas propostas passam, a título de exemplo, por “fomentar nas escolas de comunicação social o ensino” do jornalismo desportivo (Mo_I), pelo “aperfeiçoamento dos cursos de Jornalismo e Comunicação”, com a introdução de novas disciplinas nos respetivos currículos, como “Direito Internacional” ou “Fotografia” (ReL_II), ou pela “necessidade de os currículos concederem mais atenção a matérias com que os jornalistas lidam na profissão e à componente prática” (ReL_III). De resto, esta última ideia seria retomada no 4CJP, advogando-se ser “fundamental abrir uma discussão sobre os currículos dos mestrados” em jornalismo, visando a criação de variantes “orientadas especificamente para a formação objetiva de jornalistas” (Mo_IV). Especialmente neste encontro, torna-se também evidente a exigência do aprofundamento da relação entre o setor e o domínio profissional, de um lado, e as instituições de ensino superior e os estudantes, do outro.

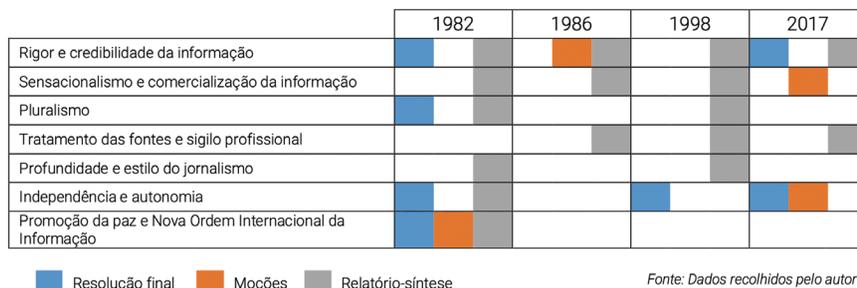
Figura 3 — Reivindicações subjacentes à dimensão “Regulação da qualidade da informação” identificadas nos documentos analisados



Concomitante com as linhas de reivindicação relacionadas com o controle dos modos de acesso, organização e funcionamento da profissão, as conclusões dos CJP evidenciam também exigências sobre a regulação dos aspectos ético-deontológicos da atividade e da informação, que se manifestam, desde logo, em diferentes apelos ao reforço e à aposta na autorregulação, nomeadamente, com o objetivo de, “a prazo, reduzir a regulação por entidades externas” (ReL_IV). Ainda que de modo implícito, na Resolução do 2CJP é ensaiada a reclamação de autonomização do Conselho Deontológico, que se consubstanciará em quatro propostas concretas de novos organismos autorreguladores no encontro seguinte (ReL_III). Este compromisso é relembrado em diferentes momentos do 4CJP, sublinhando o imperativo da “criação de [um] Conselho Deontológico Independente” (ReL_IV) ou da promoção de um “grande debate sobre [...] uma estrutura deontológica independente” (Mo_IV). Outros modelos, mais participados, estão também patentes no apelo à criação de um organismo alternativo à AACS (Res_III) ou na criação de “uma espécie de Conselho de Ética” (ReL_IV). A par do apelo à generalização da experiência dos Provedores dos Leitores e à criação de códigos deontológicos específicos para cada meio de comunicação, no plano organizacional, a exigência do reforço da atividade e poderes dos Conselhos de Redação (CR) está presente em todos os congressos. Formas mais detalhadas destas reivindicações incluem tornar a existência dos CR obrigatória e os seus pareceres vinculativos (Mo_IV), garantir a proteção legal dos seus membros (ReL_IV) ou criar um grupo informal de CR (Mo_IV). Reivindicações alicerçadas no protesto contra a substituição do CI pela AACS (ReL_III) são acompanhadas pela defesa da constituição de um novo “Conselho de Imprensa, ou de um Conselho de Comunicação Social” (ReL_III).

Em paralelo aos apelos à revisão do quadro normativo da atividade e ao cumprimento dessas regras, no 1CJP, esboça-se uma linha de reivindicação do “reconhecimento legal” do Código Deontológico (Res_I), no sentido de “conferir força legal a este instrumento de conduta” (ReL_I). Já nos terceiro e quarto encontros, surgem várias propostas referentes a sanções decorrentes da violação das normas deontológicas, que refletem não apenas uma visão global da profissão, mas também preocupações específicas relativas à erosão das fronteiras da atividade (Mo_IV).

Figura 4 — Reivindicações subjacentes à dimensão “Deveres e compromissos dos jornalistas” identificadas nos documentos analisados

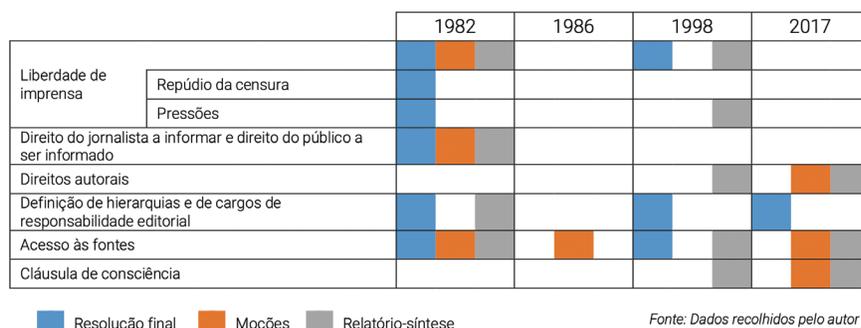


Uma quarta dimensão de exigências é dirigida à própria classe, reclamando a observância dos deveres que lhe são outorgados, no desempenho da atividade. Aos jornalistas é requerido “um cuidado especial na utilização da palavra” (ReL_I), menor preocupa-

ção “com a quantidade e rapidez, e mais com a qualidade e ponderação da informação” (ReL_III), ou um “esforço de credibilização” do jornalismo (ReL_IV). Num outro plano, as conclusões do 1CJP apontam para o imperativo de “mudar radicalmente o teor e o estilo de informação da rádio” (ReL_I) e, no 3CJP, defende-se um jornalismo “mais interpretativo e analítico”, devendo a autoria dessas formulações ser “conhecida de todos” (ReL_III).

Considerando o momento particular em que o 1CJP tem lugar, é interessante observar o conjunto de referências aos deveres do jornalista na “defesa dos valores da Paz e da Vida” e no esclarecimento “sobre os conceitos universais contra a guerra”, bem como na observância dos preceitos da “Nova Ordem Internacional da Informação”. (ReL_I)

Figura 5 — Reivindicações subjacentes à dimensão “Direitos dos jornalistas” identificadas nos documentos analisados

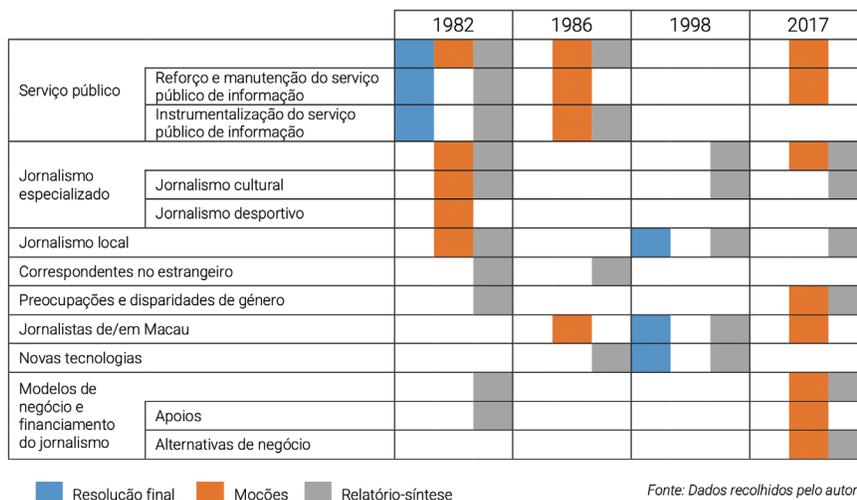


Num polo oposto, inscreve-se o conjunto de reivindicações que respeitam os direitos que assistem os jornalistas no desenvolvimento da sua atividade. Novamente interligado com o momento em que o encontro se inscreve, mas também com o tema central, no 1CJP, evidencia-se uma série de referências à defesa da “liberdade de expressão” e “repúdio por todas as formas de censura” (Res_I) — não apenas no contexto português, como também em outros países.

Já as referências aos direitos autorais emergem, sobretudo, nos últimos encontros, associadas a respostas às estratégias de convergência empresarial e dos *media* (ReL_III) ou à ação das novas plataformas de infomediação (ReL_IV).

Um elemento mais abrangente, que atravessa os diferentes encontros, refere-se ao acesso às fontes. Neste âmbito, inscrevem-se as exigências do “cumprimento da lei no acesso às fontes de informação” (ReL_I), mas também reivindicações mais específicas, como a presença permanente dos jornalistas da imprensa regional nas assembleias municipais (ReL_III), a redefinição dos limites do segredo de justiça (Mo_II; ReL_III) ou o apelo ao boicote a conferências de imprensa sem espaço para questões (Mo_IV).

Figura 6 – Reivindicações subjacentes à dimensão “Enquadramentos específicos do jornalismo e dos jornalistas na atividade profissional” identificadas nos documentos analisados



Uma última dimensão refere-se a contextos específicos do jornalismo e do enquadramento dos jornalistas na atividade profissional. Com exceção do 3CJP, as preocupações com o serviço público de *media* atravessam diferentes momentos dos congressos e tangem aspetos relativamente distintos. A título de exemplo, no primeiro encontro é aprovada uma moção que reclama a reintegração da rubrica “País, País” na RTP1, “em horário condigno com a sua importância” (Mo_I). Já no 2CJP é votado o apelo ao “rigor, isenção e pluralismo nos órgãos de comunicação do setor público” (Mo_II). No âmbito do combate à precariedade, o 4CJP aprova, por unanimidade, a exigência de que o “Estado [...] cumpra as suas obrigações nas empresas em que detém a maioria do capital” (Mo_IV). Existem, no entanto, duas temáticas que transpõem diferentes documentos. A primeira refere-se à instrumentalização do serviço público, patente no repúdio a “todas as tentativas de instrumentalização e silenciamento dos órgãos de comunicação social do Estado”, defendendo a criação de “mecanismos que impeçam a instrumentalização governamental das empresas públicas” (Res_I) ou a adoção de mecanismos legais que evitem a nomeação direta pelo governo dos administradores destas empresas (Mo_II). A segunda diz respeito ao reforço e manutenção do domínio público de *media*. Enquanto no 1CJP se reclamava “a manutenção do setor público enquanto garantia de uma informação pluralista, independente e isenta” (Res_I), no 2CJP defendia-se a “manutenção das empresas do setor público da comunicação social e de todos os postos de trabalho” (Mo_II). Já no último encontro emergem referências à “defesa e valorização de um setor público de rádio e televisão, posto ao serviço da cultura, da cidadania, do desenvolvimento e dos valores democráticos conquistados com Abril” (Mo_IV), assim como à oposição à privatização da RTP e ao apoio à “manutenção da Agência Lusa com capital maioritariamente público”, advogando “o aumento do financiamento da RTP e da Lusa como ação necessária para melhorar as condições laborais dos jornalistas e dos restantes trabalhadores” (Mo_IV).

Subjacente às reivindicações mais abrangentes sobre o âmbito especializado da informação, como a de “maior exigência e rigor no tratamento de áreas especializadas (jornalismo desportivo, económico, religioso)” (ReL_III), evidenciam-se também referências mais específicas sobre o jornalismo desportivo e cultural. Entre estas, encontra-se o reconhecimento do imperativo de a “classe promover com regularidade a troca de opiniões entre todos os jornalistas que se dedicam ao desporto e [de] fomentar o [...] o ensino desta especialidade” (Mo_I), ou a defesa da necessidade de “aumentar o espaço de informação para a cultura”, apelando à organização dos jornalistas especializados neste domínio (ReL_I), assim como da “necessidade de o jornalismo de cultura não ficar limitado aos «modelos da indústria cultural»” (ReL_IV).

Se o 1CJP se congratulava com o progressivo “crescimento do ingresso de mulheres na classe”, reivindicando “igualdade de oportunidades de acesso aos cargos de direção e chefia”, 35 anos depois, no 4CJP, reconhecia-se a urgência de uma “perspetiva de género nas redações” (ReL_IV) e apelava-se à implementação de “políticas concretas nas empresas de *media*, tendo em vista a igualdade de género no jornalismo” (Mo_IV).

Conquanto as preocupações com a sustentabilidade financeira dos projetos editoriais apareçam já em 1982 — nomeadamente, sublinhando a “necessidade da concretização dos apoios [à informação regional], tantas vezes prometidos e raramente cumpridos” (ReL_I) —, é, novamente, sobretudo, no 4CJP que se desenham vindicações concretas sobre este domínio, advogando o aperfeiçoamento dos modelos de apoio existentes ou a criação de novos modos de financiamento não comercial — como a criação de fundos públicos de apoio ao jornalismo de investigação ou novas modalidades de incentivo à criação de projetos mediáticos (Mo_IV). Também neste último encontro, emergem exigências de “transparência da estrutura acionista dos média” (Mo_IV), a que se une uma série de referências a novas soluções de negócio e de financiamento do jornalismo — como a necessidade de “refletir e investir no *crowdfunding*” ou de “acompanhar a prática do Facebook” e procurar saber mais sobre os utentes da informação (ReL_IV), ou ainda o apelo à criação de novas plataformas de jornalismo, sem fins lucrativos e com modelos alternativos de acionistas (Mo_IV).

Discussão e conclusões

O conjunto de exigências identificado nas conclusões dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses deixa transparecer um quadro reivindicativo matizado e bastante heterogéneo, que conjuga questões do foro laboral com dimensões eminentemente socioprofissionais, condições específicas da integração dos jornalistas na atividade, preocupações com a qualidade da informação e a sua regulação, ou juízos sobre boas práticas e modos de exercer a atividade. Conquanto este não constituísse um eixo central do estudo, os resultados aqui apresentados indiciam também a multiplicidade de atores que são o foco dessas reivindicações, as quais confrontam, nomeadamente, legisladores e agentes do poder político, instituições de ensino, autoridades de regulação das condições laborais, instâncias da organização profissional, assim como o público dos *media* ou, sobretudo, os próprios jornalistas. Esta pletera de exigências encontra paralelo com a realidade sugerida por Dupuy (2016) ou Le Cam (2020) — mas que está também implícita em outros estudos sobre a or-

ganização e mobilização coletiva dos jornalistas, como é o caso de Cohen (2016) ou Cohen & De Peteur (2020) – sobre as particularidades da profissionalização e dos modos de organização profissional do jornalismo.

A diversidade de problemáticas identificada não pode, contudo, ser desligada dos propósitos dos próprios CJP, que, não obstante o patrocínio do SJ, como se verificou anteriormente, extravasam o caráter sindical, convidando à participação de diferentes atores e à abordagem de diferentes temas. Admite-se, contudo, como hipótese para um estudo futuro, que mesmo este formato de reunião profissional – que congrega considerações sobre a realidade sociolaboral, debate sobre os modelos de organização e de regulação da profissão, ou reflexões sobre as práticas e os modos de exercício da atividade – reslumbra particularidades da profissão jornalística, não encontrando paralelo em outras profissões, como a medicina ou a advocacia.

Atendendo ao enquadramento reivindicativo de cada congresso, uma segunda conclusão geral que os resultados permitem inferir prende-se com as exigências particulares que emergem em cada encontro. Importará sublinhar que estas especificidades não podem ser dissociadas, por um lado, das temáticas concretas de cada reunião e, por outro, da quantidade e da densidade dos documentos que resultam de cada congresso – aliás, poder-se-á assumir que a profusão de temáticas que caracteriza o 4CJP decorre também da extensão das suas conclusões. No entanto, torna-se evidente que estas singularidades radicam também nas diferentes conjunturas do jornalismo português, traduzindo as principais linhas que mobilizam os profissionais em cada um desses momentos.

Muito embora as preocupações com o vínculo contratual atravessem os diferentes encontros, as reivindicações de natureza laboral começam a adensar-se e a discriminar linhas de contestação específicas, sobretudo, a partir de 1998. Este fenómeno encontra eco nas conclusões de diferentes estudos sobre as transformações do jornalismo português, que assinalam uma tendência progressiva de desestruturação das relações laborais e de precarização da atividade (Camponez et al., 2020; Garcia et al., 2014), alimentando, entre os praticantes, sentimentos de indignação e de inquietação, mas também de pessimismo e de desilusão relativamente ao seu futuro na profissão (Quintanilha et al., 2020).

Por seu lado, a expressão que questões relacionadas com as prerrogativas e os direitos indispensáveis ao livre exercício da atividade assumem nos documentos do 1CJP é sintomática da aspiração de liberdade, e da ambição de inscrever as garantias dessa liberdade, assim como das tensões no plano normativo da informação, que marcam a segunda metade da década de 1970 (Figueira, 2007; Gomes, 2018; Mesquita, 1996; 1989). De resto, o espírito do tempo do primeiro congresso encontra-se bem refletido em reivindicações singulares, como as que sublinham a Nova Ordem Internacional da Informação ou as que encontram no jornalista um agente de promoção da paz, bem como no recurso a termos e a conceitos associados ao período revolucionário – algo que já não se verifica no encontro seguinte.

A par destas exigências mais datadas, evidenciam-se ainda reivindicações transversais aos diferentes encontros. A insistência e a reiteração de demandas subjacentes à organização da profissão e à regulação das práticas e dos produtos informativos são também coincidentes com estratégias de mobilização coletiva na defesa de algum nível de controlo institucional dos modos de organização da atividade e de

consolidação das fronteiras — e de um determinado grau de monopólio jurisdicional — da profissão (Freidson, 1986; Larson, 1979). Interessa, no entanto, sublinhar que as propostas avançadas nos congressos não correspondem a um fechamento absoluto do mercado de trabalho (Paredeise, 1988); antes, tendem a reconhecer as vantagens associadas à integração de diferentes experiências formativas e, conseqüentemente, a alguma volubilidade das fronteiras (Neveu, 2005; Ruellan, 1993).

A análise das temáticas permite ainda identificar a continuidade de reivindicações concretas entre congressos. Um exemplo já estudado (Camponez, 2011; Martins, 2013) refere-se ao permanente debate sobre a autonomização do Conselho Deontológico e/ou sobre a criação de novos modelos de autorregulação. Outro exemplo, que carece de uma investigação mais aprofundada, prende-se com a permanente reclamação da preservação e do fortalecimento do papel dos Conselhos de Redação. Se estes elementos são representativos de problemáticas nunca bem resolvidas no âmbito profissional, são também sugestivos da ausência da consumação das resoluções do CJP — convidando a um estudo mais dirigido sobre a materialização das conclusões destes encontros. Também a discussão sobre o papel das mulheres na profissão é representativa de um projeto inacabado — poder-se-á mesmo concluir que a visão mais otimista do primeiro congresso contrasta com uma perspectiva mais desencantada e uma postura mais combativa do último encontro.

O presente estudo tem por base uma análise do conteúdo dos documentos que resultam dos quatro congressos, tendo em perspectiva a identificação e sistematização das principais temáticas das reivindicações dos jornalistas. Por este prisma, não se debruçou de forma exaustiva sobre o teor dessas diferentes reivindicações. Neste âmbito, sugere-se que esta linha de investigação possa ser aprofundada, nomeadamente, a partir de análises qualitativas focadas nas diferentes temáticas identificadas. Por outro lado, reconhece-se que esta análise é centrada na realidade específica dos CJP. Na esteira do contributo de Le Cam (2020), propõe-se que esta análise seja estendida a outros instrumentos de defesa e mobilização coletiva dos jornalistas portugueses.

Referências bibliográficas

- 1CJP [1.º Congresso dos Jornalistas Portugueses]. (1982). *I Congresso dos Jornalistas Portugueses — Conclusões, teses, documentos*. Secretariado da Comissão Executiva do 1.º CJP.
- 2CJP [2.º Congresso dos Jornalistas Portugueses]. (1986). *II Congresso dos Jornalistas Portugueses — Conclusões, teses, documentos*. Secretariado da Comissão Executiva do 2.º CJP.
- 3CJP [3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses]. (1998). *III Congresso dos Jornalistas Portugueses — Conclusões, teses, documentos*. Comissão Executiva do 3.º CJP.
- 4CJP [4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses]. (2018). *4.º Congresso dos Jornalistas Portugueses — Conclusões, teses, documentos*. Comissão Organizadora do 4.º CJP.
- Alexander, J. C., Breese, E. B., & Luengo, M. (Eds.). (2016). *The crisis of journalism reconsidered*. Cambridge University Press.
- Banning, S. A. (1999). The professionalization of journalism: A nineteenth-century beginning. *Journalism History*, 24(4), 157–163. <https://doi.org/10.1080/00947679.1999.12062498>
- Baptista, C. (2012). Uma profissão em risco iminente de ser “descontinuada”. *Jornalismo & Jornalistas*, 52, 15–17.

- Bastos, H. (2014). Da crise dos media ao desemprego no jornalismo em Portugal. *Parágrafo*, 2(2), 38–46. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84813/2/93304.pdf>
- Bekken, J. (2019). Unions of News Workers. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Wiley Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0247>
- Bibby, A. (2014). *Employment relationships in the media industry* (Working paper n.º 295). International Labour Organization.
- Camponez, C. (2011). *Deontologia do jornalismo*. Almedina.
- Camponez, C., Miranda, J., Fidalgo, J., Garcia, J. L., Matos, J., Oliveira, M., Martins, P. & Silva, P. A. D. (2020). *Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19*. SOPCOM.
- Chalaby, J. (2003). O jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830–1920). *Media & Jornalismo*, 3, 29–50. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-03-Jean-Chalaby.pdf>
- Cohen, N. S. (2015). From pink slips to pink slime: Transforming media labor in a digital age. *The Communication Review*, 18(2), 98–122. <https://doi.org/10.1080/10714421.2015.1031996>
- Cohen, N. S. (2016). *Writers' rights: freelance journalism in a digital age*. McGill-Queen's University Press.
- Cohen, N. S., & De Peuter, G. (2020). *New media unions: Organizing digital journalists*. Routledge.
- Crespo, M., Azevedo, J., Sousa, J., Cardoso, G., & Paisana, M. (2017). *Os jornalistas e condições laborais: Retrato de uma profissão em transformação*. Obercom.
- De Mateo, R., Bergés, L., & Garnatxe, A. (2010). Crisis, what crisis? The media: business and journalism in times of crisis. *triple C: Communication, Capitalism & Critique*, 8(2), 251–274. <https://doi.org/10.31269/triplec.v8i2.212>
- Dupuy, C. (2019). *Journalistes, des salariés comme les autres?: Représenter, participer, mobiliser*. Presses universitaires de Rennes.
- Elo, S., Kääriäinen, M., Kanste, O., Pölkki, T., Utriainen, K., & Kyngäs, H. (2014). Qualitative content analysis: A focus on trustworthiness. *SAGE open*, 4(1). <https://doi.org/10.1177/2158244014522633>
- Fernandes, J. L. (2013, janeiro-março). Um momento luminoso. *Jornalismo & Jornalistas*, 53, 20–21.
- Ferreira, R. (2017, janeiro 15). Quem veio ao Congresso dos Jornalistas. *O Congresso*, 4, 7.
- Fidalgo, J. (2008). *O jornalista em construção*. Porto Editora.
- Fidalgo, J. (2009). *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos: O 'Diário de Notícias', 'Expresso' e 'Jornal Novo' no Verão Quente de 1975*. Minerva.
- Franklin, B. (Ed.). (2017). *The future of journalism: In an age of digital media and economic uncertainty*. Routledge.
- Freidson, E. (1986). *Professional powers: A study of the institutionalization of formal knowledge*. University of Chicago Press.
- Garcia, J. L. (1997). *Segundo inquérito nacional aos jornalistas portugueses — Resumo das principais tendências*. Sindicato dos Jornalistas.
- Garcia, J. L. (Org.). (2009a). *Estudos sobre os jornalistas portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L. (2009b). Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós

- transição democrática. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L. & Castro, J. (1993). Os Jornalistas Portugueses: Da recomposição social aos processos de legitimação profissional. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, 93-114. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/fichaartigo.jsp?pkid=272>
- Garcia, J. L. & Paquete Oliveira J. M. (1994). *Jornalista português, o que é?: Inquérito e perfil sócio-profissional*. Sindicato dos Jornalistas.
- Garcia, J. L., Marmeleira J. & Matos, J. N. (2014). Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividade. In J. Rebelo (Org.), *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Deriva.
- Gomes, P. M. (2018). Os jornalistas na revolução portuguesa (1974–1975). *Revista Brasileira de História da Mídia*, 7(2), 115–133 <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.7220187361>
- Graça, S. M. (2009). Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In J. L. Garcia (Org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Høyer, S., & Lauk, E. (2016). Frames and Contradictions of the Journalistic Profession. In K. Nordenstreng, U. J. Björk, F. Beyersdorf, S. Høyer, & E. Lauk. *A history of the International Movement of Journalists: Professionalism versus politics* (pp. 8–41). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137530554>
- Hsieh, H. F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative health research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- IFJ [International Federation of Journalists]. (n.d.). *What*. International Federation of Journalists. <https://www.ifj.org/what/>
- Kaul, A. J. (1986). The proletarian journalist: A critique of professionalism. *Journal of Mass Media Ethics*, 1(2), 47–55. <https://doi.org/10.1080/08900528609358266>
- Larson, M. S. (1979). *The rise of professionalism: A sociological analysis*. University of California Press.
- Le Cam, F. (2020). Journalistic Organizations: Arenas for Professional and Symbolic Struggles. In J. Nussbaum (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.831>
- Lima Quintanilha, T. (2019). Journalists' professional self-representations: A Portuguese perspective based on the contribution made by the sociology of professions. *Journalism*. <https://doi.org/10.1177/1464884919828246>
- Martins, P. (2013). *O privado em público: Direito à informação e direitos de personalidade* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Sistema Integrado de Bibliotecas – Repositório. <http://hdl.handle.net/10400.5/5452>
- Matos, J. (2020). "It Was Journalism that Abandoned Me": An Analysis of Journalism in Portugal. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique*, 18(2), 535–555. <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i2.1148>
- Matos, J. N., Baptista, C., & Subtil, F. (Orgs.). (2017). *A crise do jornalismo em Portugal*. Deriva.
- Mayring P. (2014). Qualitative content analysis: Theoretical foundation, basic procedures and software solution. *Social Science Open Access Repository SSOAR*. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-395173>
- Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974–1975 da comissão ad hoc à Lei de Imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 85–113.
- Mesquita, M. (1996). Os meios de comunicação em Portugal. In A. Reis (Coord.), *Portugal 20 anos de democracia*. Temas e Debates.

- Miranda, J. (2018). *O papel dos jornalistas na regulação da informação: caracterização socioprofissional, accountability e modelos de regulação em Portugal e na Europa* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/87571>
- Miranda, J., & Gama, R. (2019). Os jornalistas portugueses sob o efeito das transformações dos media. Traços de uma profissão estratificada. *Análise Social*, 54(230), 154–177. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.07>
- Moore, J. (2019). Trade and Professional Organizations. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Wiley Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0246>
- Neveu, É. (2005). *Sociologia do jornalismo*. Porto Editora.
- Nordenstreng, K., Björk, U. J., Beyersdorf, F., Høyer, S., & Lauk, E. (2016). *A history of the International Movement of Journalists: Professionalism versus politics*. Springer. <https://doi.org/10.1057/9781137530554>
- Oleinik, A. (2011). Mixing quantitative and qualitative content analysis: Triangulation at work. *Quality & Quantity*, 45(4), 859–873. <https://doi.org/10.1007/s11135-010-9399-4>
- Örnebring, H. (2019). Professionalization of Journalists: Historical. In T. P. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies*. Wiley Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781118841570.iejs0156>
- Paradeise, C. (1988). Les professions comme marchés du travail fermés. *Sociologie et sociétés*, 20(2), 9–21. <https://doi.org/10.7202/001543ar>
- Pickard, V. (2019). *Democracy without journalism?: Confronting the misinformation society*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190946753.001.0001>
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: "crise de crescimento" e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5, 49–62. [https://doi.org/10.17231/comsoc.5\(2004\).1245](https://doi.org/10.17231/comsoc.5(2004).1245)
- Quintanilha, T. L., Cardoso, G., & Paisana, M. (2020). Contributo para a construção de uma tipologia de precariedade na profissão de jornalista em Portugal. *International Journal on Working Conditions*, 19, 67–84. <https://doi.org/10.25762/b1ty-6382>
- Rebello, J. (Coord.). (2011). *Ser jornalista: Perfil sociológico do jornalista português*. Gradiva.
- Rebello, J. (Org.). (2014). *As novas gerações de jornalistas em Portugal*. Editora Mundos Sociais.
- Reinardy, S. (2016). *Journalism's lost generation: The un-doing of US newspaper newsrooms*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315560939>
- Renz, S. M., Carrington, J. M., & Badger, T. A. (2018). Two strategies for qualitative content analysis: An intramethod approach to triangulation. *Qualitative health research*, 28(5), 824–831. <https://doi.org/10.1177/1049732317753586>
- Rourke, L., & Anderson, T. (2004). Validity in quantitative content analysis. *Educational technology research and development*, 52(1), 5. <https://doi.org/10.1007/BF02504769>
- Ruellan, D., (1993). An undefined profession. The issue of professionalism in the journalistic milieu. *Réseaux. Communication-Technologie-Société*, 1(2), 231–243. <https://doi.org/10.3406/reso.1993.3252>
- Serrano, E. (2010). Uma Missão (Quase) Impossível. *Trajectos*, 17, 93–101.
- Sobreira, R. M. (2003). *Os jornalistas portugueses, 1933–1974: Uma profissão em construção*. Livros Horizonte.
- Sousa, M. L. (2016). *Regulação dos media em democracia: Experiências e modelos no caso por-*

tuguês [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório UM. <http://hdl.handle.net/1822/42574>

- Traquina, N. (2004). *A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Notícias.
- Tumber, H., & Prentoulis, M. (2005). Journalism and the making of a profession. In H. de Burgh (Ed.), *Making journalists: Diverse models, global issues* (pp. 58–74). Routledge.
- Tunstall, J. (1971). *Journalists at work: Specialist correspondents, their news organizations, news-sources and competitor-colleagues*. Constable & Robinson Limited.
- Veríssimo, H. Â. (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40: Elite do Estado Novo*. Coimbra Minerva.
- Villi, M., & Picard, R. G. (2019). Transformation and innovation of media business models. In M. Prenger & M. Deuze (Eds.), *Making media: Production, practices, and professions* (pp. 121–132). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1017/9789048540150>
- Waisbord, S. (2013). *Reinventing professionalism: Journalism and news in global perspective*. John Wiley & Sons.
- Witschge, T., & Nygren, G. (2009). Journalistic work: A profession under pressure?. *Journal of Media Business Studies*, 6(1), 37-59. <https://doi.org/10.1080/16522354.2009.11073478>
- Zhang, Y., & Wildemuth, B. M. (2009). Qualitative analysis of content. In B. M. Wildemuth (Ed.), *Applications of social research methods to questions in information and library science* (pp. 308-319). Libraries Unlimited.

Nota biográfica

João Miranda é Professor na FLUC e investigador no CEIS20. Entre os seus interesses de investigação, destaca-se a atenção conferida à dimensão socioprofissional da atividade jornalística.

ORCID ID: 0000-0002-4720-3724

Ciência Vitae: 331E-33BC-8EDF

Morada institucional: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo Porta Férrea, 3000-370, Coimbra, Portugal

How to cite:

Miranda, J. (2021). Reivindicações dos profissionais da informação: Uma leitura das conclusões dos quatro Congressos dos Jornalistas Portugueses. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 15–35. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_1

Submetido | Received: 2021.03.30

Aceite | Accepted: 2021.10.06

(Página deixada propositadamente em branco)

Artur Portela (Filho) e as marcas de uma irreverência única no *Jornal Novo* e na *Opção*

Artur Portela (Filho) and the marks of a unique brand of irreverence in *Jornal Novo* and *Opção*

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_2

Carla Rodrigues Cardoso
Universidade Lusófona/ECATI/CICANT
carla.cardoso@ulusofona.pt

Pedro Marques Gomes
Instituto Politécnico de Lisboa. Escola Superior de Comunicação Social.
Universidade NOVA de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. HTC- História, Territórios e Comunidades.
pgomes@escs.ipl.pt

Resumo

A história da imprensa portuguesa pós-25 de Abril de 1974 é indissociável da história dos jornalistas e, particularmente, dos que assumiram cargos de direção e marcaram a personalidade das publicações. Artur Portela Filho é um caso exemplar quando se observa o que há de si nos dois títulos que comandou desde a génese: *Jornal Novo* (1975) e *Opção* (1976–78), o primeiro jornal e a primeira newsmagazine fundados após o derrube do Estado Novo, ambos de capital privado. Irreverente e temerário, Artur Portela (1937–2020) identificava-se como “socialista independente” e usou a sátira e a qualidade da escrita para criar dois projetos que se tornaram marcos irrepetíveis no jornalismo português pela maneira como noticiaram e criticaram de forma empenhada processos, figuras políticas e militares. Este artigo mapeia a influência de Artur Portela na matriz do *Jornal Novo* e da *Opção* e identifica os elementos transversais que emanam da figura do diretor.

Palavras-chave

jornalismo; história da imprensa; Artur Portela Filho; *Jornal Novo*; *Opção*

Abstract

The history of the Portuguese press after the 25 April 1974 coup is indissociable from the story of journalists and especially those who took on executive positions and marked the personality of periodicals. Artur Portela Filho is a prime example when one notes how much of himself is in the two publications he headed from their launch: *Jornal Novo* (1975) and *Opção* (1976-78), the first newspaper and the first newsmagazine founded after the overturn of *Estado Novo*, both privately funded. Irreverent and audacious, Artur Portela (1937–2020) named himself “independent socialist”

and used satire and the quality of writing to create two projects which would become unmatched milestones in Portuguese journalism by their manner of committedly reporting on and criticising processes as well as political and military leaders. This paper maps Portela's influence on the matrixes of *Jornal Novo* and *Opção*, and identifies the cross-sectional elements that emanate from the figure of the editor-in-chief.

Keywords

journalism; history of the press; Artur Portela Filho; *Jornal Novo*; *Opção*

Introdução

No seu célebre estudo *Comparing Media Systems*, Daniel Hallin e Paolo Mancini, inserem Portugal, Grécia e Espanha no que designam de Modelo Pluralista Polarizado, argumentando que, dada a "transição tardia e contestada para a democracia", houve "distintos padrões de relacionamento entre o mundo dos média e o político". E acrescentam: "Os *media* de circulação maciça nos países mediterrâneos estavam assaz envolvidos nos conflitos políticos que marcam a história desta região", existindo "uma forte tradição para os considerar como um meio de expressão ideológica e de mobilização política" (Hallin & Mancini, 2010, pp. 101–102).

Com o derrube de uma ditadura que vigorou em Portugal durante quase cinco décadas, o fim da censura prévia e a possibilidade de os jornalistas passarem a escrever em liberdade significaram uma alteração fundamental no exercício da profissão. Mas no processo revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, os jornalistas não deixaram de se empenhar profundamente, de tomar partido, enquanto atores políticos, na aceção de Héctor Borrat (1989), relacionando-se, muitas vezes de forma conflituosa, com muitos outros atores, em particular com políticos e militares (Mesquita, 1994; Figueira, 2007; Gomes, 2021).

A compreensão do jornalismo e das práticas jornalísticas num período tão complexo como o da construção da democracia em Portugal é indissociável do estudo dos próprios jornalistas enquanto categoria profissional. Num tempo de profundas mudanças no país, analisar as principais características socioprofissionais dos jornalistas e respetivas transformações permite-nos uma visão de conjunto acerca dessa realidade. Por sua vez, quando olhamos para aspetos singulares, para as biografias, em concreto, dos jornalistas, encontramos, nos detalhes das suas características e dos seus percursos pessoais, traços que nos permitem clarificar múltiplas outras questões: desde escolhas e opções tomadas, contiguidades, até ruturas e conflitos que passariam despercebidos nas abordagens globais.

Neste sentido, mais do que analisar a "comunidade interpretativa", de que fala Barbie Zelizer (1993) ou a "tribo jornalística", como lhe preferiu chamar Nelson Traquina (2004), neste artigo propomo-nos focar no estudo de um jornalista que regressa às redações depois do 25 de Abril de 1974 — Artur Portela Filho —, num período específico do seu percurso profissional, entre 1975 e 1978, para assumir a direção de duas publicações inovadoras. A escolha deste jornalista e deste recorte cronológico justifica-se, desde logo, porque nos permite responder à questão de partida desta investigação: qual a influência de Artur Portela Filho na matriz de dois projetos jornalísticos de que foi fundador e di-

retor, e que surgem em períodos contíguos, mas distintos, o *Jornal Novo* durante o processo revolucionário (1975) e a *Opção* no período da consolidação democrática (1976)?

Ao procurarmos responder a esta questão ficamos também a conhecer aquela que era a sua visão acerca do jornalismo e, em concreto, da prática jornalística a partir de 1975, numa altura em que existia uma “quase unanimidade dos diretores e jornalistas quanto ao seu papel de protagonistas políticos” (Maxwell 1980, p. 15). Assim, iniciamos o artigo com uma síntese biográfica de Artur Portela Filho, centrada no período em análise, seguida de uma contextualização histórico-mediática referente a 1975–1978, passando depois ao estudo das características principais das duas publicações, destacando a ação de Artur Portela enquanto fundador e diretor de ambas. Por fim, apresentamos as principais conclusões desta investigação.

Em busca de respeito, mas com horror ao “respeitinho”

Que fazer quando se nasce filho de um jornalista renomado e respeitado, que pisou palcos de guerra e entrevistou as maiores figuras políticas nacionais e internacionais do seu tempo? Artur Portela (Filho), diretor do *Jornal Novo* e da *Opção*, teve de enfrentar esta questão ao longo da vida. O pai, Artur Portela (1901–1959), ingressou aos 20 anos na equipa editorial fundadora do *Diário de Lisboa*, em 1921. Ao longo de quase quatro décadas fixou o seu lugar na história do jornalismo português como repórter de guerra, cronista e através das entrevistas que realizou a personalidades tão diversas como Winston Churchill, o papa Pio XII, o rei Afonso III de Espanha ou o General Francisco Franco, para além de também ter desenvolvido obra literária.

A 12 de março de 1959, o *Diário de Lisboa* ocupa quase metade da primeira página com a notícia da morte de Portela. Nas duas longas peças, que continuam na totalidade da página 15, o tom é emocionado e não se poupam elogios. “Com a sua morte, o «Diário de Lisboa» perde o mais brilhante, o mais completo e o mais antigo dos seus redatores. E o jornalismo português perde um dos mais notáveis profissionais de todos os tempos” (1959, p.1). A família não é esquecida e o jornal afirma estar a acompanhar a dor da viúva e dos “dois filhos que eram todo o seu orgulho, um dos quais continuará nesta Casa a honrar a memória e a trilhar os passos do seu pai” (1959, p. 15). A referência diz respeito a Artur Portela Filho, à época com 21 anos.

Por “diferenciação” e também por “homenagem” ao pai, Artur Portela, nascido a 30 de setembro de 1937, acrescentou “Filho” no final do nome e assim assinou quase até aos 40 anos (Portela, 2014). Segundo o jornalista Gonçalo Pereira Rosa, Portela Filho “podia ter sido o sucessor natural de Norberto Lopes” à frente do *Diário de Lisboa*. Mas, para isso, teria de aceitar “o exercício da paciência e da subserviência ao doutor Norberto, virtudes (ou defeitos) que Artur Portela cedo demonstrou não ter” (Pereira, 2020). E que também não adquiriu ao longo da vida. “Acho detestável o respeitinho. Acho que não há lugar ao respeitinho, há lugar ao respeito. O respeitinho é uma coisa pequenina, cultural e moralmente medíocre”, declarou em entrevista ao *Público*, em 2018, no seu último testemunho a um órgão de comunicação social (Ribeiro, 2018). Caracterizava-o a “irreverência e a virulência das críticas contundentes a tudo o que se lhe afigurava mesquinho e oportunista”, testemunha também o amigo e companheiro de aventuras jornalísticas José Sasportes (2021).

Artur Portela não viria, de facto, a tornar-se diretor do *Diário de Lisboa*. Deixa o jornal em 1961, apenas dois anos após a morte do pai, acompanhado de outros jornalistas, entre os quais José Sasportes, por se terem incompatibilizado com a direção de Norberto Lopes e Mário Neves. Conta que, na altura, “estávamos inocentemente convencidos que passaríamos rapidamente para outro jornal”, mas “fecharam-nos as portas” (Portela, 2007). Assim começam quase 15 anos de interregno na profissão, reduzido a pouco mais do que colaborações regulares com o *Jornal do Fundão*. Artur Portela leciona no ensino secundário e vai consolidando a carreira de escritor, iniciada ainda na adolescência e fortemente influenciada por Eça de Queiroz, publicando seis obras, entre romances e compilação de crónicas. O livro *O código de Hamurabi*, em 1962, retrata satiricamente, recorrendo a nomes fictícios, os meandros do *Diário de Lisboa*. Em paralelo à literatura, inicia-se já depois de 1970 na publicidade, uma área em que trabalhou com gosto e que viria a considerar, a par do jornalismo, um contributo para o seu percurso como escritor, pois “permite tornar a palavra muito mais certa e a ideia muito mais penetrante e mais clara” (Portela Filho, 1976b). O slogan inicial “*Expresso*, o jornal dos que sabem ler”, do semanário fundado por Francisco Pinto Balsemão, em 1973, é da sua autoria.

O regresso às redações acontece já depois da Revolução de 25 de Abril. Seria fugaz, cerca de três anos, mas de tal forma marcante, que lhe garantiu um lugar na história do jornalismo português. Começa com a fundação do *Jornal Novo*, em 1975, como veremos, o primeiro jornal português lançado em democracia. A liberdade e a qualidade da escrita de Artur Portela Filho, aliadas à sátira traduzida nas fotomontagens inseridas na primeira página, garantiram ao vespertino, quase de imediato, tiragens elevadas. Em fevereiro de 1976, menos de dez meses após ter assumido a direção, Artur Portela é afastado, tal como José Sasportes, novamente por posições opostas, mas desta vez às dos proprietários do jornal. Recordando esse período, Artur Portela afirma que “O patronato em geral e o patronato da comunicação social, em particular, estavam verdadeiramente aterrados, concordavam com tudo, absolutamente «cordeirinhos»” (Portela, 2007).

A 13 de março de 1976, Artur Portela é entrevistado pelo jornalista Fernando Assis Pacheco para o programa “Escrever é lutar” da RTP. Pouco mais de um mês depois do afastamento do *Jornal Novo*, Portela é implacável quando se refere ao vespertino:

Se a revolução devia produzir homens culturais e morais de determinada qualidade, não os produziu com tanta felicidade como isso. E vamos encontrar pessoas que procedem de uma forma muito pouco revolucionária e sem essa capacidade moral que se esperaria de jornalistas, de homens de combate, de lutadores, porque escrever e fazer jornalismo é lutar. (Portela Filho, 1976b)

Nessa entrevista revela estar a preparar um romance inspirado na sua experiência no *Jornal Novo*, (que publicará em 1978, com o título *Fotomontagem*). Também explica que escreve “de jato”, mas depois emenda muito, o que lhe valeu críticas de todos os chefes de tipografias dos jornais por onde passou. A esse propósito, o entrevistador recorda a colaboração de Artur Portela com o jornal *República*, onde Assis Pacheco trabalhara, confessando-lhe que o escritor e jornalista era considerado “um «traste» que aparecia uma vez por semana e que deixava perfeitamente apopléticas duas ou três pessoas na

tipografia". Isto devido a exigências como a inserção ou mudança de lugar de um hífen, ou de uma vírgula. Portela admite a importância dada às vírgulas, mas justifica-se pelo facto de ser um sinal de pontuação "quase psicológico", da qual depende o ritmo de um texto e pela necessidade que sente de "oralizar" o que escreve¹. Desvela, também, a técnica por trás das crónicas contundentes: escrever, depois gravar-se a ler, e a seguir corrigir em cima do que ouvia, emendando até que a pontuação "corresponda àquilo que eu pretendo em termos de ritmo oral, em termos de ritmo musical" (Portela Filho, 1976b).

Tão interessante quanto o que é dito é aquilo que fica por dizer na entrevista a Assis Pacheco. Não há uma palavra sobre a revista *Opção*, o que parece indiciar que, a pouco mais de um mês de ser publicado o número zero, o projeto se mantinha secreto. Todavia, Portela faz uma caracterização do momento político que motiva o lançamento da nova publicação. Diz que "o avanço e o cerco das forças de direita" começam "a tornar difícil, pouco cómodo, o papel do chamado «independente de esquerda»" (Portela Filho, 1976b), um papel que sempre assumiu ao longo da sua existência.

Apesar deste silêncio, Artur Portela contaria mais tarde que a ideia de lançar a revista surgiu "logo após o desentendimento entre a administração, a direção e a chefia da redação do *Jornal Novo* e o conseqüente despedimento de José Sasportes e de quem escreve estas linhas" (Portela, 2014b). É na revista *Opção* que Artur Portela deixa cair o "Filho" que o distinguia do pai homónimo. O facto de ambos partilharem o nome "implicou durante décadas o ónus da comparação", afirma Gonçalo Pereira (2020), mas Artur Portela quis sempre trilhar o seu caminho, a começar na escolha do percurso académico, que o pai desejava que fosse em Direito, mas que passou pela Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (Portela Filho, 1976b). A primeira newsmagazine pós-Estado Novo nasce em abril de 1976, financiada por ele e mais três jornalistas, três meses após o afastamento do *Jornal Novo*, como veremos mais à frente. Começa a assinar apenas Artur Portela, a dois meses de completar 40 anos e um ano antes de a *Opção* fechar, em setembro de 1978, devido a problemas financeiros.

Apesar disso, Portela diz que o fracasso da *Opção* não matou a sua relação com o jornalismo, embora a tenha posto em causa (Ribeiro, 2018). Manteve colaborações com a imprensa ao longo dos anos e também com a rádio TSF e a televisão pública, mas nunca mais voltou a integrar uma redação ou a dirigir um jornal ou uma revista. De 1980 a 2005 fez parte de órgãos reguladores dos média, primeiro o Conselho de Comunicação Social, que chegou a presidir, depois a Alta Autoridade para a Comunicação Social, da qual foi vice-presidente. Morreu aos 83 anos, a 10 de novembro de 2020.

Da revolução à normalização democrática: o agitado contexto das publicações

Um ano após o derrube da ditadura pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em abril de 1975, Portugal vivia um período de acentuada tensão político-militar. Na

¹ O amor à correção da escrita ficou célebre com o caso em que foi interrogado pela polícia política antes do 25 de Abril, tendo Francisco Pinto Balsemão como advogado, e se recusou a assinar o testemunho que dera por ter sido redigido com erros de ortografia. A situação é retratada no documentário "Lápis Azul", de Rafael Antunes (2012), que contou com o testemunho de Artur Portela.

sequência dos acontecimentos do *11 de Março* há uma alteração na “correlação das forças em presença” e uma “nova dinâmica revolucionária” (Rezola, 2007, p. 135) com a criação do Conselho da Revolução, o crescente protagonismo da facção militar próxima do primeiro-ministro Vasco Gonçalves (os chamados “gonçalvistas”), e do Partido Comunista Português (PCP). Isso verifica-se, desde logo, na constituição do IV governo provisório, em que “a deriva comunista tinha alcançado o ponto máximo, depois de ter invertido por algumas semanas o crescente peso do setor moderado, visível desde janeiro de 1975” (Telo, 2007, p. 128). Acrescem medidas emblemáticas como a nacionalização da banca e dos seguros, que significavam, sem dúvida, um posicionamento à esquerda, às quais outras se vão seguir.

Mas as referidas nacionalizações terão reflexos imediatos no setor da Informação. Grande parte das empresas jornalísticas pertencia ao setor bancário e acabam, por essa via, por passar para o domínio do Estado. Da imprensa de âmbito nacional, apenas se mantêm privados os jornais *República*, *Primeiro de Janeiro* e *Expresso*. A partir desta conjuntura avolumam-se as acusações de aproveitamento político da situação dos jornais. O relatório do Conselho de Imprensa, que faz uma análise detalhada do setor naquele período, refere “a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista e a organizações de extrema-esquerda” (1979, p. 43). A luta política era intensa, e os jornais e os jornalistas participavam ativamente nela, tomando posição e intervindo. Por isso, não era de estranhar que a política dominasse as páginas dos periódicos, num tempo de “impossível neutralidade jornalística”, como sustenta Mário Mesquita. O objetivo era “agitar e mobilizar”. Eram recorrentes “a prosa oratória e triunfalista, a repetição dos chavões doutrinários, o silenciamento de acontecimentos relevantes, a transformação de boatos em notícias...” (Mesquita, 1994, p. 364).

Ainda que tudo isto já se viesse a verificar nos últimos meses, o novo contexto político-militar potenciou estas práticas e posicionamentos, acentuando-os. Portugal confronta-se com múltiplos projetos políticos apontando caminhos distintos para o futuro do país (Reis, 1993). O clima extremara-se e polarizara-se, atingindo o ponto mais crítico no chamado «verão quente». O setor dos média, atravessa profundas convulsões (Mesquita, 1994; Cádima, 2001; Figueira, 2007; Lima, 2012; Gomes, 2021), de que os casos do jornal *República* (Mesquita, 1987; Figueira, 2014) e da Rádio Renascença (Ribeiro, 2002) são exemplos paradigmáticos, tal como os saneamentos políticos que ocorreram praticamente em todos os órgãos de informação (Gomes, 2014; Rezola, 2019). São múltiplos os acontecimentos que vão ocorrer até ao *25 de Novembro*, consensualmente considerado o final da revolução portuguesa de 1974-1975. Algo, porém, é evidente, viveram-se meses de “escalada da desordem”, como afirma António Reis (1993, p. 43).

Após o *25 de Novembro* tornou-se urgente resolver a crise político-militar em que o país se encontrava e, sobretudo, clarificar qual seria, a partir daí, o efetivo papel do poder militar. Porém, como sustenta Maria Inácia Rezola, era “inegável a «derrota» da linha gonçalvista, que perde não só as posições que ainda detinha na estrutura do Estado e nos meios militares, como sobretudo qualquer possibilidade de fazer vingar o seu projeto político” (2007, p. 271).

Nesse contexto, o conselheiro da revolução Melo Antunes, da ala militar moderada, propõe a construção do socialismo, tendo por base a proposta do MFA, mas com

a colaboração de todos os partidos, procurando evitar a ilegalização do PCP. A partir daí “todas as alavancas do poder militar ficavam concentradas na mão deste setor” moderado do Conselho de Revolução (Reis, 1994, p. 37). Em fevereiro de 1976, a Plataforma de Acordo Constitucional MFA — Partidos é revista, traduzindo-se numa substancial redução dos poderes dos militares e do Conselho e na atribuição de maior relevância aos partidos políticos. Concomitantemente, António Ramalho Eanes leva a cabo, habilmente, uma profunda reestruturação das Forças Armadas, tendo sido dado passos decisivos para a necessária normalização democrática, com a aprovação da nova Constituição, a 2 de abril, e a realização das primeiras eleições legislativas livres, a 25 de abril (o PS é o partido mais votado). Tratava-se, no fundo, da “ratificação eleitoral do modelo de democracia pluralista que assim se consagrava” (Reis, 1994, p. 39).

O início de 1976 é, também para os média, de grandes mudanças. Depois do 25 de Novembro e das consequentes alterações político-militares, tinham mudado praticamente todas as administrações e direções dos jornais estatizados, e suspensos mais de uma centena de jornalistas. A pouco e pouco, os periódicos tinham regressado às bancas e às suas rotinas, mas continuam marcados, por um bom período, por estes acontecimentos tão duros e profundos. Como sustenta José Luís Garcia, os títulos propriedade do Estado “sofrem várias complicações no processo de ajustamento à nova situação, devido às pesadas estruturas burocráticas herdadas do passado”, mas também “ao repto que representa o surto de liberdade política no contexto da economia de mercado (ainda frágil) entretanto aberto, entre outras razões” (Garcia, 2009, p. 67).

Assiste-se, então, ao “declínio dos vespertinos”, mas também, segundo Mário Mesquita, à “reconstituição do setor privado”. Um setor que continua, sem dúvida, agitado, com títulos a encerrarem e outros a nascerem, numa altura em que o país enfrentava uma situação económica delicada e se preparava para novos sufrágios: eleições legislativas (25 de abril) e a primeira eleição de um presidente da República em democracia, a 27 de junho de 1976 (é eleito Ramalho Eanes). Seguem-se as autárquicas no final do ano, vencendo, uma vez mais, o Partido Socialista.

Com Mário Soares enquanto primeiro-ministro do 1.º e do 2.º governos constitucionais (1976–1978), este é também o período em que Portugal solicita formalmente a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE). Já em 1978 inicia-se uma nova fase, de grande instabilidade política, com uma sucessão de governos de iniciativa presidencial. É também em 1978 que a revista *Opção* encerra portas e se fecha o período em análise neste artigo.

Jornal Novo e o renascer para o jornalismo em revolução

Oito dias antes das primeiras eleições livres, por sufrágio direto e universal da democracia portuguesa, nasce o primeiro jornal diário do pós-25 de Abril de 1974, pioneiro de uma vaga de outros títulos privados que se seguiriam. Pertencia à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), que havia sido criada em maio de 1974 e era, à época, a estrutura patronal com maior relevância. Presidida por Vasco de Melo, defendia a iniciativa e atividade privadas, o que, no contexto do pós-11 de Março, de “euforia nacionalizante”, constituía, desde logo, um traço distintivo e polémico. A sua sede chegou, inclusivamente, a ser assaltada e saqueada.

Num livro que publica décadas mais tarde, Marcelo Rebelo de Sousa, então diretor-adjunto do semanário *Expresso*, recorda que lhe coube “indicar a António Vasco e Melo e José Manuel Morais Cabral (da CIP) o nome de Artur Portela Filho e sondá-lo para diretor” (Sousa, 2000, p. 305). Portela Filho, por sua vez, diz ter sido ele a sugerir a criação do jornal e proposto para diretor, primeiro, Eduardo Lourenço e, depois, Vitorino Magalhães Godinho (Figueira, 2007, p. 208).

A verdade é que é com o apoio de figuras ligadas à CIP que se avança na preparação do projeto, que se chamará *Jornal Novo*. A redação é escolhida por Portela Filho, que é, desde o início, o diretor, e José Sasportes, chefe de redação. Ingressam na redação inicial jornalistas vindos de diferentes periódicos, como Mário Mesquita, Diogo Pires Aurélio, José Manuel Barroso, António Mega Ferreira, Carlos Pinto Coelho, Carlos Ventura Martins, Maria Guiomar, entre outros. Ao longo do ano entrarão nomes como Torquato da Luz, Carlos Veiga Pereira, Alexandre Pomar, Mário Bettencourt Resendes.

O novo jornal unia, assim, várias figuras com o objetivo assumido de ser uma alternativa à imprensa estatizada e, sobretudo, aos apelidados “porta-vozes” do comunismo e do gonçalvismo. Foi, desde o início, um instrumento para o combate político de então e defensor da chamada “legalidade democrática” para o futuro do país. Para o diretor, era óbvio que o contexto revolucionário determinava os objetivos do periódico, ao mesmo tempo que justificava a sua criação. “O *Jornal Novo* nasceu numa e de uma revolução. Estavam em causa valores democráticos essenciais, bem como o jornalismo e os órgãos de comunicação social”, pelo que “a intenção era levar ao limite a razão de ser de um jornal”, recorda Portela (Silva, 2013, p. 157).

Assim, a 17 de abril é publicado o primeiro número do *Jornal Novo*. Ainda a tempo de cobrir alguns dias da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, o vespertino não esconde, aliás, a importância que confere a esse sufrágio. No seu primeiro editorial, cujo título aponta, desde logo, para a ideia de combate por algo novo (“Lutar é criar”) são clarificados vários aspetos que estão na base deste novo projeto e da sua postura no panorama político-mediático. Assume a sua vocação socialista (“*Jornal Novo* é um jornal de vocação socialista. Não sendo partidário, *Jornal Novo* toma partido”); a ideia de jornalismo que está na sua base (“Para *Jornal Novo*, o rigor, a verdade, a crítica, são a própria condição do avanço seguro, e definitivo, da revolução democrática. (...) Jornalismo de ação, de intervenção, de esclarecimento (...)”); e a afirmação da sua independência (“Somos e queremos continuar a ser um jornal independente”) (Portela Filho, 1975a, p. 1)

O Estatuto Editorial do jornal é igualmente publicado nesta primeira edição. Um texto que remete, também ele, para a ideia de participação ativa na construção de um regime democrático em Portugal, estando em total consonância com o primeiro editorial. Surgindo “para participar na construção da democracia política e económica, pluralista, de sentido socializante”, apoiando “as forças progressistas”, o jornal assume as suas pretensões quanto ao exercício de uma “crítica saudavelmente vigilante” e à apresentação de “propostas concretas de ação”. Quanto aos conteúdos do vespertino, fica expresso que estes são definidos, em exclusivo, pela direção e chefia de redação (1976, p. 60). Ou seja, a administração estaria arredada dessas decisões.

Artur Portela Filho, enquanto diretor, vai imprimir um estilo ao jornal que, efetivamente, acaba por distingui-lo dos títulos da época, assegurando que não se afasta desse rumo (Gomes, 2021). Cria um jornal agitador e provocador do poder político-

-militar, sendo as suas manchetes disso exemplo, com fortes e polémicos editoriais e fotomontagens que fizeram história. O ritmo de trabalho na redação era de grande intensidade, tendo em conta a quantidade de acontecimentos que se multiplicavam a toda a hora, e que era necessário cobrir. “Quantas diretas eu fiz ali [na redação]? Quantas diretas alguns fizeram?”, questiona anos mais tarde o então diretor (Portela, 2018).

Juntam-se o grafismo, que, efetivamente, o diferencia dos outros títulos, o formato tabloide e os vários exclusivos que consegue naqueles meses de “brasa”, de que, porventura, a publicação do “Documento dos Nove” numa edição extra (a terceira daquele dia) preparada para o efeito é o mais emblemático (1975, p. 1). Como recorda Artur Portela Filho, houve, de facto, “uma intervenção sonora, polémica e in-submissa” (Silva, 2013, p. 156). As próprias mesas-redondas, que eram organizadas pelo jornal e reproduzidas nas suas páginas, foram, por vezes, provocadoras nas afirmações dos convidados e nos temas escolhidos.

Para João Figueira, não restam dúvidas de que o periódico “marcou de forma indelével” o Verão de 1975, tendo sido “uma das vozes mais irreverentes, mas, ao mesmo tempo, mais escutadas fora dos campos extremados e pouco dialogantes da esquerda e da direita” (Figueira, 2007, pp. 160–161). Mas, de facto, a existir uma “imagem de marca” associada ao *Jornal Novo*, é, sem dúvida, os editoriais e fotomontagens publicados nas primeiras páginas. “Notáveis peças jornalísticas” (Mesquita, 1994, p. 379), destacavam-se pela enorme criatividade, fina ironia e, claro, por se referirem às grandes questões da atualidade.

Os editoriais contavam com a qualidade de escrita e de pensamento de Artur Portela, que, frequentemente, dava também o mote para as montagens de fotografias de Luís Vasconcelos. A sua elaboração contava com uma boa dose de improviso, tendo em conta os poucos meios existentes, conta o próprio Artur Portela:

Eu telefonava-lhe [ao fotógrafo Luís Vasconcelos] e dizia: «precisamos de fotografias, a ideia anda à volta de...». Ele saía, fotografava, chegava lá, estendiam-se as fotografias (...) e com uma tesoura e um frasco de cola, «este aumenta a cabeça...». Nós tínhamos uma fórmula que era a cabeça tinha de ser sempre maior que o tronco para dar a ideia de cabeçudo, da sátira. (Portela, 2018)

As fotomontagens eram publicadas sempre na primeira página e apresentavam-se como um espaço de humor que caricaturou e criticou figuras de proa dos meios político e militar. As consequências de um e de outro caso foram, não raras vezes, controversas, originando confrontos com figuras e órgãos de Poder. Portela Filho aproveitava ao máximo tudo isso, respondendo, nas páginas do periódico, às críticas que os artigos suscitavam: foi assim com Mário Soares, Almeida Santos, Otelo Saraiva de Carvalho e outros.

Entre as dezenas de fotomontagens publicadas, ficariam célebres as múltiplas caricaturas dos rivais Soares/Cunhal e do ministro da comunicação social, Correia Jesuíno, igualmente alvo de vários editoriais bastante duros, particularmente devido ao projeto de lei que o *Jornal Novo* publicou em primeira mão e que provinha do seu ministério². “Obviamente, demita-se”, chega a escrever Portela Filho, num edito-

² Trata-se do chamado “Projeto Jesuíno”, divulgado pelo *Jornal Novo* na edição de 5 de agosto de 1975.

rial dirigido a Jesuíno, utilizando a histórica frase de Humberto Delgado acerca de Salazar (Portela Filho, 1975b, p. 1).

Outro momento marcante e que deu origem a mais uma tomada de posição do diretor do *Jornal Novo* foi o discurso do primeiro-ministro realizado em Almada. Entre os vários assuntos abordados, Vasco Gonçalves refere-se à “libertinagem” que impera em “certa imprensa” e, mencionando o *Expresso*, *Jornal Novo* e *Tempo*, chama-lhes “pasquins”, “libertinos da informação”, acusando-os de estarem “interessados em isolar a classe trabalhadora” e não no “socialismo” (1975, p. 1).

Portela Filho não perde oportunidade de responder, à letra, ao primeiro-ministro e logo coloca em manchete “Eu pasquim me confesso”, juntamente com várias imagens de Vasco Gonçalves. E escreve: “o que há de grave nesta passagem do discurso do Sr. Vasco Gonçalves não é que ele não nos estime, não nos leia, não nos queira, é que ele considere insuportável a imprensa independente, crítica, viva na vontade popular” (Portela Filho, 1975c, p. 1).

Em suma, como sustenta João Figueira, durante o “Verão Quente”, o *Jornal Novo* foi “um ator político sem equívocos: socialista, defensor de uma unidade de esquerda e suporte principal do Documento dos Nove”. Definira “o PS e Mário Soares como as traves-mestras pelas quais passaria a solução política do país, ao mesmo tempo que criticava Vasco Gonçalves e procurava desligar das posições dele o PCP” (Figueira, 2007, p. 190). Referindo-se às principais fontes do jornal, Artur Portela lembra que eram, sobretudo,

peças ligadas ao Grupo dos Nove, algumas pessoas do PS, mas esses memorizados. Nós estávamos mais próximos do Melo Antunes, designadamente, mas não havia, digamos, organização e reuniões... Eram mais eles que nos procuravam do que nós os procurávamos a eles. (Portela, 2018)

Foi igualmente um jornal marcado pela prosa e pelo estilo combativo do seu diretor. O 25 de Novembro, porém, vem introduzir profundas alterações no vespertino ao fim de escassos sete meses de existência.

De acordo com Portela Filho, um dos motivos que levou às mudanças na direção do diário foi a posição que esta assumiu perante os acontecimentos. Ou seja, “a oposição muito clara do jornal às forças que apoiavam a ilegalização do PCP e que aclamavam a destruição da Rádio Renascença à bomba” (Silva, 2013, p. 159). De facto, o que verificamos ao ler as suas páginas logo a seguir ao 25 de Novembro é a defesa de um “projeto viável de esquerda”, fundamentado nas declarações então proferidas pelo conselheiro da revolução Melo Antunes e que o vespertino publica (1975, pp. 1,21).

No entanto, nem todos estariam de acordo com essa via. Afastado que estava Vasco Gonçalves e reduzida a influência do PCP na cena política, o *Jornal Novo* poderia agora encaminhar a sua linha editorial num outro sentido, afastando-se da “esquerda moderada” onde se havia instalado? É uma das questões que se pode colocar.

A 30 de janeiro, um editorial de Artur Portela revela, embora sem nunca se referir a aspetos concretos, o conflito que estaria a ocorrer entre a direção e a administração do jornal:

Mas há vozes que fazem a incomodidade do fascismo. Quando uma dessas vozes é um jornal, e quando esse jornal não está bem suspenso, meio travado, meio

expectante, quando esse jornal é, ainda, a liberdade plena da crítica, a liberdade lúcida da advertência, a liberdade criadora da revolução socialista, essa voz tem de ser calada.

Por alguns daqueles que, há uns meses, juraram ser propriedade regenerada, ser apoio isento, ser democracia, ser liberdade, ser socialismo. (Portela Filho, 1976a, p. 1)

No dia seguinte, José Sasportes reforça as palavras do seu diretor escrevendo que lhes foi montado um “cerco”, baseado na “chantagem direta sobre os trabalhadores, aos quais se diz, claramente, que têm de escolher entre a reorientação do jornal e o desemprego”. Para o jornalista, a “manobra” de controlo do jornal era apoiada pela “ala direita de um partido que assume, no seu rosto oficial, o sorriso da liberdade, mas que, no âmago da sua militância confusa, encerra o desejo do revanchismo, que deverá calar também quem insista em ser singular, não-arregimentável” (Sasportes, 1976, p. 1),

A opção, para a administração, era “a demissão do diretor, dentro de breves dias por nele ter perdido a confiança” ou ainda outras duas hipóteses: “saída da administração e correspondente entrega do jornal aos acionistas” ou “reorganização do jornal”. Segundo a ata da reunião que ocorreu entre administradores, diretor e chefe de redação, publicada no *Jornal Novo*, a decisão a ser tomada pelos administradores teria como fundamento duas razões. Uma que se prendia com “o agravamento da situação comercial do jornal” e outra, “a noção de que a parte editorial do jornal traiu o estatuto, substituindo a sua inserção numa via socializante, através de uma democracia pluralista, por uma opção nitidamente socialista” (1976, p. 1).

No dia seguinte, o jornal já não se publica, regressando apenas duas semanas depois (16 de fevereiro), tendo como diretor interino o antigo subchefe de redação, Torquato da Luz. Artur Portela Filho tinha sido definitivamente afastado de um projeto que criara e no qual deixou a sua impressão digital.

Opção, o sonho maior de final traumatizante

Apesar do êxito meteórico, os princípios ideológicos de Artur Portela fizeram-no entrar em rota de colisão com os proprietários do *Jornal Novo*. Aos 38 anos, estava decidido a não voltar aos bastidores do jornalismo e começou a pensar num novo projeto. Nas suas palavras, um dos seus defeitos era “ser, talvez, excessivamente rápido” (Portela Filho, 1976a), mas essa característica foi certamente útil para menos de três meses após o afastamento do jornal da CIP estar a lançar, com alguns dos jornalistas que o acompanharam, o número zero da revista *Opção*, a 22 de abril de 1976, ou seja, precisamente quando o *Jornal Novo* completava o primeiro ano de vida. Um facto que diz muito sobre a personalidade determinada e aguerrida de Portela como motor da primeira e até agora única newsmagazine portuguesa classificável como “militante” (Cardoso, 2021).

Os objetivos ideológicos da revista eram claros, implícitos na data de lançamento, e alinhados com os perseguidos no título de onde a maior parte do corpo redatorial vinha: “Queríamos debater Portugal. Queríamos debater Portugal no Mundo. Queríamos contribuir para a criação de um espaço de diálogo à esquerda”. A escolha do formato semanal não foi inocente, mas relacionada com o desejo de “aprofundar

o nosso tipo de intervenção jornalística, agora com uma periodicidade que permitia outra variedade e outro alcance” (Portela, 2014b).

A responsabilidade na *Opção*, contudo, era outra. Com o amigo de sempre, José Sasportes, acompanhados de Carlos Veiga Pereira e José Manuel Teixeira, todos vindos do *Jornal Novo*, Artur Portela constituiu a FRENTE – Sociedade de Publicações Lda., e tornou-se proprietário para além de diretor do novo meio de comunicação social. O modelo de gestão por jornalistas na imprensa tinha um precedente à época com êxito, o semanário *O Jornal*, lançado a 2 de maio de 1975, com direção de Joaquim Letria. Apostar numa revista foi diferenciador, e a *Opção* torna-se a primeira newsmagazine a nascer em democracia, tendo como fontes principais de inspiração a francesa *L’Express*, a americana *Newsweek* e a italiana *L’Espresso* (Portela, 2014b). Para além dos fundadores, vieram com Portela do *Jornal Novo* Alexandre Pomar, Maria Guiomar Lima e Mário Bettencourt Resendes. A redação era pequena, mas reforçada com 14 colaboradores efetivos.

O percurso de Artur Portela na publicidade sensibilizara-o para a importância dos títulos. A escolha do nome da revista é explicada no primeiro editorial que assina, intitulado “Opção qual, por quem, como?”. A publicação assume-se como um semanário que “pretende ser a voz que a Esquerda pode e deve ser — a voz forte da razão, da competência, do futuro”. Voz essa que “se quer criativa, e não apenas defensiva, o que é na informação de Esquerda, lamentavelmente raro” (Portela Filho, 1976b, p. 15). O diretor clarifica no editorial o posicionamento ideológico da equipa, afirmando “somos socialistas independentes”, que respondem apenas “aos interesses da maioria esmagadora do povo português — os trabalhadores”. Os parágrafos finais do primeiro editorial sintetizam e respondem de forma final às perguntas do título, ao mesmo tempo que dão conta do espírito do tempo e do estado de espírito dos jornalistas/proprietários:

Aqui estamos todos nós, jornal e leitores um pouco mais ameaçados, mas mais experimentados, mais doridos mas mais fortes, mais graves mas mais decididos.
«Opção», pois, por um socialismo libertador, fecundo e original.
«Opção», pois, por um jornalismo, renovador, analítico e claro. (Portela Filho, 1976b: 15)

O Estatuto Editorial tem apenas quatro pontos e consagra os princípios da nova revista, o seu espírito de missão e de instrumento ao serviço da consolidação da democracia. Sublinha a independência do jornalismo que se pretende desenvolver semanalmente, o apego a “uma política de esquerda convergente, realista, criativa e eficaz” (1976, p. 60), e a vontade de ter sempre a redação envolvida nos destinos da revista.

Com 68 páginas e desenho gráfico assinado pelos pintores Isabel Laginhas e Luiz Duran, a *Opção* aposta numa capa com um tema único, ilustrado apenas por uma imagem, muito semelhante ao estilo da francesa *L’Express*, à época, e que demonstra a confiança no assunto escolhido para destaque, responsabilidade da direção. Mas a irreverência de Portela traduz-se logo no logótipo que recorre a uma fonte inusitada, pouco formal, em minúsculas, sem qualquer tipo de fundo. As vogais são inclinadas, o til foge do A, a caminho do O. As duas consoantes juntas, se retirarmos a cedilha,

têm como leitura PC, a sigla abreviada do Partido Comunista Português. O logótipo da revista vai variando de cor ao longo das semanas, algo que, por norma, só acontece em títulos instituídos e muito raramente (Cardoso, 2015), numa lógica oposta à da moldura da imagem de capa, sempre vermelha, remetendo para a *Time*, a revista americana fundadora do conceito moderno de newsmagazine. O mesmo tipo de letra informal é usado no interior da revista para designar as cinco grandes secções: “Portugal”, que corresponde a dois terços da revista, “Colunistas”, “Mundo”, “Cultura” e “Documento Opção”, de grande reportagem. O papel brilhante e colorido da capa contrasta com o absolutismo do preto e branco nas páginas interiores.

Uma das grandes apostas da *Opção* foi na relação de transparência com os leitores, a quem promete manter-se atento, realizando regularmente sondagens para auscultar as suas opiniões e necessidades. Assim, no número zero, publica uma cópia integral da escritura de constituição da FRENTE – Sociedade de Publicações Lda. Afinal, a revista era uma “empresa de jornalistas, órgão de jornalistas. Todos alérgicos à manipulação” (Portela, 2007), por isso, havia que prestar contas de tudo, até financeiras, algo até hoje pouco usual no tecido empresarial português. Ficamos assim a saber que os quatro jornalistas fundadores da FRENTE eram proprietários de quotas iguais que somavam 160 contos, cerca de 20 mil euros a valores de fevereiro de 2021³.

A proximidade com o leitor viria a desenvolver-se em espaços próprios de diálogos semanais, em tom informal, paralelos ao editorial, na sondagem anual (“Por uma «Opção» melhor”), assim como em variados concursos e passatempos.

Regressando ao número zero, na secção “cartas ao director”, Artur Portela resolve ir para lá dos habituais testemunhos elogiosos e votos de confiança na nova publicação que recolhe junto de personalidades diversas – o ministro do Comércio Interno, Macaísta Malheiros, Henrique de Barros, ex-Presidente da Assembleia Constituinte, o maestro António Victorino d’Almeida, e a escritora Maria Velho da Costa, à época, Presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Misturado com a realidade, surge um leitor fictício, mas bem conhecido do universo literário de eleição de Artur Portela. Trata-se do personagem Fradique Mendes, que assina uma missiva comemorativa do “1.º centenário da revista «Opção»”, que termina dizendo que “a cultura portuguesa no século XX se divide em dois períodos: um triste e morto (ressalvada uma certa época do extinto «J.N.» anterior à «Opção»); e outro, brilhante, que acompanha a carreira fulgurante da «Opção»” (1976, p. 64). O humor, a irreverência e a crítica de Artur Portela Filho brilham com a intensidade da crença no êxito da aposta. Está lançado, assim, o estilo que pontua a vida da revista. A partir do número um, a *Opção* passa a contar com duas páginas semanais de “Conde de Abranhos”, a crónica ficcional assinada por Portela, que mistura ironia e crítica política, campos prediletos do jornalista e escritor.

A sátira ganha espaço discreto, mas fixo, também na capa a partir do número 1. No rodapé da moldura vermelha passa a ser inserido um pequeno comentário cifrado. No primeiro lê-se “Ah! Senhor, vede bem o partido que tomais”, atribuído a Molière, que se percebe ser uma mensagem para Mário Soares, o protagonista da

³ Valor atualizado no site IPC do Instituto Nacional de Estatística (https://www.ine.pt/ine/ipc/ipc_a_novo.jsp).

capa. Como líder do PS, o partido vencedor das primeiras eleições democráticas do país, mas sem maioria, Soares preparava-se para escolher aliados. Ainda na capa, ficam célebres as múltiplas ilustrações assinadas pelo pintor António Alfredo, muitas delas caricaturas de políticos.

Em termos de mistura entre factos, ficção, ironia e sátira política, o momento mais icónico da breve vida da revista acontece para assinalar o primeiro ano da publicação, sublinhado com um “Parabéns a “nocês!”” que cruza o canto superior direito da edição de 21 de abril. Nesta capa e nas quatro semanas seguintes o tema e a imagem satírica dizem respeito às entrevistas ficcionais apelidadas de «tipo “Play Boy”». Estes espaços alargavam-se por várias páginas e eram “diálogos” hilariantes com os principais protagonistas políticos da época, os líderes dos quatro maiores partidos – Diogo Freitas do Amaral (CDS), Francisco Sá-Carneiro (PPD-PSD), Mário Soares (PS), Álvaro Cunhal (PCP) –, entrevistados por esta ordem, sendo a última com o Presidente da República, General António Ramalho Eanes (Cardoso, 2021). Mas imediatamente antes deste período de quase delírio, no editorial de 7 de abril, Artur Portela anunciara uma novidade de mau augúrio, o aumento de 25% no preço de capa, uma “consequência inevitável” para uma revista que “não vive à custa do Estado” e não “faz parte de nenhum grupo de empresas”. O mais preocupante Artur Portela escreve a itálico, em jeito de alerta: a subida de preço “*não cobre o aumento dos custos de produção deste semanário*” (Portela Filho, 1977, p. 16). O apogeu da ironia coincide com o agravamento das condições financeiras da publicação.

Quando a *Opção* surge no mercado, não havia outra revista semanal de informação geral em circulação, uma vez que a distribuição da *Vida Mundial*, que existia no formato newsmagazine desde 1967, tinha sido interrompida. A solidão dura apenas duas semanas, mas regressa de vez em fevereiro de 1977, com o encerramento da *Vida Mundial*, dois meses antes do primeiro aniversário da *Opção*. Logo após o fecho da única concorrente direta, a tiragem média da revista de Portela sobe três mil exemplares, atingindo os 23 mil em março. O facto tem eco no Editorial de aniversário (Portela, 1977, pp. 18–19) que refere vendas e tiragens em crescimento. Contudo, uma leitura mais atenta mostra bem que o primeiro ano de vida, não tinha sido apenas ou maioritariamente de alegrias, mas sim de luta constante. Após o obrigatório balanço e o elencar de conquistas e batalhas num espaço de opinião excepcionalmente alargado a duas páginas e em que a designação “Filho” abandona o nome de Artur Portela (na ficha técnica só desaparece três meses mais tarde), fazem-se referências a obstáculos relacionados com o aumento de preço do papel, associado à progressiva escassez deste recurso essencial. Adianta-se a possibilidade de ser necessário reduzir a qualidade do papel, garantindo-se que, a registar-se, não haverá implicações na qualidade da publicação. A alteração acontece logo três semanas depois, a meio das entrevistas «tipo “Play Boy”», menos de um mês depois da subida de preço. A capa mantém a sua luxuosa imponência, mas no interior a textura e a qualidade das páginas assemelham-se às de um jornal.

O esforço para manter a *Opção* em circulação torna-se cada vez mais evidente com o avançar dos meses e um sinal dramático é o segundo aumento de preço do ano, repentino e não anunciado, a 15 de dezembro. No espaço de nove meses, a *Opção* passa a custar mais 50% e, pela primeira vez, não dá justificação aos leitores dos seus atos, quebrando o laço de confiança que tanto alimentara. Cinco meses

depois, o segundo aniversário, em abril de 1978, comemora-se no espaço não assinado “Dois dedos de conversa com o leitor”, e não no editorial. O título, “Entramos no 3.º ano”, lê-se como um sinal de esperança, mas a voz da revista explica que “a crise económica retrai o público e os anunciantes”, deixando ainda a nota de que em Portugal “os jornais são em número excessivo” (1978, p. 16).

Mais cinco meses volvidos, a 21 de setembro de 1978, também em espaço sem assinatura, a publicação dá conta de que está a analisar, através de uma sondagem, o interesse que os seus leitores podem ter “em participar no capital social de uma nova empresa proprietária desde semanário”, em virtude da “crise generalizada da imprensa, consequência da crise económica” que assola o país (1978, p. 21). Uma semana mais tarde, há novo ponto da situação que nada acrescenta. A capa retrata o então presidente da República, Ramalho Eanes, e indica duas datas diferentes, 29 de setembro, à esquerda, e 14 de setembro, à direita. Ambas estão erradas, tal como a numeração da revista (125 em vez de 127). Tudo especialmente estranho numa publicação dirigida por um perfeccionista como Portela. Na habitual discreta frase em rodapé é deixada uma pista: “Não pedimos desculpa por esta interrupção”, assinada “Anónimo”. Sem outras explicações, a edição de 28 de setembro de 1978 é a última *Opção* publicada, um ano e meio depois de estar no mercado como única representante das newsmagazines portuguesas (Cardoso, 2021).

Sobre o desfazer daquele que parece ter sido o seu maior sonho, Artur Portela confessa o que sentiu:

jornalista e escritor, filho de jornalista e escritor, neto de escritor e publicista (...), o fim, forçado, financeiro, do projecto de um semanário de jornalistas, pelo qual lutámos arduamente, só podia ser, para mim, uma grande perda e um fortíssimo trauma. (Portela, 2014a)

Ainda não era desta que tinha chegado o tempo da newsmagazine triunfar na história da imprensa portuguesa, mas também é verdade que a *Opção* sempre se autodenominou como “semanário” e até como “jornal”, negando a natureza híbrida que é a essência deste tipo de publicação. Uma newsmagazine apresenta vários pontos de contacto com um jornal semanário, mas é uma revista. Isso obriga a um conjunto de regras de *design* e imagéticas que a *Opção* ignorou, posicionando-a como o título mais difícil de classificar no conjunto das 15 newsmagazines de que há registo conhecido em Portugal (Cardoso, 2015).

Conclusões: dois projetos distintos, a mesma irreverência

De 1975 a 1978, *Jornal Novo* e *Opção* assinalam o regresso de Artur Portela ao jornalismo para dirigir o primeiro jornal e, logo de seguida, a primeira newsmagazine pós-25 de Abril. Tanto o diário como a revista são pensados e estruturados à imagem da sua personalidade combativa, irreverente, temerária e livre, assim como pela sua crença no poder transformador do jornalismo e dos jornalistas. Jornal e newsmagazine apostam num amplo protagonismo da política nacional e regem-se ideologi-

camente por um “socialismo independente”, que Portela advoga em prol de uma democracia pluralista e de uma absoluta liberdade de Imprensa e independência dos média. Ainda no campo das semelhanças, os editoriais interventivos dos dois títulos primam pela qualidade literária, o apelo à ação em permanente diálogo com os leitores, fomentando o debate público, assim como a crítica política e o envolvimento em polémicas. Outro traço que atravessa as duas publicações, fruto da influência do seu diretor, é o recurso ao humor, quase sempre envolvendo políticos ou militares, ficando célebres as fotomontagens nas primeiras páginas do *Jornal Novo* e os *cartoons* nas capas da *Opção*.

Apesar da proximidade destes dois projetos, algumas diferenças estruturais os separam. A começar pela estabilidade e desafogo financeiro que uma estrutura administrativa sólida (CIP) garantia ao *Jornal Novo*, quando comparada com a instabilidade de uma publicação propriedade de quatro jornalistas como a *Opção*. Outro elemento diferenciador tem que ver com a responsabilidade pelos conteúdos editoriais, assumida pela estrutura de direção no caso do diário e envolvendo também a redação no caso da *Opção*. Em termos de impacto público, enquanto Artur Portela esteve à frente do *Jornal Novo*, este foi absolutamente marcante durante o PREC, enquanto título alternativo à imprensa estatizada, atingindo tiragens expressivas, e dando protagonismo a outros atores políticos e militares. Na revista iniciou um percurso mais discreto, que se foi tornando progressivamente mais reduzido à medida que as dificuldades financeiras se avolumaram.

Na *Opção*, Artur Portela Filho não conseguiu reunir as condições para explorar as potencialidades da newsmagazine sonhada, mas também é verdade que enquanto a *Opção* esteve nas bancas foi sempre nomeada, pensada e sentida como jornal semanário, totalmente alheio à natureza de uma revista, como se tivesse nascido noutra corpo. Essa alma de jornal era visível nas páginas interiores permanentemente a preto e branco, quando a cor é uma marca distintiva de uma revista, tal como a qualidade do papel, que empobrece na fase final. Por outro lado, Artur Portela transporta para a *Opção* a lógica dos jornais e dedica cerca de dois terços da revista à política nacional, contrariando o espírito original de uma newsmagazine, que pretende ser síntese do que de mais importante se passa ao longo da semana, dentro e fora de fronteiras, em todas as áreas da informação. E se o jornalismo de newsmagazine pode ser classificado como interpretativo, não é engajado, ideológico, como foi o da *Opção*, o que a tornou uma experiência *sui generis*, até hoje irrepetível, justificada pelo momento histórico em que se insere, mas difícil de arrumar na história da newsmagazine em Portugal.

O trabalho desenvolvido na primeira página do *Jornal Novo*, que granjeou reconhecimento público a Artur Portela, vivia da justaposição das fotomontagens satíricas com os Editoriais acutilantes na primeira página, de grandes “caixas” jornalísticas, de títulos expressivos e controversos, caminho que o diretor não conseguiu continuar a trilhar na *Opção*. A prosa apaixonada de Portela tornou-se oculta, interior, longe do olhar nas bancas, ao mesmo tempo que nas capas, o instrumento de venda mais importante de uma revista, a forma abafava o conteúdo. E, assim, a irreverência única, às vezes genial, de Artur Portela (Filho) perdeu o seu lugar privilegiado e acabou ofuscada entre paredes de papel de jornal a preto e branco, embrulhadas numa magnífica capa de papel couché.

Referências bibliográficas

- Borrat, H. (1989). El periódico, actor del sistema político. *Anàlisi: Quaderns de comunicació i cultura*, 12, 67–80. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4070131>
- Cádima, F. R. (2001). Os «Media» na Revolução (1974–1976). Em J. M. Brandão de Brito, (Coord.), *O País em Revolução* (pp. 321–358). Editorial Notícias.
- Cardoso, C. R. (2015). *A newsmagazine em Portugal: 70 anos até à consolidação do conceito* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/20009>
- Cardoso, C. R. (2021). Uma newsmagazine militante: *Opção* (1976–78). Em C. Baptista, J. P. Sousa & C. Azevedo (Coords.), *Para uma história do jornalismo em Portugal II* (pp. 215–235). ICNOVA.
- Conselho de Imprensa. (1979). *A imprensa escrita em Portugal: Abril de 1974 a Julho de 1976*. Editora Conselho de Imprensa.
- Diário de Lisboa (1959, março 12). A morte de Artur Portela. *Diário de Lisboa*, 15.
- Diário de Lisboa (1959, março 12). Morreu Artur Portela que foi um grande jornalista e que há 38 anos era redactor do «Diário de Lisboa». *Diário de Lisboa*, 1.
- Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. MinervaCoimbra.
- Figueira, J. (2014). Caso República. A morte de um jornal cansado de lutar. Em M. I. Rezola & P. M. Gomes (Coords.), *A Revolução nos Média* (pp. 53–78). Tinta-da-China.
- Garcia, J. L. (Ed.). (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI*. ICS.
- Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia Editores.
- Gomes, P. M. (2021). *A Imprensa na Revolução. Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975*. Imprensa Nacional.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação e Política*. Livros Horizonte.
- Jornal Novo (1975, abril 17). Estatuto Editorial. *Jornal Novo*.
- Lima, H. (2012). *A Imprensa portuense e os desafios da modernização*. Livros Horizonte.
- Maxwell, K. (1980). *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy*. Greenwood Press.
- Mesquita, M. (1987). O caso República: o símbolo destruído. *Cadernos de Imprensa*, 9–30.
- Mesquita, M. (1994). Os Meios de Comunicação Social. Em A. Reis (Coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (pp. 361–405). Círculo de Leitores.
- Pereira, G. (2020, 11 de novembro). Portela, um gigante contrariado. *Ecosfera*. <http://ecosfera-portuguesa.blogspot.com/2020/11/portela-um-gigante-contrariado.html>
- Portela, A. (1977, abril 21). Um ano depois, um ano antes. *Opção*, 52, 18–19.
- Portela, A. (2007, dezembro 20). *Entrevista de Carla Rodrigues Cardoso a Artur Portela* (inédita) [Comunicação pessoal].
- Portela, A. (2014a, setembro 4). Re: *Semanário/ Revista e Trauma* [Comunicação pessoal].
- Portela, A. (2014b, setembro 4). *Respostas* [Comunicação pessoal].
- Portela, A. (2014, setembro 8). *Um esclarecimento de pormenor* [Comunicação pessoal].
- Portela, A. (2018, janeiro 18). *Entrevista de Pedro Marques Gomes a Artur Portela* (inédita) [Comunicação pessoal].
- Portela Filho, A. (1975a, abril 17). Lutar é Criar. *Jornal Novo*, 1.
- Portela Filho, A. (1975b, agosto 11). Obviamente, demita-se. *Jornal Novo*, 1.

- Portela Filho, A. (1975c, agosto 19). Eu pasquim me confesso. *Jornal Novo*, 1, 9.
- Portela Filho, A. (1976a, janeiro 30). Editorial. *Jornal Novo*, 1.
- Portela Filho, A. (1976b, abril 22). Opção qual, por quem, como? *Opção*, 0, 15.
- Portela Filho, A. (1977, abril 7). Ler este editorial custa 5\$00. *Opção*, 50, 16–17.
- Reis, A. (1993). A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização. Em A. Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo* (vol. 3, pp. 13–62). Publicações Alfa.
- Reis, A. (1994). O Processo de Democratização. Em A. Reis (Coord.), *Portugal 20 Anos de Democracia* (pp. 19–39). Círculo de Leitores.
- Rezola, M. I. (2007). *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Esfera dos Livros.
- Rezola, M. I. (2019). Romper com o passado: A Revolução nos Média (Portugal, 1974–1975). *Media & Journalism*, 19(35), 249–262. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_17
- Ribeiro, Nelson. (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. UCP.
- Ribeiro, Nuno. (2018, 3 de setembro). Artur Portela Filho: "O PS impacienta-me extraordinariamente". *Público*. <https://www.publico.pt/2018/09/03/politica/noticia/acho-detestavel-o-respeitinho-1842592>
- Sasportes, J. (1976, 31 de janeiro). Editorial. *Jornal Novo*, 1.
- Sasportes, J. (2021, 18 de janeiro). Artur Portela: O jornalismo é um romance. *Público*. <https://www.publico.pt/2021/01/18/culturaipsilon/noticia/artur-portela-jornalismo-romance-1945998>
- Silva, J. C. (2013). *1975 – O Ano do Furacão Revolucionário*. Porto Editora.
- Sousa, M. R. de. (2000). *A Revolução e o Nascimento do PPD* (Vol. 1–1). Bertrand Editora.
- Telo, A. J. (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade* (Vol. 1). Presença.
- Traquina, N. (2004). *A Tribo Jornalística—Uma Comunidade Transnacional*. Editorial Notícias.
- Zelizer, B. (1993). Journalists as interpretive communities. *Critical Studies in Mass Communication*, 10(3), 219–237. <https://doi.org/10.1080/15295039309366865>

Notas biográficas

Carla Rodrigues Cardoso é doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Na Universidade Lusófona é Professora Auxiliar, investigadora no CICANT, dirige a Licenciatura em Comunicação e Jornalismo, e o Mestrado em Estudos do Jornalismo e dos Média. Investigadora principal do projeto "IM Lab (Intersectionality Media Lab) – The Joacine Katar Moreira Case Study" (COFAC/CICANT/PhDResearcher/2020), integra a equipa do projeto FCT "Para uma História do Jornalismo em Portugal" (PTDC/CCI-JOR/21844/2017), no âmbito do qual foi desenvolvido este artigo.

ORCID ID: 0000-0003-0790-6924

Ciência ID: 7D10-6290-4765

Morada institucional: Universidade Lusófona, Campo Grande 376, 1749-024 Lisboa, Portugal

Pedro Marques Gomes é doutorado em História Contemporânea pela NOVA-FCSH, professor na Escola Superior de Comunicação Social do IPL e investigador integrado no HTC-NOVA-FCSH. Coordena atualmente o projeto de investigação « À frente da Revolução: os jornalistas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)» (IPL/2020/JorRev_ESCS), financiado pelo IPL.

ORCID ID: 0000-0002-3189-3388

Ciência ID: 9F16-36EF-3B4B

SCOPUS ID: 57214220523

Morada institucional: Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal

How to cite:

Cardoso, C.R., & Gomes, P. M. (2021). Artur Portela (Filho) e as marcas de uma irreverência única no *Jornal Novo* e na *Opção*. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 37–55. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_1

Submetido | Received: 2021.03.30

Aceite | Accepted: 2021.07.26

(Página deixada propositadamente em branco)

Covid-19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo?

Covid-19: A pandemic that reconfigures journalism?

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3

Felisbela Lopes

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS
felisbela@ics.uminho.pt

Clara Almeida Santos

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20
clara.santos@uc.pt

Ana Teresa Peixinho

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20
ana.cristo@fl.uc.pt

Olga Estrela Magalhães

Universidade do Porto, Faculdade de Medicina
Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde – CINTESIS
olgagalhaes@med.up.pt

Rita Araújo

Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade – CECS
ritaaraujo@ics.uminho.pt

Resumo

O vírus SARS-CoV-2 foi detetado pela primeira vez em Portugal a 2 de março de 2020. De 18 de março a 2 de maio, o país viveu em confinamento, sob estado de emergência, sempre reportado pelos *media* noticiosos, que assumiram, claramente, uma orientação dos cidadãos, procurando constituir-se como uma frente de combate à pandemia. A velocidade do vírus intensifica-se, a noticiabilidade diminui, mas o jornalismo vai sempre dando destaque à Covid-19. *A cobertura noticiosa da pandemia provocada pelo SARS-CoV 2 foi ocasião para alguns sinais de mudança no jornalismo?* Esta é a pergunta que conduzirá um inquérito feito à classe jornalística e uma análise à imprensa diária, que envolveu o estudo de 2.933 textos noticiosos que apresentam 6.350 referências a fontes de informação. Os resultados dessa investigação salientam mudanças que levam a pensar numa alteração substancial dos processos de seleção das

fontes de informação, o que pode contribuir para um reajustamento do espaço público jornalístico.

Palavras-chave

Covid-19; jornalismo; fontes de informação; literacia em saúde

Abstract

Portugal registered the first cases of infection by SARS-CoV-2 on March 2nd 2020. From March 18th, until May 2nd, the country was in lockdown. The situation was always reported by news media, who assumed the responsibility of guiding citizens' and tried to become a weapon against the pandemic. As the spreading of the virus becomes faster, the news coverage slows down. Nonetheless, throughout the year, journalism keeps highlighting the pandemic. *Was the SARS-CoV-2 news coverage a trigger for some change in journalism?* This question leads to the present research that includes a survey amongst journalists and an analysis of the Portuguese daily press. The corpus comprises 2933 news pieces and 6350 references to news sources, and the analysis indicates some novelties that might indicate a significant change in the selection of news sources that may contribute to a readjustment of the media public space.

Keywords

Covid-19; journalism; news sources; health literacy

1. Introdução

Depois de hesitações, a Organização Mundial de Saúde decreta a Covid-19 como uma pandemia, a 11 de março de 2020. Nessa altura, o novo coronavírus tinha infetado mais de 118 mil pessoas em 114 países e provocado já 4291 mortes. A primeira morte por SARS-CoV-2 aconteceu na China a 10 de janeiro de 2020. A 24 de janeiro de 2020, o coronavírus chega à Europa. Portugal registou as duas primeiras pessoas infetadas a 2 de março de 2020. A 16 de março, o Governo português anunciou a suspensão das atividades presenciais nos estabelecimentos de ensino, das creches ao ensino superior. A 18 de março, o Presidente da República decretava o estado de emergência por 15 dias, renovado a 2 e 17 de abril de 2020, estendendo-se, assim, até 2 de maio de 2020. Nesse tempo, o país viveu em confinamento, sempre reportado pelos *media* noticiosos, que assumiram uma orientação dos cidadãos para comportamentos preventivos da doença, procurando constituir-se como uma frente de combate à pandemia, importante para ajudar o país a 'ficar em casa'.

Neste artigo, questiona-se se *"a cobertura noticiosa da pandemia provocada pelo SARS-CoV 2 foi ocasião para se evidenciarem alguns sinais de mudança no jornalismo"* a fim de equacionar possíveis alterações estruturais no campo jornalístico, que podem vir a ter consequências em termos de mudança de paradigma na história do jornalismo português. Para isso, analisa-se um inquérito feito à classe jornalística sobre o trabalho desenvolvido a propósito do SARS-CoV-2, bem como a cobertura feita por dois jornais diários portugueses (*Público* e *Jornal de Notícias*) em três períodos: entre 18 de

março e 2 de maio de 2020; 9 de novembro e 23 de dezembro de 2020 e 15 de janeiro e 26 de fevereiro de 2021, num total de 2.933 peças noticiosas que incluem 6.350 referências a fontes de informação. Percorrendo esse período, constata-se que em tempo de confinamento do país houve uma assinalável mobilização das redações em torno do noticiário sobre a pandemia: mudaram-se ritmos de produção noticiosa (muitos jornalistas ficaram em teletrabalho e os outros sujeitos a restrições de movimentos); alteraram-se alinhamentos; introduziram-se novos temas; alargaram-se as fontes de informação; abriram-se plataformas para conversar à distância com certos interlocutores; desenvolveram-se formatos mais centrados na literacia em saúde; a informação de fontes científicas era muita e nem sempre fiável, pois a comunidade científica estava perante um novo vírus, cujo comportamento era desconhecido, o que exigiu aos jornalistas um esforço acrescido na seleção e confirmação das fontes de informação.

A história dos *media* e, particularmente, a história do jornalismo, é também a compreensão e problematização da evolução das práticas profissionais, bem como a análise e sistematização do papel do campo discursivo do jornalismo na construção da esfera pública. É certo que a perceção de mudanças estruturais e a delimitação de novos paradigmas (Charron e Bonville, 2012) exigem distanciamento, até por envolverem um conjunto complexo de fatores — evoluções tecnológicas com impacto nos dispositivos de mediação e no quotidiano dos profissionais (Kawamoto, 2003; Vos & Heinderyckx, 2015); mudanças nos contextos político-sociais, com impactos diretos e indiretos na constituição e regulação profissional (Fidalgo, 2005; Lopes, 2015), etc. — identificados por especialistas deste campo de estudos (Correia & Baptista, 2007; Tengarrinha, 2013; Sousa, 2001, 2008 e 2011). Não deixa, porém, de ser importante construir uma narrativa do presente (Motta, 2005), assente em estudos de caso particulares, que permitam dar conta de sinais de mudanças, de inflexões, derivas e alterações em curso.

O estudo de caso que se apresenta neste artigo, partindo da pergunta acima enunciada, possibilitará documentar alterações recentes na *práxis* jornalística em Portugal, decorrentes de um acontecimento disruptivo, como é a pandemia de COVID-19, com impactos a diversos níveis na reconfiguração do jornalismo.

2. Enquadramento teórico: a comunicação em saúde e a importância das fontes jornalísticas em contextos pandémicos

O surgimento do vírus SARS-CoV-2, detetado em finais de dezembro de 2019, constituiu uma emergência de saúde pública que requer uma gestão muito controlada, em termos de comunicação de risco em saúde. O desenvolvimento rápido do vírus levou as pessoas a procurar informação de saúde que as ajudasse a adaptar comportamentos individuais (Paakkari & Okan, 2020), a esclarecer dúvidas e, por conseguinte, a limitar os contágios. À medida que o vírus se multiplicava, também a informação em torno da pandemia se multiplicava por diversos canais. Um pouco por todo o mundo, as pessoas estavam recolhidas nas suas casas e os *media*, nas suas várias formas, tornaram-se a fonte primária de informação de saúde (Mheidly & Fares, 2020). Neste cenário, o jornalismo enfrentava novos desafios, nomeadamente no acesso às fontes de informação e na relação entre estas e os jornalistas; alteração de rotinas de produção; aumento da circulação de informação falsa e desinformação, apenas para citar alguns exemplos.

No contexto de uma crise de saúde pública, a comunicação assume-se como um elemento essencial — isto mesmo já tinha sido demonstrado em surtos anteriores, como a epidemia de Ébola (Goldberg et al., 2015) ou de Zika (Vraga & Jacobsen, 2020), em 2014 e 2015–2016, respetivamente. De facto, este tipo de crises sanitárias vem reforçar a centralidade da informação como uma ferramenta que pode ajudar a reduzir a incerteza e a ansiedade (Casero-Ripollés, 2020), mas também como um elemento crítico na própria disseminação da doença (Goldberg et al., 2015). Assim, são vários os autores que reconhecem a importância da comunicação em saúde como uma arma no combate à Covid-19 (Finset et al., 2020; Fielding, 2020), e os *media* constituem-se como aliados indispensáveis nas respostas públicas a emergências de saúde, operando como mediadores entre governos, instituições de saúde e os públicos (Mheidly & Fares, 2020). A natureza complexa e desconhecida da pandemia catapulta os *media* para um papel de relevo, funcionando como “os olhos do público”: “os canais de *media* tornam-se janelas através das quais o público procura informação correta, factos científicos sólidos, decisões governamentais e reações do público em geral” (Mheidly & Fares, 2020).

Dada a extensa continuidade temporal da situação pandémica, a cobertura mediática que começou por alicerçar-se em valores-notícia como o inesperado, o impacto e a abrangência do acontecimento, passou a ser ditada também pela continuidade. Os picos de atenção suscitados por surtos cada vez mais frequentes ou outros focos de noticiabilidade alternavam com as próprias rotinas instituídas pelas fontes de informação oficiais, quer políticas, quer científicas. Tal ficou bem patente com os boletins diários e conferências de imprensa promovidos pelo Ministério da Saúde e pela Direção-Geral da Saúde e também pelos encontros regulares promovidos no Infarmed.

Neste processo de construção de uma informação rigorosa, as fontes assumem, pois, um papel central. Vários autores demonstraram, ao longo das últimas décadas, através de trabalhos empíricos, que as fontes oficiais detêm o domínio do espaço noticioso, impondo a sua influência sobre as rotinas das redações (Araújo, 2016; Fernández-Sande et al. 2020; Gans, 1980; Lopes et al. 2011; Magalhães, 2012; Ribeiro, 2006; Santos, 1997).

O processo de seleção de fontes é socialmente relevante, na medida em estabelece quem tem voz e quem é remetido para as margens silenciosas. Quem fala define o que chega à sociedade, podendo ainda influenciar como a informação é interpretada pela opinião pública (Fernández-Sande et al., 2020). É fácil, portanto, deduzir o valor estratégico decorrente da ocupação do espaço mediático, que alimentou até uma “revolução das fontes”. Ou seja, as fontes organizaram-se e profissionalizaram-se, assumindo — com competência — a gestão da informação que veiculam aos jornalistas. Apelidadas de “sofisticadas” (Ribeiro, 2006), estas fontes aproveitam a passividade dos *media*, assumindo as rédeas das propostas informativas que diariamente caem nas redações, rentabilizando o seu peso e credibilidade junto dos jornalistas e, sempre que possível, gerindo estrategicamente as mensagens transmitidas em benefício próprio.

No campo da saúde, as fontes de informação são sobremaneira vitais. Quando o tema é saúde, os jornalistas dependem em larga medida dos subsídios informativos que lhes chegam das fontes oficiais (tais como o Governo ou as autoridades sanitárias) ou outras (Hospitais, Universidades ou revistas científicas) (Araújo, 2016; Lopes et al., 2011; Magalhães, 2012; Tanner, 2004; Wilkie, 1996). Investigação realizada neste domínio permite concluir que, mais do que uma “hierarquia das fontes”,

existe uma “confraria”, composta por fontes masculinas, urbanas, nacionais e associadas a organizações com poder e prestígio social, cujo discurso tende a reproduzir-se de forma contínua, excluindo vozes alternativas (Lopes, 2011).

O grupo de fontes auscultadas na área da saúde restringe-se ainda mais do que noutras editorias devido a dois fatores principais – as dificuldades inerentes à linguagem médico-científica, a falta de formação e especialização dos jornalistas (Marcinkowski, et al., 2014; Wallington, et al., 2010) e o esvaziamento das redações. Confrontados com informações sensíveis, como as da saúde, e sem tempo para tratar a informação com cuidado, confirmando dados e consultando outras fontes, os jornalistas não resistem à utilização sistemática dos *press releases* prontos a usar, sobretudo quando os assuntos a tratar fogem ao seu domínio (Magalhães, 2020). Como advoga Silva, “quanto menos informação existir sobre um assunto, mais os jornalistas tendem a aceitar o material cedido pelas fontes”, especialmente quando esse material vem acompanhado de dossiês de informação, imagens e grafismos, que rapidamente possam alimentar a máquina noticiosa (Silva, 2005, p. 204).

A estes fatores acrescem os constrangimentos de tempo e de espaço, bem como os interesses e as pressões provenientes dos grupos que os órgãos de comunicação integram e que, condicionam, o relacionamento entre as fontes de informação e os jornalistas. Juntos, estes fatores dão vantagem às fontes, especialmente àquelas que possuem as ferramentas necessárias para influenciar a agenda mediática, através do fornecimento de conteúdos de saúde que cumpram os requisitos jornalísticos, em termos de forma, de conteúdo, e nos *timings* certos (Araújo, 2016; Conrad, 1999; Davis, 2000; Len-Rios, et al., 2009; Lopes, et al., 2011).

No âmbito do processo de seleção das fontes na cobertura de temáticas sobre saúde, as fontes especializadas de informação (como investigadores e profissionais de saúde) desempenham um papel relevante, sobretudo quando a saúde é perspetivada pelo ângulo da Ciência (Conrad, 1999; Hanson, et al., 2017; Nelkin, 1987; Nisbet, et al., 2003; Stroobant, et al., 2018). A sociedade outorga às fontes especializadas um elevado grau de credibilidade. Consequentemente, os jornalistas reconhecem-lhes independência face ao poder, pois a sua autoridade é fruto do seu mérito profissional e científico, e dependente de um trabalho de continuidade (Magalhães, 2020). Assim, as fontes especializadas são usadas como “fontes de autoridade” (Briggs & Hallin, 2016), contribuindo para a qualidade do noticiário, através da redução de traços de exagero nas notícias de saúde (Bossema, et al., 2019), por exemplo.

Neste enquadramento, a atual pandemia de Covid-19 tem constituído um desafio para os jornalistas e para as fontes, destacando-se aqui as de natureza oficial, com responsabilidade sobre a gestão da crise sanitária. Os *media* noticiosos estão sempre em busca de informação atualizada e, não raras vezes, as fontes não têm capacidade de resposta, até porque se trata de campos com vivências temporais opostas: os jornalistas escrevem ‘em emergência’, as fontes, sobretudo as científicas, gerem o tempo necessariamente de outro modo. Os jornalistas dependem de fontes de informação para fazerem o seu trabalho e, no caso de uma emergência de saúde pública, a natureza predominantemente técnico-científica da informação faz aumentar essa dependência (Arroyave, 2012; Tanner, 2004). Para que os jornalistas não fiquem reféns das fontes oficiais, a solução passa pela busca de novas fontes, sendo que, é aqui que as fontes especializadas podem ter um papel determinante a desempenhar.

3. Estudo empírico

3.1 Abordagem metodológica

A cobertura noticiosa da pandemia provocada pelo SARS-CoV 2 foi ocasião para se evidenciar alguns sinais de mudança no jornalismo? Foi esta a preocupação que motivou esta investigação, que visa analisar a cobertura jornalística da pandemia de Covid-19 a partir de *media* noticiosos generalistas em Portugal, e das perceções dos jornalistas relativamente a essa cobertura e às suas próprias práticas profissionais. Para responder a este objetivo, definiu-se uma metodologia quantitativa com recurso a duas ferramentas: 1) um inquérito por questionário a jornalistas, para avaliar as suas perceções sobre o impacto desta pandemia nas rotinas profissionais e, de forma mais abrangente, no jornalismo português; e 2) uma análise de conteúdo das notícias sobre Covid-19 publicadas em dois diários nacionais, um de referência (*Público*) e outro de linha mais popular (*Jornal de Notícias*).

O inquérito por questionário foi desenvolvido com recurso à plataforma Limesurvey e disponibilizado por administração indireta aos jornalistas. Os dados foram recolhidos entre 11 e 29 de maio de 2020, e foram tratados, codificados e categorizados com recurso ao programa de análise estatística SPSS. Para a seleção dos jornalistas, listaram-se todos os órgãos de comunicação social (OCS) de âmbito nacional. A partir daí, os profissionais de cada OCS foram estratificados por categorias mutuamente exclusivas: jornalistas, jornalistas de saúde ou de ciência, editores/coordenadores e diretores. Pese embora esta segmentação, a seleção dos indivíduos seguiu a amostragem não probabilística, pois embora se tenha solicitado a participação a todos, responderam aqueles que voluntariamente entenderam integrar a amostra. Foram validados 200 inquéritos, com a seguinte distribuição: jornalistas, 114; jornalistas de saúde ou de ciência, 18; editores/ coordenadores, 50; e diretores de informação, 18.

O inquérito procurou atender às seguintes dimensões: i) impacto do teletrabalho, ii) organização das redações/secções, iii) preocupação com a literacia em saúde, iv) escolha das fontes de informação e v) eventuais mudanças que o estado de emergência possa ter provocado no jornalismo.

Para a realização da análise de conteúdo foram escolhidas as versões digitais pagas dos dois jornais acima referidos, selecionados tendo em consideração os dados da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem relativos à circulação digital paga, no último quadrimestre de 2020.

Para garantir uma abordagem transversal e significativa, foram delimitados três intervalos de tempo — de 18 de março a 2 de maio de 2020, de 9 de novembro a 23 de dezembro de 2020, e de 15 de janeiro a 26 de fevereiro de 2021. Estes correspondem a períodos em que o estado de emergência esteve em vigor em Portugal, constituindo, assim, intervalos temporais comparáveis. Para a seleção dos casos consideraram-se todos os textos noticiosos publicados nas secções dos jornais intituladas “Primeiro Plano” (*Jornal de Notícias*) e “Destaque Covid-19” (*Público*). Estas secções foram escolhidas pela sua natureza passível de uma análise comparativa, na medida em que correspondem ao que é sinalizado pelas publicações como mais relevante, no repertório noticioso de cada edição.

Os dados recolhidos foram tratados, codificados e categorizados com recurso ao programa de análise estatística SPSS, de acordo com uma grelha de análise previamente elaborada e testada por um grupo de investigadoras (Lopes, *et al.*, 2011; Araújo, 2016; Magalhães, 2020), adaptada ao contexto pandémico através de técnica de amostragem, durante a análise das peças publicadas no primeiro estado de emergência.

A análise das peças (foram autonomizadas as infografias e outros géneros “explicadores” e foram excluídos os textos de opinião presentes nas secções analisadas, bem como as peças com apenas um parágrafo de extensão) declinou-se nos parâmetros e variáveis que constam na Tabela 1:

Tabela 1 — Parâmetros e variáveis para análise das peças noticiosas

Data	Data de publicação da notícia
Jornal	<i>Público; Jornal de Notícias</i>
Género noticioso	Notícia; Entrevista; Reportagem; Peça promotora de Literacia em Saúde do tipo P&R/Caixas/Listas de conselhos; Peça promotora de Literacia em Saúde do tipo infografia; Outro tipo de peça promotora de Literacia em Saúde; N/A.
Posicionamento do título	Alerta/perigo/ameaças/tragédias; Descrições sem cargas de valor; Orientação de comportamentos; Informação de contexto/explicações adicionais; Esperança na Ciência; N/A.
Tema (assinalam-se a negro os macrotemas, tendo sido identificado para cada peça o tema específico)	<p>Investigação & Desenvolvimento — Novos tratamentos ou validação de tratamentos já existentes; Desenvolvimento de novos medicamentos/vacinas/tecnologias; Análises epidemiológicas; Desenvolvimento de investigação básica (natureza e comportamento do vírus); Desenvolvimento de investigação epidemiológica; Desenvolvimento de investigação clínica (sintomas, áreas do corpo afetadas, tempos de recuperação, etc.); Outros temas em I&D; Prevenção;</p> <p>Retratos — Análises epidemiológicas; Contagem de suspeitos/infetados/mortos; Nacionais; Internacionais; Outros retratos;</p> <p>Organização serviços saúde — Falhas/Disfunções; Equipamento e material de proteção; Outro tema de organização dos serviços de saúde;</p> <p>Ação Clínica — Contagem de suspeitos/infetados/mortos; Falhas/Disfunções; Equipamento e Material de proteção; Dificuldades de acesso a tratamentos/testes/análises/serviços; Aplicação de serviços/tratamentos/medicamentos; Más práticas clínicas; Gravidez e Parto; Outros temas de Ação Clínica;</p> <p>Economia — Economia da Saúde; Trabalho; Crise económica e apoios; <i>Lay-off</i>/Fechos/Despedimentos; Consumo; Desemprego; Outros temas de Economia;</p> <p>Política Internacional — Reuniões/iniciativas/decisões OMS; Reuniões/iniciativas/decisões de outras organizações de saúde; Reuniões/iniciativas/decisões de atores políticos; Outros temas de Política internacional;</p> <p>Política Nacional — Decisões/Negociações/Reuniões/Iniciativas: Outros temas de Política nacional; Política Local;</p> <p>Sociedade — Justiça/Casos de polícia/Prisões; Religião; Lares; Desemprego; Pobreza; Teletrabalho; Tele-ensino; Educação; Desporto; Cultura; Media; Outros temas de Sociedade;</p> <p>Situações Profissionais — Conflitos entre comunidade científica e Governo; Dificuldades laborais: profissionais de saúde; Dificuldades laborais: cientistas; Carreiras — Saúde; Carreiras — Investigação; Outros temas sobre Situações profissionais; Outros; N/A.</p>

Relativamente às fontes de informação, os objetivos foram perceber i) o tipo de fonte a que os jornalistas mais recorrem; ii) o estatuto das fontes. Para tal, foram usadas as variáveis que constam na Tabela 2, sendo as fontes de informação agrupadas de acordo com o seu estatuto. No caso das fontes de natureza humana, temos as fontes oficiais (todas aquelas que ocupam cargos públicos, de nomeação ou eleição como, por exemplo, o Primeiro-Ministro ou a Diretora-Geral da Saúde); fontes profissionais com cargo (aquelas que, pela sua formação, se constituem como especialistas em determinada área e representam um grupo, como é o caso do bastonário da Ordem dos Médicos ou do presidente da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública); fontes profissionais sem cargo (aquelas que, pela sua formação, se constituem como especialistas em determinada área, mas falam em nome individual como, por exemplo, um enfermeiro ou um nutricionista); representantes de associações profissionais; não profissionais com e sem cargo (onde se incluem os militantes de partidos ou membros de associações de doentes, com e sem cargo respetivamente); e os cidadãos. Quanto ao tipo de fonte, temos ainda a categoria de não humanas, onde se incluem os *media* e a Web 2.0 (páginas não noticiosas).

Tabela 2 – Parâmetros e variáveis para análise das fontes nas peças noticiosas

Tipo de fonte	Feminina; Masculina; Coletiva; Documento Individual; Documento Coletivo; <i>Media</i> ; N/A
Estatuto (assinala-se a negrito os grupos de fontes, tendo sido identificadas as diferentes fontes específicas)	<p>Oficial – PR; Presidente da AR; Deputados; PM; Presidente/ Representante do Governo das Ilhas; Governantes; Diretora-Geral da Saúde; Representante DGS; Presidente/Representante Câmaras Municipais; Presidentes/Diretores/Administradores Hospitalares; Políticos Internacionais; <i>Task Force</i> Vacinação; Outros;</p> <p>Profissionais com cargo – Administradores de empresas/grupos; Advogados/Juízes/Procuradores; Agricultores/ Técnicos; Artistas; Assesores; Desportistas/representantes de clubes; Economistas/ empresários/gestores; Engenheiros; Jornalistas; Militares/Polícias/ Agentes de Segurança e Proteção Civil; Presidentes/Diretores de Centros de Investigação; Presidentes/Diretores de Faculdades/ Universidades; Presidentes/Diretores/Representantes de Sociedades Científicas; Presidentes/Diretores/Representantes de Associações de Doentes; Médicos; Nutricionistas; Enfermeiros; Farmacêuticos; Psicólogos/Assist. Sociais; Prof. universit./Investigadores (Ciências Saúde); Prof. universit./Investigadores (Humanidades e Artes); Prof. universit./Investigadores (Ciências Naturais e Físicas); Prof. universit./Investigadores (Ciências Sociais); Prof. universit./ Investigadores (Ciências Tecnológicas); Profs do Ensino básico/ secundário; Religiosos; Dirigentes Partidários; Outros;</p> <p>Profissionais sem cargo – Os anteriores sem cargo;</p> <p>Representantes de associações profissionais – setor primário; setor secundário; setor terciário; Não profissionais com cargo – Militantes de partidos; Membros de Associações de Doentes; Outros;</p> <p>Não profissionais sem cargo – Os anteriores sem cargo;</p> <p>Cidadãos – Doentes; Familiares de Doentes; Estudantes; Desconhecidos; Notáveis; Outras Fontes Humanas;</p> <p>Fontes documentais – Comunicados; Artigos Científicos; Boletins/ Relatórios Oficiais; Documentos Legais; Outras;</p> <p>Media – Nacionais (Generalistas); Nacionais (Especializados); Internacionais (Generalistas); Internacionais (Especializados);</p> <p>Web 2.0 – Blogues; Redes Sociais; Sites; Outras fontes web 2.0; Outras Fontes Não-Humanas.</p>

O *corpus* de análise é composto por 2.933 textos noticiosos com 6.350 referências a fontes: 1.850 textos foram publicados durante a primeira fase de emergência nacional, com 4.048 citações ou referências a fontes; 457 foram publicados na segunda fase, apresentando 857 referências, e 626 publicados na terceira fase, com 1.445 referências a fontes de informação.

3.2 Resultados e discussão

O jornalismo deu alguns sinais de mudança que se evidenciam nos artigos noticiosos e que são antecipados pelo resultado do inquérito, feito à classe, a propósito da cobertura jornalística da pandemia. Podem estes ser traços resultantes de um contexto particular, suscetíveis de desaparecer. Não obstante, há um conjunto de razões que sustentam a hipótese inicial: pela extensão deste período pandémico, que se prolongou por mais de um ano, e enraizou certas práticas; pela maior visibilidade de certos temas e fontes que criaram uma opinião pública de certa forma duradoura e interessada nessa tematização e conseqüente discussão; pela inovação, utilidade e repercussão pública que este jornalismo reuniu. No entanto, este período também é atravessado por traços mais críticos, o principal dos quais tem que ver com a descontinuidade da força do noticiário sobre a pandemia ao longo de 2020, que coincidiu com um certo relaxamento no cumprimento de medidas de prevenção por parte da população e, conseqüentemente, com um agravamento dos números de infetados e mortos. Também a tematização passou por uma certa oscilação na agenda noticiosa, dificultando assim a consolidação de um debate público.

3.2.1. Um noticiário que enfraquece à medida que o vírus ganha força e que se reabilita no clímax da pandemia

A 18 de março de 2020, dia em que Portugal decretava o estado de emergência a vigorar a partir do dia seguinte e já com o país confinado, contavam-se 642 infetados e registava-se a segunda morte; a 2 de maio de 2020, dia em que termina a primeira fase do estado de emergência, os números divulgados foram relativos à totalidade de casos infetados detetados desde o início desta pandemia (25.190 casos) e de registo de mortes (1.023). Nesse tempo, os dois jornais diários aqui em análise publicaram 1.850 textos noticiosos, com 4.058 citações de fontes. O segundo período do estado de emergência começou a 9 de novembro de 2020, dia em que Portugal atingiu o máximo diário do número de mortes, 63, e registava 4.096 novos casos. Desde março somavam-se 183.420 pessoas infetadas e 2.959 mortos. A 23 de dezembro de 2020, os registos apresentavam 4.602 novos casos e 89 mortes, contabilizando-se no país, desde março, 383.258 pessoas infetadas e 6.343 óbitos. Nesta fase, publicaram-se em ambos os diários 457 textos jornalísticos, com 857 referências diretas a fontes de informação. A terceira vaga tem como referência o dia 15 de janeiro de 2021, data a partir da qual Portugal fez um confinamento severo, registando-se só nesse dia 10.663 pessoas infetadas e 159 mortes. Estudaremos esta fase, contando o mesmo número de dias, portanto, até 26 de fevereiro de 2021, dia em que o país registou

1.027 infetados e 58 mortos. Nesse período, os mesmos jornais publicaram 626 artigos com 1.445 referências a fontes de informação. Nessa altura, Portugal apresentava o seguinte retrato desde o início da pandemia: 817.530 infetados, 16.768 mortes.

Entre o final da primeira vaga e a segunda vaga, houve uma diminuição substancial do número de notícias e um agravamento da pandemia: à medida que o vírus foi progredindo, a noticiabilidade foi perdendo força. Esta é uma das explicações para o facto de Portugal ter evoluído de um país que, na primeira vaga, conseguiu um confinamento rápido e um certo controlo da pandemia para um dos países que, no início de 2021, registou o mais grave número de mortos. Generalizava-se uma fadiga pandémica, vivia-se uma crise económica que se agudizava desde março de 2020, mas havia igualmente uma opinião pública menos mobilizada para o tema. Decretado o segundo confinamento a partir de 15 de janeiro de 2021, com idênticas medidas às de março de 2020, a noticiabilidade aumentou. Rapidamente as redações privilegiaram esta tematização. E também depressa houve uma resposta dos portugueses, embora dessa vez o número de peças noticiosas não tivesse tido a expressividade da primeira fase, nem tão pouco o confinamento tivesse sido tão rigoroso como em março de 2020. Como atesta o painel PSE Mobilidade¹, houve mais pessoas a circular no espaço público, mas mesmo assim a maior parte ficou confinada a sua casa. Consequência: depressa o país voltou a ter os números de infetados e de mortes dentro de um certo controlo. E isso também se deveu a uma população bem informada que foi aderindo às restrições. Deste período fica a seguinte constatação: ainda que tivessem dispersado a agenda temática por outros campos, em tempo de emergência as redações rapidamente voltaram a centrar-se naquilo que foi o seu propósito no início da pandemia: fixar o noticiário no tema e dotar os cidadãos de informação pertinente para comportamentos de prevenção.

3.2.2. Uma tematização que valoriza temas periféricos

Em tempos de pandemia, a agenda noticiosa mudou. Vários campos ganharam grande visibilidade, principalmente o da Saúde, mas também os da Ciência, da Educação e da Economia. Temas que, até então, estavam na periferia da seleção noticiosa, iam sendo puxados para o topo dos alinhamentos, ora porque correspondiam a evoluções de um conhecimento científico que despertava interesse por poder ser a chave no ataque à pandemia, ora porque refletiam retratos de um Portugal confinado que subitamente enfrentava outro estilo de vida que importava retratar e enquadrar.

Percorrendo a noticiabilidade na imprensa diária em análise neste artigo, sobressai uma certa inconstância no que à tematização diz respeito, como se constata pela Tabela 3, mas essas oscilações, em termos de frequência, são normais dada a evolução da doença. Sendo sempre campos com uma certa visibilidade, a *Sociedade* e a *Economia* tiveram destaques e enfoques diferenciados. Com Portugal fechado em casa, a imprensa, num primeiro momento, importou-se muito em conhecer como viviam as pessoas e quais os seus reais problemas. Esse interesse pela vida em casa regressou no segundo confinamento, particularmente pelas questões do teletrabalho e ensino a distância. Essa vida era sobretudo salientada pelos piores motivos: falou-se bastante

¹ <https://www.pse.pt/evolucao-confinamento-mobilidade/> (consultado em 10 de fevereiro de 2021).

dos mais novos, a braços com um ensino remoto que se fazia sem meios; e dos mais velhos que, nos lares, iam sucumbindo em número significativo. Também a Economia teve enfoques distintos: na primeira fase, este campo foi muito valorizado, havendo uma atenção particular à crise, respetivos apoios e às questões laborais; na segunda fase prestou-se mais atenção aos contextos laborais; em 2021, com uma situação pandémica a atingir um elevadíssimo número de mortes, as questões económicas não foram tão prioritárias, falando-se sobretudo de crise. Também a Ciência teve uma alteração de ângulo: primeiro, atendeu-se bastante às análises epidemiológicas, depois valorizou-se mais o desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas. A política nacional, embora tivesse sempre suscitado interesse jornalístico, reuniu mais espaço na segunda vaga, altura em que as preocupações com a saúde estavam mais suavizadas. Os temas ligados à Sociedade reúnem um forte interesse na primeira fase, esbatem-se na segunda e voltam a ser prioritários na terceira fase, ou seja, quando as pessoas se confinam, a agenda noticiosa atende mais à vida de todos, que nesses momentos, se faz em casa.

Tabela 3 – Temas dos artigos publicados sobre a Covid-19 na imprensa diária

Temas	1.º período	2.º período	3.º período
Prevenção	5%	5.3%	5.3%
Ação Clínica	7.7%	7%	7.8%
Investigação e Desenvolvimento	4.2%	9.4%	6.2%
Organização de serviços de saúde	1.6%	2%	10.9%
Retratos de situação	22.5%	32.2%	22.7%
Política nacional	12.5%	19.7%	13.2%
Política internacional	5.2%	3.9%	5.2%
Economia	18.3%	11.8%	8.3%
Sociedade	20.8%	7.2%	17.5%
Situações Profissionais	2.1%	1.5%	2.2%
Outros	0.1	–	0.7%

Um traço que permaneceu sempre inalterável foi a contagem de infetados e de mortos, embora particularmente acentuado no terceiro período, altura em que atinge uma frequência de 10,2%. É verdade que os jornalistas apreciam bastante os dados quantitativos, mas também foi assim que as autoridades políticas e sanitárias apresentavam a evolução da doença, promovendo conferências de imprensa, no início a ritmo diário, posteriormente em três dias da semana, e que, estranhamente, foram interrompidas a 5 de janeiro de 2021, momento a partir do qual Portugal começou a registar valores que o colocavam entre os casos mais graves a nível mundial. Esses retratos nacionais tiveram sempre grande destaque na noticiabilidade produzida e, mesmo no tempo em que os encontros com os jornalistas foram suspensos, os relatórios oficiais com esses dados continuaram a ser divulgados pela Direção-Geral da Saúde. Por isso, houve sempre uma linha evolutiva feita com base em números a partir dos quais se tomavam decisões de vária ordem. E isso foi colocando os jornalistas numa esfera de grande dependência das fontes oficiais, sendo essa tendência amplamente conhecida no campo do jornalismo.

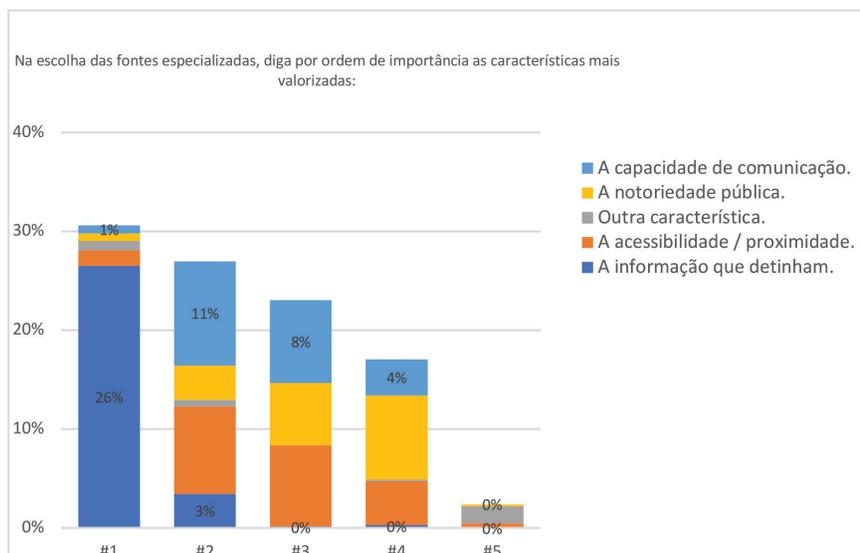
3.2.3. O valor dos especialistas enquanto fontes de informação

Ainda que a classe política no poder nunca tivesse saído dos alinhamentos noticiosos, este período apresenta uma certa mudança nas fontes de informação, em número e natureza. No período em análise, contamos 4.058 referências a fontes de informação, na primeira fase, 857 referências na segunda, e 1.445 na terceira.

Apesar de as fontes oficiais continuarem a ter grande visibilidade (principalmente o Primeiro-Ministro, alguns governantes e a Diretora-Geral da Saúde), os especialistas, sobretudo os ligados à área da saúde, ganharam muito espaço no discurso noticioso. Em tempos de pandemia, os jornalistas procuraram particularmente professores universitários, investigadores e profissionais de saúde. Era preciso dotar a informação de uma espécie de “saber sábio” que as fontes de informação mais especializadas garantiam com mais facilidade e rigor. À notoriedade pública, tradicionalmente apreciada pelos *media* noticiosos, a classe jornalística em tempos de Covid-19 valorizou sobretudo a informação que uma fonte detinha e a respetiva capacidade de comunicação, como documentam as respostas do inquérito que realizámos (Gráfico 1).

Esta mudança do perfil das fontes foi também favorecida pelo facto de se ter agilizado as formas de contacto. Para além do telefone, os jornalistas, principalmente os de televisão, começaram a introduzir nas suas peças interlocutores que entrevistavam por diversas plataformas digitais (Zoom, Skype, Teams, etc.). Assim, tornava-se mais fácil haver maior diversidade de nomes e de geografias. A distância física e os impedimentos horários deixaram de ser um constrangimento no acesso às fontes de informação.

Gráfico 1 – Características valorizadas na escolha das fontes de informação
Inquérito aos Jornalistas



Fonte: Dados recolhidos e analisados pelas autoras

Como se constata na Tabela 4, há uma forte visibilidade dos profissionais, enquanto fontes de informação, preferindo-se aqueles que detêm um cargo. Dentro destes grupos, valorizam-se mais os médicos enquanto detentores de cargos, e os académicos enquanto representantes de si próprios. Foi assim nos três períodos. Esta diferença de opções deve procurar-se quer no processo de *gatekeeping* jornalístico, quer no modo como estes grupos profissionais se organizam. Priorizando-se sempre a área da medicina às outras áreas do saber (ciências naturais e físicas, tecnológicas ou sociais), as redações preferiram falar com médicos, quando estes representavam serviços, hospitais, áreas de especialidade. A própria classe médica também tem uma certa dificuldade em falar em nome próprio, e nem era isso que interessava neste contexto, particularmente em janeiro e fevereiro de 2021, altura em que vários hospitais começaram a manifestar sinais de rutura dado o elevado número de internamentos. Importava ouvir estes especialistas enquanto detentores de um saber que representasse uma instituição ou grupo, porque grande parte das vezes era isso que estava em causa: os tratamentos adotados em determinado serviço, a capacidade de resposta de determinados hospitais. Os académicos apresentam outros processos de escolha. Mesmo que inseridos em equipas, um investigador sente mais legitimidade para assumir por si uma investigação ou, sobretudo, uma problemática. Neste contexto, também não se procurava um académico para falar propriamente do seu trabalho, mas da pandemia. Assinale-se que este modo de escolha das fontes manteve-se inalterável ao longo de todo este tempo. Os documentos também foram valorizados, sobretudo na segunda fase. A este nível, não são os *comunicados* os que mais se salientam, mas antes os relatórios das entidades oficiais de saúde, os artigos científicos, os textos legais e as análises estatísticas.

Tabela 4 – Estatuto das fontes dos artigos publicados sobre a Covid-19 na imprensa diária

Estatuto das fontes	1.º período	2.º período	3.º período
Oficiais	28.1	22.4	30.9
Profissionais com cargo	21.8	19.7	25
Profissionais sem cargo	11.3	10.8	9.9
Representantes de Associações	4.1	6.1	3
Não profissionais	0.7	1.5	0.8
Cidadãos	7.3	6.2	4.7
Outras fontes humanas	1.2	0.9	2.5
Documentos	11	17.3	9.5
Media	7.3	8.1	4.4
Outras fontes não humanas	6.5	6.9	9.3
Outras	0.7	0.2	0

Fonte: Dados recolhidos e analisados pelas autoras

3.2.4. Uma literacia que vai conquistando espaço

Ainda que o noticiário sobre a Covid-19 se decline na imprensa portuguesa predominantemente através de notícias (78% na primeira fase, 61.1% na segunda fase e 75.9% na terceira fase), a verdade é que as preocupações com a literacia também se evidenciaram em tempo de pandemia. Na primeira onda, infografias, textos de conselhos e de perguntas e respostas somaram 10.9% do espaço; na segunda esse valor cresceu para 30,6%; e na terceira onda somou 13.9%.

Sempre complementares de outras editadas normalmente em género de notícias, estas peças, ao fornecerem informação adicional, procuravam de certa forma alterar comportamentos a favor da prevenção. Esse cuidado foi, aliás, sublinhado no inquérito feito aos jornalistas sobre o jornalismo desenvolvido durante todo o estado de emergência: 92.2% dos jornalistas declararam ter tido uma preocupação permanente em ajudar os cidadãos a adotar condutas que evitassem o contágio, uma escolha nunca vista no Portugal democrático depois do 25 de Abril de 1974. Essa ajuda manteve-se presente ao longo do tempo pandémico.

4. Linhas conclusivas

O jornalismo português mudou em tempo de pandemia. Mudaram os temas, mudaram as fontes e mudou o registo que, por vezes, os jornalistas adotaram para informar os seus públicos. Seria certamente precipitado apontar-se já para uma transformação de paradigma, como se explicou antes, mas as alterações que se registaram nesta fase reconfiguraram o campo jornalístico, a diversos níveis: práticas profissionais, relação com fontes, papéis sociais, géneros discursivos, etc. Tornaramo uma frente de combate em casos de saúde pública; mais atento a temáticas nem sempre valorizadas, como a Educação; integrador de outras fontes de informação em zonas de maior destaque, como é o caso dos especialistas, alargando-se assim o espaço público mediático, e mais atento a conteúdos vocacionados para desenvolver a literacia dos cidadãos. Serão estes sinais que vingarão? Só o tempo permitirá dizer se isso vai acontecer.

Na véspera do dia de Natal, a 24 de dezembro, o jornalista Bento Rodrigues, no noticiário da hora do almoço, despedia-se assim:

E assim chegamos ao Natal, este ano muito diferente do que tínhamos planejado. À mesa não estão todos os que nos habituámos a ter, não há o toque e a troca que a época pede, é o que tem de ser para garantir a proteção dos nossos. Orgulhemonos disso, portanto.

Houve críticas, mesmo da classe, a este jornalismo que, aqui e ali, se fez num registo mais paternalista e moralista, mas é indiscutível que o trabalho que se desenvolveu foi aturado, permanente e diversificado em vários ângulos, o que, numa primeira fase, ajudou a atenuar o pânico e a convencer as pessoas a 'ficarem em casa'. A relevância e a missão de serviço público que o jornalismo assumiu foram inequívocos e isso fica como uma marca importante deste tempo.

Também houve uma alteração grande nas fontes de informação: a notoriedade pública, a acessibilidade e as capacidades de comunicação deixaram de ser traços prioritários na seleção das fontes. Valorizaram-se sempre os especialistas e, desse modo, reconfigurou-se o espaço noticioso, dando outra dinâmica à esfera pública mediática que, ao longo de 2020/21, tanta atenção deu à Covid-19. A maior parte dessas fontes especializadas eram desconhecidas da opinião pública, mas à força de tanto falarem com os jornalistas adquiriram grande notoriedade mediática e isso tornou-as parte de uma antiga confraria mediática que, até então, era dominada pelos políticos e pela própria classe jornalística (Lopes, 2011). A partir de então, o cerco daqueles que importava ouvir alargou-se e, mais do que uma função fática que sempre se valorizou, acrescentou-se a importância da credibilidade da informação, principalmente de uma espécie de “saber sábio” mais orientador de um quotidiano que mudou radicalmente com esta pandemia.

Também os conteúdos promotores de literacia em saúde foram mais destacados. Os próprios jornalistas reconheceram que, por vezes, tão importante como a informação era dotar os cidadãos de conhecimentos acerca daquilo de que se falava. Por isso, explicou-se mais, apresentaram-se mais dados adicionais, procuraram-se mais ângulos através de textos e de infografias. Este jornalismo de serviço público não ambicionou apenas dizer o que se passava, mas ajudar as pessoas a encontrar âncoras de segurança para se protegerem da doença.

Dada a duração da pandemia e as longas consequências que terá em vários campos, estas práticas jornalísticas tenderão a permanecer e isso vai certamente reconfigurar o jornalismo atual: o modo de selecionar temas e pessoas, e os formatos e registos escolhidos para desenvolver conteúdos noticiosos. Agora, haverá um tempo em que a ameaça deste vírus vai esbater-se enormemente, e aí veremos se as mudanças se mantêm estrutural e temporalmente, o que se poderia traduzir num novo paradigma para o jornalismo português. Este estudo pretende ser um contributo para avaliar o jornalismo português em contexto pandémico e poder-se-á constituir como um primeiro passo para investigações futuras.

Referências bibliográficas

- Araújo, R. (2016). *Dinâmicas de Construção do Noticiário de Saúde: Uma Análise da Imprensa Generalista Portuguesa*. Universidade do Minho.
- Arroyave, J. (2012). Health, News, and Media Information. In R. O. and S. Waisbord (Ed.), *The Handbook of Global Health Communication* (1st ed., 194–214). John Wiley & Sons, Inc. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/7441/344100PAPER0Me101OfficialUseOnly1.pdf?sequence=1>
- Bossema, F. G., Burger, P., Bratton, L., Challenger, A., Adams, R. C., Sumner, P., & Smeets, I. (2019). Expert quotes and exaggeration in health news: A retrospective quantitative content analysis. *Wellcome Open Research*, 4. <https://doi.org/10.12688/wellcomeopenres.15147.2>
- Briggs, C., & Hallin, D. (2016). *Making Health Public – How news coverage is remaking media, medicine, and contemporary life*. Routledge.

- Casero-Ripollés, A. (2020). Impact of COVID-19 on the Media System. Communicative and Democratic Consequences of News Consumption during the Outbreak. *El profesional de la información*, 29(2), e290223. <https://doi.org/10.3145/epi.2020.mar.23>
- Charron, J., & Bonville, J. de (2012). *Natureza e Transformação do Jornalismo*. Insular.
- Conrad, P. (1999). Uses of expertise: sources, quotes, and voice in the reporting of genetics in the news. *Public Understanding of Science*, 8(4), 285–302. <https://doi.org/10.1088/0963-6625/8/4/302>
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas. Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo*. Caminho.
- Davis, A. (2000). Public relations, news production and changing patterns of source access in British national media. *Media, Culture & Society*, 22(1), 39–59. <https://doi.org/10.1177/016344300022001003>
- Fernández-Sande, M.; Chagas, L., & Kischinhevsky, M. (2020). Dependence and passivity in the selection of information sources in radio journalism in Spain. *Revista Espanola de Documentacion Científica*, 43(3). e270. <https://doi.org/10.3989/redc.2020.3.1712>
- Fidalgo, J. (2005). Novos desafios a um velho ofício...ou um novo ofício? — A redefinição da profissão de jornalista. In M. Pinto & S. Marinho (Eds.), *Os Media em Portugal nos Primeiros Cinco Anos do Século XXI* (pp. 10–16). Campo das Letras.
- Fielding, J. (2020). Good communication will help beat COVID-19. *The Hill*. <https://thehill.com/opinion/healthcare/490410-good-communications-will-help-beat-covid-19>
- Finset, A., Bosworth, H., Butow, P., Gulbrandsen, P., Hulsman, R. L., Pieterse, A. H., Street, R., Tschoetschel, R., & van Weert, J. (2020). Effective health communication — a key factor in fighting the COVID-19 pandemic. *Patient Education and Counseling*, 103(5), 873–876. <https://doi.org/10.1016/j.pec.2020.03.027>
- Gans, H. J. (1980). *Deciding what's news: a study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Northwestern University Press.
- Goldberg, A. B., Ratzan, S. C., Jacobson, K. L., & Parker, R. (2015). Addressing Ebola and Other Outbreaks: A Communication Checklist for Global Health Leaders, Policymakers, and Practitioners. *Journal of Health Communication*, 20(2), 121–122. <https://doi.org/10.1080/10810730.2015.1007762>
- Hanson, H., O'Brien, N., Whybrow, P., Isaacs, J. D., & Rapley, T. (2017). Drug breakthrough offers hope to arthritis sufferers: qualitative analysis of medical research in UK newspapers. *Health Expectations*, 20(2), 309–320. <https://doi.org/10.1111/hex.12460>
- Kawamoto, K. (Ed.).(2003). *Digital Journalism. Emerging Media and the Changing Horizons of Journalism*. Rowman and Littlefield Publishers.
- Len-Rios, M. E., Hinnant, A., Park, S.-A., Cameron, G. T., Frisby, C. M., & Lee, Y. (2009). Health News Agenda Building: Journalists' Perceptions of the Role of Public Relations. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 86(2), 315–331. <https://doi.org/10.1177/107769900908600204>
- Lopes, F. (2015). *Jornalista, profissão ameaçada*. Alêtheia Editores.
- Lopes, F. (Org.). (2011). *A TV dos Jornalistas*. Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/tv_jornalistas
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., & Araújo, R. (2011). Jornalismo de Saúde e Fontes de Informação, uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010. *Derecho a Comunicar — Revista Científica de La Asociación de Derecho a La Información*, (2), 101–120. <http://132.248.9.34/hevila/Derechoacomunicar/2011/no2/6.pdf>
- Magalhães, O. E. (2012). *Comunicação de Saúde e Fontes — O caso da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Magalhães, O. E. (2020). *Investigação Médica na Imprensa Portuguesa – diagnóstico e recomendações terapêuticas*. Universidade do Minho.
- Marcinkowski, F., Kohring, M., Furst, S., & Friedrichsmeier, A. (2014). Organizational Influence on Scientists' Efforts to Go Public: An Empirical Investigation. *Science Communication*, 36(1), 56–80. <https://doi.org/10.1177/1075547013494022>
- Mheidly, N. & Fares, J. (2020). Health communication in low-income countries: A 60-year bibliometric and thematic analysis. *Journal of Education and Health Promotion*, 9, 163. https://doi.org/10.4103/jehp.jehp_384_20
- Motta, L. G. (2005). Jornalismo e configuração da narrativa da história do presente. *Contracampo*, (12), 23–49. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v0i12.557>
- Nelkin, D. (1987). *Selling science: How the press covers science and technology* (Revised Edition). W.H. Freeman and Company.
- Nisbet, M. C., Brossard, D., & Kroepsch, A. (2003). Framing Science: The Stem Cell Controversy in an Age of Press/Politics. *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 8(2), 36–70. <https://doi.org/10.1177/1081180X02251047>
- Paakkari, L. & Okan, O. (2020). COVID-19: health literacy is an underestimated problem. *Lancet Public Health*, 5(5), e249–e250. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(20\)30086-4](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(20)30086-4)
- Ribeiro, V. (2006). *Fontes Sofisticadas de Informação: Análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Santos, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Minerva.
- Silva, P. A. (2005). A Saúde e o Sistema de Saúde na comunicação social Portuguesa: Contributos para uma reflexão sobre a convergência, confiança e legitimidade do SNS. In J. P. Sousa (Ed.), *Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos – Jornalismo, ciências e saúde: atas do II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, IV Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Portugal.
- Sousa, J. P. (2001). *Elementos de jornalismo impresso*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. UBI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>
- Sousa, J. P. (2008). *Uma História do jornalismo até ao 25 de abril de 1974*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. UBI. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>
- Sousa, J. P. (Coord.).(2011). *Achegas à construção do pensamento jornalístico português*. Bocc/LabCom.
- Stroobant, J., De Dobbelaer, R., & Raeymaeckers, K. (2018). Tracing the Sources: a comparative content analysis of Belgian health news. *Journalism Practice*, 12(3), 344–361. <https://doi.org/10.1080/17512786.2017.1294027>
- Tanner, A. H. (2004). Agenda Building, Source Selection, and Health News at Local Television Stations. *Science Communication*, 25(4), 350–363. <https://doi.org/10.1177/1075547004265127>
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa*. Círculo de Leitores.
- Vos, T. P., & Heinderyckx, F. (2015). *Gatekeeping in Transition*. Routledge.
- Vraga, E. K., & Jacobsen, K. H. (2020). Strategies for Effective Health Communication during the Coronavirus Pandemic and Future Emerging Infectious Disease Events. *World Medical and Health Policy*, 12(3), 233-241. <https://doi.org/10.1002/wmh3.359>
- Wallington, S. F., Blake, K., Taylor-Clark, K., & Viswanath, K. (2010). Antecedents to Agenda Setting and Framing in Health News: An Examination of Priority, Angle, Source, and Resource Usage from a Na-

tional Survey of U.S. Health Reporters and Editors. *Journal of Health Communication*, 15(1), 76–94. <https://doi.org/10.1080/10810730903460559>

World Health Organization (2013). *Health Literacy. The Solid Facts*. <http://publichealthwell.ie/node/534072>

Wilkie, T. (1996). Sources in science: who can we trust? *Lancet*, 347(9011), 1308–1311. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(96\)90947-2](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(96)90947-2)

Zarcadoolas, C., Pleasant, A. F., & Greer, D. S. (2006). *Advancing Health Literacy. A Framework for Understanding and Action*. Jossey-Bass.

Notas biográficas

Felisbela Lopes é Professora Associada com Agregação da Universidade do Minho, onde foi também Pró-Reitora para a área da Comunicação. Investigadora do CECS, coordenou dois projetos de investigação financiados pela FCT.

ORCID ID: 6212-0D0A-2F4F

Ciência Vitae: 0000-0001-9227-8998

Morada institucional: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

Clara Almeida Santos é Professora Auxiliar na Universidade de Coimbra e investigadora integrada no CEIS20. Foi vice-reitora da Universidade de Coimbra, jornalista e editora na SIC Lisboa.

ORCID ID: 0000-0002-9122-387X

Ciência Vitae: 7511-D6C9-3594

Morada institucional: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Ana Teresa Peixinho é Professora Associada com nomeação por tempo indeterminado da Universidade de Coimbra e investigadora integrada do CEIS20, onde coordena com Clara Almeida Santos o grupo de investigação Comunicação, Jornalismo e Espaço Público.

ORCID ID: 0000-0002-4533-7921

Ciência Vitae: BA1F-98B6-867D

Morada institucional: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal

Olga Estrela Magalhães é Doutora em Ciências da Comunicação e especializada em Assessoria Mediática, área da Investigação em Saúde. É investigadora do CINTESIS, onde é também responsável pela Comunicação.

ORCID ID: 0000-0002-7559-4611

Ciência Vitae: 5012-C2FF-C66D

olgamagalhaes@med.up.pt

Morada institucional: Alameda Prof. Hernâni Monteiro, 4200-319 Porto, Portugal

Rita Araújo é Doutora em Ciências da Comunicação, é investigadora do CECS e interessada pela comunicação e jornalismo na saúde. Foi *Visiting Scholar* na CUNY School of Public Health, NY.

ORCID ID: 0000-0001-7124-6057

Ciência Vitae: F11F-6005-FCAB

Morada institucional: Campus de Gualtar, 4710 - 057 Braga, Portugal

How to cite:

Lopes, F., Santos, C. A., Peixinho, A.T., Magalhães, O. E. & Araújo, R. (2021). Covid19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo? *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 57–75. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3

Submetido | Received: 2021.03.30

Aceite | Accepted: 2021.10.06

(Página deixada propositadamente em branco)

***Almanaque* (1959-1961):
Entre a sátira e a crítica social no Portugal de Salazar**

***Almanaque* (1959-1961):
Between satire and social criticism in Salazar's Portugal**

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_4

José Guilherme Victorino
Universidade Autónoma de Lisboa
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20
jvictorino@autonoma.pt

Resumo

Publicação de características ímpares em Portugal, surgida num período conturbado do salazarismo, a efémera revista *Almanaque*, apesar de tolerada pelo aparelho censório, não deixou de correr riscos em resultado de determinados conteúdos, jornalistas e outras personalidades que nela colaboraram. Com um pendor oposicionista, tendencialmente escamoteado, mas regular, por vezes bem evidenciado, destina-se este estudo ao aprofundamento de algumas dominantes editoriais que caracterizaram a revista, vide na sua dimensão satírica e de crítica social, bem como na sua correlação com outros *media* da época. A pesquisa baseou-se na análise de periódicos, documentação de arquivo e bibliografia vária.

Palavras-chave

jornalismo; censura; sátira; oposição; salazarismo

Abstract

The short-lived magazine *Almanaque* had unique characteristics in Portugal and emerged in a troubled period of Salazar's regime. Despite being tolerated by the censorship apparatus, it took risks as a result of some of its contents, journalists, and other personalities who collaborated in it. *Almanaque* had a regular oppositional penchant that was often veiled but sometimes quite evident. This study intends to deepen some of the dominant editorials that characterized the magazine, in addition to the existing academic studies, regarding its satirical and social critical dimension, and its correlation with other media of the time. The research was based on the analysis of periodicals, archival documentation and various bibliography.

Keywords

journalism; censorship; satire; opposition; salazar's regime

Introdução

O primeiro número da *Almanaque* foi publicado em outubro de 1959 e o último em maio de 1961, num total de 18 volumes. Com caráter mensal e bimensal, apresentou uma série única, não numerada, e a indicação de tiragem de 15 mil exemplares ao preço de 15 escudos. Apresentando como “Diretor” J. A. de Figueiredo Magalhães, e como “Orientador gráfico” Sebastião Rodrigues, esta revista foi na prática dirigida por José Cardoso Pires, apesar do seu nome, por motivos políticos, nunca ter sido mencionado na respetiva ficha técnica¹.

Para além da sua atividade de jornalista, José Cardoso Pires (1925–1998) era na altura já um destacado escritor e dramaturgo (*O Anjo Acorado*, 1958, *Cartilha do Marialva*, 1960, *O Render dos Heróis*, 1960). “Cronologicamente ligado à geração neorealista, com a qual partilhou preocupações sociais e resistência à ditadura”, este autor viu proibida a “Coleção Horizonte”, em 1951, onde figuravam, entre outros, Fernando Namora e Vergílio Ferreira, tendo a Direção dos Serviços de Censura (doravante DSC), apreendido o seu livro *Histórias de Amor* no ano seguinte (“José Cardoso Pires”, 2018). Apesar da sua ligação ao Partido Comunista, “onde militava há vários anos” (“José Cardoso Pires”, 2021), foram, todavia, lacónicos no seu caso, os seguintes registos da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) — em setembro de 1959: “É colaborador dos jornais «Século», «Diário Popular» e «Século Ilustrado». Moralmente nada se apurou em seu desabono. Politicamente é desafecto à actual situação”, e em julho de 1960: “Quando do último período eleitoral mostrou-se bastante interessado a favor do candidato oposicionista pelo que fez propaganda juntamente com outros elementos do revirinho. Depois disso nada mais consta em seu desabono”². Perante este quadro, cremos encontrar-se assim justificado o facto de, na presente pesquisa, a primeira referência pública à efetiva direção da *Almanaque*, por Cardoso Pires, ter surgido somente três anos após a revista ter sido descontinuada³.

Afinidades atlânticas

São diversos os indícios que apontam para a probabilidade de *Almanaque* ter sido inspirada no modelo da revista brasileira *Senhor*, dirigida por Nahum Sirostki, cujo primeiro número saiu em março de 1959, ou seja, sete meses antes da sua congénere portuguesa. Independentemente doutros fatores de maior relevância, que adiante se apontam, são factuais os detalhes que se podem observar, caso de designações idênticas de conteúdos, *vide* entre o artigo da *Senhor*, anónimo, “A infidelidade ao alcance de todos” (1959, pp. 70–71) e o artigo, também anónimo, na *Almanaque*, no mês seguinte, “O snobismo ao alcance de todos” (1959, pp. 104–109). Acrescente-se, em ambos os casos, a composição gráfica de conteúdos, coerentes com uma se-

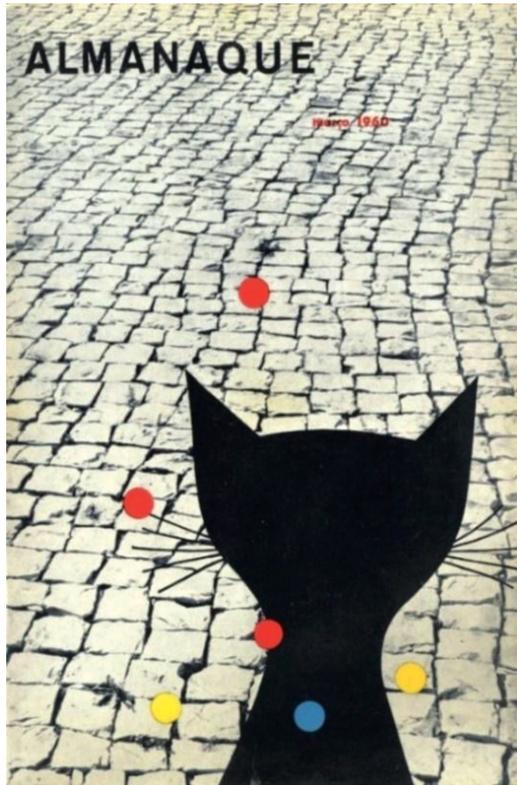
¹ “Dirigi a *Almanaque*, que provocou bastante polémica (...). Mas eu aí escrevia pouco, muito pouco mesmo” (Azevedo, 1999, p. 111).

² ANTT/PIDE, SC, BOL, 95287, UI 8024.

³ Em entrevista a Edite Soeiro, na revista feminina *Eva*, referindo que “sem a experiência de redator”, nesse periódico, “nunca poderia ter montado a equipa do *Almanaque*” (Soeiro, 1964).

mântica visual muito criativa e inovadora para a época. Como observou José Bártolo, a capa de Sebastião Rodrigues (1929–1997), para o número de março de 1960, da *Almanaque*, “parece citar (...), com as pedras da calçada a compor uma paisagem gráfica” (ex. na Figura 1), a capa do 1.º número da *Senhor*, de março de 1959, por Glauco Rodrigues (1929–2004), (ex. na Figura 2), (Bártolo, 2015).

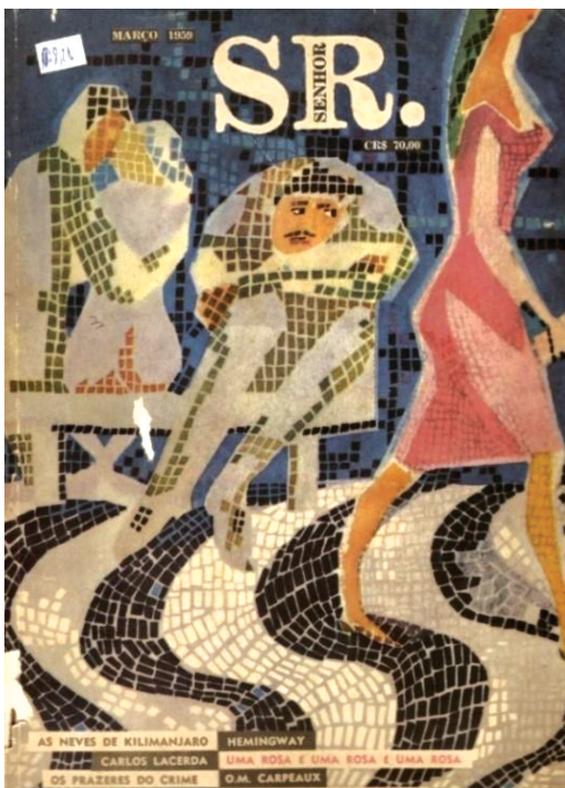
Figura 1



Fonte: *Almanaque*, março de 1960, capa
Créditos: Sebastião Rodrigues; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Focando um “público específico”, a *Senhor*, tal como a *Almanaque*, era dirigida “ao homem urbano, intelectualizado, de alto poder aquisitivo”, revista que “pautava o que seu leitor devia saber sobre o mundo e o seu país e também como se devia comportar para estar à altura de seu tempo.” (A revista *Senhor*, 2015). Mais arrojada que a *Almanaque*, marcando o clima de abertura proporcionado durante o período da presidência do Brasil por Juscelino Kubitschek, também na *Senhor*, “entre a Guerra Fria e a arte moderna havia ainda espaço para textos e *cartoons* humorísticos, matérias sobre moda masculina (...), ensaios fotográficos com modelos femininas” (A revista *Senhor*, 2015), outros pontos de contacto, em suma, no espírito e na forma, que emergem em ambas as revistas.

Figura 2



Fonte: *Senhor*, março de 1959, capa
Créditos: Glauco Rodrigues

Publicada entre março de 1959 e julho de 1961, foi devido a conteúdos abertamente hostis a Salazar, que a *Senhor* foi alvo de, pelo menos, três autos de proibição de circulação em Portugal e de um de apreensão, por parte da DSC⁴, sendo que o primeiro se refere ao número em foi publicado o artigo do jornalista e escritor brasileiro Fernando Sabino (1923–2004), “Réquiem para o dono de Portugal”. No mesmo podia ler-se: “As revistas brasileiras chegam ao leitor português muitas vezes com as páginas arrancadas — mas não raro se esquecem de arrancar o índice e é o bastante para o povo saber que o brasileiro continua sofrendo com ele a sua desdita” (Sabino, 1959a p. 21)⁵.

Mas, objetivo prioritário na presente análise, refira-se que no decorrer do último semestre de 1960, também José Cardoso Pires viria a colaborar na *Senhor*, em consequência, segundo o próprio, de “no começo duma vaga de prisões de

⁴ ANTT/SNI-DSC/14/2.

⁵ Artigo igualmente publicado no mensário *Portugal Democrático*, órgão mais destacado da oposição portuguesa no Brasil naquele período (Sabino, 1959b).

intelectuais” se ter retirado da *Almanaque* “e de tudo o mais, numa fuga, mais ou menos, discreta”, acrescentando: “Colaborador, mas secreto, assinando sob pseudónimo, porque guardava a esperança de poder voltar a Portugal logo que houvesse uma daquelas marés de bonança que sucediam aos vendavais do salazarismo” (Pires & Portela citado em Campino, 2018 p. 3)⁶. Tendo seguido para Londres, depois para Paris, foi durante a sua estadia no Rio de Janeiro (“estive lá cinco ou seis meses”), que começou a colaborar na *Senhor*, bem como “no jornal que, na época, mais se vendia no Brasil, que se chamava Última Hora” (Pedrosa, 1999 p. 56).

Da colaboração, na *Senhor*, em número novamente proibido de circular em Portugal⁷, poderá ter resultado o artigo “Anti-salazarismo lá e cá”, assinado por Basileu Távora Jr., cremos que um dos pseudónimos utilizados por Cardoso Pires neste contexto. Leia-se o respetivo preâmbulo:

Portugal está cada vez mais em foco, devido às Comemorações Henriquinas. Entre fogos e discursos artificiais, Salazar procura aparentar respeitabilidade. E estabilidade. A verdade é outra. Aqui, e do outro lado do Atlântico, o quadro é bem diverso do que o apresentado pela propaganda estado-novista e alguns prósperos comendadores. Uma longa permanência em Portugal e um estreito convívio com os emigrantes portugueses de diversas camadas sociais, permitiram apresentar a imagem aproximada da situação atual do salazarismo. E, se não divulgamos mais dados isso se explica. Não desejamos auxiliar a PIDE nem fornecer a ninguém o pasaporte para o Tarrafal⁸.

De regresso a Portugal⁹, Cardoso Pires voltou a integrar a equipa da *Almanaque*, nova fase que assinalou, como refere Sara Campino, uma reformulação de conteúdos “a partir do número duplo referente a dezembro de 1960–janeiro de 1961”, resultante da experiência na *Senhor* (Campino, 2018 p. 3). Essa tinha sido “decisiva”, segundo Cardoso Pires, “para finalmente pôr em prática o programa do *Almanaque*, que tinha sido tratado até então (...) de um modo bastante convencional”, acrescentando a mesma autora: “A responsabilidade coletiva pelos textos escritos sob anonimato, que se usou de um modo mais generalizado, embora não exclusivo, na primeira fase”, passou a ser complementada com a inclusão de “uma secção com a «Biografia dos Participantes» e a ampliação do número de peças escritas assinadas” (Campino, 2018, p. 3). Sublinhe-se que é precisamente nesta fase, ao longo dos últimos quatro números da revista, que se verifica uma incidência de temas e abordagens mais sensíveis perante o quadro político vigente na altura.

⁶ Segundo Rosa Duarte, “o cuidado foi ao ponto de o editor, Nahum Sirostki, nomear um redator especial para “abrasileirar” os textos de Cardoso Pires, de modo a polícia portuguesa não se aperceber desses artigos virulentos.” (Duarte, 2015 p. 45).

⁷ ANTT/SNI-DSC/14/2.

⁸ Távora, 1960.

⁹ Segundo Ana Cardoso Pires, filha do escritor, “o pai acabou por arriscar e voltar, porque ele achava que, se não vivesse em Portugal, não conseguiria escrever” (Duarte, 2015 p. 54).

Entre A Semana e a Almanaque: uma alteração inesperada

Foi a redação da *Almanaque* igualmente constituída por Luís de Sttau Monteiro (1926–1993), Alexandre O'Neill (1924–1986), Augusto Abelaira (1926-203), José Cutileiro (1934–2020), Vasco Pulido Valente (1941–2020), incluindo posteriormente outros colaboradores, como Armando Baptista-Bastos (1934–2017) e José Palla e Carmo (1923–1995). Para lá de Cardoso Pires, também este conjunto de personalidades revela até que ponto a revista assentou numa fórmula de tom marcadamente oposicionista, apesar de naturalmente contida na maioria dos conteúdos.

Contemporâneos da *Almanaque*, os romances de Sttau Monteiro *Um Homem não Chora* (1960) e *Angústia para o Jantar* (1961) tinham retratado impiedosamente a burguesia lisboeta e de forma indireta o regime. A publicação da sua primeira peça teatral, *Felizmente há luar!*, no mesmo ano, apesar de não censurada, constituiu por outro lado uma analogia óbvia, entre o julgamento e execução de Gomes Freire de Andrade e o sistema ditatorial português¹⁰.

O'Neill, tendo-se afastado, em 1951, do Grupo Surrealista de Lisboa, de que foi cofundador, tinha por sua vez publicado *No Reino da Dinamarca* (1958), sua primeira obra de consagração como poeta (eivada de crítica social), mantendo um empenhamento cívico e político que o levou a ser detido, segundo a PIDE em “manifestações subversivas de carácter comunista”¹¹.

Quanto a Abelaira, jornalista,¹² cuja estreia literária, *A Cidade das Flores*, foi também contemporânea da *Almanaque* (1959), tinha pretendido, no enredo desse romance, passado na Itália fascista, também estabelecer uma analogia com o regime português.

À data, jornalista, Baptista-Bastos tinha publicado *O Cinema na Polémica do Tempo* (1959), tendo sido expulso d'O *Século*, dada a sua implicação na Revolta da Sé, em 12 de março de 1959¹³.

À data, estudantes, respetivamente da Faculdade de Medicina de Lisboa (Cutileiro) e da Faculdade de Direito de Lisboa (Pulido Valente), constava o segundo como editor do jornal *Quadrante*, da respetiva Associação Académica¹⁴.

Quanto a Palla e Carmo, tinha já colaboração dispersa por algumas revistas literárias, assinando os seus textos como José Sesinando (os seus nomes próprios),

¹⁰ Como explica Luís Reis Torgal, quando Sttau Monteiro foi pela primeira vez detido (sendo, todavia ilibado), ignora-se se a publicação da peça, no ano anterior, teve nisso alguma influência, mas “o certo é que as suas relações de amizade terão pesado muito nas suspeitas que a PIDE teve do seu envolvimento na tentativa de revolta no Regimento de Infantaria n.º 3 de Beja, na noite de 31 de dezembro de 1961 para 1 de janeiro de 1962” (Torgal, 2018 p.198).

¹¹ ANTT/PIDE, SC, Registo Geral de Presos, liv. 108, registo n.º 21436. ANTT/PIDE, SC, PC, 160/53, UI 5093.

¹² À data no *Diário Popular*.

¹³ ANTT/PIDE, SC, SR 3067/56, NT 2784.

¹⁴ ANTT/SNI-DSC/9/376.

sendo também tradutor de autores anglo-saxónicos e irmão do arquiteto, escritor e fotógrafo Victor Palla¹⁵.

Para lá da equipa constituída, as circunstâncias que rodeiam o lançamento da *Almanaque* levantam algumas interrogações. Na pesquisa sobre o necessário processo de autorização, por parte da DSC, a documentação disponível revelou-se omissa, não constando nem do “Registo de pedidos para novas publicações desde 1-4-1955”¹⁶, nem da “Inscrição dos Registos de Imprensa”¹⁷.

No que diz respeito ao editor, o Grupo de Publicações Periódicas Lda., surgiram, contudo, alguns dados. Estes referem-se ao requerimento para a edição de um periódico intitulado *A Semana*, em 1958, a que se pretendia dar uma “feição inteiramente independente, quer sob o aspeto político, quer mesmo no seu objetivo de crítica a assuntos de interesse nacional e particularmente ao de temas literários, científicos e artísticos”, acrescentando-se: “Incluirá reportagens, entrevistas e estudos como igualmente informações de atualidade internacional”¹⁸. Verificam-se, contudo, discrepâncias entre aquilo que, mais tarde, referiu Cardoso Pires e os elementos colhidos nessa documentação (“o Grupo de Publicações Periódicas Lda. propõe-se, como proprietário, proceder à publicação de um jornal que terá como título «A Semana» (...), propondo-se como seu diretor o Sr. Dr. Joaquim Aires de Figueiredo Magalhães e editor o Sr. Marcelino Nunes Correia”):

O Figueiredo Magalhães (...) queria fazer uma revista de grande qualidade (...) com nome de que eu nunca gostei («A Semana»). Queria uma coisa semanal, com piada. Então eu fui fazer um estágio numa grande revista da altura, da Mondadori, a «Epoca», italiana. (...) Mas como era um gajo muito rico estava convencido de que a censura não existia. Quando apresenta a papelada para a revista semanal, aparece-lhe uma nega a dizer que a direção — que era eu — não lhe merecia confiança, que sugerisse outros nomes. E o Magalhães teve a dignidade de não sugerir nada, pelo que a revista acabou sem ter começado¹⁹.

¹⁵ Victor Palla foi autor, com Manuel Costa Martins, da obra em fascículos *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, contemporânea da *Almanaque*, com a qual teve diversos pontos em comum, a começar pela proximidade ideológica de alguns dos intervenientes e pela tão inovadora relação entre texto e imagem que ambas refletiram (Palla, 1959; Rodrigues, 2019, pp. 333, 338-341).

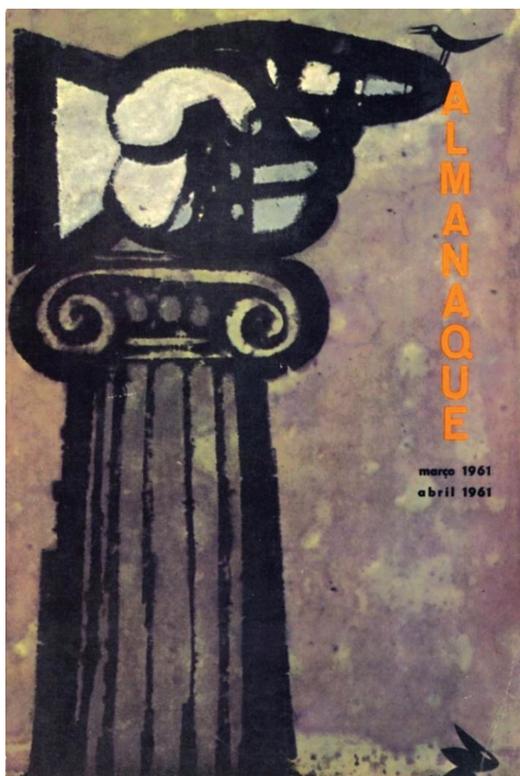
¹⁶ ANTT/SNI-DSC/37/1.

¹⁷ ANTT/SNI-DSC/9.

¹⁸ ANTT/SNI-DSC/22/641.

¹⁹ Pedrosa, 1999, pp. 43-44.

Figura 3



Fonte: *Almanaque*, março de 1960 – abril de 1961, capa
Créditos: João Abel Manta; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Através da aquisição das quotas do historiador Luís Reis Santos (após a sua nomeação para diretor do Museu Machado de Castro), e de João Arouca (figura sobre a qual não obtivemos mais dados), Figueiredo Magalhães (1916–2008) tinha-se tornado coproprietário da Editora Ulisseia, em 1953, tendo como associadas a Empresa Tipográfica Casa Portuguesa e a Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca (negociantes de vinhos), representada pelo citado Nunes Correia²⁰.

Segundo Figueiredo Magalhães, *A Semana* foi proibida devido à PIDE ter interceptado um telegrama seu, para Cardoso Pires, que se encontrava a estagnar na citada *Epoca*, em Milão, com o objetivo de vir a coordenar a Redação do projetado semanário (Oliveira, 2007, p. 143; Cruz, 1972, p. 56). Referiam-se, nessa mensagem, instruções para entrevistar o líder comunista Władysław Gomułka, na Polónia, “onde tinha estalado uma revolta social” (Machaqueiro, 1999, p. 58). Tal terá conduzido à decisão superior, comunicada pelo dire-

²⁰ ANTT/SNI-DSC/10/43–54; ANTT/SNI-DSC/10/4–46.

tor da Censura, Armando Larcher, a Figueiredo Magalhães, que acrescentou: “Dado que já tínhamos redação e instalações, surgiu a ideia do *Almanaque* (...). Ficou combinado que não ia à Censura, eu responsabilizei-me perante a PIDE” (Oliveira, 2007, pp. 143–144). cremos, portanto, que a já referida inexistência, em arquivo, do despacho de autorização para a *Almanaque*, se tenha devido a esta prerrogativa excepcional.

Já ao mesmo proponente não tinha sido autorizada a publicação de uma *Gazeta de Artes e Letras*, em 1955, informação útil, dado evidenciar um relacionamento pessoal entre Figueiredo Magalhães e Jorge Felner da Costa (1916–1976), alto quadro do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (doravante SNI), no âmbito do qual também funcionava a DSC. Em suporte ao requerimento para essa publicação, àquela dirigido, este “dirigente da FNAT, da Emissora Nacional e administrador da TAP”, “chefe da Repartição de Turismo que sucedeu a José de Ataíde, entre 1950 e 1960” (Pina, 1988, p. 161), escreveu o seguinte – “Por me ser pedido, declaro que o Sr. Dr. Figueiredo Magalhães, que pessoalmente conheço, reúne as qualidades indispensáveis e possui inteira idoneidade moral para a direção duma empresa editora”²¹ – tendo-se, noutro ofício, porém, apontado: “O J. Felner, que apresentou o requerente, não conhece este sob o aspeto político”²².

É também de assinalar, neste contexto, que o fundador da *Almanaque*, editor “excepcionalmente culto (...), generoso, que pagava aos tradutores e tinha bons revisores” (Rolim, 2008), terá mantido “uma relação de grande cordialidade” com o citado coronel Armando Larcher, diretor da Censura entre 1944 e 1959 (Gomes, 2006, p. 151): “Eu estava muito bem colocado entre os jesuítas, a censura e os comunistas. A dada altura, entregava traduções a presos políticos em Peniche e em Caxias, justificando à censura que «sempre é preferível estarem a trabalhar do que a conspirar»”, acrescentando: “Assim as famílias sempre recebiam algum.” (Portas, 2008).

Por outro lado, se a dispensa de censura prévia também se terá adequado a algum critério oficioso, por parte da DSC, parte-se do pressuposto de que *Almanaque* foi classificada como publicação não periódica, à semelhança de outra revista cultural surgida quatro meses antes, *Tempo Presente*, de orientação neofascista, dirigida por Fernando Guedes (Matos, 2006 p. 47): “Foi autorizada a publicação da revista «Tempo Presente», nas condições requeridas, ficando dispensada de censura prévia e de quaisquer outras formalidades (...). Deverão ser enviados a esta Direção, dois exemplares da citada revista, por cada número que sair”²³. Contudo, a revista de poesia e crítica literária *Graal*, publicada entre 1956 e 1958, dirigida por António Manuel Couto Viana (que a seguir integrou o corpo redatorial da *Tempo Presente*), não deixou de ser sujeita a visto prévio logo de início²⁴.

²¹ ANTT/SNI-DSC/22/263; 03.12.1953.

²² ANTT/SNI-DSC/22/263; 22.02.1954.

²³ ANTT/SNI-DSC/24/142, 11.05.1959, 13.05.1959.

²⁴ ANTT/SNI-DSC/9/874; 17.10.1955.

Figura 4. Ilustração do artigo de Leitão de Barros
"Elogio ao elogio mútuo ou monumento ao lugar-comum"



Fonte: *Almanaque*, fevereiro de 1961, p. 10
Créditos: João Câmara Leme; Hemeroteca Municipal de Lisboa

Entre a inevitabilidade da censura e da autocensura

Servindo a censura, para Salazar, como “função natural de um regime de autoridade”, destinada a impedir a proliferação de “doutrina subversiva claramente habilitada” (Ferro, 1978, citado em Victorino, 2013, p. 136), como observou Daniel Pires, um dos métodos perfilhados, perante a “necessidade vital” de a iludir, decorreu do facto de só a imprensa periódica ser por ela obrigatoriamente visada. Deste modo, várias revistas foram “dadas à estampa em formato de livro ou autointitulando-se coletânea, antologia, caderno, fascículo, volume antológico, número único ou publicação não periódica” (Pires, 1999 p. 309). Questão, todavia em aberto, também pela ausên-

cia de disposições concretas na legislação aplicável²⁵, resta colocar a hipótese, do critério adotado, no caso da *Almanaque*, ter coincido com o referido por Baptista-Bastos: “Uma publicação que tivesse mais de 120 páginas não ia à Censura, era um truque que arranjavamos” (Bastos citado em Rolim, 2008). No primeiro número, todavia, *Tempo Presente* e *Almanaque*, apresentaram respetivamente 112 e 176 páginas (a que acrescem 32 páginas do primeiro excerto de uma novela estrangeira, no caso da segunda).

Não deixa, porém, de ser marcante que, apesar da sua breve existência, *Almanaque* tenha conseguido publicar 18 números de crescente rebeldia contra o conservadorismo social e político subjacente à ditadura.

Apesar de não estar obrigada a censura prévia, *Almanaque* não deixou de enfrentar posteriores riscos de suspensão ou apreensão, mesmo tendo em conta a arbitrariedade de critérios da DSC, como referiu Arons de Carvalho: “A atuação dos censores, ainda que se pautasse pela lógica preventiva e repressora, foi sempre marcada por uma grande aleatoriedade, dada a grande imprecisão quanto aos limites de ação, o que permitia todo o tipo de discricionariedades” (Carvalho, 1999, p. 45). Não são de descartar as hipóteses da revista ter tido de cumprir a habitual imposição (já mencionada no caso da *Tempo Presente*), de depósito de dois exemplares por número, em sede da DSC, bem como de ter enfrentado a possibilidade de denúncias provenientes dos pontos de venda²⁶. Cite-se, a título de exemplo, como assinou Daniel Pires, o destaque dado à transcrição de um decreto da Comuna de Paris, em Março de 1960, que “passou incólume” (Pires, 1996, p. 41).

No intuito de se cotejarem referências à *Almanaque*, em periódicos contemporâneos do seu lançamento, foi empreendida uma pesquisa abarcando o último trimestre de 1959, em títulos como a *República* e o *Diário de Lisboa*, cujo perfil, não situacionista, mais daquela se poderiam aproximar. Idem, no que respeita a outras revistas culturais, ligadas à oposição e igualmente toleradas pela Censura, como a *Vértice* e a *Seara Nova*. Em qualquer dos casos, porém, nada apurámos nesse registo. Salvaguardadas as devidas distâncias, apesar dos critérios aleatórios da DSC, *Almanaque*, à parte a vertente satírica, não excedeu os níveis de contestação de periódicos submetidos a visto prévio, mas tolerados pelo regime no mesmo período, veja-se a citada *República*, como o caso mais emblemático, com chamadas de capa para valores professados por notórios oposicionistas.

Como neste contexto defende Álvaro Costa de Matos: “Dentro do regime, à direita e à esquerda”, havia “crítica política.” Feita, “com descrição, subtileza (...) de forma a contornar a ação da censura, mas crítica quer ao obscurantismo cultural do regime, quer às suas opções de política económica ou social, quer mesmo ao rumo político do Estado Novo” (Matos, 2006 p. 53). Daí este autor concluir — “O que movia a censura era, não tanto a crítica política ao poder político ou a doutrinação e propagação mesmo de ideários políticos diferentes, mas sobretudo a proteção das figuras, instituições e estratégias imediatas do regime”.

²⁵ Dec. 12 008, de 29.07.1926, art. 1.º, e Regulamento dos Serviços de Censura, de novembro de 1936, art. 1.º, par. 1 e 2; Carvalho, 1971, pp. 462 e 516.

²⁶ Circular dos Serviços de Censura de 21 de fevereiro de 1934; Azevedo, 1999, pp. 494–496.

Repare-se que o próprio sistema repressivo poderia estar ciente da relativa inoperância da maioria dos envolvidos, no caso da *Almanaque* – “Éramos todos anti-salazaristas. Éramos da oposição, mas não conspirávamos nada” (Cutileiro, 2018). Não deixa, porém, de surpreender, que apesar de nela ter prevalecido um plano generalizado de “elisão cirúrgica do Estado Novo”, pela “ausência de referências diretas ao próprio regime” (Rodrigues, 2019, p. 336), esta revista tenha sido tolerada pela Censura, inclusive nos casos em que não se coibiu de visar diretamente alguns dos pressupostos acima apontados:

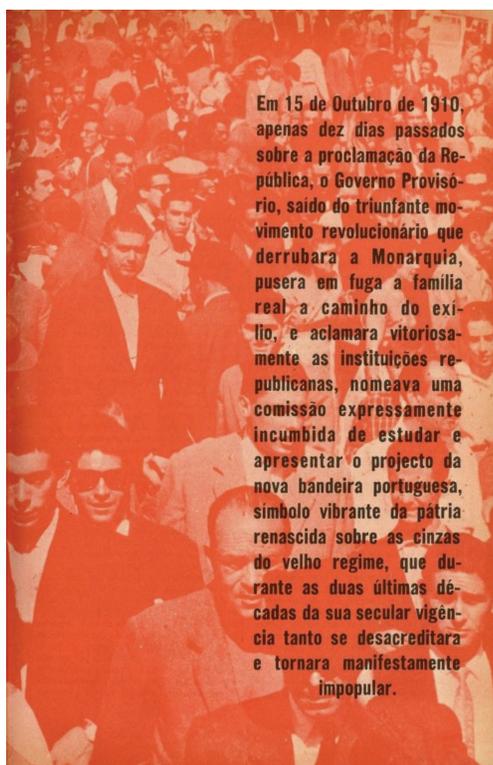
Assis Chateaubriand, esmertíssimo embaixador do Brasil em Londres, almoçou um dia em Lisboa, rodeado de gente notável de todas as polícticas, desde João Ameal, monárquico e integralista, até Nuno Simões, irredutível liberal (antes quebrar que torcer). Salazar, em evidência por um dos seus discursos-lições, andava na boca de todos, antes do melão gelado. Eis que Assis se levanta (esperava-se um lugar-comum brasileiro) (...), começa a falar (...), carregando nos ss da comunidade luso-brasileira de S. Paulo: «eu nunca acreditei em homens providenciais»... Fez-se uma pausa que paralisou cinquenta estômagos nacionalistas em plena digestão. Então Assis, continuou: «No que eu acredito é em povos providenciais...». Chateaubriand fugira ao lugar-comum – mas esse era esperto, e, como se sabe, brasileiro²⁷.

A sátira como pretexto de reflexão sobre uma sociedade em ditadura

Como antes referido, o *design* gráfico da *Almanaque*, notavelmente inovador, encontra-se hoje mais bem estudado no plano acadêmico (Almeida, 2009; Rodrigues, 2019). Destacam-se, neste contexto, as capas de Sebastião Rodrigues (ao longo de 16 números, ex. na Figura 1) e de João Abel Manta (nos últimos 2 números, ex. na Figura 3), bem como as demais ilustrações destes e de João Câmara Leme (ex. na Figura 4), Luís Filipe de Abreu, Pilo da Silva, Guilherme Casquilho, João Rodrigues e Paulo Guilherme d’Eça Leal. No plano fotográfico acrescentem-se os nomes de profissionais e amadores, como Eduardo Gageiro, Sena da Silva, João Martins, João Cutileiro, e o brasileiro Armando Rosário, também colaborador na *Senhor* (“Moça rica”, 1959, pp. 57–60). Este contexto foi igualmente estudado por Sofia Leal Rodrigues, quanto à forma como, na *Almanaque*, “a fotografia é utilizada e editada para criar uma dinâmica cinematográfica e a relação crítica que mantém com alguns estereótipos imagéticos do regime.” (Rodrigues, p. 328).

²⁷ Barros, 1961, p. 12.

Figura 5. Ilustração do artigo de Manuel Mendes, "A bandeira nacional"



Fonte: *Almanaque*, outubro de 1960, p. 49

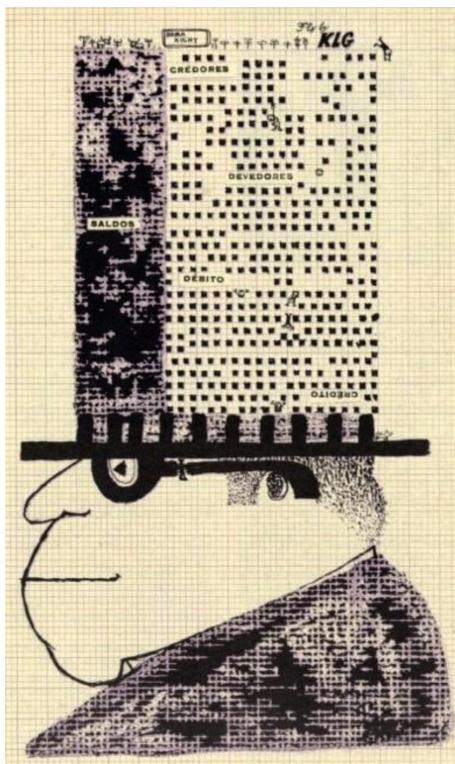
Créditos: Hemeroteca Municipal de Lisboa

Não obstante a sua irreverência, cremos que, sem paralelo ao nível de outros títulos da imprensa literária portuguesa de então, *Almanaque* caracterizou-se, igualmente, por ser uma revista em que o sentido da leitura era visto como um instrumento de desenvolvimento pessoal. Sobressai, neste contexto, a publicação de inéditos de escritores ligados à oposição republicana, ou ao neorrealismo, como Aquilino Ribeiro, Manuel Mendes, Vergílio Ferreira, Manuel da Fonseca, Carlos de Oliveira, ou Alves Redol, entre outros. Por outro lado, a par de novas abordagens científicas, sociológicas, artísticas, historiográficas, a revista não deixou de atender a questões fraturantes em face dos espartilhos impostos à liberdade de expressão pelo regime, designadamente pondo em causa interesses económicos instalados. Veja-se, em texto assinado pelo já referido arquiteto, fotógrafo e *designer* António Sena da Silva (1926–2001), sobre algumas edificações que começavam a alastrar nas periferias das cidades portuguesas (ex. na Figura 6):

As nossas cidades estúpidas, as nossas casas feias e o cenário medíocre da nossa vida de todos os dias, podem ser o resultado de um momento histórico com

determinantes técnicas e justificações económicas, mas são sobretudo aquilo que merecemos. (...) O prédio de rendimento é o elemento concreto mais importante no condicionamento do nosso modo de habitar. Essas imensas folhas de contabilidade construídas em cimento armado, ajanotadas com carinho para deleite dos capitalistas empreendedores, que – num mimo de ternura – entre os mármore sarapintados da entrada, lhes ferram com um comovente lustre de vidrinhos, constituem o único modo de alojamento ao alcance das classes relativamente favorecidas. (...) Avenidas, alamedas, ruas de todos os doutores, casinhas de um lado e de outro, todas direitinhas, muito bem alinhadas, com vista para o vizinho da frente²⁸.

Figura 6. Ilustração do artigo de António Sena da Silva, “A cidade que nós fizemos”



Fonte: *Almanaque*, julho de 1960, p. 137

Créditos: António Sena da Silva (?); Hemeroteca Municipal de Lisboa

Apresentando secções regulares, como se de um almanaque tradicional se tratasse (Pires, 1996, p. 40), em paralelo com a divulgação de temas como o cinema, o jazz, a ficção-científica, a arquitetura, o desporto, a condição feminina ou o compor-

²⁸ Silva, 1960 pp. 134, 138.

tamento da juventude perante uma sociedade em mutação acelerada²⁹, *Almanaque* não deixou também de aflorar outras questões, sensíveis perante o quadro político vigente, *vide* o fascismo, o colonialismo, o racismo, o macarthismo, refletindo algum desencanto geracional, muito próprio desses anos, mas não deixando de questionar a realidade sob um imperativo ético. Vejam-se os textos assinados pelo jornalista, mais tarde escritor, Mário Ventura (1936–2006), sob a designação “Autópsia das Profissões”, referidos por Sofia Rodrigues (Ventura, 1960b, pp. 71–78; Ventura, 1960c, pp. 102–109; Rodrigues, 2019, pp. 342–343), bem como outro artigo do mesmo autor:

A maioria esmagadora dos portugueses que trabalham não se desloca do local onde habitualmente reside e trabalha, para gozar as suas férias (...). Vejamos o que nos diz Emília D., funcionária de uma empresa manufatureira do Estado: — Estou empregada há dois anos, mas só terei férias quando completar cinco anos de casa... Como ela, existem muitas pessoas que têm de trabalhar ininterruptamente, durante vários anos, para conquistarem o direito a descansar. Outros, porém, sobretudo operários de determinadas empresas particulares, são despedidos no fim da «quarentena» que lhes é imposta e readmitidos um dia depois, na mesma situação do empregado que entra pela primeira vez na firma, e sem as regalias que tinham conquistado e passariam a gozar daí em diante (...). Naturalmente, o que entre os vinte e os trinta anos parece infame e incita à revolta, torna-se depois daquela idade um hábito resignado³⁰.

Almanaque assinala igualmente um período, para muitos, marcado pela desilusão relativamente ao que Humberto Delgado (1906–1965) tinha corporizado como alternativa democrática às eleições para a Presidência da República, em 1958, e por fatores conexos, como o clima de agitação nos meios católicos, *vide* a citada Revolta da Sé e a carta do Bispo do Porto a Salazar, em 13 de julho do ano seguinte. Mas, apesar das condicionantes legais e de uma autocensura necessariamente assumida — “A censura éramos nós que tínhamos que a fazer para não arriscar que nos apreendessem o *Almanaque*” (Cutileiro, 2018) — esta revista não deixou de desafiar a autoridade instituída, por vezes de forma especialmente agravada.

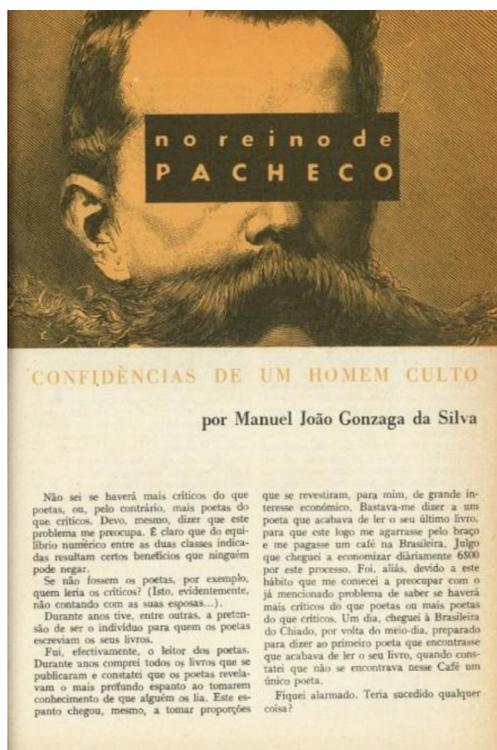
Através de um contagioso e por vezes desconcertante humor, recorrendo predominantemente ao sarcasmo, mas também a jogos de palavras e a sentidos figurados, refira-se que até a própria DSC chegou a ser diretamente visada na revista. Em texto assinado por Baptista-Bastos, a propósito de algum cinema português, pode ler-se: “A censura também entra no alibi. Cicia-se que é impossível superar a impermeabilidade dos escritórios da Calçada da Glória; que os burocratas lá com banca são rígidos e severos” (Bastos, 1960–61, p. 96). Mas atente-se, essencialmente, nas crónicas da secção intitulada “No Reino de Pacheco”, subtis metáforas do regime, das suas clientelas tradicionais e do seu *ethos* retrógrado e paroquial, em simbólica reminiscência queirosiana (ex. na Figura 7):

²⁹ De salientar, neste contexto, a dissertação de mestrado de Mariana Martins Ribeiro, leia-se no respetivo resumo: “Pretende-se tornar claro o destaque conferido pela *Almanaque* à crescente afirmação da juventude e às ruturas geracionais, à importância da música como fator de afirmação da cultura juvenil nos anos 60, bem como destacar o papel inovador que a revista deteve no processo de abertura ao exterior por alimentar e fomentar um imaginário além-fronteiras” (Ribeiro, 2018).

³⁰ Ventura, 1960a, pp. 100, 102–103.

Onde fica, afinal, o Reino de Pacheco? (...) O Reino de Pacheco é um jardim; (...) É habitado pelos Pachecos; (...) Os Pachecos são bons segundo dizem os Pachecos bons e, para se evitar que esta bondade seja corrompida pela vida moderna e pelo contacto com os não-Pachecos, vivem em regime de Pachecosidade vigiada; Os Pachecos têm horror ao vácuo, como se constata lendo os artigos de fundo dos seus jornais e ouvindo os discursos dos Pachecos bons; (...) A regra é esta: quanto mais Pacheco for um Pacheco, melhor Pacheco será esse Pacheco, ou numa outra versão: tudo pelos Pachecos nada contra os Pachecos; (...) Os Pachecos são doutores e, no seu Reino, os doutores são quase todos Pachecos; (...) A sua grande preocupação consiste na formação dum escol de Pachecos e, por isso revelam uma mentalidade escolar³¹.

Figura 7. Texto de Luís de Sttau Monteiro sob pseudónimo



Fonte: *Almanaque*, junho de 1960, p. 139
 Créditos: Hemeroteca Municipal de Lisboa

Segundo José Cutileiro, estas crónicas, inicialmente pensadas por O'Neill e por Sttau Monteiro, foram quase na totalidade redigidas por este (Cutileiro, 2018), tendo-se nalguns casos, extremado as insinuações implícitas. Tal se exemplifica em textos

³¹ "No Reino...", 1960, pp. 124–125.

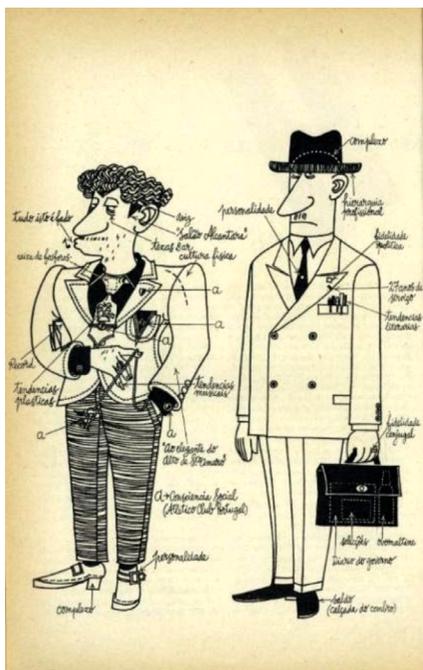
como “Poema Pícaro”, não assinado, mas que sabemos hoje ser de Palla e Carmo (“Le P (acheco)...”, 1961, p. 92; Sesinando, 2018, pp. 113–114), eivado de alusões sexuais, e em especial na referência indireta aos asilos políticos, concedidos em 1959 pela embaixada do Brasil, a Humberto Delgado, e pela embaixada da Argentina a Henrique Galvão:

Que está o sr. a fazer? — nada sr. Guarda estou a sorrir... Precisamente. E de que está o sr. a sorrir? — De nada sr. Guarda, é uma questão de cultura... Pela cara do guarda passou uma sombra de horror. Sem hesitações mandou-me segui-lo até à esquadra. Compreendi que só uma habilidade me salvaria. É que do Cais do Sodré à esquadra que fica por trás da Câmara Municipal não há uma única Embaixada, não há sequer um mísero Consulado³².

Traduzindo as suas convicções sobre um país que, acima de tudo, achavam conflagradoramente limitado, para os intelectuais e jornalistas da *Almanaque*, como sintetizou Cardoso Pires — “O programa era simples: ridicularizar os provincianismos culturais, cosmopolitizados ou não, sacudir os bonzos contentes e demonstrar que a austeridade é a capa do medo e da ausência de imaginação” (Cruz, 1972 p. 56).

Figura 8. Ilustração do artigo

“Quem não quer ser homem não lhe veste a pele: introdução à zoologia da farda” (anónimo)



Fonte: *Almanaque*, dezembro de 1960–janeiro de 1961, p. 52
Créditos: João Abel Manta.; Hemeroteca Municipal de Lisboa

³² Silva, 1960 p. 141 (ex. na Figura 7).

Em tal registo, sabendo-se que alguns dos que ali escreviam já se encontravam referenciados pela polícia política, a maioria dos conteúdos da *Almanaque* permaneceu a coberto do anonimato. Mas também se recorreu à utilização de pseudónimos, caso de Sttau Monteiro, “ao inventar nomes como Manuel João Gonzaga da Silva, Teodoro Pacheco, Fernão Pacheco” (Machaqueiro, 1999, p. 60), ou de Baptista-Bastos, assinando como Manuel Trindade (Rodrigues, 2019, p. 344). Mas também se observam situações em que os articulistas, apesar das suas notórias conotações políticas, assumiram a sua própria identidade, caso, por exemplo, de Francisco Vieira de Almeida (1883–1962), que tinha sido o mandatário da candidatura de Delgado e posteriormente detido pela PIDE em duas ocasiões (Lemos, 2012, pp. 224, 232–233). No número da *Almanaque* dedicado ao tema “Repense”: “pensar já foi uma necessidade, passou depois a ser um luxo, hoje em dia é um dever” (Repense, 1960, p. 121), aquele apelou, recorrendo ao pensamento aristotélico, ao direito à “independência mental, que nenhum respeito deve limitar nem limita algum respeito inteligente” (Almeida, 1960, p. 139). E observe-se também uma abordagem análoga, em texto de “Abertura”, anónimo, quatro números adiante:

Em tempos de maior lisura que aqueles que infelizmente atravessamos é impossível que se tenha pregado tanto o respeito: o respeito pelos pais, o respeito pelos negros, o respeito pela soberania, o respeito pelas ideias alheias, o respeito enfim por nós próprios e pelos outros. Andamos todos como a heroína bem conhecida da peça de Sartre — respeitosos. O respeito é da parte de quem está na mó de cima uma fácil comodidade e, da parte de quem está na mó de baixo, uma disfarçada cobardia³³.

Recorde-se que também José Leitão de Barros (1896–1967), até aí um dos mais ecléticos artistas ao serviço da propaganda do Estado Novo, foi convidado para colaborar na *Almanaque*³⁴. Ali se referiu que aquele “cidadão sem estandar-te no nosso universo intelectual”, tinha com a “ajuda dos seus *Corvos*”, “esgravatado o município” (lisboeta), “as pelintras e as ridicularias do real quotidiano” (“Aqui anunciamos...”, 1960, p. 2), referência às crónicas semanais que aquele publicava no *Diário de Notícias*, desde 1953. E no mesmo número, a par de um texto por si assinado — “A filigrana está para o português como a folha de amoreira para o bicho-de-seda. (...). Há filigranas legais cheias de requincofes retorcidos; há filigranas policiais, aduaneiras, camarárias (...), as nossas leis são cheias de pormenores, de curvazinhas, de meticulosidade” (Barros, 1960–1961 p. 44) — apareceu outro artigo, anónimo, talvez do seu punho também (ex. na Figura 9)³⁵.

³³ “Abertura”, 1960 p. 1.

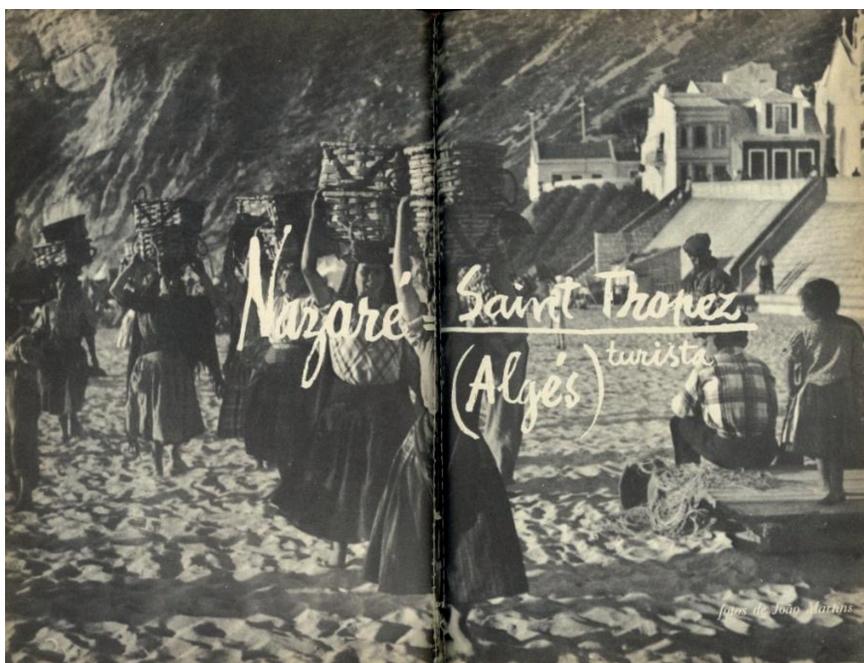
³⁴ “Esclarece-se que há muito mais anos e noutros órgãos de informação, Leitão de Barros tem posto a descoberto várias pachequices do Reino (evidentemente) de Pacheco, razão por que tão gentil e prontamente aceitou ao nosso convite — ele que tem os *Corvos* à sua conta e mil tarefas bem mais rendosas” (“Parece que...”, 1961, p. 2).

³⁵ Veja-se, em registo similar, nos referidos *Corvos*, a seguinte referência à Nazaré: “Pejada de pretensiosas e banais construções, vilipendiada a praia por propagandas comerciais, com tractores americanos a substituírem o espectáculo maravilhoso da saída dos barcos, sem os trajes regionais admiráveis — não há nada que não lhe tenham feito para inconscientemente a destruir” (Barros, 1964, V. I, p. 250, citado em Victorino, 2020 p. 97).

Nesse, entre outras ironias, punha-se em causa a genuinidade das tradições etnográficas da Nazaré, crítica, portanto, indireta ao que António Ferro (1895–1956) tinha anteriormente iniciado, através do SNI, numa lógica de pitoresco destinado à promoção turística:

Se considerarmos que a Nazaré é o nosso ponto turístico de folclore mais internacionalizado (...), o turista (...) quando vem à Nazaré para se enfiar de bizarras nacionais começa por enfiar um barrete, que já se não usa senão para ele ver, e por contar sete saias, que tradicionalmente eram três e passaram a ser sete por uma questão de simpatia numérica (...). Tudo tradição nova, História de agora³⁶.

Figura 9.



Fonte: *Almanaque*, dezembro de 1960 - janeiro de 1961, pp. 124-125

Créditos: João Martins; Hemeroteca Municipal de Lisboa

De forma mais ou menos velada, também nos dois números seguintes da revista se repetiram provocações à propaganda do SNI (no âmbito do qual, recordemos, funcionava a DSC): ora criticando-se a prática, iniciada por Ferro, de difusão, para consumo interno, de comentários internacionais favoráveis ao regime³⁷, ora num ar-

³⁶ "Nazaré...", 1960/1961, p. 129.

³⁷ "Os Pachecos não receiam nada. Ousam mesmo fazer o que nenhum país ousa: publicar as referências que a Imprensa estrangeira faz ao seu reino! Todas as referências? Não. (...). Bastam algumas, as necessárias, para que todos compreendam que os Pachecos encaram o

tigo sobre Amália Rodrigues, considerando-se a tradição do Fado “já *fané* pela propaganda do nosso departamento da dita”, e conseqüentemente em decadência devido à banalização turística:

Foi para aí há doze anos (...), durante deambulações marialvas por um Bairro Alto notívago (...). Espiámos, na mesa ao lado, um grupo selecto de cavalheiros e damas. (...) Num homem, rotundo e espesso, reconhecemos António Ferro, (...) outro era André Maurois. (...) A rapariga de cabelos imensos e negros não era, ainda, um lugar-comum da bisonha apoteose lusa, nem tinha sido crismada internacionalmente (...). Cortou os cabelos, desatou a falar línguas, a acamaradar com gente selecta. La «gauche respectueuse» está de permeio com «la droite melancolique». (...) Quando a Amália era bem melhor e cantava bem melhor. (...) As 33 rotações fizeram da rapariga (...) uma estopada do lugar-comum nacional³⁸.

Conclusões

Tendo em conta a intensa criatividade que a caracterizou e os subjacentes riscos que correu, expoente de modernidade, de cosmopolitismo e de rutura com os cânones até aí mais representativos no panorama das suas congéneres³⁹, *Almanaque* foi, acima de tudo, um espaço de liberdade”, como referiu Baptista-Bastos, de “uma irreverência sem freios, que impelia a *dribles* inesgotáveis para escapar às teias da Censura” (Bastos citado em Rolim, 2008), também “uma aventura fugaz, pela grandeza do objetivo.” (Bastos, 2005)

Desafio para novas incursões neste domínio, designadamente na relação contrastante com outras revistas culturais da época, também ligadas à oposição, teve este estudo o propósito essencial de recordar alguns dos intervenientes, contornos e irreverências editoriais da *Almanaque* e a sua enorme relevância para a História do jornalismo e do periodismo em Portugal. Apesar de, mais tarde, Cardoso Pires ter comentado: “Agora diz-se que essa revista era muito boa, porque as pessoas não a leram. Diziam que era uma revista elitista, pretensiosa. Era fina de mais, cara de mais. Aquilo acabou porque não tinha público” (Azevedo, 1999, p. 111), como observou José Bártolo, em síntese: “Os 18 números da *Almanaque*, no seu conjunto, formam um dos mais sedutores projetos editoriais portugueses, o último a nascer no contexto constrangedor do Estado Novo, o primeiro a enunciar, numa força talvez irrepetível, o novo *design* português” (Bártolo, 2015).

presente e o futuro cheios de confiança em si próprios. É quanto basta para desmascarar esses pseudocientistas que falam em complexos de inferioridade” (“No Reino...”, 1961, pp. 77–78).

³⁸ Trindade, 1961, pp. 27–28, 30.

³⁹ Veja-se neste contexto a observação de Rui Bebiano: “a vertigem da universalidade que transparecia das suas páginas — com uma profusão de temas e citações e uma ousadia gráfica que chegaram a ser tomadas como expressão de afetação intelectual — não se limitava pois a vagas intenções, espalhando-se por secções e artigos nos quais a aproximação a realidades e maneiras de estar no mundo muito diferentes daquelas que se podiam encontrar em Portugal era uma constante” (Bebiano, 2003, p. 121).

De um humor corrosivo, por vezes subversivo, também graficamente um objeto de arte, não se voltou a repetir algo de semelhante em Portugal, até ao 25 de Abril de 1974, à exceção do suplemento “A Mosca”, do *Diário de Lisboa*, já durante o marcelismo — e novamente através de responsáveis como Cardoso Pires e Sttau Monteiro: “Deixem «A Mosca» voar por toda a parte, passear nos vidros das janelas, incomodar as pessoas adormecidas, permitam, enfim, que «A Mosca» pouse nas calvas portuguesas e caia nas sopas domésticas. Até para que aconteça qualquer coisa” (“A Mosca...”, 1969). Mas, independentemente da breve abertura política, então verificada, não deixou o regime de manter a liberdade de expressão sob forte vigilância, apesar de pontuais cedências que nos permitem novamente inferir, como referiu Manuel Gama, que “as ditaduras querem saber não só onde estão e quem são os seus apoiantes e defensores, mas também quem são e o que pensam os seus adversários.” (Gama, 2009, p. 3).

Referências bibliográficas

- A revista *Senhor*: entre a ascensão e a derrocada do otimismo brasileiro, (2015, 6 de Outubro). *Blog da BBM*. <https://blog.bbm.usp.br/2015/respeitavel-publico-a-revista-senhor-nos-anos-de-ascensao-e-derrocada-do-otimismo-brasileiro/>
- Almanaque*. (1959, novembro). O snobismo ao alcance de todos. *Almanaque*, 104–109.
- Almanaque*. (1960, julho). Repense. *Almanaque*, 120–121.
- Almanaque*. (1960, agosto). No Reino de Pacheco. *Almanaque*, 124–125.
- Almanaque*. (1960, novembro). Abertura. *Almanaque*, 1.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Aqui anunciamos (...). *Almanaque*, 2.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Nazaré, Saint Tropez (Algés) turista. *Almanaque*, 124–135.
- Almanaque*. (1960–61, dezembro–janeiro). Quem não quer ser homem não lhe veste a pele: introdução à zoologia da farda. *Almanaque*, 50–55.
- Almanaque*. (1961, fevereiro). Parece que (...). *Almanaque*, 2.
- Almanaque*. (1961, março–abril). No Reino de Pacheco: o culto do ventre. *Almanaque*, 77–78.
- Almanaque*. (1961, maio). Le P(acheco) Respectueux, *Almanaque*, 92.
- Almeida, F. V. de (1960, julho). Nec temere nec timide. *Almanaque*, 139.
- Almeida, V. M. M. de (2009). *O Design em Portugal, um Tempo e um Modo: a institucionalização do Design Português entre 1959 e 1974* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/2485>
- ANTT-SNI-DSC — Arquivo Nacional Torre do Tombo, Secretariado Nacional da Informação, Direção dos Serviços de Censura.
- ANTT-PIDE-SC — Arquivo Nacional Torre do Tombo, Polícia Internacional de Defesa do Estado, Serviços Centrais.
- Azevedo, C. de (1999). *A Censura de Salazar e de Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão*. Caminho.
- Barros, L. de (1964). *Corvos*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Barros, L. de (1960–61, dezembro–janeiro). O pior são as filigranas. *Almanaque*, 44–45.
- Barros, L. de. (1961, fevereiro). Elogio ao elogio mútuo ou monumento ao lugar-comum. *Almanaque*, 9–12.
- Bártolo, J. (2015, 25 de novembro). A *Almanaque* e o novo design português. *Público*.

- Bastos, A. B. (1960–61, dezembro–janeiro). Duarte: príncipe florentino de traça alcantarense. *Almanaque*, 94–99.
- Bastos, A. B. (2005, 21 de outubro). Memórias de Cutileiro. *Jornal de Negócios*.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Angelus Novus.
- Campino, S. L. (2018). Almanaque (1959-1961). *Hemeroteca Digital*. <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Almanaque.pdf>
- Carvalho, A. de (1999). *A Censura à Imprensa na Época Marcelista*. Minerva.
- Carvalho, A. de & Cardoso, A. M. (1971). *Da liberdade de imprensa*. Meridiano.
- Cruz, L. (1972). *José Cardoso Pires: análise crítica e seleção de textos*. Arcádia.
- Cutileiro, J. (2018, 18 de Agosto). [Depoimento obtido pelo autor]. *Diário de Lisboa*. (1969, abril 12). A Mosca, magazine do Diário de Lisboa. *Diário de Lisboa*.
- Duarte, R. M. S. C. T. (2015). *O canto do Cisne no Retorno do Eu ao Ato da Escrita: Estudo Comparativo dos Testemunhos de José Cardoso Pires e de José Luis Sampedro* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório RUN. <http://hdl.handle.net/10362/15316>
- Ferro, A. (1978). *Salazar: o homem e a sua obra*. Edições do Templo.
- Gama, M. (2009). *Da censura à autocensura no Estado Novo*. Repositório UM. <https://core.ac.uk/download/pdf/55628745.pdf>
- Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura: a censura à imprensa na ditadura militar e Estado Novo (1926–1945)*. Livros Horizonte.
- Portal da Literatura (2018, 21 de maio). José Cardoso Pires. *Portal da Literatura*. <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=245>
- José Cardoso Pires: um integrado marginal (1925–1998), (2018, 8 de maio). *Arquivo Nacional Torre do Tombo Notícias* [Mostra documental]. <https://www.antt.dglab.gov.pt/jose-cardoso-pires-um-integrado-marginal-1925-1998/>
- Lemos, M. M., & Torgal, L. R. (Coords.).(2012). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Assembleia da República.
- Machaqueiro, R. (1999). Figueiredo Magalhães: o homem da Ulisseia. *Ler*, 44, 54–71.
- Matos, A. C. de (2006). Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema. *Media & Jornalismo*, 9, 41–56.
- Mendes, M. (1960, outubro). A bandeira nacional. *Almanaque*, 48–53.
- Oliveira, M. A. (2007). *Alexandre O'Neill: uma biografia literária*. D. Quixote.
- Palla, V., & Martins, C. (1959; 2009). *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*. Pierre Von Kleist Editions.
- Pedrosa, I. (1999). *José Cardoso Pires: Fotobiografia*. Publicações D. Quixote.
- Pina, P. (1988). *Portugal: o turismo no século XX*. Lucidus Publicações.
- Pires, D. (1996). *Dicionário da Imprensa Literária Portuguesa do Século XX (1900–1940)* (vol. II, pp. 39–44). Grifo.
- Pires, D. (1999). Jornais e Revistas Culturais. In A. Barreto & M. F. Mónica (Coords.), *Dicionário de História de Portugal* (vol. VIII, pp. 307–311). Figueirinhas.
- Portas, C. (2008, 3 de dezembro). O último livro da Ulisseia s.f.f. *Público*. <https://www.publico.pt/2008/12/03/culturaipsilon/noticia/o-ultimo-livro-da-ulisseia-sff-217736>
- Ribeiro, M. M. (2018). *Almanaque (1959–1961): Jornalismo e Cultura num País em Mudança* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras]. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/82448>
- Rodrigues, S. L. (2019). *O Projecto Gráfico da Revista Almanaque: um olhar crítico sobre o mundo*.

- In S. F. & A. P. & R. L. S. (Org.), *Projectos Editoriais e Propaganda: imagens e contra-imagens no Estado Novo* (pp. 327–350). Imprensa de Ciências Sociais.
- Rolim, M. L. (2008, 26 de novembro). Joaquim Figueiredo Magalhães (1916–2008). *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/joaquim-figueiredo-magalhaes-1916-2008=f463404>
- Sabino, F. (1959a, julho). Réquiem para o dono de Portugal. *Senhor*, (5), 19–22.
- Sabino, F. (1959b, agosto). Réquiem para o dono de Portugal. *Portugal Democrático*.
- Senhor*. (1959, novembro). Moça rica. *Senhor*, (9), 57–60.
- Senhor*. (1959, outubro). A infidelidade ao alcance de todos. *Senhor*, (8), 70–71.
- Sesinando, J. (2018). *Obra Perfeitamente Incompleta*. Tinta-da-China.
- Silva, A. S. da (1960, julho) A cidade que nós fizemos. *Almanaque*, 133–138.
- Silva, M. J. G. (pseudónimo de Luís de Sttau Monteiro), (1960, junho). No Reino de Pacheco: confidências de um homem culto. *Almanaque*, 139–142.
- Soeiro, E. (1964, junho). José Cardoso Pires: Prémio Camilo Castelo Branco de 1964. *Eva*.
- Távora Jr., B. (pseudónimo de José Cardoso Pires?), (1960, setembro). Anti-salazarismo lá e cá. *Senhor*, (9).
- Torgal, L. R. (2018). Felizmente há luar!, Luís de Sttau Monteiro, a Censura e a Polícia Política no Estado Novo. *Al-úlyá*, (20), 189–208.
- Trindade, M. (pseudónimo de Baptista-Bastos), (1961, fevereiro). Amália Rodrigues, 33 rotações do lugar-comum. *Almanaque*, 26–30.
- Ventura, M. (1960a, julho). As férias do português que trabalha. *Almanaque*, 98–108.
- Ventura, M. (1960b, outubro). Autópsia das Profissões 1: o médico. *Almanaque*, 71–78.
- Ventura, M. (1960c, novembro). Autópsia das Profissões 2: o pescador. *Almanaque*, 102–109.
- Vitorino, J. G. (2012). Propaganda e Controlo Mediático no Primeiro Salazarismo: a complementaridade de atuação entre o SPN e o aparelho censório. *Media & Jornalismo*, 23, 219–240.
- Vitorino, J. G. (2020). *Entre a Propaganda e a Realidade: as heterodoxias de Leitão de Barros em relação ao turismo*. In P. A. P. & C. C. & H. J. M. (Coords.), *Turismo, História, Património e Ideologia, Diálogos e Memórias* (pp. 93–105). Universidade Nova de Lisboa e Câmara Municipal de Cascais.

Nota biográfica

José Guilherme Freitas de Sousa Victorino é Professor Auxiliar na Universidade Autónoma de Lisboa. É investigador integrado no CEIS20.

ORCID ID: 0000-0002-7330-9995

Ciência Vitae: 9612-1234-3C92

Morada institucional: Universidade Autónoma de Lisboa, Rua de Santa Marta 47, 1169-293, Lisboa, Portugal Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, R. Augusto Filipe Simões 33, 3000-457, Coimbra, Portugal

How to cite:

Victorino, J. G. (2021). Almanaque (1959–1961): Entre a sátira e a crítica social no Portugal de Salazar. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 77–99. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_4

Submetido | Received: 2021.03.25

Aceite | Accepted: 2021.09.22

(Página deixada propositadamente em branco)

Mundo do jornalismo e história do tempo presente: Um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil

The world of journalism and the history of the present time: A perspective on the journalism in the 1980s in Brazil

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_5

Marialva Babosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro
marialva.barbosa@eco.ufrj.br

Resumo

O artigo faz uma síntese das transformações do jornalismo brasileiro, nos anos 1980, priorizando as mudanças que afetaram diretamente as práticas profissionais dos jornalistas. O objetivo é caracterizar essas transformações, correlacionando o contexto histórico com o das mutações do fazer jornalístico, exercitando opções metodológicas para a construção de uma história do jornalismo do tempo presente. Discute-se também a questão do anacronismo, central para quem realiza interpretações históricas, e analisa-se o projeto de modernização do jornal *Folha de S. Paulo*, implantado na década e exportado como modelo para jornais de todas as regiões do país.

Palavras-chave

jornalismo; Brasil; anos 1980; projeto *Folha*

Abstract

The article synthesizes the transformations of the Brazilian journalism in the 1980s, prioritizing the changes that have affected directly the journalists' professional practice. The aim of the text was to distinguish these transformations, correlating the historical context to the alterations in journalistic production, exercising methodological options to construct a history of the journalism of the present time. Moreover, we discussed the anachronism, that is basic to the ones who perform historic interpretations, and we analyzed the *Folha de S. Paulo's* modernization project, adopted that time and exported as a model to other journal companies of all Brazilian regions.

Keywords

journalism; Brazil; the 1980s; *Folha's* project

Introdução

Durante os anos 1980, o jornalismo brasileiro iniciou um processo que pode ser qualificado como "caleidoscópico de mudanças" (Barbosa, 2007). Um tempo de inter-

regno entre um mundo que gradualmente deixaria de ser analógico para migrar para o digital. Com ele, viriam as transformações ininterruptas e intermitentes no fazer jornalístico, com reflexos profundos nos processos e nas práticas profissionais. No centro dessas transformações na história do jornalismo do tempo presente, figura, como espécie de emblema da época, a entrada das redações no mundo digital, com a introdução dos primeiros computadores nos jornais diários, inicialmente em São Paulo, em 1983, na redação do jornal *Folha de S. Paulo*, em 1985, em *O Globo*, no Rio de Janeiro, e nos anos subsequentes em diversas publicações por todo o país. O objetivo deste artigo é caracterizar essas transformações, sobretudo as mutações no campo profissional, procurando correlacionar o contexto histórico às imagens memórias de quem narra e viveu pedaços dessa história, de forma a exercitar opções metodológicas como possibilidade de construção de uma história do jornalismo do tempo presente.

Dividimos o artigo em duas partes. Na primeira, fazemos algumas considerações sobre a categorização de uma história do jornalismo do tempo presente, procurando ver os limites e as possibilidades de uma abordagem concomitante ao tempo de vida do próprio pesquisador. Em consonância com essa reflexão, emerge a categoria anacronismo. O que é uma história do jornalismo do tempo presente? As interferências dos trabalhos de memória de quem narra a história podem desvirtuar a interpretação? É possível se livrar do tempo da vida nas interpretações históricas? Como considerar o anacronismo? Como uma inscrição peculiar do tempo que faz com que haja interdições às possibilidades humanas no passado ou como intercâmbio de temporalidades, uma multiplicidade de tempos em diálogo, que sempre existe na análise histórica?

Na segunda parte do texto, caracterizamos brevemente as transformações no cenário jornalístico brasileiro dos anos 1980:

- mudanças dos jornais em conformidade com os ditames liberalizantes do mercado, como novo projeto político do país, que saía pouco a pouco de um período de 21 anos de ditadura militar;
- inclusão de novos profissionais no mercado jornalístico, reflexo da expansão do ensino universitário, em função da implantação de novos cursos de Comunicação desde a década anterior, o que seria definitivo na luta geracional travada no interior das redações;
- mudanças nos códigos de regulação da profissão, com a determinação da obrigatoriedade do diploma de curso superior de Jornalismo, que vigorou, no Brasil, de 1979 a 2009.

Abordamos com destaque sobretudo o projeto modernizante da *Folha de S. Paulo*, cuja síntese simbólica foi a introdução do computador na redação, espaço onde reinavam até então de maneira imperiosa as velhas máquinas de escrever, introduzidas gradualmente nos jornais desde os anos 1910 e com maior intensidade já nos anos 1930 e 40.

Anacronismo e tempo presente

Antes de prosseguir contando essa história, convém fazer algumas considerações sobre a questão da temporalidade e das correlações entre tempos que são determinantes na configuração do olhar histórico.

A primeira delas diz respeito ao fato de o histórico a que estamos nos referindo ter sido vivido em concomitância com o tempo da vida de quem conta essa história. Assim, as interferências dos trabalhos de memória são determinantes nas formas de reinterpretar o passado. E mais: há certa subversão da memória pessoal pela memória histórica. Desse modo, não importa o que as lembranças do pesquisador que agora escreve evoquem; determinados acontecimentos-emblemas cristalizaram-se nessa história do jornalismo como marcas características da época — nessa análise, os anos de interregno marcados pelo fim da década de 1970 e os anos 1980. A segunda consiste na problemática do anacronismo, complexa questão sempre presente para quem se arvora na presunção de interpretar o passado, seja ele próximo, seja distante.

Tido pelos historiadores da *École des Annales* como uma espécie de pecado que deveria ser evitado, da qual a frase de Bloch (1993, p. 29) é síntese, ao definir a história como “a ciência dos homens no tempo”, para Rancière (2011), anacronismo é um conceito-emblema da história, indispensável na construção da sua própria cientificidade, autenticando a verdade da sua narrativa.

Há, portanto, duas posições diametralmente opostas em relação ao conceito de anacronismo e que estão associadas a duas tradições teóricas/metodológicas distintas: uma que considera a temporalidade encadeada, produzindo épocas que detêm especificidades, ou regimes de verdade, para usar a expressão de Foucault (2009), que lhe são próprios; e outra que leva em conta tempos impuros e justapostos, de clara inspiração benjaminiana, que postulava a construção de uma história “a contrapelo”, uma história intempestiva (Benjamin, 1992), uma história cuja ideia de cadeia de acontecimentos é substituída por ruínas sobre ruínas, cacos dispersos, fragmentos nos quais o historiador também se encontra imerso, como herdeiro de um passado sempre inconcluso. Assim, o passado nunca é o outro tempo; é concomitantemente também o nosso tempo.

É nessa condição que devemos ver o outro (que se situa em relação à nossa posição temporal no passado), de maneira peculiar, levantando véus e permitindo a ele atitudes que, por questões de superioridade de uma narrativa historiadora, interdítamos ao passado. Assim, não deve haver interdito para as atividades desses homens, possibilitando a abertura para o incompreensível, o indizível, os dissensos, fazendo dele não alguém inferior a nós apenas por ser de outra época, mas alguém que pode pensar e sentir como nós, que está aberto a modos de vida que absolutamente não são próprios apenas do contemporâneo percebido, dessa forma, sempre como um tempo superior. Fazer uma história “a contrapelo” é tentar entrar naquele mundo estranho, emocionar-se com as atitudes desses homens diferentes/semelhantes, porque simplesmente são humanos. É ver o presente não como lugar da superioridade absoluta e impedir alguém do passado de pensar ou agir de tal modo apenas por pertencer a determinado tempo ou época. É, na feliz expressão de Darnton (1990), permitir que se estabeleça o diálogo, a “conversa com os mortos”, que elimina o tempo como “operador da interdição” (Rancière, 2011).

Nessa operação teórica/metodológica, podemos adensar a teia de relações entre presente e passado inserindo o futuro como possibilidade ou expectativa (Koselleck, 2006). Logo, acompanhando a inquietante proposição de Ricoeur (2002), de que “o passado tinha um futuro”, insere-se a presunção de futuro que os homens do passado possuíam, tal como fazemos nós em relação a eles, como presunção de passa-

do. Eles também criaram fantasias, mas sobretudo expectativas no que tange aos que seriam os agentes futuros dos seus atos não realizados e das suas possibilidades interditas. Aquilo que a eles não foi possível fazer, os homens do futuro poderiam realizar, numa espécie de recompensa tardia, ou, mais do que isso, marcando a possibilidade humana inscrita no futuro como expectativa do passado. Portanto, apesar do exotismo do passado, dessa viagem sempre por terras desconhecidas, “é precisamente do homem, meu semelhante, que eu me aproximo a cada vez”, diz Ricoeur (2002, p. 376). A dimensão histórica ocupa-se dos semelhantes, e é como semelhante que procuro contar essa história.

Assim, como semelhante, pode-se arvorar o papel de observador atento dos processos dos quais também fomos testemunhas e produzir sobre uma época — os anos 1980 — uma significação, construindo esse tempo da história com começo, meio e fim. O que faz com que elejamos os anos 1980 como emblema dessa história do jornalismo? De fato, essas transformações que elencamos produziram acontecimentos dignos de serem referenciados e colocados em posição de destaque? É sempre a reinterpretação produzida pelo historiador que reintroduz o aspeto historicizante do tempo, na medida em que a história está ligada a uma dupla temporalidade: a do pesquisador que conta aquela história e a época a que se refere a pesquisa realizada. Teorias e métodos fornecem, portanto, as chaves de realização dessa condição de possibilidade de alçar um acontecimento à categoria de histórico.

Mas o que é a história do jornalismo do tempo presente¹? A primeira especificidade dessa história em relação ao conceito de história do tempo presente institucionalizado pela historiografia diz respeito ao fato de os estudos de comunicação, no Brasil, privilegiarem análises concomitantes ao tempo da vida. O presentismo é a característica mais marcante das pesquisas e, em função disso, quase meio século depois das primeiras defesas de dissertações e teses, tais investigações constituem documentos privilegiados para contar a própria história dos processos e práticas jornalísticos. Analisadas essas transformações no momento das suas produções, instala-se uma interpretação de processos inacabados, que se constituíram no devir, mas que são capazes de fornecer interpretações singulares sobre uma espécie de história do tempo presente em movimento. Uma história com interpretações que carregam as possibilidades de um presente absoluto, mas que agora serão percebidas pelas lentes de um futuro que enquadram aqueles discursos como possibilidades de passado.

¹ No centro das transformações das pesquisas históricas nos últimos 50 anos, a abordagem histórica do tempo presente foi ganhando adeptos e formuladores conceituais que, em meio à ampla renovação no campo disciplinar da história, passaram a considerar o tempo presente. Com propostas que aceitavam e valoravam o testemunho direto e reconheciam a subjetividade do historiador, o testemunho também passou a ser fonte privilegiada, deixando margens para o estudo do século XX e observando a emergência da noção de história do tempo presente. As expressões que acompanharam essas reflexões (*contemporary history*, *histoire du temps présent*, *zeitgeschichte*) entraram no vocabulário dos historiadores especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando, segundo Ferreira (2000, p. 119), se assistiu à convergência de escolas históricas na França. Abriu-se caminho para explorar as ruturas e transições de uma história recente. Apesar das críticas que sofreu, a história do tempo presente constituiu-se como um ramo da história, elegendo temáticas que marcam ruturas do século XX (a Segunda Guerra Mundial, o ano de 1989 e a queda do mundo comunista, por exemplo).

Uma série de outros documentos com essa característica testemunhal das transformações, como os boletins informativos das recém-criadas sociedades científicas, os textos de revistas especializadas na descrição dos processos jornalísticos e do mundo da comunicação (por exemplo, a *Revista Imprensa*, criada em 1988), reproduzem testemunhos, impressões, interpretações, dados e informações sobre os anos 1980, criando uma espécie de presente estendido das transformações do mundo do jornalismo. Um duplo presente: o presente das narrativas que sedimentaram impressões, testemunhos, sentidos de uma época, por olhares interpretativos; e o olhar testemunhal do narrador do presente, que viveu aqueles mesmos processos como presença e agora precisa narrá-los como ausência.

Assim, o que denominamos história do tempo presente do jornalismo é a reinterpretção dos processos históricos de um passado que coincide com o tempo de vivência do pesquisador. Uma história do jornalismo do tempo presente num espaço social particular, o Brasil, alargando a ideia de territorialidade e amalgamando-a como conjunto significativo.

Entretanto, não podemos deixar de apontar que tentar explicar um mundo no qual estamos imersos, e do qual somos parte é profundamente difícil (Rouso, 2001). Fazer a história do tempo presente é fazer uma história que investiga o nosso próprio tempo e com uma memória que pode ser a nossa. É considerar o presente vivido como passado, analisando-o como algo que está passando e as diferenças que enseja em relação ao momento mais contemporâneo.

Logo, como definir um marco inicial? No caso dessa análise, consideramos a década de 1980 por diversos motivos. Foi na década de 1980 que se iniciou, nos meios de comunicação, a transformação tecnológica, ainda em curso, e que tornaria o mundo cada vez mais próximo, com a inserção das tecnologias da informática e da rede mundial de computadores.

Grosso modo, podemos dizer que a passagem do mundo analógico para o digital e as mutações no jornalismo formam os grandes eixos de transformação que marcaram a história da comunicação nos últimos 40 anos. Em relação às mutações no mundo do jornalismo, destaca-se: o processo de acirramento da concentração das empresas jornalísticas, as transformações nas estratégias narrativas e a identificação de uma crise continuada desse mesmo jornalismo em função da inclusão no cotidiano do público das mídias digitais.

É das transformações no jornalismo que vamos tratar no próximo *item*, enfatizando a adoção de projetos modernizantes pelos periódicos e que reverberaram nas práticas cotidianas do mundo profissional. Deixamos de focar outros processos que, a nosso ver, também tiveram ingerência sobre a forma de fazer jornalismo: mudanças nos códigos de regulação da profissão e a luta geracional que se estabeleceu decorrente em parte da ocupação das redações pelos jovens recém-saídos da universidade².

² A análise desses processos é feita por Bergamo (2020, p. 337–368), identificando a tensão entre o mercado jornalístico e as universidades ao longo da década de 1980, quando foi, de um lado, instituída a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão e, de outro, proibida a realização de estágios para os estudantes universitários. No mesmo artigo, o autor reflete sobre o conflito entre antigos e novos jornalistas, em decorrência das mudanças nas formas de trabalho e na percepção do ofício, como elementos-chave de constituição da identidade profissional. Sobre a questão da identidade jornalística, ver a tese de doutorado de Fernanda Lima Lopes (2012).

Projetos modernizantes

Começamos a refletir sobre a história do jornalismo brasileiro na década de 1980 a partir de duas fotografias. A primeira é um panorama da redação de *O Globo* antes da introdução dos computadores nas redações, e a segunda reproduz a cena já com os computadores espalhados por cima das mesas, como personagens privilegiadas da trama narrativa da imagem³.

Diante das imagens, para Didi-Huberman (2008, p. 31), estamos impedidos do anacronismo, porque, “sempre ante a imagem, estamos ante o tempo”. Reacende-se a presença do passado como sobrevivência, assim como memórias que embaralham também as lembranças do pesquisador-historiador, montando tempos anacrônicos, que se tornam presentes como indícios de um passado sobrevivente. Portanto, diante das imagens não há anacronismo possível, já que elas instauram um tempo que dura, enquanto estiverem em presença do olhar daqueles que as observam e constroem outras imagens-lembranças de tempos que deixam de ser idos e se transmutam em tempos sobrepostos. Há sempre diferentes temporalidades e memórias contidas nas imagens. Essas imagens sobreviventes manipulam tempos não exclusivos daqueles que as produziram, incluindo as percepções do passado dos que hoje as observam como contemporâneos (Didi-Huberman, 2008, p. 35).

No que diz respeito a esses tempos que sobreviveram, as imagens mostram jornalistas sempre numa posição atenta, e, mesmo que a tecnologia denuncie diferenças nas rotinas de trabalho, há permanências das práticas jornalísticas de uma situação em relação à outra. Por exemplo, sobre as mesas se espalham sempre, seja no tempo inicial dos computadores, seja no tempo das velhas máquinas de escrever, inúmeros papéis em desalinho. Por outro lado, a arrumação das máquinas e dos computadores não provocou de imediato a transformação no espaço físico das redações: as mesas continuaram contíguas, extremamente próximas, denotando partilhas intensas de uns com os outros. Todavia, diante de cada um, os terminais passaram a impedir o olhar genérico para o espaço, negando a conquista visual total. Os novos aparelhos de escrita induziram a concentração e impediram a dança dos olhares na direção de todos os cantos da sala.

Nas memórias dos jornalistas, a proliferação das máquinas de escrever nas redações, ainda no fim dos anos 1930 e, sobretudo, na década seguinte, produziu estranhamentos. Ao se substituir a escritura do texto do contato direto do corpo com a letra, intermediada apenas pela caneta, por uma máquina cuja autonomia das letras aleatórias sobre o teclado introduziu um novo gesto para a escrita, havia mais do que a falta de destreza para manejar aqueles objetos estranhos e desconhecidos. Mudava-se o sentido perene que possuía a escrita produzida em outras materialidades e, principalmente, com outros gestos.

Sobressaem as lembranças das dificuldades do manejo das novas máquinas. “Era difícil de usar, pesada e nós éramos lentos” (Anísio Netto citado em Baldessar, 1998, p. 43). A lentidão revela o desconhecimento da tecnologia e a falta de destreza para lidar com os processos de intermediação da produção textual em aparelhos ainda

³ As fotos descritas no texto podem ser vistas em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/do-globo-infoglobo-20859250>. Acesso em: 9 fev. 2021.

não domados, mas gradualmente elas foram se impondo e construindo uma nova paisagem nas redações. Na década de 1980 cederam lugar, mais uma vez, pouco a pouco, aos computadores.

Nas memórias dos jornalistas, construídas no momento em que já estavam em contato com os computadores, destaca-se também a glamourização dos tempos de outrora, em que até mesmo inconvenientes, como as manchas de tinta que o papel-carbono das cópias deixavam nas roupas e no corpo, eram referenciados como marcas de tempos mais felizes. No passado havia uma “louca sinfonia de gritos, gargalhadas, telefones, campanhas reverberavam impunemente [...] e o impiedoso papel-carbono tingia mesas, paletós, mangas de camisa, dedos, mãos e rostos menos atentos” (Fontenelle; Chaves, 1987 citado em Baldessar, 1998, pp. 17–18), enquanto hoje:

As persianas amarrotadas foram substituídas por um moderno sistema de iluminação que inclui um requinte inimaginável: calhas especialmente desenhadas, cujos focos de luz só iluminam as mesas dos terminais, sem reflexos nos olhos ou nas telas [...] um sistema de ar-condicionado central acabou com o clima tropical que sufocava [...] e a sinfonia das pretinhas deu lugar a um silêncio cibernético, propiciado pelos 140 terminais e suas 138 teclas. (Fontenelle; Chaves, 1987 citado em Baldessar, 1998, pp. 17–18).

Na descrição há a referência à *velha* atmosfera da redação que marca a memória dos jornalistas — o barulho, a confusão generalizada, a fumaça dos cigarros enevoando o ambiente, ou seja, a falta da imposição de limites ao mundo do trabalho —, em contraposição ao novo ambiente, marcado pela assepsia, pelo silêncio, pelo ordenamento. A memória está sempre submetida aos acordos, aos desejos, aos limites de quem fala, de onde fala e do tempo em que se ancora a sua própria narrativa, mas, no jogo de composição do tempo de antes em relação ao de agora, percebem-se sentimentos profundos no que concerne às transformações produzidas no mundo do trabalho.

As mudanças do jornalismo brasileiro nos anos 1980 não atingiram de maneira unívoca todos os jornais. Num mercado amplo e diverso, os principais veículos estavam concentrados sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, desde a década de 1980, anota-se a conquista da hegemonia do jornal *O Globo* ante os outros periódicos da cidade. Em 1995, o jornal atingia mais de 700 mil exemplares aos domingos, enquanto *O Dia*, na segunda colocação, vendia 454.641 exemplares. *O Jornal do Brasil*, em crise econômica, imprimiu pouco mais de 150 mil (Imprensa, 1994).

No início dos anos 1980, a tiragem média de *O Estado de S. Paulo* era, aos domingos, de 290 mil exemplares, o que representava 25% do mercado de venda avulsa dos jornais diários da Grande São Paulo. Já a *Folha de S. Paulo*, o seu principal concorrente, tinha tiragem média aos domingos de 320 mil exemplares, detendo 50% do mercado de venda avulsa (Roxo, 2013, p. 48). No que diz respeito ao mercado jornalístico paulista, no fim dos anos 1990, a *Folha de S. Paulo* atingia a circulação média anual de 471 mil exemplares, enquanto o seu principal concorrente chegava a 366 mil. *O Globo*, no mesmo período, tinha circulação de 336 mil exemplares (Instituto Verificador de Comunicação).

O diagnóstico da decalagem entre os estados no que diz respeito à adoção de processos modernizantes é mostrado em diversos estudos. Ao descrever os processos de transformação no Rio Grande do Sul, Fonseca (2005) identifica que algumas mudanças só atingiram a plenitude nos primeiros anos do século XXI. Portanto, as ações que vamos descrever concentram-se, no primeiro momento, no Rio e em São Paulo e só gradualmente migraram para periódicos de outras regiões. Há que se considerar que muitos jamais atingiram o padrão dos grandes centros. As experiências são díspares e desproporcionais, num país de escala territorial e cultural tão diversa como o Brasil. Portanto, é sempre uma generalização perigosa falar em jornalismo brasileiro, já que essa homogeneidade não existe. O que há são jornalisismos que adotam padrões próprios em temporalidades às vezes muito distantes em relação às transformações já experimentadas nos grandes centros.

Os anos 1980, por outro lado, expõem a estreita relação da imprensa com a política, no momento histórico em que o país promovia o seu processo de redemocratização após 21 anos de ditadura militar. Os jornais e a mídia de maneira geral tornaram-se atores centrais, também por meio das polêmicas em que se envolveram, tomando posições que foram decisivas. Essas posições caracterizavam-se muitas vezes pela dubiedade: num primeiro momento, abraçavam causas para refutá-las logo a seguir, ou, ao contrário, promoviam o silêncio no tocante a determinados processos, só os reconhecendo quando já não era mais possível promover cortinas de fumaça nem de silêncio⁴.

Quanto aos mercados e às empresas jornalísticas, houve retração, em função da crise econômica que atravessava décadas e, na sequência, a introdução das modernas tecnologias que passaram a exigir menor quantidade de mão de obra (Adghirni, 2005)⁵. Os grandes conglomerados de mídia e os jornais mais importantes aderiram sem reservas às estratégias do liberalismo econômico, que passou a ser cultuado como modelo político/ideológico dominante. O passo seguinte foi a adoção do modelo taylorista nas indústrias de mídia, seguindo os padrões neoliberalistas advogados pela política e pelo mercado.

A adesão a esses ditames significou mudança na gestão do trabalho dos jornalistas, cujo ponto inflexivo e simbólico foi a entrada dos computadores nas redações. A rigor, esse processo, que se tornou uma espécie de síntese visível da face modernizante dos jornais, foi construído nas mais importantes empresas jornalísticas com

⁴ Como exemplo, podemos citar: a posição de *O Globo* no processo eleitoral para governadores, em 1982, em que houve a acusação de que o grupo teria participado da tentativa de fraude nas eleições para impossibilitar a vitória do candidato de esquerda Leonel Brizola ao governo do Rio; o silêncio em relação à campanha das "Diretas Já", ignorando o movimento de cunho popular clamando pela aprovação da emenda parlamentar que restituiria as eleições diretas ou aderindo tardiamente a ele; a deflagração das denúncias em relação ao presidente Collor de Mello (que fora incensado pelos principais meios de comunicação como representante de uma modernidade transformadora, apoiando e construindo sua imagem como o novo na política, sob a bandeira de que lutaria contra a corrupção, debaixo do manto do caçador de marajás); e, na sequência, o apoio aos movimentos que exigiam o seu *impeachment*. Todos esses movimentos foram deflagrados, inflados, visibilizados e conduzidos pela mídia brasileira.

⁵ No diagnóstico que produz, Adghirni (2005, p. 50) elenca imperativos que passaram a atingir o campo jornalístico: desafios tecnológicos; concentração de grupos de mídia; concorrência acirrada entre diversas mídias; envidamento das empresas; explosão das faculdades de comunicação; oferta de mão de obra profissional abundante; precariedade das condições de trabalho do jornalista, etc.

a implantação de projetos editoriais/políticos como, por exemplo, o Projeto Folha, do jornal *Folha de S.Paulo*, classificado pela própria empresa como a adoção de preceitos baseados na administração do jornal como uma “empresa industrial moderna” (Folha de S.Paulo, 1984).

Esses projetos foram adotados, na sequência, por outros jornais, às vezes com décadas de atraso em relação ao original, e o projeto idealizado pela *Folha* se tornou, para empresas de menor porte, um padrão desejado e que muitos queriam alcançar não importava o preço⁶. Essa é uma das razões pela opção que fizemos, neste artigo, de concentrar a análise crítica no Projeto Folha, percebido também como reverberador de ações e do desejo, por vezes, irrealizável, dos outros diários situados em lugares de poder e prestígio menos expressivos.

O Projeto Folha

Projeto Folha é o nome atribuído ao plano de renovação da *Folha de S.Paulo*, liderado pelo herdeiro do jornal, que assumiu a direção do periódico em 1984, Octávio Frias de Oliveira. De acordo com Niemietz (2016, p. 318), as estratégias adotadas serviram também para sedimentar o caminho de Octávio Frias no longo processo de transformação que ocorreu na empresa desde o período ditatorial brasileiro, marcado por pequenas e contínuas modernizações que adotou e se esforçou por alardear⁷.

Antes do golpe militar de 1964, após ter sido adquirido pela família Frias, o periódico contratou Cláudio Abramo, em 1963, já que, na concepção dos donos do jornal, Abramo, que fora secretário de Estado e também tinha adquirido prestígio como jornalista de *O Estado de S. Paulo*, possuía capital simbólico suficiente para aumentar a credibilidade do jornal diante dos leitores (Niemietz, 2016, p. 317).

Logo Abramo promoveu uma série de pequenas reformas, enfatizando mudanças de conteúdo. A página opinativa do jornal, por exemplo, passou a incluir debates de ideias de diferentes personalidades, situadas muitas vezes em lados opostos na arena política. Mas, com a implantação da ditadura, tornou-se perigoso continuar tendo entre os seus quadros um jornalista reconhecido pelos militares como de esquerda. Niemietz (2016, p. 318) identifica na saída de Cláudio Abramo uma ruptura em relação à forma de fazer jornalismo que, até então, vigorava na *Folha*.

⁶ Além do exemplo já referido do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre (RS), podemos citar as inovações editoriais propostas pelo jornal *O Povo*, de Fortaleza (CE), em 1989. Naquele ano publicou a Carta de Princípios. Dois anos depois, lançou o Código de Ética da Empresa Jornalística *O Povo* e implementou a função de *ombudsman*. Entretanto, só no fim dos anos 1990, adotaria um novo “projeto gráfico-editorial”, que reformulou visual e editorialmente o jornal, com o mesmo discurso simbólico adotado pela *Folha de S.Paulo*, ser amplificador da voz e dos desejos do público, já que entre as principais metas estava o seu reconhecimento como “principal mediador da sociedade” (*O Povo*. Edição especial *O Povo 80 anos*).

⁷ Nesse período, o jornal reformulou o sistema de distribuição, introduzindo o *offset*, a fotocomposição e as novas impressoras, o que faz com que alguns autores identifiquem essa época como a da “revolução tecnológica”: “A ideia de arrojado dos novos empreendimentos surge a cada passo para registrar o pioneirismo no plano das inovações técnicas do jornal [...]. O discurso dominante é o da modernização [...], assumindo a fala do progresso, da revitalização e da modernização” (Mota & Capelato, 1981, p. 190).

Com a saída de Abramo, assumiu seu lugar Boris Casoy, com posições políticas conservadoras, tendo até mesmo apoiado o golpe e mantido bom relacionamento com os militares. Casoy permaneceria no jornal até 1984. A substituição cumpria três funções: afastava do jornal o seu vínculo com a esquerda, aproximava o periódico do governo ditatorial e sedimentava o caminho para que o filho do dono assumisse os negócios da família.

Por outro lado, há que se considerar que implantar processos modernizantes para o jornalismo brasileiro é uma possibilidade de ocupar espaços simbólicos não apenas no campo jornalístico, mas também na sociedade. Modernização constitui-se, dessa maneira, durante toda a história do jornalismo do século XX, numa categoria mítica buscada a cada tempo, a cada década e liderada por empresas que possuem em cada momento importância e relações atávicas com as estruturas de poder. Assim foi no início do século XX, quando os jornais se transformaram em “indústrias da informação” (Barbosa, 2010), continuou nos anos 1950, tidos como o período “áureo” desse padrão modernizante (Ribeiro, 2002), e seguiu, mais uma vez, na década de 1980, quando outras tecnologias, processos administrativos, ingerências no campo profissional e relações políticas determinaram mais um ciclo modernizante, dessa vez liderado pela imprensa paulista.

Ao analisar o Projeto Folha, Lins da Silva (2005, p. 97), ele mesmo participante engajado no jornal, ocupando cargos de chefia durante o período, lista seis documentos que, na sua opinião, foram definidores do projeto:

- “Levantamento e Pontos Indicativos de Posição Editorial e Avaliação Sistemática do Momento Político”,
- “A Folha e Alguns Passos que é Preciso Dar”;
- “A Folha em Busca do Apartidarismo, Reflexo do Profissionalismo”;
- “A Folha Depois da Campanha das Diretas Já”;
- “Projeto Editorial da Folha – 1985–1986”;
- “Projeto Editorial da Folha – 1986–1987”.

O primeiro, datado de 1978, postula a formulação da tendência editorial, a ser equacionada pelo Conselho Editorial, e analisa a conjuntura política diante da iminência do término da ditadura, quando o jornal apostava nas possibilidades de alianças futuras que sedimentariam o seu sucesso editorial. O segundo documento, datado de 1981, é, de certa forma, uma reação à adesão dos jornalistas da *Folha* à greve da categoria de 1979 (Roxo, 2013), da qual participaram até mesmo profissionais que ocupavam postos de chefia.

No terceiro documento, em que a questão do *profissionalismo* é referenciada já no título, destaca-se a importância de o jornal se constituir como “apartidário” e aponta o remédio para conseguir alcançar esse ideal: o “profissionalismo”. Conforme o documento, “profissionalismo é sinônimo de desengajamento. É uma luta sem tréguas contra o *parti pris*, contra o preconceito, contra o senso comum, contra a falta de clareza e concisão, contra as informações incompletas ou ambíguas” (Folha de S.Paulo, 1982 citado em Lins da Silva, 2005, p. 103).

Dois anos depois, em 1984, o quarto documento, “*A Folha Depois da Campanha das Diretas Já*”, aproveitou o prestígio alcançado pelo jornal em função da cobertura

do movimento em prol de eleições diretas para enquadrar definitivamente as práticas e o trabalho dos jornalistas num modelo que apregoava a padronização, o enquadramento em parâmetros rígidos, de acordo com a lógica de uma economia de mercado como norteadora das práticas, que passaram a ser rigidamente controladas. Os considerados não aptos foram sumariamente demitidos, e para eles se alardeou o fato de não serem mais capazes de executar o padrão modernizante adotado. Os que se manifestaram de forma contrária ao novo modelo organizacional/ideológico também foram rapidamente expelidos da empresa. Não à toa, Lins da Silva (2005, p. 104) classifica esse documento como “a matriz a partir da qual os documentos seguintes serão apenas versões atualizadas”. Nele fica evidente a necessidade de enquadrar a redação na ótica do novo modelo, baseado na padronização da prática jornalística e na adesão irrestrita ao projeto ideológico/político do jornal.

Depois de listar “os graves problemas de estrutura jornalística” (Lins da Silva, 2005, p. 106), o documento cita “serviços noticiosos precários, qualidade das edições flutuante, fluxo interno cheio de percalços e irregularidades, mecanismos de controle falhos, falta de instruções precisas e uniformes para o desempenho das tarefas jornalísticas” e, por fim, “alto número de jornalistas, cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto Folha” (Lins da Silva, 2005, p. 106). E já se deixava antever o caminho que seria escolhido, a demissão dos que não estivessem previamente “adestrados”:

Não há tempo nem condições materiais para *adestrá-los* e prepará-los (aos jornalistas com qualificação profissional abaixo das exigências); terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá. (Lins da Silva, 2005, p. 106, grifo meu).

As consequências do aviso seriam logo sentidas: 27 jornalistas foram, em conjunto, demitidos em julho de 1984, por terem “avaliação profissional (que) revelava incompatibilidade de várias naturezas em relação às expectativas do conjunto das chefias e às demandas de exigência técnica crescente colocadas pelo projeto” (Folha de S.Paulo, 1984 citado em Lins da Silva, 2005, p. 106). O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo protestou de modo veemente, destacando que o jornal “feriu brutalmente a dignidade da profissão, ao demitir, com uma só penada”, os jornalistas, sob a “alegação de que não se enquadravam às exigências do Projeto Folha” (Jornal Unidade, 1984, p. 4).

Depois desse aviso, logo concretizado, o jornal qualificou o que esperava para a *Folha* e sintetizou num *slogan* não apenas a linha editorial, mas o projeto político: “Trata-se de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno” (Folha de S.Paulo, 1984 citado em Lins da Silva, 2005, p. 108). O modelo modernizante era baseado na substituição de jornalistas considerados não adequados por outros que poderiam ser “adestrados”, o que também foi possível graças à grande quantidade de profissionais no mercado, em parte decorrente da ampliação dos cursos de Jornalismo. Nessa adequação figuravam a adesão irrestrita ao modelo que o jornal postulava e a desvalorização intelectual do próprio jornalista. No projeto padronizador, a construção do Manual Geral de Redação seria central, bem como a adoção de um padrão textual caracterizado pela intensificação de textos curtos, ao lado do uso abundante de gráficos e tabelas.

Temos que publicar textos mais corretos, mais objetivos, mais concisos, mais claros, mais completos e sobretudo mais enxutos. A chefia da Agência está concentrando esforços numa verdadeira batalha pela exatidão em todos os níveis, esta é a tarefa prioritária. É imprescindível que todos nós estejamos firmemente engajados nela. (Folha de S.Paulo, 1984 citado em Lins da Silva, 2005, p. 108).

Todavia, o engajamento não se deu da maneira como esperavam os dirigentes do jornal. O próprio Lins da Silva (2005), defensor ferrenho do projeto, no livro em que o expõe detalhadamente, reconhece, com base nos estudos de duas pesquisadoras (Londoño, 1985, p. 120; Festa, 1985, p. 98), que “a maioria dos jornalistas entendeu que a execução do projeto se dava de forma arbitrária e autoritária, reclamava do que era considerado ‘dureza excessiva’ com que o projeto se desenrolava” (Lins da Silva, 2005, p. 110). Em apenas seis meses, quatro dos seis editores saíram do jornal. Além disso, o comando das duas maiores sucursais — Brasília e Rio — e uma das chefias de reportagem da Agência Folha foram substituídos ainda no primeiro semestre da administração de Octávio Frias.

Também pelos jornalistas o projeto foi repudiado. Em fevereiro de 1985, 50 jornalistas da *Folha* se reuniram no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e elaboraram um abaixo-assinado encaminhado à direção com a assinatura de 155 jornalistas, ou seja, 65% do total das redações da capital. Os jornalistas, ainda que concordassem com “a maioria dos princípios estabelecidos no Projeto Folha” (Lins da Silva, 2005, p. 122), discordavam dos métodos utilizados para a sua implantação, afirmando que estes estavam “em flagrante contradição não só com estes mesmos princípios, mas com toda uma proposta jornalística desenvolvida desde o início do chamado processo de abertura política” (Lins da Silva, 2005, p. 122).

Além disso, os jornalistas fizeram menção à alta rotatividade de pessoal em todos os níveis e afirmaram que “as relações de trabalho entraram em rápido processo de deterioração, com claros reflexos no produto final” (Lins da Silva, 2005, p. 114). Na sequência, reclamaram dos modelos implantados deixando antever que eles tinham sido gestados por pessoas alienígenas ao jornalismo:

O Projeto Folha encontra-se neste momento seriamente ameaçado tanto na teoria como na prática. Os princípios nele estabelecidos não se revelam nas relações das chefias com os seus subordinados. Uma enorme teia burocrática impede o debate aberto e, frequentemente, ergue obstáculos na busca da informação. A pauta jornalística vem sendo substituída por ideias abstratas e regida por memorandos, comunicados, ordens e contraordens. *Os modelos recomendados não são os de um jornal diário e pouco têm a ver com o nosso dia a dia*, com a nossa tentativa de retratar e mostrar aspectos mais evidentes da realidade. (Unidade, 1985, p. 4-7 citado em Lins da Silva, 2005, p. 115, grifo meu).

O documento termina com propostas e lista:

Discussão de toda a estrutura operacional existente nas redações, rediscussão do sistema de avaliações de desempenho, definição de uma política salarial que dê prioridade aos que já trabalham na empresa e leve em conta os processos obtidos e observados por um sistema democrático e criterioso e rediscussão imediata do Ma-

nual Geral de Redação entre todos os jornalistas, resultando em um novo conjunto de normas e regras que jamais funcione como um [Ato Institucional Número Cinco] AI-5. (Unidade, 1985, p. 4–7 citado em Lins da Silva, 2005, p. 116).

A alusão ao Ato Institucional Número Cinco (AI-5), o mais autoritário instrumento do período ditatorial, sintetiza a forma como os jornalistas qualificavam o projeto: regras e normas que se pautavam pelo autoritarismo, sem considerar a discussão pluralista nem, sobretudo, os princípios democráticos.

A reação da direção da *Folha de S.Paulo* aos signatários que eram funcionários do jornal não tardou: todos os que ocupavam cargos de editor e editor-assistente foram afastados. Clóvis Rossi, que integrava o Conselho Editorial e assinou o documento, também foi afastado. Quatro outros profissionais que ocupavam cargos de confiança foram demitidos. Mesmo depois dessa grave crise interna, as restrições ao projeto continuaram a existir. Em entrevista, em junho de 1985, Ricardo Kotscho, então repórter especial do jornal, afirmava:

No caso da Folha, eu não sei aferir se o jornal está vendendo mais agora como resultado da campanha das diretas, que deu muito prestígio ao jornal e é um prestígio que permanece, ou se é por essas mudanças *de fazer matérias mais curtas, secas, assim tipo linguagem telegráfica das agências noticiosas*. Hoje você tem a Folha num estilo mais semelhante ao dos jornais americanos, de linguagem seca, sem adjetivos, sem emoção. (citado em Londoño, 1986, p. 136, grifo nosso).

Na crítica do jornalista sobressai a adoção de padrões em relação à linguagem jornalística e à pasteurização textual, caracterizada por um estilo entrecortado que, de certa forma, antecipava o que seria dominante na era inicial do jornalismo digital. Por outro lado, o estilo denunciava a adoção de um jornalismo de mais fácil aplicação, estruturado sobre um conjunto de estereótipos apresentados sob a capa de linguagem simplificada.

O quinto documento do conjunto de normas e valores que orientaram as transformações adotadas foi divulgado em junho de 1985. A partir daí, o documento passou a ser chamado apenas como Projeto Folha. Depois de reafirmar os valores do documento anterior, a proposta de 1985 introduziu dois novos pilares que sustentariam, juntamente com os anteriores, a ideologia jornalística da *Folha*: serviço e didatismo (Lins da Silva, 2005, p. 121). A ênfase recaía na ideia de que o jornalismo deveria se aproximar do leitor pela adoção de informações úteis para “a sua vida concreta, prática”. O vínculo com o cotidiano do leitor criaria elos duradouros.

Quanto ao outro pilar, partia-se do princípio de que o jornalismo deveria preencher a lacuna de desconhecimento do leitor, afirmando que tudo deveria ser “explicado, esclarecido e detalhado”, sempre numa linguagem “tanto coloquial e direta quanto possível”. Esse aspecto deveria ser facilitado pela inclusão de elementos visuais, de modo que a “apreensão pelo leitor” se tornasse “fácil, clara e rápida [...]”. A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto” (Folha de S.Paulo, 1985 citado em Lins da Silva, 2005, p. 122).

O sexto e último texto, para o período de 1986–1987, foi apresentado à redação em setembro de 1986 e, além de reforçar os pontos básicos anteriores, insistiu

na necessidade de obter “informações exclusivas, inéditas e de impacto” (Folha de S.Paulo, 1986 citado em Lins da Silva, 2005, p. 124).

Depois de destacar o fato de ter assumido o posto de “maior jornal diário de maior circulação no país”, o documento da *Folha* informava que de junho de 1984 a junho de 1986 a circulação paga crescera 39,5%, chegando a um total de 291.659 exemplares em média por dia, e definia a nova prioridade: “A preocupação mais profunda e permanente da *Folha* neste momento é a informação exclusiva” (Lins da Silva, 2005, p. 124).

Considerações finais

Embora na breve descrição do projeto, Lins da Silva (2005) afirme que não havia nada de “revolucionário” na proposta, não fazendo nada mais do que revigorar princípios de sustentação ideológica do jornalismo norte-americano como modelo para o jornalismo brasileiro, a rigor o Projeto Folha, copiado como modelo modernizante da imprensa brasileira, impôs padrões e normas cuja síntese se fundamentava na pasteurização das práticas jornalísticas e no controle e na vigilância de seus profissionais, procurando apagar valores históricos importantes como, por exemplo, o vigor intelectual. Era um modelo modernizante que assumia a vocação dos jornais enquanto empresa que visava ao lucro, e a notícia exponenciava seu caráter mercadológico (Bergamo, 2020).

As novas tecnologias e a mercantilização generalizada dos produtos jornalísticos — expostos no projeto — promoveram a fragmentação do mercado profissional e as múltiplas formas de precarização do trabalho, que aumentariam nas décadas subsequentes. O jornalista passou a fazer a pauta, apurar, redigir, cortar o texto, editar a matéria, titular, selecionar fotos, legenda, propor gráficos e ilustrações, numa multiplicidade de tarefas que não cessam de aumentar. Na esteira da concentração das tarefas, desaparece uma série de postos antes ocupados por jornalistas: pauteiros, copidesques, revisores, diagramadores, entre outros. Nas décadas seguintes, as jornadas de trabalho ampliaram-se ainda mais com a entrada das redes sociais e dos computadores móveis. O trabalho em ambiente doméstico multiplicou-se, e o jornalista sem vínculos empregatícios formais passou a ser predominante nas organizações.

Apresentadas, a maioria das vezes, como ferramentas facilitadoras do trabalho, as imposições são, em rigor, lógicas de disciplinarização e enquadramento do modelo de jornalismo que deveria ser adotado e seguido como ideal. Na prática, ampliou-se a precarização do trabalho e produziu-se a extinção de numerosos postos de trabalho. A fúria modernizante iniciada nos anos 1980, mais do que um simples modismo, foi uma imposição do mercado. No momento de sua implantação, os jornalistas puderam ver suas consequências. Em primeiro lugar, foram demitidos cem revisores, com a extinção da categoria na *Folha*, já em 1984. Depois, foram 27 jornalistas, que ousaram se rebelar contra o projeto.

Esse pedaço da história que descrevemos e procuramos interpretar foi feito com base na presunção de que, como historiadores, nada mais somos do que herdeiros do passado (Ricoeur, 1994). Nessa condição, como artesãos de uma narrativa de um tempo vivido, procuramos perpetuar o passado e ver movimentos do tempo que

continuam afetando o presente no qual nos movemos. Enfim, entre histórias imortalizadas em documentos, em teias narrativas de produções interpretativas de outros tempos, procuramos produzir uma interpretação, dividindo espaço entre a história e as memórias, o desafio permanente dos que se aventuram numa história que se autoinstitui como do tempo presente.

Referências bibliográficas

- Adghirni, Z. L. (2005). O jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 45–67. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Baldessar, M. J. (1998). *A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas e a revolução informacional* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77367>
- Barbosa, M. (2007). *História cultural da imprensa: 1900–2000*. MauadX.
- Barbosa, M. (2010). *História cultural da imprensa: 1800–1900*. MauadX.
- Benjamin, W. (1992). Teses sobre filosofia da história. In W. Benjamin, *Sobre arte, técnica, linguagem e política* (pp. 157–170). Relógio D'Água.
- Bergamo, A. (2020). “Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos 1980–1990: uma identidade profissional em disputa. *Política & Sociedade*, 19(45), 337–368. <https://doi.org/10.5007/175-7984.2020v19n45p337>
- Bloch, M. (1993). *Introdução à história*. Publicações Europa-América.
- Darnton, R. (1990). *O beijo de Lamouret: mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras.
- Didi-Huberman, G. (2008). *La ressemblance par contact: archéologie, anachronisme et modernité de l’empreinte*. Les Éditions Minit.
- Ferreira, M. (2000). História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, 94(3), 111–124. http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf
- Folha de S.Paulo. (1984). *Conselho Editorial. A Folha depois da Campanha das Diretas Já*. Folha de S.Paulo.
- Fonseca, V. P. S. (2005). *O jornalismo no conglomerado de mídia: reestruturação produtiva sob o capitalismo global* [Tese de doutoramento, PPGCOM, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume, Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/5023>
- Foucault, M. (2009). *Ditos e escritos III: Estética*. Forense Universitária.
- Imprensa (1994). *Mídia*, 1(1).
- Jornal Unidade (1984). *O caso Folha*, (74), 4.
- Koselleck, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- Lins da Silva, C. E. (2005). *Mil dias: seis mil dias depois*. Publifolha.
- Londoño, M. M. V. (1986). *As folhas do diário: um estudo dos gêneros jornalísticos e das mudanças na Folha de S. Paulo* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Lopes, F. L. (2012). *Jornalista por canudo: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000783246&local_base=UFR01#.YZ0iZy8qKBs
- Mota, C., & Capelato, M. H. (1981). *História da Folha de S. Paulo (1921–1981)*. Impres.
- Niemietz, C. (2016). Redemocratização e imprensa no Brasil: o caso paulista. *Anais do I Semi-*

- nário Nacional de Sociologia da UFS, Sergipe*, 311–328.
- O Povo* (2008, janeiro, 7). *Edição especial 80 anos*. O Povo.
- Rancière, J. (2011). O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In M. Salomon (Ed.), *História, verdade e tempo* (pp. 21–49). Argos.
- Revista Imprensa* (1987). O fim das pretinhas nas telas de um micro. *Revista Imprensa*, 46.
- Ribeiro, A. P. G. (2002). *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950*. E-papers.
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e narrativa* (v. 1). Papirus.
- Ricoeur, P. (2002). O passado tinha um futuro. In E. Morin (Ed.), *A religião dos saberes* (pp. 369–378). Bertrand Brasil.
- Rouso, H. (2001). *Vichy: L'événement, la mémoire, l'histoire*. Gallimard.
- Roxo, M. (2013). *Companheiros em luta: a greve dos jornalsitas de 1979*. EDUFF.

Nota biográfica

Marialva Babosa é Professora titular da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora 1D do CNPq. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (1976), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996). Possui pós-doutorado em comunicação (1999) pelo LAIOS-CNRS, Paris – França. Já foi Vice-Presidente da INTERCOM (2011–2014) e Diretora Científica (2009–2011) e Presidente da INTERCOM (2014–2017). Autora de várias obras.

ORCID ID: 0000-0001-8875-7128

ID Lattes: 9819532476888552

Morada institucional: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 22.291-090, Rio de Janeiro, Brasil

How to cite:

Barbosa, M. (2021). Mundo do jornalismo e história do tempo presente: Um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil. *Revista Media & Jornalismo*, 22(39), 101–116. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_5

Submetido | Received: 2021.03.28

Aceite | Accepted: 2021.09.22

Uma história feita a *manu militari*? A Sociedade Interamericana de Imprensa, a Guerra Psicológica, o Ciespal e a Área Acadêmica na América Latina

A history made by *manu militari*?

The Inter-American Press Society, the Psychological War, the Ciespal and the Academic Field in Latin America

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_6

Eduardo Meditsch
Universidade Federal de Santa Catarina
emeditsch@uol.com.br

Resumo

Este artigo parte da constatação da falta de reflexão sobre a história da área acadêmica para discutir o contexto em que se desenvolve o campo da Comunicação na América Latina. Registra a instrumentalização política da mídia na Guerra Fria a partir da Sociedade Interamericana de Imprensa, ao mesmo tempo em que é forjada a *Mass Communications Research* nos Estados Unidos como instrumento de guerra psicológica. Aponta inconsistências na história dominante a respeito dos *forefathers* da disciplina. Observa a articulação do Ciespal com os golpes militares dos anos 1960 no continente. A partir dessas constatações, propõe que apenas uma história social do conhecimento pode oferecer estrutura conceitual e lastro histórico a quem queira compreender o percurso de institucionalização do campo.

Palavras-chave

comunicação; Ciespal; guerra psicológica; América Latina; sociedade interamericana de imprensa

Abstract

This article starts from the observation of the lack of reflection on the history of the Communications academic area to discuss the context in which this field is developed in Latin America. It records the political instrumentalization of the media during the Cold War from the Inter-American Press Society, at the same time as Mass Communications Research is forged in the United States as an instrument of psychological warfare. It points out inconsistencies in the dominant story regarding the forefathers of the discipline. It observes Ciespal's articulation with the military coups of the 1960s on the continent. Based on these findings, it proposes that only a social history of knowledge can offer a concep-

tual structure and a historical foundation for those who want to understand the path of institutionalization of the field.

Keywords

mass communications; Ciespal; psychological warfare; Latin America; inter-american press society

Introdução: a história, a imprensa e o contexto latino-americano

Ao final do Século XX, o acadêmico estadunidense James Carey observou que ainda não existia uma história da pesquisa em comunicação em sentido estrito:

A narrativa que daí emergiu ultimamente serve a uma variedade de propósitos: principalmente para focar, justificar e legitimar uma invenção do século XX, a mídia de massa, e para fornecer *status* intelectual e direção ao ensino profissional e à pesquisa relacionados a essa mesma instituição. Mas não é uma história inocente, porque foi inventada com um propósito político: uma intenção de obter lealdades, resolver disputas, guiar políticas públicas, confundir a oposição e legitimar instituições; resumindo, a história que surgiu é um episódio menor das batalhas sociais, políticas e ideológicas do Século XX. (Carey, 1997, pp.14–15)

Se esta situação era observada na área acadêmica dos Estados Unidos, o seria de forma muito mais dramática na América Latina, no contexto de constante conflito que viveu durante todo o Século XX e, desvinculado do qual, a história de sua imprensa e de nossa área acadêmica não pode ser compreendida. Num contexto de imparável violência e repetidos ataques à liberdade, a Universidade e o Jornalismo latino-americanos foram duramente atingidos, ora como vítimas, ora como cúmplices dessas situações.

De fato, a grande mídia comercial brasileira teve um papel determinante na desestabilização e impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016, assim como no sucesso da farsa judicial que impediu o ex-presidente Lula da Silva de participar das eleições de 2018, em que era apontado como favorito pelas sondagens, abrindo caminho para a eleição do capitão Jair Bolsonaro, apoiado pela elite econômica e por setores conservadores, repetindo o comportamento da imprensa quando do golpe de estado que instituiu o regime militar que governou ditatorialmente o Brasil por um quarto de século a partir de 1964 (Larangeira, 2014).

Mais do que uma coincidência, este padrão de comportamento da grande mídia latino-americana é o resultado de uma articulação entre seus proprietários, realizada na Sociedade Interamericana de Prensa, uma entidade transnacional com sede em Miami. Criada durante a Segunda Guerra Mundial, a SIP foi uma entidade pluralista e democrática em seus primeiros anos de existência. Mas depois disso sopraram os ventos da Guerra Fria, e o coronel da inteligência do Exército norte-americano Jules Dubois tornou-se o seu principal articulador político. Atuando como repórter do *Chicago Tribune*, Dubois se tornaria o gestor da transformação

da entidade nos anos seguintes. A SIP logo se tornou um fórum de padrões da imprensa que se arrogavam o direito de dizer onde havia liberdade de imprensa e onde não havia, direitos estes até então reconhecidos às sociedades profissionais e aos jornalistas. (Ron, 2008)

Com uma nova configuração, controlada pelo Departamento de Estado norte-americano e pelos grandes empresários que eram seus aliados pelo continente afora, a SIP passou a ser um instrumento decisivo na articulação de campanhas de mobilização da opinião pública durante a Guerra Fria, interferindo na soberania e se imiscuindo na política interna dos países do continente, sempre que os interesses que representava eram contrariados. No comando desta política se colocava a “pedra angular” da entidade, a sua Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação, que por 15 anos foi presidida pelo coronel-repórter Jules Dubois. A Comissão denunciava governos populistas e nacionalistas, como os de Getúlio Vargas e Perón, e calava sobre as ditaduras aliadas dos Estados Unidos, como a de Somoza na Nicarágua.

Em 1954, a SIP teve papel importante no golpe que derrubou o presidente na Guatemala Jacobo Arbenz e colocou no seu lugar o ditador Castillo Armas, que havia sido aluno do coronel Jules Dubois durante a Segunda Guerra. No mesmo ano, a SIP ajudou a promover a crise que levou o presidente Getúlio Vargas ao suicídio, e nos anos seguintes esteve envolvida em quase todos os golpes de estado no continente. Na noite de 31 de março de 1964, data do golpe militar no Brasil, Jules Dubois estava ao lado do governador golpista Carlos Lacerda no Palácio Guanabara, conforme registrou na época a revista *O Cruzeiro*.

O presidente argentino Juan Perón escreveu em 1957 que as grandes cadeias de jornais “dirigidas, manejadas e financiadas pela Sociedade Interamericana de Prensa, sufocam os órgãos independentes até conseguir sua ruína econômica, e a isto chamam liberdade de imprensa”. E se algum governo se antepõe a essa situação — complementava Perón no texto publicado em seu exílio — “essas grandes cadeias de jornais começam a publicar despachos, tratando este governo como ditatorial, antidemocrático e totalitário, e em seguida se começa a falar de uma revolução, enquanto viaja o inefável Jules Dubois para anunciá-la”.

O coronel-repórter Jules Dubois morreu em 1966 num quarto de hotel em Bogotá. Durante a vida recebeu os prêmios Maria Moors Cabot de Liberdade de Imprensa da Universidade de Columbia em 1952, de Herói da Liberdade de Imprensa, da própria SIP, em 1959, e a Pena de Ouro da Liberdade, da Associação Mundial de Jornais, no ano em que morreu. Foi enterrado no Cemitério de Arlington, ao lado dos heróis de guerra estadunidenses. O atual edifício-sede da Sociedade Interamericana de Imprensa, no número 1801 da South-West 3rd. Avenue, em Miami, foi batizado com o seu nome: é o *Jules Dubois Building*. Em 27 de dezembro 1977, uma reportagem do *New York Times* sobre o envolvimento da CIA com o Jornalismo cita Jules Dubois entre os agentes infiltrados na imprensa.

A atuação da Sociedade Interamericana de Imprensa, que em 2021 segue ainda ditando em grande parte o discurso da grande mídia latino-americana sobre os acontecimentos políticos, as relações internacionais, a história dos países e da própria imprensa, sugere uma reflexão sobre a escrita da história pelos jornais e fora deles, como na academia.

A Guerra Fria não poupou as publicações acadêmicas, como a tradicional *Journalism Quarterly* dos Estados Unidos. No número 44, lançado em 1967, por exemplo, publicou uma análise da função da mídia no golpe de estado ocorrido em 1964 no Brasil, assinada por um analista da *United States Information Agency* (Lane, 1967). Abaixo do artigo, o editor Raymond Nixon publicou ainda uma nota com a posição do diplomata Adolph A. Berle Jr. sobre o golpe de estado que havia ocorrido no país:

Berle's View of Brazil's Crisis: In Brazil a popular, civilian movement arose to prevent President Goulart from making himself dictator with Communist support. No News of the civilian movement reached the United States. At the last moment, at civilian urging, the army moved in to protect the constitutional regime. Because of complete lack of information, the American press interpreted this as an army seizure of power to prevent social reform — a wholly false interpretation. Adolph A. Berle Jr., at a Columbia University symposium. (Berle, 1967)

O diplomata Adolph Berle Jr., que havia sido embaixador no Brasil em 1945, quando da primeira deposição do presidente Getúlio Vargas, nos anos 1960 era coordenador de uma *task force* do governo estadunidense encarregada de fazer frente ao avanço do comunismo na América Latina após a vitória de Fidel Castro em Cuba. Sob sua coordenação foi planejada a invasão da Baía dos Porcos, a Aliança para o Progresso e os golpes de estado no Equador e no Brasil.

Estes envolvimento da área acadêmica com as ditaduras da época raramente são transparentes nos registros históricos feitos pela própria academia, geralmente preocupados em enaltecer pessoas e instituições que a construíram. Estudos mais críticos da história do campo, como os reunidos por Park & Pooley (2008), observam que, no caso da Comunicação, a maior parte das narrativas históricas seria feita “de dentro”, sem o necessário distanciamento que propiciasse uma contextualização consistente dos eventos. Em contraposição a isso, o que propõem é um “historicismo qualificado”, para “reconstituir as ideias, figuras, batalhas por recursos, e qualquer outro objeto de estudo, dentro do contexto todo de sua localização original no espaço e no tempo” (Park & Pooley, 2008, p. 5–6).

Daí a importância, apontada por Norma Côrtes (2003), de buscar na “situação hermenêutica”, o fundamento da consciência histórica:

além de indicar a polifonia de significados da palavra história — ela é objeto do interesse cognitivo e, simultaneamente, é morada daquele que a investiga — a consciência histórica instala-se como reconhecimento da variedade da condição humana e da relatividade dos seus respectivos modos de cognição (...) Em resumo, o reconhecimento da historicidade da consciência compreensiva (...) reclama pela elaboração de uma história social do conhecimento ou, caso se prefira, uma sociologia do conhecimento (...) que a um só tempo oferece estrutura conceitual e lastro histórico àquele que conhece. (Côrtes, 2003, pp. 49–57).

É nesta perspectiva que se enquadra o presente artigo, resultado parcial de uma investigação mais ampla sobre a história do campo acadêmico da Comunicação.

Instrumentalização, Guerra Psicológica e *Mass Communications*

Não se fez ainda um inventário sobre os efeitos das ditaduras latino-americanas do Século XX sobre o campo acadêmico da Comunicação. As escolas latino-americanas de Jornalismo e Comunicação viveram episódios de repressão, destruição mas também tentativas de instrumentalização no período. A chamada “Guerra Psicológica” que interviu na vida acadêmica durante a Guerra Fria tem sido quase sempre citada de forma passageira na literatura da área, e geralmente apresentada como um fenômeno datado e distante. Seu efeito sobre a própria área acadêmica é negligenciado em nossos debates epistemológicos, quando não completamente ignorado.

Histórias mais críticas sobre a área da Comunicação começaram a surgir nos Estados Unidos desde o final do Século XX, com a ajuda “de fora”, de historiadores, cientistas sociais e jornalistas investigativos, como os trabalhos de Simpson (1994), Glander (2000) e Boylan (2003). Como demonstram os estudos norte-americanos citados acima, o fenômeno da instrumentalização política das escolas de Jornalismo (e depois de Comunicação) não é uma particularidade dos conflitos no subcontinente. Pelo contrário, a América Latina é envolvida na disputa mundial por corações e mentes através da propaganda desde o colonialismo, passando pelas guerras mundiais e chegando à guerra fria.

Até a Escola de Pulitzer, na Universidade de Columbia, foi um instrumento do Departamento de Estado, às vezes com apoio das Fundações Ford e Rockefeller, para diversas intervenções no exterior que atingiram o Oriente e a América Latina. A Escola de Columbia montou uma filial chinesa ligada ao partido de Chiang Kai-shek, e interviu na Escola de Jornalismo da Universidade Central da Venezuela utilizando verbas secretas da indústria petrolífera (Boylan, 2003, p. 114). O Prêmio Maria Moors Cabot, conferido pela Escola e associado inicialmente à ideia da liberdade de expressão, foi destinado a vários funcionários das ditaduras latino-americanas apoiadas pelos governos estadunidenses (Boylan, 2003, pp. 83-86).

Essa instrumentalização nunca foi tão intensa quanto na Guerra Fria, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando o envolvimento do grupo de *scholars* liderado por Wilbur Schramm com a “guerra psicológica” promovida pelo governo estadunidense teve como um subproduto a criação dos primeiros doutorados em Comunicação de Massa nos Estados Unidos:

By now it is clear that military, intelligence, and propaganda agencies provided the by far the largest part of the funds for large research projects in the social sciences in the United States from World War II until well into the 1960s, and that such funding was designed to support the full range of national security projects of the day, from the benign to the horrific. (...) In some cases, the security agencies' intervention proved decisive in the “scientific” evolution of an academic field, which is to say, in the establishment of the institutions, texts, methodologies, and body of knowledge regarded as central to that academic enterprise. This has been true particularly in the interdisciplinary fields that have grown up since about 1945, such as development studies, area studies, communication research, and operations research among others. In the case of communication research, for example, it is unlikely that the field could have evolved

in anything like its present form without early infusions of funds and contracts from intelligence, propaganda, and military agencies, or from foundations working closely with them. At least six of the most important U.S. centers of post-World War II communication studies grew up as de facto adjuncts of government psychological warfare programs. (Simpson, 1998, pp. xii-xiii)

Para justificar academicamente essa intervenção, Schramm forjou uma história da área acadêmica que deslegitimava tudo que havia sido produzido até, e enaltecia sua própria equipe como fundadora de um campo científico: “During its first 21 years, *Journalism Quarterly* published not a single article on communication theory” (Schramm, 1996, p.130).

Schramm passou a enaltecer a vida e a obra dos quatro pesquisadores também envolvidos nos programas de Guerra psicológica do governo que, para ele, seriam os únicos “forefathers” do “moderno estudo da comunicação”: Harold Lasswell, Paul Lazarfeld, Kurt Lewin e Carl Hovland (Schramm, 1997, pp. 21–106), nenhum deles originário do próprio campo, todos de outras disciplinas: “The fact that upward of 100 doctorates in communication study are being awarded this year, that some thousands of graduate students are taking advanced courses in communication, might well please the four scholars who got all this started” (Schramm, 1997, p. 110).

A versão da história da área forjada por Schramm se tornou hegemônica na medida em que a Comunicação retirou a autonomia das escolas de Jornalismo nas décadas seguintes, e foi legitimada por muitos outros autores a partir dos Estados Unidos (como em Sloan, 1990; Rogers, 1994; Dennis; Wartella, 1996, Schramm, 1997). Além de enaltecer as realizações dos *forefathers* nomeados e capitaneados por Wilbur Schramm, esta literatura minimiza ou apaga o registro de seus vínculos com os setores militares e diplomáticos dos Estados Unidos.

Mas bem antes da chegada de Schramm, o editor Ralph Casey publicou na *Journalism Quarterly* um artigo do provável autor do conceito de “comunicação de massa”, onde Malcolm Willley critica as limitações do paradigma histórico dominante então nos estudos de jornalismo centrados nos casos individuais e nos grandes homens, propõe o uso de métodos quantitativos e de contextualização como complementações necessárias a estes estudos para a compreensão do jornalismo como uma instituição social (algo que Schramm afirmaria depois que ninguém havia feito) e fala da “comunicação de massa” como uma perspectiva diferenciada de estudo entre as ciências sociais:

As a means of indicating this need for quantitative research in the achievement of basic knowledge in the field of journalism, three groups of questions may be asked: 1. How many newspapers are there in the United States? How are the numbers changing, if at all? What is the pattern or process of these changes, if they are found to exist? Et cetera. 2. How many communities are there in the United States in which newspapers are published? Is the number increasing or decreasing? Where are the communities located? How many newspapers are published in each community? Are there now more or fewer multi-paper communities? What is the pattern or process of change in the number of communities in which papers are published? Et cetera.

3. What is the political affiliation of the newspapers published in the United States? Has there been a change in political affiliation? If so, is there a discernible pattern to this change? What are the differences between daily and weekly newspapers? What sectional variations are there? Et cetera. These are significant groups of questions, and students of journalism as well as social scientists in general would like to know the answers. The student of mass communication, for example, would see in the first group important data pertaining to his study of the communication structure. (Willey, 1935a, pp. 258-259)

Neste mesmo ano, Malcolm Willey publica outro artigo num número especial dos *Annals of the American Academy of Political and Social Science* dedicado a "Pressure Groups and Propaganda" (onde Ralph Casey também comparece com um texto sobre propaganda partidária), em que define "Media of Mass Communications":

Mass Communication is characterized by the possibility of establishing contacts with large numbers of people simultaneously or virtually simultaneously, and from one or a few central points of stimulation. Some degree of mass communication has always existed. In earlier historical periods it was achieved through physical assembly, and with the printed page – especially the newspaper. In these earlier days its effectiveness was narrowly limited, and direct contact beyond the confines of one audience in one community was virtually impossible – in fact, was partially achieved only through limited circulation of the then existing newspapers, periodicals, and pamphlets. The uniqueness of present-day mass communication is in the fact that with the use of mechanical devices the size of the audience is almost unlimited, and physical assemblage is no longer essential. In the development of modern mass communication the newspaper and periodical, the motion picture, and the radio are basic, but these three are supplemented by many other media of communication. (Willey, 1935b, p.194)

A definição proposta em 1935 parece ser a mais avançada na literatura da época e a mais próxima dos conceitos de comunicação que seriam adotados pelo campo acadêmico quase duas décadas mais tarde. A contribuição teórica de Willey para a comunicação foi totalmente omitida na história oficial da área. Assim, Schramm pôde aparecer como se ele e seu grupo houvessem inventado um novo paradigma, como propõe na introdução do livro:

Communications research is a development of the last few years. Fifteen years ago, the term would hardly been heard.(...) To appreciate how recent has been the flowering of communications research in this country, it is only necessary to look at the dates in the bibliography which closes this volume. Early in 1948, a group of communications research men met at the University of Illinois. They came to talk about the problems of their young field of study (...) Out of this conference grew the papers that follow. (Schramm, 1948, pp. 5-6)

A coletânea foi lida por Malcolm Willey, que publicou uma revoltada resenha em *The Annals of the American Academy*:

What is included here presumably represents the judgment of Dr. Schramm and his colleagues as to what will best serve as an introduction to a subject that is complex and enormously inclusive. On these selections themselves no comment will be attempted here; rather more general observations will be made. First, there is the question of the audience for whom such a book will be useful. The materials themselves suggest the beginning student rather than the specialist. The book seems to be designed for teaching purposes rather than for reference, as a research handbook, or for general reading. Yet the foreword states that its appearance is the outgrowth of suggestions by students, teachers and research men. In short, the focus is not entirely clear with respect to audience and use. Second, if the book is for beginning studies, it lacks an integration that is far from achieved by brief introductory comments at the head of each session. Nor does it present a sharp synthesis of the problems that presumably the individual's selections are designed to illustrate or evoke. While some of the selections are self-evident in purpose, others are not, and it seems to the reviewer that no adequate systematization of the materials is provided. This is a fundamental shortcoming. Finally, the editorial task itself seems less than satisfactory. (Willey, 1950)

Por não ter discutido o critério de seleção utilizado por Schramm, nem citando os excluídos dela, Malcolm Willey não ajudou a mudar a história do campo da comunicação com essa sua resenha. Mas ajudou a mostrar a falta de rigor acadêmico de um grupo - e particularmente de seu líder - que se apresentava como - e até hoje é cultuado nos Estados Unidos como se realmente fosse - o principal introdutor da cientificidade na área.

Assim como nos Estados Unidos, os estudos clássicos sobre jornalismo utilizados nas escolas latino-americanas antes da chegada da *Mass Communication* de Wilbur Schramm - os primeiros tinham uma perspectiva profissional ou literária, histórica, ética e legal, mas já havia estudos comparados, sociológicos e psicológicos em alguns países - desapareceriam das bibliografias e cairiam no esquecimento. Foram substituídos pelas referências teóricas trazidas para dar sentido ao novo "profissional polivalente" previsto no projeto político de guerra psicológica que originou o campo da comunicação.

A Comunicação gradualmente se afastou do jornalismo como objeto para se assumir cada vez mais como um ramo da sociologia voltado para o controle social. O impacto dessa transformação foi criticado por professores de jornalismo nos Estados Unidos:

Desde a II Grande Guerra, um determinado número de especialistas em Ciências Sociais começou a interessar-se em uma análise quantitativa dos diferentes aspectos da conduta social, em face da teoria da comunicabilidade. Usam os instrumentos do estatístico e a linguagem do sociólogo para investigarem os efeitos dos vários meios de influência sobre o pensamento e a conduta do homem. Muitas dessas descobertas são úteis ao propagandista, ao anunciante, ao consultor sobre relações públicas, a todos aqueles que têm ideias ou produtos para vender. O conhecimento do que pretendem é importante para o verdadeiro jornalista que é, afinal, o protetor das vítimas em potencial. (Macdongall, 1965, p. 16)

Curtis Macdongall foi um dos acadêmicos norte-americanos a denunciar em seu país que a teoria do jornalismo, historicamente associada aos ideais de democracia e liberdade, estava sendo substituída nos currículos por uma ciência concebida a partir do Departamento de Estado por um grupo de acadêmicos a seu serviço. Mas se isso pôde ainda ser debatido de maneira relativamente aberta nos Estados Unidos, onde a Primeira Emenda à Constituição conviveu e sobreviveu à perseguição anticomunista do McCarthismo, na América Latina o debate foi substituído pela simples imposição.

Não se fez ainda um inventário do impacto desta guerra sobre a investigação científica na América Latina, especialmente na área da Comunicação. Um exemplo, o brasileiro, dá conta do que poderia ser encontrado: em 1935, o primeiro Curso de Jornalismo no Brasil foi fundado na Universidade do Distrito Federal, mas a UDF sucumbiu em seguida em consequência das perseguições políticas que se seguiram à implantação do Estado Novo. Mais tarde, a primeira Escola de Comunicação de Massa, que incluía em seu projeto o que seria o primeiro Doutorado em Jornalismo, foi implantada em 1963 na Universidade de Brasília, mas interrompida dois anos depois em consequência do Golpe Militar de 1964 cujo regime, sabe-se hoje, assassinou o educador Anísio Teixeira, que havia sido o reitor dessas duas universidades interrompidas (Salmeron, 1998).

Mas como demonstram os estudos norte-americanos de Simpson (1994), Glander (2000) e Boylan (2003) citados acima, o fenômeno da instrumentalização política das escolas de jornalismo (e depois de comunicação) não é uma particularidade dos conflitos no subcontinente. Pelo contrário, a América Latina é envolvida na disputa mundial por corações e mentes através da propaganda desde o colonialismo, passando pelas guerras mundiais e chegando à guerra fria. E esta instrumentalização é quase tão antiga quanto a própria área acadêmica: apenas cinco anos após fundar a primeira escola de Jornalismo dos Estados Unidos na Universidade de Missouri, seu diretor Walter Williams já participava de missões internacionais a serviço do governo dos Estados Unidos e patrocinado por fundações privadas como a Kahn Foundation. Williams criou uma escola de jornalismo na China e teve relações próximas com vários ditadores latinoamericanos (Williams, 1929).

Também a Escola de Pulitzer, na Universidade de Columbia, foi um instrumento do Departamento de Estado, às vezes com apoio das Fundações Ford e Rockefeller, para diversas intervenções no exterior que atingiram o Oriente e a América Latina. A Escola de Columbia montou também uma filial chinesa ligada ao partido do Generalíssimo Chiang Kai-shek, e instalou a Escola de Jornalismo da Universidade Central da Venezuela utilizando verbas secretas da indústria petrolífera. O Prêmio Maria Cabot, conferido pela Escola e associado à idéia da liberdade de expressão, foi destinado a vários funcionários das ditaduras latinoamericanas apoiadas pelos governos estadunidenses (Boylan, 2003).

Mas essa instrumentalização nunca foi tão intensa quanto na Guerra Fria, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Com o desmantelamento das universidades europeias, onde os estudos de jornalismo eram mais avançados, durante o fascismo e a II Grande Guerra, a tomada das escolas de jornalismo pelo referencial teórico-metodológico da Comunicação Coletiva (depois Social) foi plenamente vitoriosa (Nixon, 1968). Em todo o terceiro mundo, através da Unesco e suas institui-

ções subsidiárias, Wilbur Schramm e sua equipe convenceram os acadêmicos da área a substituir o estudo do jornalismo pelo da “comunicação para o desenvolvimento”. Nessa perspectiva, os povos subdesenvolvidos não necessitavam de jornalismo do tipo ocidental, que ademais só poderia existir nas democracias. O terceiro mundo deveria aceitar a censura imposta por suas ditaduras para facilitar o desenvolvimento (Kunczik, 1997).

A imposição do projeto às universidades por governos autoritários, a cooptação de muitos acadêmicos pelos benefícios oferecidos pelas escolas da Unesco e as fundações internacionais (cursos de capacitação, bolsas de estudo, acesso a bibliografia) a repressão violenta da dissidência (por demissões, prisões, exílios e assassinatos) e as necessidades de sobrevivência neste ambiente conturbado levaram uma certa perspectiva da Comunicação Social a prevalecer parcial ou totalmente em todo o continente.

Ciespal, Golpes de Estado e Comunicologia

O Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal) foi fundado em Quito em 1959, tendo como objetivo ampliar para a América Latina a experiência iniciada dois anos antes pelo Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo, instalado na Universidade de Strasbourg, na França, com atuação prevista para a Europa, África e Oriente Médio. (Feliciano, 1987)

O jornalista Jorge Fernández, ligado à família que controlava o diário *El Comercio* de Quito, se tornou o primeiro Diretor Geral:

A pesar del apoyo de la UNESCO y de la OEA, así como de fundaciones internacionales, con Ford y Rockefeller, la idea del CIESPAL germinó en el contexto de la sociedad ecuatoriana en la mitad del siglo pasado y tuvo en Jorge Fernández a su catalizador intelectual y en el diario *El Comercio*, de Quito, a su avalista institucional. Intelectual prominente, Jorge Fernández destacó en el Ecuador como autor de ensayos y novelas; pero ganó prestigio, sobre todo, como periodista, al escribir, a diario, los editoriales del periódico *El Comercio*, de Quito, el medio más importante de la prensa nacional, mantenido por la familia Mantilla. Los propietarios de la empresa confiaban de tal modo en él que le encargaron escribir la biografía del referido periódico con motivo de su cincuentenario. Tarea que llevó a cabo por medio del libro *Tránsito a la Libertad*. (Melo, 2012, pp. 24-25)

Em 11 de julho de 1963, mesmo ano em que Jorge Fernández recebeu o prêmio de Liberdade de Imprensa da Universidade de Columbia, o governo do Equador foi derrubado por um golpe militar. Como ocorreu, no período, em quase toda a América Latina, a partir da vitória de Fidel Castro em Cuba, no Equador a Guerra Fria foi disputada pela mídia conservadora aliada a outros setores sociais, e o jornal *El Comercio* de Jorge Fernández teve um papel destacado na insurreição:

Assessorada pela Embaixada dos Estados Unidos, a reação local começou a denunciar a infiltração “comunista” no governo e a explorar o tema cubano. Jornais como

El Comercio, de Quito, identificado até então com o liberalismo anticlerical, converteu-se da noite para o dia em modelos de piedade religiosa e ferrenhos defensores da “tradição cristã” (...). Conforme se assinalou numa revista nacional, que está longe de ser esquerdista (*Vistazo*, de Guayaquil, outubro de 1968), nos meses que precederam a queda de Arosemena “o anticomunismo se torna psicológico, não mais ideológico, para assim incidir sobre a opinião popular” E conforme reconhece a mesma publicação, as forças “extranacionais” ou seja, os Estados Unidos, atuam decisivamente através de seus aliados locais: a grande imprensa, o rádio e, finalmente, os oficiais reacionários. (Cueva, 2016, pp. 128-129)

Em livro, no qual revela a atuação da agência no Equador naquele período, o ex-agente da CIA Philip Agee (1976) deixa claro como o jornal *El Comercio*, de que Jorge Fernández era o editorialista, servia de instrumento à guerra psicológica controlada pelos Estados Unidos. E um texto do próprio Jorge Fernández traz explícito o apoio do primeiro presidente do Ciespal ao novo governo e à supressão da democracia no Equador, um ano após o golpe:

Soberanía, independencia y democracia (12 de agosto de 1964) El Cuerpo Diplomático presentó al Gobierno del Ecuador el saludo tradicional con motivo de la conmemoración cívica del 10 de Agosto. En esta oportunidad, el presidente de la Junta Militar hizo, en términos exactos, lo que puede considerarse como la definición espiritual de la república en materias fundamentales de la política interna y externa. (...) La situación política del Ecuador es actualmente de transición. Motivos y antecedentes demasiado conocidos nos llevaron fatalmente a una especie de paréntesis que ha dejado en suspenso el ejercicio de la democracia representativa. Pero lo que se produjo tuvo precisamente una razón de ser: salvar al país de confusiones caóticas que podrían facilitar el avance definitivo del comunismo y el ocaso total de las libertades. Aquello fue inevitable para preparar el renacimiento democrático sobre bases firmes. (Fernández, 2012, p. 44)

Em 1966, o governo militar invadiu a Universidad Central del Ecuador — onde funcionava a sede do Ciespal — o que provocou um grande desgaste político do regime junto à classe média que a apoiava (Cueva, 2016, p. 133). A brutalidade da operação policial contra a Universidade e a perda de apoio do regime, no entanto, não modificaram a posição de Jorge Fernández, que justificou a invasão num texto publicado dois meses após o acontecimento e saudou a “nova universidade” que estava sendo construída pela ditadura, com o apoio dos Estados Unidos:

La función de la universidad (25 de mayo de 1964) Un hecho en el cual había unánime coincidencia era el de que la universidad estaba en crisis. El haber desembocado en la política, en la agitación casi como la ocupación preferente, era una consecuencia de causas profundas que motivaban la crisis. Factores sociológicos externos a la universidad contribuyeron a tal estado de cosas; era también un resultado del ambiente general del país, reflejado en forma aguda y conflictiva en las aulas universitarias. El estudiante se ocupaba en actividades marginales, porque no encontraba suficiente interés vital e intelectual en la diluida ciencia que recibía en las clases. Dirigentes, profe-

sores y estudiantes hablaban, cada uno a su manera, de la urgencia de una reforma y transformación radical. Se informa ahora que está en proceso definitivo el reajuste que la Universidad Central requería, con la ayuda oportuna de la Universidad de Pittsburgh y el nuevo ánimo universitario que parece predominar en esta noble y antigua institución. (...) Lo que se realiza ahora hará una nueva universidad, apta para contribuir a la formación de un país más culto y más justo. (Fernández, 2012, pp. 59-61)

A gestão de Jorge Fernández na direção geral do Ciespal foi marcada por um grande aporte de verbas de fundações estadunidenses, especialmente a Fundação Ford. Entre os projetos que a Fundação financiou no Ciespal registra-se a contratação da consultoria do norte-americano Raymond B. Nixon, professor da University of Minnesota, chamado por Jorge Fernández para ser o primeiro professor do Ciespal. Raymond Nixon presidia na época a International Association for Mass Communication Research (IAMCR) e dirigia a revista acadêmica norte-americana *Journalism Quarterly*. Mas além destas inegáveis credenciais e de uma grande capacidade acadêmica, demonstrada nas muitas publicações que fez, inclusive no próprio Ciespal, o professor da University of Minnesota tinha uma forte articulação com agências do governo dos Estados Unidos, que passaram a financiar suas atividades na América Latina, como deixou registrado num relatório de prestação de contas a elas destinado:

(...) the Department of State sponsored my 14 days in Quito, and the Ford Foundation grant covered the remaining 51 days. Both have asked for a written report. Other agencies and organizations also have shown an interest in my findings. One of these is the United States Information Agency, which represents the Office of Cultural Exchange abroad and works closely with the media and education institutions in each country. The Alliance for Progress has had a natural interest." (Nixon, 1963, pp. 1-2)

A University of Minnesota, instituição a que Raymond Nixon era vinculado, é uma das citadas entre as que receberam verbas secretas de agências militares dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, para desenvolverem pesquisas na área de Comunicação:

The various military branches also supported mass communication research projects in university social science and communications departments. (...) Like the CIA and the USIA, the Human Resource Division would contract with university-based researchers (...) and with departments in universities such as the University of Minnesota... (Glander, 2000, p. 64)

O livro de Timothy Glander também cita as fundações privadas norte-americanas como intermediárias de financiamentos secretos da CIA, USIA e agências militares para a guerra psicológica desenvolvida na Guerra Fria, incluindo a Fundação Ford, principal financiadora do Ciespal em seus primeiros anos (Glander, 2000, pp. 65-67). O livro de Peter Coleman *The Liberal Conspiracy* também confirma, através de documentação, o envolvimento da CIA e, posteriormente, da Fundação Ford, no esforço cultural de combate ao comunismo (citado em Cancelli, 2017, pp. 31).

Este envolvimento fica demonstrado no relatório de Raymond Nixon sobre sua viagem por 19 países latino-americanos, onde visitou empresas jornalísticas e a maioria das escolas de jornalismo então existentes no continente. No documento fica claro que Raymond Nixon não viajava apenas em missão acadêmica, mas também política, em articulação permanente com os serviços diplomáticos norte-americanos, com quem já tinha cumprido outras missões no leste europeu, como reportou:

The significant role that can be played by an efficient and alert USIS staff was impressed upon me more than ever in Panamá. Originally I had not even planned to stop there (...), but about a month before my departure from Minneapolis I received a letter from Mr. Carl E. Davis, public affairs officer at the U.S. Embassy in Panamá. He urged me to include Panamá, particularly because of the activities of Communist groups within the School of Journalism and the Syndicate of Journalists. (...) Panamá's strategic location makes the maintenance of a democratic government and a free press in the country of great importance to the United States." (Nixon, 1963, p. 17)

Oito meses depois do golpe militar no Equador, em 31 de março de 1964 acontece o golpe militar no Brasil, que depôs o presidente constitucional João Goulart. Os arquivos do governo do Estados Unidos daquele período já foram liberados e comprovaram a participação norte-americana na desestabilização do governo e no desfecho do golpe levado a cabo por militares brasileiros, com apoio da mídia conservadora e do empresariado, como havia ocorrido no Equador.

Instalado o governo militar no Brasil, a repressão foi a primeira medida tomada pelo governo imposto, e a universidade foi um dos seus principais alvos. Dezenas de acadêmicos foram expulsos de escolas e universidades e perseguidos, educadores como Darcy Ribeiro e Paulo Freire foram presos e deportados (Cunha; Góes, 1985).

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, aconteceu o IV Seminário Regional do Ciespal, realizado de 12 a 16 de julho de 1965, que teve a sessão inicial presidida pelo ministro da Educação do novo governo militar brasileiro, Flavio Suplicy de Lacerda, empenhado pessoalmente naqueles dias na destruição da primeira Faculdade de Comunicação do Brasil, na Universidade de Brasília, e na perseguição a seu diretor (Salmeron, 1998, p. 220). Nenhuma palavra sobre estes acontecimentos ficou registrada no Informe Final do evento. Ficaram porém registradas as palavras do brasileiro Luiz Beltrão, também ele professor e autor de livros do Ciespal, que atestam a familiaridade da entidade, na época, com o programa de guerra psicológica do governo estadunidense:

El gran tema militar de nuestros días se llama guerra psicológica. En otros términos, guerra de convencimiento, de persuasión, de propaganda. Guerra de ideas que se confrontan con el ansia de obtener adeptos, de efectuar cambios. Vencerá, no aquél que posee la verdad, sino aquél que sepa decir que posee la verdad, el que sepa transmitir a los otros con más precisión el mensaje de la Verdad. (...) Es por eso que no nos limitamos a la formación técnica del periodista. Procuramos evolucionar para un instituto de ciencias de la información, estructurado en departamento de enseñanza, de documentación técnico profesional, de relaciones públicas y de investigación científica. Que coordine, sistematice y divulgue conocimientos relativos a las ciencias de la comunicación y del comportamiento colectivo. Que prepare informantes aptos para

transmitir con eficiencia sus mensajes por cualesquiera de los medios a su disposición y en cualquier sector de la actividad humana. (Beltrão, 1965, pp. 348-349).

Após o Seminário do Rio de Janeiro, Luiz Beltrão foi convidado a assumir a direção da Faculdade de Comunicação da UnB, no lugar do professor demitido pelos militares, assumiu o cargo e modificou o projeto da Faculdade para adequá-lo às diretrizes do Ciespal. Teria contribuído para isso seu posicionamento sobre o golpe militar e a simpatia pela agência de informação recém instalada pela ditadura, que também ficaram registrado nos anais do evento:

Necesitamos explicar a las naciones libres y democráticas los motivos de la Revolución de Marzo, de la deposición de un gobierno constitucional y la implantación de otro, mediante un acto institucional. La tarea se presentó tan compleja porque los organismos políticos y administrativos del país se encontraban desprovistos para ejecutarla y uno de los primeros actos del Gobierno fue la creación del Servicio Nacional de Informaciones, seguida, más tarde, de otra medida que, personalmente, la considero una de las más relevantes que se adoptaron este año, en el campo específico de las comunicaciones: el establecimiento de un curso de Información en la Escuela Superior de Guerra. (Beltrão, 1965, p. 342)

Inconclusão: *Manu Militari*, Apagamentos e Dilemas

A partir da década de 1970, o Ciespal deixou a órbita de influência norte-americana e, com o apoio financeiro da Fundação Friedrich Ebert e de outras agências ligadas à socialdemocracia europeia, tornou-se um importante centro irradiador de pensamento crítico sobre a Comunicação na América Latina (Feliciano, 1987, pp.122–172). No entanto, as histórias do campo acadêmico na América Latina raramente adotam uma perspectiva crítica em relação a seu envolvimento com as ditaduras latino-americanas patrocinadas pelos Estados Unidos. Pelo contrário, costumam afirmar que o Centro não teria alcançado sua importância sem o trabalho realizado para sua estruturação e consolidação nesta primeira fase, desenvolvido sob a liderança de Jorge Fernández e com a participação decisiva de acadêmicos como Raymond Nixon e Luiz Beltrão:

“Efectivamente, la figura de Jorge Fernández es una de las más destacadas del siglo XX en los campos del periodismo y la literatura de Ecuador” (Montúfar, 2012, p. 9). No Brasil, “Luiz Beltrão converteu-se em ícone nacional das ciências da comunicação por seu tríplice pioneirismo: fundador do primeiro instituto universitário de pesquisa (1963), criador da primeira revista científica (1965) e autor da primeira tese de doutorado (1967) nesta área do conhecimento”. (Duarte, 2001, p. 127). Raymond Nixon foi o primeiro presidente efetivo da IAMCR, depois da gestão provisória de Ferdinand Terrou, e teve um papel fundamental na consolidação internacional da área de Comunicação, também por seu trabalho na *Journalism Quarterly*. Os três autores deixaram obras científicas que seguem sendo referências clássicas na área acadêmica.

No entanto, a consciência histórica exige que a verdade seja restabelecida também na memória do campo acadêmico. O apagamento da memória e a mitificação

das biografias dos personagens envolvidos dificultam o entendimento de como e por que se tornou o que é a Área da Comunicação na América Latina. Muitos dilemas epistemológicos persistentes decorrem deste ocultamento. Afinal, como apontou o trecho de Norma Côrtes destacado antes, a história não é apenas objeto do interesse cognitivo, mas também morada daquele que a investiga e, portanto, apenas uma história social do conhecimento pode oferecer estrutura conceitual e lastro histórico a quem queira compreender o percurso de institucionalização do campo. Uma disciplina forjada a *manu militari* trará marcas desse seu início pela vida inteira. E tomar consciência disto é apenas um ponto de partida.

Referências bibliográficas

- Agee, P. (1976). *Dentro da "companhia": diário da CIA*. Círculo do Livro.
- Beltrão, L. (1965). *Enseñanza de Periodismo y Medios de Información Colectiva: Informe Final Seminários Regionales en America Latina*. Publicaciones Ciespal.
- Berle, A.A. (1967). Berle's View of Brazil's Crisis. *Journalism Quarterly*, 44(2), 306.
- Boylan, J. (2003). *Pulitzer's School*. Columbia University Press.
- Cancelli, E. (2017). *O Brasil na Guerra Fria Cultural*. Intermeios.
- Carey, J. (1997). The Chicago School and the History of Mass Communication Research. In E. S. Marson, and C.A. Warren (Eds.), *James Carey: a critical reader* (pp. 14–33). University of Minnesota Press.
- Cortês, N. (2003). *Esperança e Democracia*. Editora UFMG.
- Cueva, A. (2016). *O processo de dominação política no Equador*. Insular.
- Cunha, L. A. & Góes, M. (1985). *O golpe na educação*. Jorge Zahar Editor.
- Dennis, E. E. & Wartella, E. (Eds.).(1996). *American Communication Research: the remembered history*. Lawrence Erlbaum.
- Duarte, J. (2001). Luiz Beltrão, um autodidata abrindo picadas no campo da comunicação. In J.M. Melo & J. Duarte (Eds.), *Memória das Ciências de Comunicação no Brasil* (pp. 127–155). UniCeub.
- Feliciano, F. A. (1987). *Jornalismo, a prática e a gramática: a questão da influência do projeto pedagógico Unesco/Ciespal nos rumos do ensino de jornalismo no Brasil* [Tese de Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Fernández, J. (2012). Antologia de Jorge Fernández. In J.M. Melo (Org.), *Jorge Fernández: artífice del pensamiento comunicacional latinoamericano* (pp. 39–268). Ediciones Ciespal.
- Glander, T. (2000). *Origins of Mass Communications Research During the American Cold War*. Routledge.
- International Relations and World Government: HOSKINS, HALFORD L. The Atlantic Pact. Pp. 104. Washington: Public Affairs Press, 1949. \$2.50. (1950). *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 272(1), 202–299. <https://doi.org/10.1177/000271625027200126>
- Kunczik, M. (1997). *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. Com-Arte/Edusp.
- Lane, J. P. (1967). Functions of the Mass Media in Brazil's 1964 Crisis. *Journalism Quarterly*, 44(2), 297–306. <https://doi.org/10.1177/107769906704400212>
- Larangeira, A.N. (2014). *A Mídia e o Regime Militar*. Sulina.
- Macdougall, C. D. (1965). Da Necessidade de Interpretação. *Cadernos de Jornalismo*, 1(2), 7–16.
- Melo, J. M. (Org.). (2012). *Jorge Fernández: artífice del pensamiento comunicacional latinoamericano*. Ediciones Ciespal.

- Montúfar, F.C. (2012). Doble homenaje. In J.M. Melo (Org.), *Jorge Fernández: artífice del pensamiento comunicacional latinoamericano*. (pp. 7–13). Ediciones Ciespal.
- Nixon, R. (1963). *Journalism Education in Latin America. A Report Based upon Personal Visits and Inquiries in the Summer and Fall of 1962*. Original datilografado arquivado no Centro de Documentação do Ciespal, em Quito.
- Nixon, R. (1968). *Investigaciones sobre Comunicación Colectiva: rumbos y tendencias* (2.ª ed.). Ediciones Ciespal.
- Park, D. & Pooley, J. (Eds.). (2008). *The History of Media and Communication Research: contested memories*. Peter Lang.
- Rogers, E.M. (1994). *A History of Communication Study: a Biographical Approach*. The Free Press.
- Ron, Y. (2008). *Los amos de la SIP*. MPPCI.
- Salmeron, R. (1998). *A Universidade Interrompida: Brasília 1964–1965*. Editora UnB.
- Schramm, W. (Ed.). (1948). *Communication in Modern Society*. University of Illinois Press.
- Schramm, W. (1996). The Master Teachers. In E.E. Dennis & E. Wartella (Orgs.). *American Communication Research: the remembered history*. (pp.123–133). Lawrence Erlbaum.
- Schramm, W. (1997). *The beginnings of Communication Study in America: a personal memoir*. Sage Publications.
- Simpson, C. (1994). *Science of Coercion: Communication Research & Psychological Warfare 1945–1960*. Oxford University Press.
- Simpson, C. (1998). *Universities and Empire: Money and Politics in the Social Sciences during the Cold War*. The New Press.
- Sloan, W.D. (Ed.).(1990). *Makers of the Media Mind: Journalism Educators and theirs Ideas*. Lawrence Erlbaum.
- Willey, M.M. (1935a). Quantitative Methods and Research in Journalism. *Journalism Quarterly*, 12(3), 255–265. <https://doi.org/10.1177/107769903501200302>
- Willey, M.M. (1935b). Communication Agencies and the Volume of Propaganda. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 179(1), 194–200. <https://doi.org/10.1177/000271623517900125>
- Willey, M.M. (1950). *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 272(1), 262. <https://doi.org/10.1177/000271625027200126>
- Williams, S. L. (1929). *Twenty Years of Education for Journalism: a History of the School of Journalism of the University of Missouri Columbia, Missouri, U.S.A*. The E.W. Stephens Publishing Company.

Nota biográfica

Eduardo Meditsch é professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. É também Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, instituição em que atua desde 1982 e onde segue atuando com trabalho voluntário após sua aposentadoria como Professor Titular em 2016. Realizou estágio sênior de pós-doutorado na University of Texas at Austin (2010/2011) com bolsa da Capes. Possui doutorado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade de Nova de Lisboa (1997), mestrado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1990) e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979). Integra conselhos editoriais de uma dezena de revistas acadêmicas do Brasil, América Latina e Portugal.

ID Lattes: 9884506958589514

ORCID ID: 0000-0001-6045-1178

Endereço institucional: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Campus da Trindade, Trindade, 88040900 – Florianópolis, SC – Brasil – Caixa-postal: 476

How to cite:

Meditsch, E. (2021). Uma história feita a *manu militari*? A Sociedade Interamericana de Imprensa, a Guerra Psicológica, o Ciespal e a Área Acadêmica na América Latina. *Revista Media & Jornalismo*, 22(39), 117–133. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_6

Submetido | Received: 2021.07.31

Aceite | Accepted: 2021.09.01

(Página deixada propositadamente em branco)

Infografia digital: O género jornalístico que emergiu do trauma para prenunciar o rumo de uma nova cultura visual mediática

Digital infographics: The journalistic genre that emerged from trauma to foreshadow the course of a new visual culture for the media

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_7

Assunção Gonçalves Duarte

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA

assuncaoduarte@campus.fcsh.unl.pt

Resumo

Os ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001 nos EUA são apontados por jornalistas e infografistas como o evento propulsor para a emergência da infografia digital enquanto género jornalístico do início do século XXI. Este artigo reflete sobre as circunstâncias dessa emergência e procura identificar o seu impacto no género, no jornalismo e nas audiências, recém chegados ao mundo digital. É analisado um curto período da história recente do jornalismo digital (2001–2002), que se revelou transversal aos diferentes países do mundo ocidental, inclusive Portugal. Esta reflexão emana do projeto de investigação (PTDC/COM-JOR/28144/2017), desenvolvido no ICNOVA, com o objetivo de traçar a história da Infografia Digital em Portugal nas duas primeiras décadas deste século. Para tal foi feito o mapeamento de trabalhos infográficos digitais identificados como inovadores em dois certames que premeiam o género (os Obciber e os Malofiej), foi feita uma análise a trabalhos não incluídos no certame, mas produzidos pelos jornais considerados à época como os mais inovadores no meio digital, e foram ainda realizadas várias entrevistas a infografistas e editores online nacionais que testemunharam o percurso evolutivo deste género.

Este artigo em particular, analisa seis trabalhos de infografia digital produzidos entre 2001 e 2002 sobre os atentados do 11 de setembro, por dois dos jornais mais premiados nos Malofiej nos anos iniciais da infografia digital: o *elmundo.es* e o *nytimes.com*. Para a realidade nacional, foi escolhido um trabalho sobre o tema, publicado pelo jornal português que mais cedo introduziu o género na sua versão online: o *publico.pt*.

Os resultados indicam que as circunstâncias do nascimento da infografia digital jornalística, sob a pressão do primeiro evento traumático de repercussão global da Era Internet, deixaram marcas profundas na história das primeiras experiências de produção de conteúdo visual original para a web. Essas circunstâncias determinaram as sinergias que mais tarde abriram caminho para as formas multimédia, cross-media e transmedia do jornalismo digital e são um testemunho claro de um proces-

so de mediatização da história que colocou pela primeira vez a internet lado a lado com os atores principais habituais (TV, rádio e jornais). Foi o impacto, emocional e político, à escala global do evento do 11 de setembro de 2001 que garantiu que jornalistas e audiências reconhecessem a internet como meio de comunicação social informativo de pleno direito e coube à infografia em versão digital - dinâmica e interativa - ser um agente privilegiado desse reconhecimento, o que lhe garantiu, ainda que temporariamente, o título de formato bandeira para um jornalismo em busca do seu papel principal no novo meio.

Palavras-chave

infografia; história; jornalismo; narrativa digital; ataques 11 de setembro

Abstract

For most journalists and infographic designers, the 11 September Attacks in the USA are the pivotal moment for the emergence of digital infographics as a journalistic genre in the beginning of the 21st century. This article reflects on the circumstances of this moment and seeks to identify its impact on the evolution of infographics, journalism and audiences, all newly arrived in the digital world. For this paper, we analysed a short period in the recent history of digital journalism (2001-2002), which portrays a common history between Western world countries, including Portugal. This investigation comes from a broader research project (PTDC/COM-JOR/28144/2017), which aims to draw the history of Portuguese Digital Infographics in the first two decades of this century, and also shares its scientific method: content analysis of digital infographics examples identified in two events that reward the genre (Obciber and Malofiej), digital infographics analysis outside the event when produced by the newspapers considered as the most innovative in the digital environment at the time, and interviews with Portuguese infographic designers and online editors who witnessed the genre evolution.

This paper focuses on 5 digital infographics reporting the September 11 Attacks events. They were created between 2001 and 2002 by two of the most awarded newspapers in Malofiej awards for the early years of digital infographics: *elmundo.es* and *nytimes.com*. To represent Portuguese reality, it was chosen a digital infographic published by the first Portuguese newspaper that introduced the genre in its online version: *publico.pt*.

The results of this investigation highlight the birth of journalistic digital infographics framework – under the pressure of the first traumatic event of global repercussions in the Internet Era – as the definition engine which deeply marked itself in the history of the first experiences producing original visual content for the web, inside and outside journalism. These circumstances set the synergies that later paved the way for the rise of multimedia, cross-media and transmedia forms in visual digital narratives for journalism and are a clear testimony to a process of history mediatization that, for the first time, placed the internet side by side with the usual main actors (TV, radio and newspapers). It was the emotional and political impact in a global scale of the September 11 Attacks that made journalists and audiences recognize the web as a fully-fledged informative social communication medium. Infographics in its digi-

tal version — dynamic and interactive — was the privileged agent of this recognition, ensuring to itself, albeit temporarily, the flagship role for a journalism in search of its main role in the new medium.

Keywords

infographics; history; journalism; digital narrative; September 11 Attacks

Pone los pelos de punta recordar cómo se tomaron algunas decisiones esa tarde. Recordar cómo redactores que habían llegado a las siete de la mañana seguían allí al filo de la medianoche y volvieron a la mañana siguiente a las siete y así un día tras otro. No sólo no decían nada; se peleaban por estar allí (Mas, 2011).

Fernando Mas — subdiretor do elmundo.es na altura

11 de setembro de 2001: o primeiro evento mediático de repercussão global da Era Internet deixou marcas no jornalismo

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001 ocorreu o maior atentado terrorista em território americano de que há memória¹. Quase três mil pessoas morreram e o mundo não voltou a ser o mesmo. O tempo decorrido desde que o ataque foi detectado, com o primeiro embate de um avião sequestrado numa das Torres Gémeas do World Trade Center (WTC) de Nova Iorque — em pleno coração de uma das mais emblemáticas cidades da cultura ocidental — até ao momento em que outro avião atingiu o complexo, foi mais que suficiente para que a segunda colisão fosse transmitida em direto pelas televisões de todo o mundo.

A cobertura dos média nas 24 horas que se seguiram foi feita com ardor e diligência por televisões e rádios, com diretos e atualizações permanentes, e nas edições especiais dos jornais do dia seguinte. Mas o que aconteceu durante essas 24 horas, revelou que o impacto de um evento desta envergadura, transmitido à escala global, despertou uma necessidade de informação que foi muito além da que os média tradicionais eram capazes de satisfazer. Foi aí que a internet, ainda nos seus primórdios, revelou pela primeira vez todo o seu potencial como meio de informação.

Segundo notícias da época, os principais sites noticiosos internacionais “entupiram” depois dos embates dos aviões no WTC (Reuters, 2002) e os grandes portais americanos de então (AOL Time Warner, Microsoft e Yahoo!) registaram um aumento record nos seus acessos (SapoTek, 2002). Uma das maiores empresas americanas de estudos de audiências na web da época, a Jupiter Media Metrix, confirmou

¹ O dia 11 de setembro de 2001 foi marcado por uma série de ataques suicidas ocorridos nos Estados Unidos. Dezanove terroristas, coordenados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda, sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros de companhias aéreas norte-americanas e fizeram-nos colidir intencionalmente, com todos os passageiros a bordo. Dois aviões colidiram com as Torres Gémeas do complexo empresarial do World Trade Center, no centro da cidade de Nova Iorque, um terceiro contra o edifício do Pentágono, na sede do Departamento de Defesa dos EUA, perto da cidade de Washington, e o quarto num campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia.

que cerca de metade dos utilizadores de internet nesse dia o faziam, pela primeira vez na história do novo meio, em busca de sites de informação. Por exemplo, o site da CNN registou um aumento nos acessos de 141% em relação ao mês anterior desse mesmo ano e os outros sites informativos não ficaram atrás (Público, 2001).

O que explica esta procura de notícias extra quando os canais de televisão e as emissoras de rádio transmitiam informação permanente, com diretos e atualizações constantes, numa plena abundância de imagens e vídeo recolhidos localmente e transmitidos sem aparente censura?

Quem testemunhou o evento, independentemente da sua história pessoal ter estado ligada às vítimas americanas, viveu como seu o clima de tensão e o sentimento de vulnerabilidade que emergiram do ataque. Enquanto o vídeo e a fotografia transmitidos *non stop* pelas televisões saturavam emocionalmente as notícias sobre o acontecimento, acentuando o trauma e a confusão, incapacitando a compreensão e a chegada a um explicação racional sobre o que tinha e estava acontecer, a internet surgiu como um agente distanciador, capaz de oferecer o que os outros meios não ofereciam: o acesso ao email e à consequente comunicação em tempo real entre pessoas para comentar e expressar o que sentiam (o email revelou-se nesses dias o principal meio de contacto); a criação imediata de sites onde era possível colocar mensagens de pesar, divulgar listas de desaparecidos ou de vítimas confirmadas e despistar informação falsa gerada pelo pânico; a articulação entre o site noticioso e os recém-criados sites de apoio às vítimas, com recolha de donativos²; e a promoção do computador a suporte privilegiado onde tudo se desenrolava, inclusive no local de trabalho, sem ninguém ter de parar para olhar para um ecrã de Tv.

No conteúdo informativo jornalístico online surgiram duas novidades que os meios tradicionais não conseguiam oferecer tão eficazmente: uma atualização ao minuto, independente dos horários dos telejornais ou das edições impressas do dia seguinte e, a grande inovação, o acesso a informação não linear, num formato hipertextual, capaz de ser gerido por quem lê. Atualizar-se com as notícias online dependia apenas da vontade de clicar num site noticioso, da escolha entre ouvir ou ver algo novo, ou rever informação repetida, ou de aceder às novas narrativas visuais interativas (infografia digital) onde era possível gerir o conteúdo, à medida da curiosidade e da disponibilidade de cada utilizador. E, não menos relevante, era possível fazer tudo isto de forma gratuita.

É neste contexto que surgem as narrativas da infografia interativa e animada que permitem visualizar o “invisualizável” e responder à necessidade de explicações racionais sobre acontecimentos tão marcantes e dramáticos.

We didn't really knew what we were doing at the time, but it was great to be able to take some chances and see what could work (Cairo, 2016).

Alberto Cairo - infografista do elmundo.es na altura

² Os sites dedicados à recolha de fundos para ajudar as vítimas, os bombeiros e os seus familiares, tiveram um número de visitas muito significativo. O Tributetoheroes.org foi visitado por 2,1 milhões de pessoas, o Libertyunites.org por 733 mil e a [American Liberty Partnership](http://AmericanLibertyPartnership.org) angariou cerca de 58 milhões de dólares nos dias que se seguiram aos atentados (Público, 2001).

O mundo parou, mas o jornalismo digital despertou

Enquanto o mundo parava para ver as Torres Gémeas desfazerem-se em cinza, o jornalismo digital acelerava vertiginosamente, definindo nessas 24 horas muitas das características que iriam marcar o seu futuro a nível internacional. A forma como os jornais recém-chegados ao novo meio se adaptaram — criando versões mais simplificadas das suas páginas sobrecarregadas de acessos; utilizando janelas *pop-up* que garantiam ao visitante acompanhar a visualização dos diretos em vídeo ao mesmo tempo que podia ler ou ver outras notícias; mostrando que conseguiam manter atualizações ao minuto com conteúdos diferenciados dos apresentados pela TV, o meio por excelência da cobertura do 11 de setembro (SapoTek, 2002) — revelou ao mundo um jornalismo capaz de encontrar um lugar de destaque no novo medium. Esse período pronunciou quais seriam as características mais atrativas e diferenciadoras do jornalismo digital: a oferta de informação gratuita, geograficamente transversal, acessível em qualquer parte do mundo, atualizada ao minuto, marcada por uma visualidade apelativa e capaz de integrar a participação de quem vê através do comentário, da interação, da apropriação ou da partilha.

Com o 11 de setembro de 2001, os recursos que a internet começara a oferecer no final da década de 90 do século XX ganharam credibilidade para o jornalismo e para as audiências, que se apercebem pela primeira vez do que significa um fenómeno de informação globalizada no novo meio. Foi como se a Internet atingisse a sua maioridade (Salvaguerria, 2003).

Emociona recordar cómo se transformó la página de elmundo.es: tan sólo permanecieron la cabecera y el cuerpo central de información. Nada más. El resto (entonces la navegación era vertical y en la derecha había un hueco destinado a promociones y poco más) quedó en blanco. Todo se improvisó. Todo se fue construyendo a medida que se sucedían los hechos (Mas, 2011).

Fernando Mas — subdiretor do elmundo.es na altura

A infografia digital destacou-se no conteúdo criado de raiz para a web

É neste momento revolucionário para o jornalismo online que surgiu a infografia digital para viver a sua *golden age* entre 2002 e 2004–6, uma época em que o género rimava com inovação, capacidade técnica e competência tecnológica. É relevante lembrar que a infografia digital já existia na internet desde que, em finais dos anos 90 do século XX, se começaram a fazer as primeiras experiências com o novo meio³. Mas, para o jornalismo, o formato parecia prometer algo que ainda ninguém sabia bem o que poderia ser. Com os ataques do 11 de setembro a sua função ficou clara. Dados sobre a velocidade dos aviões, mapas das rotas percorridas pelos terroristas, animações com o

³ Mesmo tendo encontrado dificuldades na visualização dos trabalhos de infografia digital publicados nessa época, por falhas no arquivo, é razoável assumirmos que o género já tinha sido introduzido por alguns jornais digitais de então. A comprová-lo está o facto dos Prémios Malofiej, que premiavam internacionalmente os melhores trabalhos de infografia jornalística impressa desde 1993, começarem em 2000 a incluir no certame uma categoria dedicada à infografia digital, reconhecendo-a como género distinto da infografia em papel.

movimento dos bombeiros e das pessoas no interior dos edifícios, tudo o que se escondia atrás da nuvem de fumo filmada, fotografada e exibida até à exaustão, estava agora visível à distância de um clique. A infografia apresentava, como já o fazia no papel, uma análise lógica e construtiva de um evento complexo, mas que podia agora ser gerida pelo visualizador-leitor promovido a utilizador, capaz de dosear um conteúdo traumático, apaziguando a tensão e a vulnerabilidade que as fotografias e o vídeo avivavam.

Metodologia

Os primeiros trabalhos de infografia digital estão perdidos na amnésia digital

A investigação sobre a emergência da infografia digital encontra sérias dificuldades na visualização dos trabalhos infográficos digitais, produzidos e divulgados entre 2000 e 2006–2008. Socorremo-nos dos certames Malofiej e ObCiber⁴ para identificar os trabalhos premiados como inovadores entre pares, mas existem diversas falhas de arquivo, principalmente nas edições mais antigas dos Malofiej, as mais relevantes para este artigo. Existem algumas listas de trabalhos premiados e medalhados omisssas e, mesmo quando o trabalho aparece identificado, só alguns dos mais antigos continuam ainda hoje acessíveis online. Os links nos sites oficiais dos dois certames direcionam frequentemente para páginas dos *media* premiados que já não existem, que dão erro no servidor, ou que abrem a branco o local onde a infografia digital terá sido publicada. Em diversas infografias sobrevive apenas um excerto do texto original ou uma imagem estática, onde todos os conteúdos dinâmicos, de animação ou de interação exploratória, estão perdidos. O mesmo aconteceu na pesquisa feita no arquivo.pt ou no [internet archive.org](http://internet.archive.org)⁵ e nos próprios *media* premiados cujo arquivo é deficitário nos primeiros anos de entrada no mundo digital.

Existem algumas justificações compreensíveis para que este arquivo seja omisso. Estão diretamente relacionadas com o período tumultuoso vivido pelos jornais nesses anos de adaptação ao novo meio, onde a preocupação estava centrada no “criar conteúdo” e não no “preservar conteúdo”, um conteúdo que ainda não se sabia muito bem como gerir. Mas a justificação mais determinante encontra-se na permanente evolução tecnológica que em pouco anos tornou obsoletas as versões mais antigas dos dispositivos de hardware (computadores, tablets e smartphones), obrigando a uma permanente migração para novos softwares de criação e visualização de conteúdo digital

⁴ Os Prémios Malofiej são organizados pela SND (Society for News Design) desde 1993, uma organização internacional de profissionais de jornalismo com membros pertencentes a mais de 50 países. A competição promove a inovação e a originalidade na infografia jornalística e realiza-se anualmente em Pamplona, Espanha. É aberta à participação de jornais e revista de todo o mundo. Premeia infografia impressa e digital.

Os prémios ObCiber foram criados pelo Observatório do Ciberjornalismo em 2008, um núcleo de investigação da Universidade do Porto, que analisa regularmente a evolução do ciberjornalismo em Portugal. Incluem nas categorias premiadas a infografia digital.

⁵ O arquivo.pt e o Wayback Machine ([internet archive.org](http://internet.archive.org)) são dois projetos de arquivo na internet que regularmente gravam conteúdo digital. Tiram periodicamente uma fotografia (snapshot) dos diferentes sites que existem online, arquivando-as para visualização futura, conservando grande parte da sua estrutura de navegação, mesmo que remeta para páginas ou recursos não arquivados como imagens, vídeos, infografias ou gifs animados.

(linguagens de programação e edição, browsers e aplicações). Um exemplo emblemático desta situação ocorreu já no início de 2021, quando foi oficialmente descontinuada uma das ferramentas mais utilizadas a nível mundial pelos jornalistas e infografistas do início deste século. O desaparecimento do suporte ao software Flash da Adobe fez com que muitos dos trabalhos ainda acessíveis e visíveis online no início desta investigação, deixassem de o estar. Existem algumas soluções de recurso para conseguir uma visualização, ainda que deficiente, mas exigem competências informáticas.

Esses trabalhos, que vão ficando progressivamente perdidos, vivem hoje apenas na memória de quem os criou e premiou ou no arquivo avulso de alguns infografistas. Morrem numa amnésia digital que vai muito além do desaparecimento dos primeiros exemplares de infografia jornalística digital. Uma amnésia que prenuncia um progressivo apagamento da própria história da World Wide Web (Cádima, 2020).

Uma amostra figurativa de uma etapa histórica do jornalismo visual digital

Para este artigo conseguimos reunir uma amostra reduzida, mas representativa, do que terão sido os trabalhos mais inovadores produzidos em infografia digital durante o 11 de setembro. Escolhemos cinco trabalhos infográficos produzidos entre 2001 e 2002, encontrados através da pesquisa em arquivo.pt e internet.archive.org e cruzados com links encontrados nos arquivos de cada um dos jornais que os produziram. Esses média foram selecionados por terem sido os jornais mais medalhados pelo seu desempenho na categoria de infografia digital no certamente internacional Malofiej (o nytimes.com e o elmundo.es). Até à data da conclusão deste artigo, por falhas no arquivo digital e dificuldades de acesso ao arquivo em papel do certame, não foi possível confirmar se as infografias desta amostra foram premiadas nos Malofiej. Sabemos que os jornais que os produziram receberam prémios nas edições de 2001 e 2002, mas não sabemos quais os trabalhos que foram premiados. Mas ao cruzar a informação da revisão da literatura de autores especializados em infografia e em história do ciberjornalismo (Cairo, Bastos) com as entrevistas feitas aos jornalistas e infografistas que à época trabalharam o formato (Mário Cameira, Vítor Higgs e Luís Taklin⁶), percebemos que as infografias selecionados para a amostra incluem diversas características consideradas inovadoras para os trabalhos criados nessa época. Incluímos na amostra um sexto trabalho publicado pelo jornal publico.pt nesse período. Apesar de em 2001 e 2002 o Público ainda não ter sido premiado pela sua infografia digital nos Malofiej, a escolha deve-se ao facto deste jornal ter sido o primeiro título nacional a publicar infografia digital original em 2002, e também dos primeiros que, à data do 11 de setembro de 2001, já publicavam infografia importada e adaptada à realidade nacional. É também um dos primeiros jornais nacionais a abraçar o novo género e a ser, anos mais tarde (em 2014), o primeiro jornal português a receber uma medalha nos prémios Malofiej por um trabalho de infografia digital.

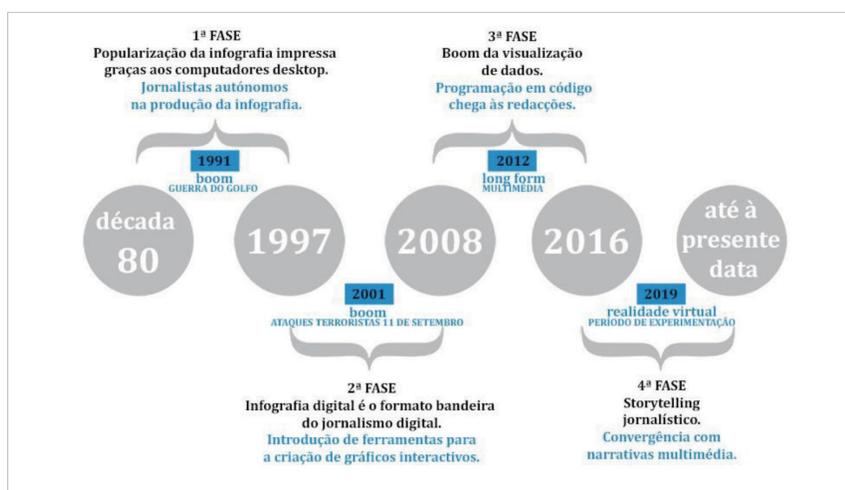
⁶ Mário Cameira, na altura infografista e web designer no *Público* e mais tarde do *The Times*; Vítor Higgs, diretor-adjunto e de arte no *Diário de Notícias*; e Luís Taklin, fundador e diretor de arte da Anyforms, uma agência nacional de design criada em 2001 para a produção de infografia jornalística e institucional.

Esta amostra reduzida foi ainda integrada na amostra de 59 trabalhos, analisada na investigação sobre a História da Infografia Digital em Portugal, e que serviu como guia de referência para situar o momento de análise (2001–2002) na trajetória de evolução traçada pelo género nas duas primeiras décadas deste século.

nytimes.pt, elmundo.es e publico.pt: o 11 de setembro de 2001 na infografia

Os trabalhos analisados para este artigo representam o início da segunda fase do desenvolvimento histórico da infografia jornalística. (ver Figura 1)

Figura 1: As 4 fases da evolução histórica da infografia jornalística



Fonte: Elaboração própria sobre revisão da literatura (Cairo, Ribas, Manovich)

A primeira fase da evolução histórica da infografia jornalística faz parte da história recente do jornalismo iconográfico mundial. Apesar de haver registos da sua existência esporádica na imprensa a partir do século XVIII, inclusive em Portugal⁷, a sua aceitação em larga escala como género jornalístico de pleno direito, teve início apenas no final dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, graças ao advento dos computadores de secretária (Macintosh) e dos seus softwares (MacDraw e Adobe Illustrator). A chegada dos computadores às redações permitiu ao jornalista-infografista ser independente dos artistas e dos processos gráficos tradicionais,

⁷ Uma das primeiras infografias de imprensa publicadas em Portugal, apontada como a segunda mais antiga do mundo até ao momento, foi descoberta na Gazeta de Lisboa Ocidental. Aparece na sua edição de 21 de janeiro de 1723 e mostra o desenho de uma baleia que terá encalhado no Tejo onde acabou por morrer. Os autores da ilustração “expõem à estampa dos curiosos com as medidas e todos os seus membros e uma breve descrição da sua estrutura” (Ribeiro, 2008).

já que podia assegurar no seu ecrã todas as etapas de produção de uma infografia impressa tradicional.

Com a mudança dos jornais para a internet (entre 1995 e 2000), através da transposição dos conteúdos das edições impressas para o novo meio na etapa *shovelware* do recém-criado ciberjornalismo (Bastos, 2015), a infografia, ainda no auge da sua popularidade recém-conquistada, acabou por participar também no processo de adaptação das redações ao novo potencial tecnológico. À medida que os utilizadores começavam a ter acesso à internet – primeiro no trabalho e mais tarde em casa – surgiu uma procura, ainda que residual, por notícias e informação no novo meio, o que levou as redações a iniciar experiências com as novas ferramentas de software disponibilizadas pela evolução das tecnologias de informação.

Sabemos que a partir de 1997 já era produzida alguma infografia digital a nível internacional (ler nota 3), mas foi a “tempestade perfeita” provocada nas redações pelos acontecimentos do 11 de setembro que fez os infografistas acelerar a fundo e abandonar o espaço familiar da infografia estática para inaugurar um novo formato digital, onde o grafismo animado utiliza o novo meio para criar novos recursos de linguagem e exibir o conteúdo informativo de forma interativa.

Nesta segunda fase evolutiva da infografia jornalística, marcada pelo protagonismo digital, mais do que oferecer-nos uma história visual pré-definida, a infografia digital inova ao tornar-nos capazes de criar a nossa própria história e conhecimento (Danziger, 2008). Nesses primeiros anos, a infografia é absorvida por designações abrangentes como “gráficos animados”, “infografia 2.0” (Cairo, 2008), infografia “animada” ou infografia “multimédia” (Ribas, 2004).

O tratamento infográfico dado ao evento do 11 de setembro de 2001 refletiu-se nos prémios atribuídos na 10.ª Edição dos Prémios Malofiej que teve lugar em 2002. Foi possível identificar e visualizar o trabalho vencedor da categoria Print desse ano, um dossier infográfico produzido pelo jornal NYTimes e dedicado exclusivamente ao tema dos ataques terroristas do 11 de setembro do ano anterior. (ver Figura 2)

Figura 2: O trabalho vencedor do prémio BEST OF SHOW na Categoria Digital da 10.ª edição dos Prémios Malofiej de 2002



Legenda: *New York Times*, *Best coverage portfólio: "September 11TH Special"* publicado em 2001
Fonte: Site SND-Malofiej

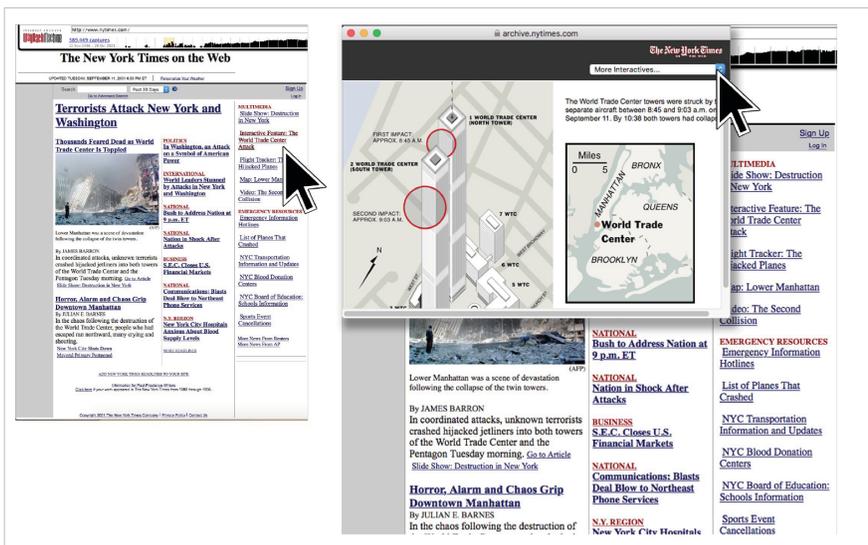
Como já foi referido, até à data de conclusão deste artigo, não encontramos registos no arquivo de imagem do trabalho vencedor na categoria de infografia digital.

Dinamismo exploratório: a inovação introduzida pela infografia digital

A interatividade de uma infografia implica a possibilidade que é dada ao leitor-visualizador para se tornar utilizador, para modificar o caminho pré-definido da narrativa visual, quer seja através de um interface de navegação (botões, scroll, etc.) quando a infografia é digital, quer seja através do destacar, dobrar ou cortar partes de uma folha, quando a infografia é impressa. O grau de interatividade da infografia permite classificar os leitores-visualizadores-utilizadores como Passivos, quando não têm qualquer intervenção, ou Ativos, quando precisam de intervir e manipular de alguma forma a infografia para aceder ao seu conteúdo.

Na época dos ataques terroristas do 11 de setembro, poucas publicações faziam trabalho gráfico digital semelhante aos que analisamos neste artigo e, ao visualizarmos o trabalho publicado pelo nytimes.com, no dia 11 de setembro de 2001, percebemos como a infografia começou desde o início, a desenvolver um estilo original para a web. (ver Figuras 3 e 4)

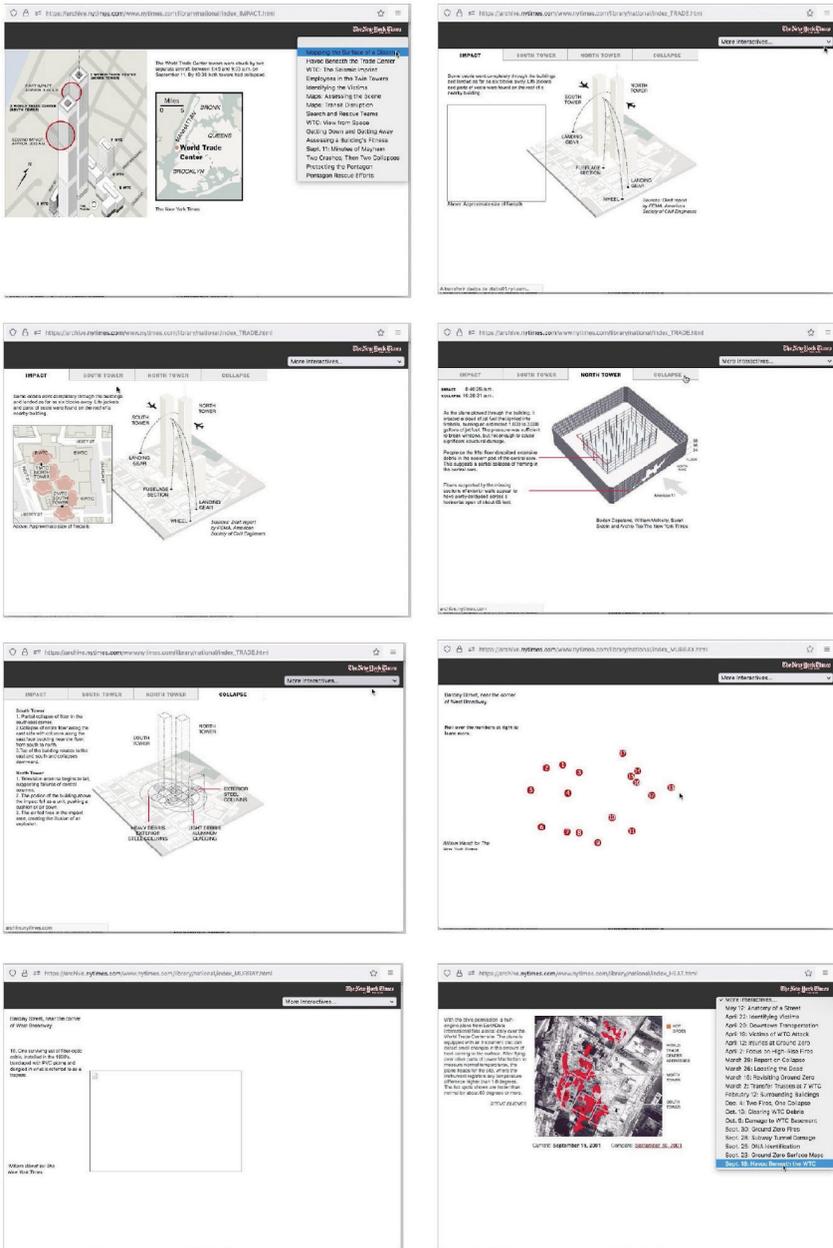
Figura 3: Página do nytimes.com a 11 de setembro de 2001 atualizada às 6:58 PM



Legenda: No menu Multimedia desta página é possível encontrar um link de acesso para a infografia interativa que selecionamos para análise.

Fonte: Site internet archive.org

Figura 4: O trabalho de infografia selecionado do jornal digital nytimes.com



Legenda: Imagens dos diversos ecrãs disponibilizados pela infografia publicada pelo nytimes.com no dia 11

Ainda que continue a ser utilizada para complementar o texto escrito, como na infografia impressa, este exemplo já apresenta um carácter autónomo na página e o menu de interação, no canto superior direito, permite ao leitor-visualizador-utilizador circular pelo conteúdo, detendo-se em cada ecrã o tempo que desejar, alheio a uma leitura cronológica imposta.

A infografia da Figura 4 parece associar imagens fotográficas sobre o evento ao conteúdo ilustrado. Não conseguimos saber que tipo de imagens poderiam estar visíveis, uma vez que já não estão disponíveis online, mas é significativo o facto do ecrã em que aparecem, precisar de um novo clique para ser exibido. Foi criado um espaço intermédio que serve de amortecedor entre a ilustração e a imagem que pensamos ter sido real, uma qualidade diferenciadora e apaziguadora face ao momento então vivido onde uma saturação de imagens chocantes proliferava nos diferentes meios jornalísticos. Nesta infografia já é possível detetar recursos que foram considerados inovadores nas edições dos dois anos seguintes no certame Malofiej: a valorizada da interação do tipo Exploratório (menus de navegação, clickON) que exigia ao utilizador níveis elevados de atenção e ação, e a valorização do registo pictográfico herdado da imprensa (Ilustração e Mapas) complexificado com visualizações e modelos (3D). Estas características também se encontram no trabalho infográfico publicado no jornal elmundo.es. (ver Figura 5 e 6)

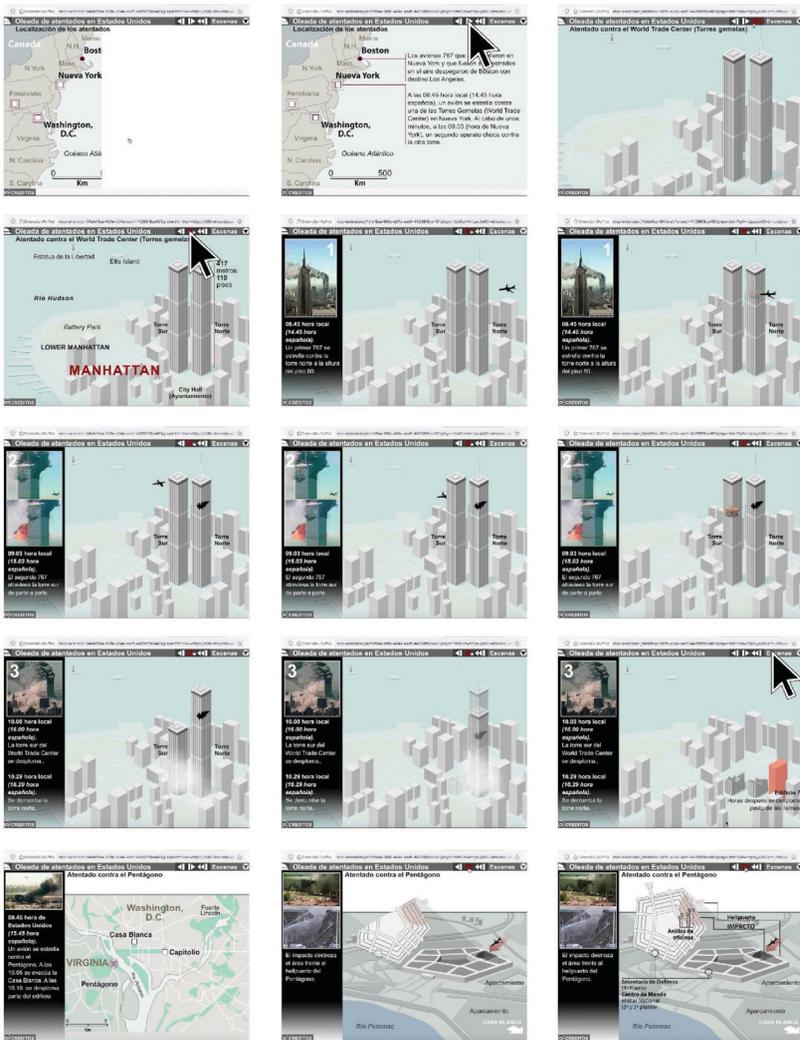
Figura 5: Página do elmundo.es do dia 17 de setembro de 2001 atualizada às 1h42



Legenda: Esta página apresenta no menu Graficos um link de acesso para a infografia interativa que seleccionámos para análise.

Fonte: Site internet archive.org

Figura 6: A infografia selecionada do jornal digital elmundo.es



Legenda: Imagens dos diversos ecrãs disponibilizados pela infografia disponível no elmundo. es no dia 17 de setembro de 2001, no menu Graficos sob o título "Las rutas de los aviones secuestrados"

Fonte: Site internet archive.org

Neste exemplo detetamos alguma evolução nessas características inovadoras: a introdução da animação e do movimento que dão maior autonomia à imagem, o número de opções de navegação é mais alargado (menus e controlo NEXT e PREV) e a confirmação de uma entrada definitiva nas narrativas multimédia (a navegação na ilustração é complementada com fotografias reais).

A pesquisa feita às diferentes edições dos dois jornais publicados online no próprio dia dos ataques e no dia seguinte, permite perceber que este tipo de infografias foi criado com alguma regularidade e bastante rapidez. O trabalho apresentado da Figura 4 está datado para o próprio dia 11 de setembro e, no arquivo do elmundo.es, temos acesso a uma página datada desse mês, com um especial dedicado ao atentado, onde figuram vários tipos de infografias digitais criadas sobre o evento o que testemunha o empenho da redação em apostar no novo formato, independentemente da sua exigência a nível técnico (ver Figura 7).

Figura 7: Páginas do jornal digital elmundo.es disponibilizados durante os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001



Legenda: Infelizmente apenas conseguimos visualizar dois dos trabalhos disponibilizados nesta página. (ver Figura 8 e 9).

Figura 8: Infografía do jornal digital elmundo.es sobre o 11 de setembro de 2001

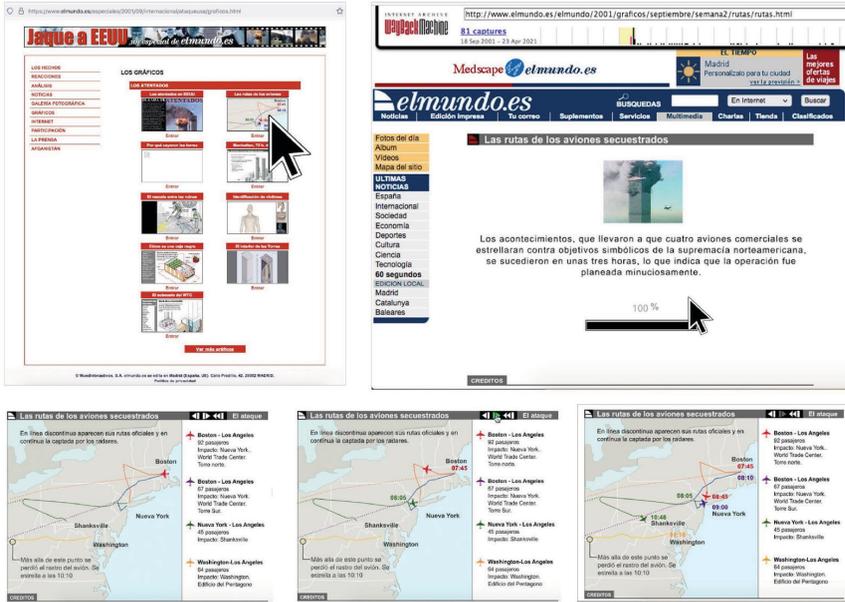
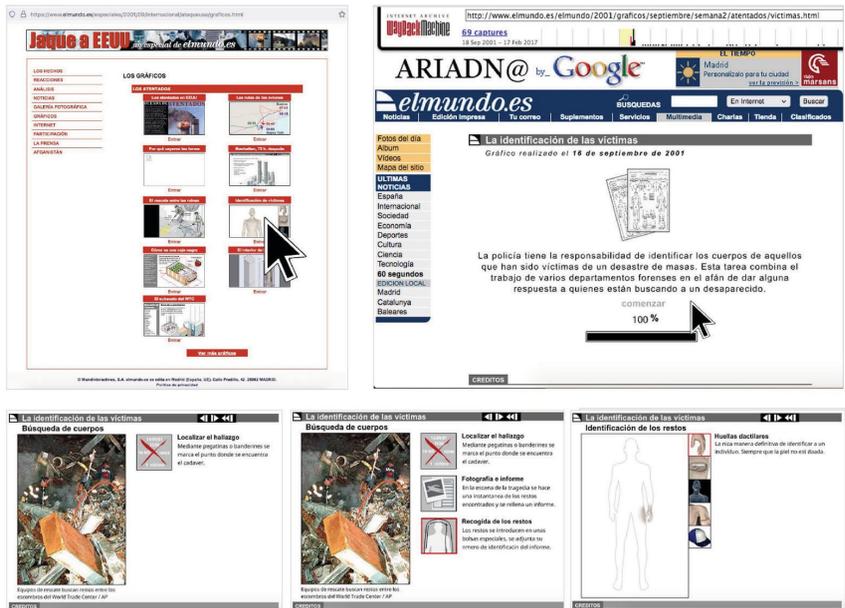


Figura 9: Infografía do jornal digital elmundo.es sobre o 11 de setembro de 2001



Fonte: Arquivo do elmundo.es e internet archive.org

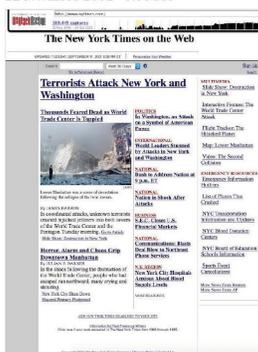
O mesmo acontece com as páginas referentes às horas e dias imediatos ao ataque criadas pelo nytimes.com, onde podemos perceber que existiram mais links para trabalhos de infografia sobre o tema e que agora já não estão acessíveis. (ver Figura 10)

Figura 10: Páginas do jornal digital nytimes.com disponibilizadas nas 24 horas que se seguiram aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001

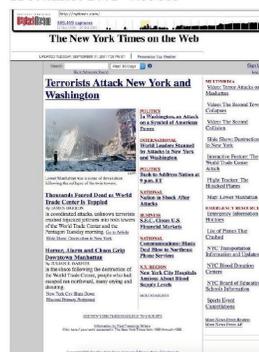
11 Setembro 2001 - 4:43 PM



11 Setembro 2001 - 6:58 PM



11 Setembro 2001 - 7:35 PM



12 Setembro 2001 - 3:40 AM



12 Setembro 2001 - 8:40 AM



12 Setembro 2001 - 2:59 PM



Fonte: Site internet archive.org

É importante realçar que estas imagens dos ecrãs principais, das páginas das versões digitais destes dois jornais, demonstram uma atualização permanente ao longo das horas, oferecendo conteúdos escritos diversificados (notícias, links para sites de ajuda às vítimas, etc.), e a informação visual inovadora oferecida pela infografia. Uma exuberância de conteúdo que parece retirar qualquer protagonismo

às edições impressas das versões em papel desses jornais publicadas no dia seguinte aos ataques. Quem acedeu regularmente ao site do NYTimes, durante todo o dia 11 de setembro, dificilmente se poderia surpreender, impressionar ou mesmo entusiasmar com a primeira página da sua versão em papel do dia 2 de setembro. (ver Figura 11)

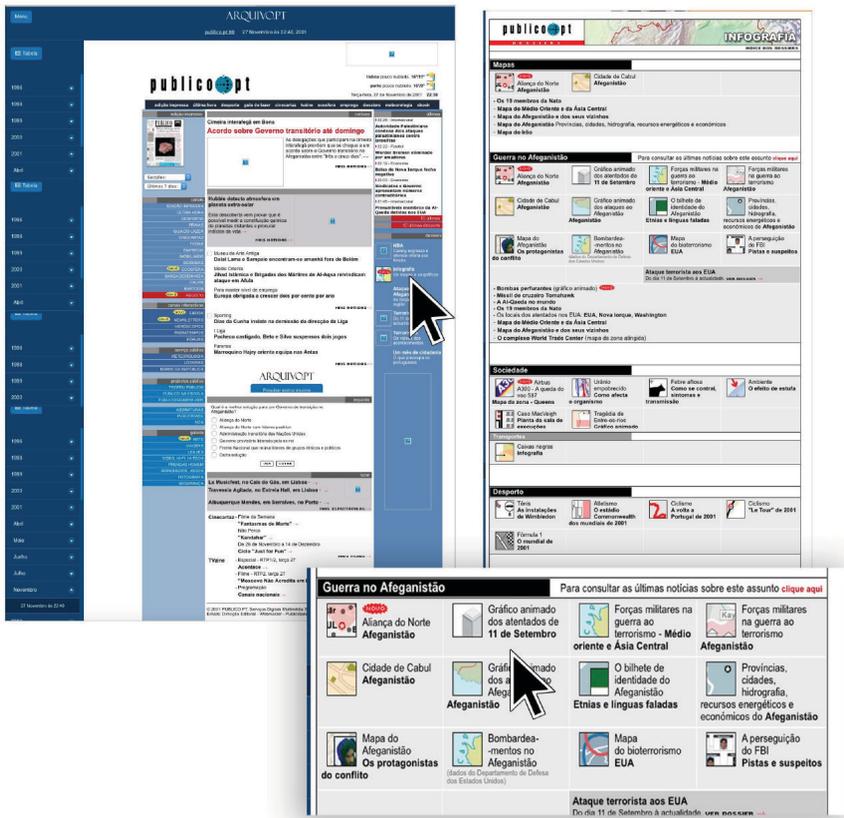
Figura 11: Primeira página da edição impressa do NYTimes-12 de setembro de 2001



Fonte: Arquivo NYTimes

O jornalismo português não passou ao lado desta revolução. Embora não tivesse tido o protagonismo destes dois jornais, introduziu atualizações constantes, comentários nos artigos, ligações para fóruns de discussão e também alguma infografia, mas estática. O Público foi dos primeiros jornais nacionais a incluir infografia digital animada no seu site durante os ataques. Para além da infografia estática criada para visualização no meio digital, incorporou também infografia animada, importada de jornais estrangeiros (neste caso do elmundo.es) adaptando-a ao contexto português. O trabalho analisado neste artigo é claramente um exemplo dessa situação. (ver Figura 12 e 13)

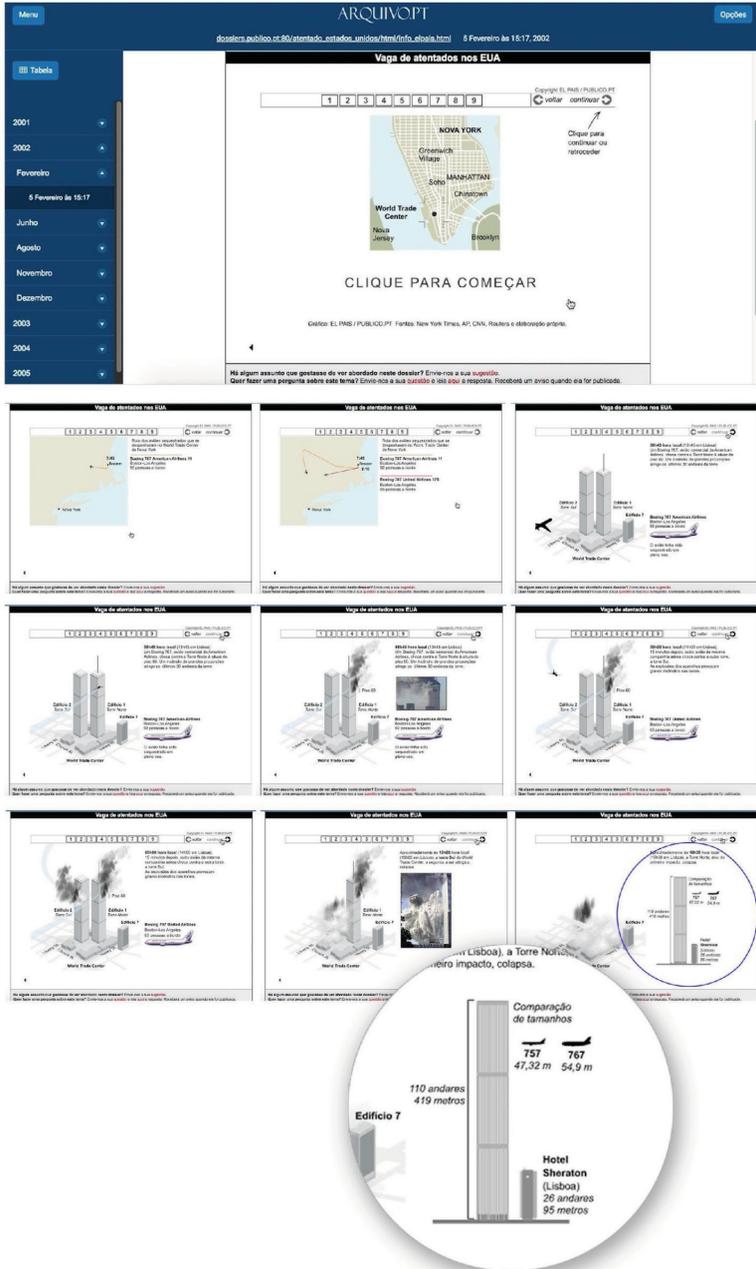
Figura 12: Página do publico.pt do 27 de novembro de 2001 atualizada às 22h38



Legenda: Esta página apresenta no menu Infografia um link de acesso para a infografia interativa que selecionámos para análise
 Fonte: Arquivo.pt

O recurso à importação e tradução ou adaptação dos trabalhos realizados em jornais inovadores internacionais acabou por se revelar uma boa opção estratégica para o jornal já que ajudou a criar competências na redação para a criação dos primeiros trabalhos originais.

Figura 13: A infografia selecionada do jornal digital publico.pt

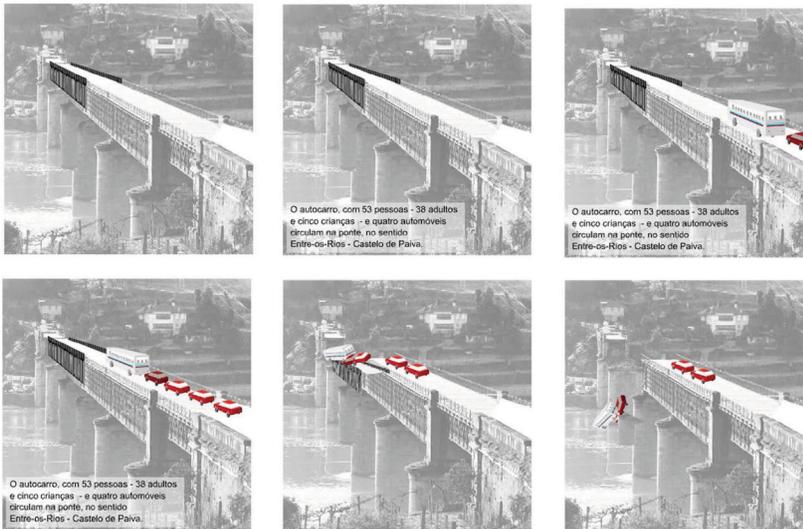


Fonte: Arquivo.pt

É o caso da infografia publicada em 2002, criada pelo infografista Mário Cameira, para assinalar a triste efeméride de um evento igualmente traumático que marcou a atualidade nacional: a queda da Ponte de Entre-os-Rios, que arrastou consigo várias viaturas, entre elas um autocarro de turismo, provocando vários mortos. (ver Figura 14) Esta é considerada a primeira infografia digital nacional. (Cardoso, 2010, Fidalgo, 2015, Cameira, 2019).

Figura 14: A primeira infografia digital produzida de raiz em Portugal.

The screenshot shows the 'ARQUIVOPT' website interface. At the top, it displays the date '8 Abril às 18:17, 2002' and the URL 'diarios.publico.pt/entre_os_rios'. The main content area features a title 'Tragédia em Entre-os-Rios' and a map of the region between Porto and Aveiro. A text block describes the event: 'Pouco depois das 21h00 de domingo, dia 4, um dos pilares da ponte que liga Entre-os-Rios a Castelo de Paiva ruiu, arrastando um autocarro e pelo menos dois automóveis ligeiros. O autocarro transportava 57 pessoas, que regressavam de uma excursão a Vés-os-Montes. O destino das passageiros era a localidade de Paiva, onde deveriam chegar às 22h00. [IMÁGENS ANIMADAS](#)'. Below this, there is a section titled 'O que é que sentiu?' with a small image of a group of people and a text snippet: 'O que é que sentiu? O que é que sentiu quando soube que a sua família tinha desaparecido nesta tragédia? O microfone está apontado à cara do entrevistado, uma mulher chorosa, que abansa a cabeça, com uma expressão de dor inenunciável. As lágrimas correm, contidas e silenciosas, pela sua cara, que a luz do projector da câmara faz brilhar. [TEXTO](#)'.



Legenda: Foi publicada pelo jornal publico.pt em 2002 sob o título:

“Cronologia da Tragédia de Entre-os-Rios”

Fonte: Arquivo.pt

Ainda que recorrendo de forma muito limitada às características inovadoras já aqui identificadas, a aposta pioneira feita com esta infografia granjeou ao publico.

pt a fama de órgão arrojado e moderno entre pares e audiência, com competências para manter o jornalismo nacional a par do que de melhor se fazia lá fora.

À medida que os acontecimentos do 11 de setembro foram alterando a forma de ver o mundo e de ver o novo meio web, a infografia digital sofreu uma evolução significativa nos meses que se seguiram, impulsionada pelo sucesso conseguido entre infografistas e audiências. Até ao ano seguinte, os trabalhos dedicados ao tema sucederam-se. Exploravam agora novos dados, “desenterrados” dos escombros do evento mediático: o número de objetos encontrados, as gravações das conversas telefónicas entre as vítimas e os seus familiares durante o ataque, informações detalhadas sobre os grupos de terroristas envolvidos no acontecimento e as ações do governo norte-americano para defender os EUA do terrorismo islâmico.

No exemplo encontrado no nytimes.com, que partilha o mesmo nome de um artigo em texto onde se contam as histórias das derradeiras conversas mantidas pelas vítimas via telemóvel (“102 MINUTES: Last Words at the Trade Center; Fighting to Live as the Towers Die”), podemos testemunhar uma clara evolução do género. (ver Figura 15)

A visualização animada dos modelos 3D, criados para mostrar o exterior e o interior das Torres Gémeas, é agora muito mais sofisticada do que nos trabalhos criados no próprio dia dos ataques. O mesmo acontece com a dinâmica utilizada para a abertura dos ecrãs e a forma como estes se sucedem durante a navegação, agora com um dinamismo mais fluído, garantido pela animação de transição. É também notória a partilha mais acentuada do grafismo e da estética da cultura dos vídeo jogos.

Figura 15: Infografia publicada no jornal nytimes.com em Maio de 2002.

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

NORTH TOWER
SOUTH TOWER
IMPACT ZONE
HEIGHT OF TOWERS IN DIAGRAMS
Heavy debris (including exterior steel columns)
Light debris

AUDIO: JIM DWYER playing | stop

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

NORTH

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

AUDIO: JAMES GLANZ playing | stop

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

North Tower
IMPACT 8:46 A.M.
COLLAPSE 10:28 A.M.
91st FLOOR
AMERICAN BUREAU OF SHIPPING

AUDIO: JAMES GLANZ playing | stop

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

Stairwells
Hole made by wing of plane

Steve McEarty

AUDIO: JAMES GLANZ playing | stop

AMERICAN BUREAU OF SHIPPING: 91st floor, North Tower
Steve McEarty, an engineer with the bureau, is able to help others on his floor to safety.

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

South Tower
IMPACT 9:03 A.M.
COLLAPSE 9:59 A.M.
78th FLOOR
SKY LOBBY

AUDIO: ERIC LITTON playing | stop

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

Jeffrey Bussanah
STEELWORKER

AUDIO: JIM DWYER playing | stop

CARR FUTURES: 82nd floor, North Tower
Within 15 minutes after impact, Jeffrey Bussanah calls his mother. "We can't breathe. The rooms are filling up with smoke, and the sprinkler systems have gone off." They are hunkering in water.

102 MINUTES
MORE INTERACTIVES...

Inside the Towers
The New York Times

Introduction
Amer. Bureau of Shipping
Windows on the World
Cantor Fitzgerald
The Sky Lobby
Fujii Bank
Aon Corporation
Carr Futures

Sources
Help
Feedback
Le-band Version

AUDIO: JIM DWYER playing | stop

NORTH TOWER: 10:28 A.M.
Fires spread across the 82nd floor of the north tower as it begins to collapse. (Craig Braden)

Fonte: Internet archive.org

O som incorporado da voz de vários jornalistas do NYTimes a descrever algumas das cenas animadas que aparecem no ecrã (facilmente ligado ou desligado pelo utilizador) e a personalização com as histórias e imagens das vítimas, são traços inovadores que vieram para ficar no género, como comprovam os trabalhos premiados na categoria digital dos Malofiej dos anos seguintes.

O destaque vai também para a interação do tipo exploratório (menus de navegação, clickON e jogo), cada vez mais user-friendly, que mostra já a tendência evolutiva para interações cada vez mais simples, imediatas e intuitivas (apoiadas apenas em ações de scrollDOWN, NEXT e PREV) que mais tarde vão garantir a transposição para o uso nos ecrãs dos tablets e dos telemóveis.

Uma adaptação ao trauma

A infografia digital produzida à pressão no dia dos atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, na sua simplicidade e modesta qualidade gráfica, quando comparada com a atual, enquadra um paradoxo interessante. Na mesma medida em que já comunga das características globais da visualidade digital na web dos dias de hoje — habita um espaço fluído, esporádico e interrompível, onde cada participante poderá criar uma versão diferente para si do que vê, arriscando uma perda de conteúdo, de referência e promovendo a falha na atenção — ela conta com o fator novidade do meio onde se insere, para potenciar exatamente o oposto: a pausa, o foco da atenção e a capacidade de criar mnemónicas visuais intensas sobre os temas retratados. Ao focar-se no outro lado das imagens reais mostradas pela fotografia e pelo vídeo, ela criou memórias não traumáticas, promovidas por uma maior resistência visual proveniente do acesso fácil e repetível ao seu conteúdo.

Ela promoveu e enfatizou o processo temporal e permitiu visitar o passado sob diferentes ângulos, mas de forma quase imediata através da visualidade. As memórias que ficaram não foram apenas as das imagens de vídeo com as torres a desfazerem-se em cinza. Foram também as imagens da infografia digital que ilustrou o momento. Não só marcaram a memória como também a futura cobertura de eventos do género. Desde o 11 de setembro tornou-se impensável deixar de recorrer à linguagem iconográfica desenvolvida naqueles meses nas redações dos jornais para cobrir eventos deste género. E, tal como já acontecia com a fotografia em que o poder da autenticação parece ser mais forte do que o da própria representação, a infografia digital criou um dinamismo próprio. Libertou-se do tempo e, numa amplitude mais abrangente do que a própria fotografia, garantiu uma autenticação do real representado, expondo a sua manipulação já que ela faz parte do próprio processo de autenticação do mesmo.

Outro fator interessante que podemos associar aos primórdios da infografia digital é o facto de existirem conteúdos para os quais ela parece ter estado mais naturalmente vocacionada nas primeiras fases do seu desenvolvimento histórico: os eventos traumáticos e complexos, com repercussão à escala global (nacional ou internacional). A situação do 11 de setembro repetiu-se com a invasão do Iraque em 2003 e com os ataques terroristas de Madrid em 2004. Em Portugal tivemos o caso particular da queda da Ponte de Entre-os-Rios, que iniciou o Público na produção original de infografia para o meio digital.

Digital technology stresses process and performance over product, malleability over closure. It allows us to reach back in time and change certain pictorial values and perspectives, permitting individual users to insert their own desires, needs, pleasures, and narratives into preexisting visual representations (Koepnick, 2004).

Infografia digital: um formato que mostrou bem cedo ser um produto genuíno do seu meio

Regressar ao passado com nova visualidade, cedo tornou a infografia digital o gênero certo para os temas intemporais e de revisitação histórica. O que acontecera na cultura visual mediática do final do século XX, que apostara na sobrecarga crescente da informação visual violenta via fotografia e vídeo, foi considerado um fracasso para o jornalismo visual na sua componente cívica. Ao contrário do que era inicialmente esperado, a exposição a esse tipo de visualidade, em vez de criar vínculos com as temáticas visadas, capazes de motivar uma ação conjunta para resolver as situações mais problemáticas, potenciou a indiferença e a desorientação face ao que poderia ser feito (Lipovetsky e Serroy, 2014). Mas a forma como o evento traumático do 11 de setembro foi trabalhado no novo meio, permitindo “ver sem ver”, em movimento, comentar, partilhar e articular um site informativo com sites de ajuda, apontaram um novo caminho a seguir na produção de informação.

Neste sentido, podemos encarar o desenvolvimento do jornalismo digital garantido durante o 11 de setembro, como um desenvolvimento ocorrido na esfera do jornalismo cívico, onde a infografia digital contribuiu como narrativa positiva de penetração imediata, potenciadora de vínculos reais com os temas abordados, e capaz de orientar o cidadão para a tomada de decisões e ações conscientes e informadas.

Conclusão

Não tivesse acontecido o 11 de setembro de 2001 e as narrativas visuais do jornalismo online poderiam não ter enveredado pelo dinamismo da interação exploratória que exigia elevados níveis de atenção por parte dos leitores para se transformarem em utilizadores. Se não fossem as repercussões deste evento à escala global, as audiências talvez não tivessem tido interesse e paciência em explorar este tipo de notícias visuais que desafiavam as suas competências como novos utilizadores num meio ainda tecnologicamente imperfeito. Foram também as narrativas visuais do jornalismo, produzidas neste contexto, que potenciaram “vícios” de utilização para o novo meio: o acesso a conteúdo atrativo, descomplicado, gratuito e sempre capaz de entreter. Este curto período da história recente do mundo digital criou momentos robustos e altamente saudáveis para o jornalismo, mas também proporcionou outros menos brilhantes que levantaram o véu sobre um futuro mais negro que haveria de se abater sobre a indústria da informação. O jornalismo online deste período sofreu óbvias carências tecnológicas associadas ao novo suporte: falta de velocidade nas redes, fraca literacia mediática de jornalistas e audiências, e baixa taxa de utilizadores, já a adivinhar os problemas da futura exclusão digital. Sofreu também da imaturidade editorial para o meio e da primeira proliferação das notícias falsas, por

via do fácil aparecimento de vozes paralelas com diferentes versões sobre a informação estabelecida. Mas o que a história do jornalismo pode recordar do dia 11 de setembro de 2001, é um enquadramento ideal, um equilíbrio perfeito entre a extrema atenção das primeiras audiências da internet, ávidas por saber e experimentar, e a extrema dedicação dos jornalistas infografistas para os quais, ainda hoje, este foi o momento que mudou para sempre a sua forma de fazer notícias.

Dele saíram formatos linguísticos novos, específicos da rede e plenamente jornalísticos, mas que marcaram igualmente o que viria a ser o futuro das narrativas visuais da cibercultura. A infografia digital assumiu-se como suporte e interface na exploração individual de uma história visual, marcando a experiência da audiência. Esta mudança também promoveu novos recursos iconográficos que se estenderam tanto ao jornalismo gráfico como ao jornalismo do texto, expressos na inúmera simbologia de navegação e personalização (play, explore, write comment, share, make a Gif, etc.) disponibilizada em maior ou menor quantidade pelos sites jornalísticos nacionais e internacionais.

Apesar do esforço e da energia aplicados à criação de conteúdos jornalísticos originais para a internet ter claramente apostado na infografia digital, a crise e a indefinição vivida no jornalismo digital das primeiras décadas deste século, afetou o seu futuro como género. Sendo um formato de informação que exigia mais investimento na produção e no tempo, em momento de crise, teve de partilhar o protagonismo vivido nos primeiros anos com a experimentação de formatos mais eficientes financeiramente, como o podcast, os feeds, os vídeos ou as galerias de fotografias. Se para alguns a infografia digital foi um fracasso no novo meio, marcada apenas por uma breve história de brilhantismo, para outros ela continua a ser até hoje um dos géneros mais interessantes de comunicação de informação visual que emergiram do jornalismo online.

Atualmente, a infografia digital considerada inovadora sobrevive nos formatos *longform* autónomos que marcam presença nos jornais que desde o início os adotaram, integrando cada vez mais as narrativas de reportagem multimédia, onde o leitor-visualizador-utilizador passou a fruidor, num conceito mais abrangente de *slow journalism* ou num espaço intermédio que o transporta para os formatos mais recentes do *storytelling* jornalístico.

Referências bibliográficas

- Bastos, H. (2015). *Origens e evolução do Ciberjornalismo em Portugal: Os primeiros vinte anos (1995–2015)*. Edições Afrontamento.
- Cádima, F. R. (2020). A Memória e a Era Digital. *Media & Jornalismo*, 20(36), 193–206. https://doi.org/10.14195/2183-5462_36_10
- Cairo, A. (2008). *Infografia 2.0: visualización interactiva de información en prensa*. Editora Alamut.
- Cardoso, C. (2010). *Tendências e Potencialidades da Infografia Multimédia em Portugal* [Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/71405>
- Danziger, M. (2008). *Information visualization for the people* [Master's thesis, Massachusetts Institute of Technology]. M.I.T. theses. <http://hdl.handle.net/1721.1/43199>
- Fidalgo, A. (2015). *A Relevância atual da Infografia nos jornais Público e The Times* [Relatório de Estágio de Mestrado, Instituto Politécnico de Tomar]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/13635>

- Folha Online (2002, novembro 22). Internet funcionou bem durante ataques de 11 de setembro. *Folha Online*. <https://www1.folha.uol.com.br/folha/reuters/ult112u24825.shtml>
- Koepnick, L. (2004). Photographs and Memories. *South Central Review*, 21(1), 94–129. <https://doi.org/10.1353/scr.2004.0009>
- Kohnstamm, T. (2016). *Show, don't tell. Alberto Cairo, Power BI & the rise of data journalism*. Microsoft Story Labs. <https://news.microsoft.com/stories/data/>
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2014). *A Cultura Mundo: Resposta a uma Sociedade Desorientada*. Edições 70.
- Mas, F. (2011). 11-S Así Fue Improvisar, arriesgar... Inventar. *elmundo.es*. <https://www.elmundo.es/especiales/internacional/2011/11-S/asi-fue/la-noticia/index.html>
- Público (2001, outubro 15). Noventa e nove milhões de americanos utilizaram Internet em setembro. *Público online*. <https://www.publico.pt/2001/10/15/portugal/noticia/noventa-e-nove-milhoes-de-americanos-utilizaram-internet-em-setembro-45093>
- Ribas, B. (2004). *Infografía Multimedia: um modelo narrativo para o webjornalismo*. Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line da FACOM-UFBA. https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004_ribas_infografia_multimedia.pdf
- Ribeiro, S. (2008). *Infografia de Imprensa: História e análise ibérica comparada*. MinervaCoimbra.
- Rocha, J. (2003, maio 12). Ramón Salaverría: Com o 11 de setembro, a Internet chegou à maioridade. *Público*. <https://www.publico.pt/2003/05/12/jornal/com-o-11-de-setembro-a-informacao-da-internet-chegou-a-maioridade-201120>
- Sapo (2002, setembro 11). 11 de setembro: a Internet e as Tecnologias um ano depois. *Sapo Tek*. <https://tek.sapo.pt/noticias/negocios/artigos/11-de-setembro-a-internet-e-as-tecnologias-um-ano-depois>

Nota biográfica

Assunção Gonçalves Duarte é designer e escritora de conteúdos freelancer. Está a fazer o doutoramento em Medias Digitais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O seu projeto de investigação está associado ao INOVA Media Lab e é sobre o tema “GIFs animados no jornalismo online: impacto nas narrativas visuais do jornalismo e na cultura participativa”.

ORCID ID: 0000-0002-8231-3945

Morada institucional: ICNOVA. Avenida de Berna, 26-C / 1069-061 Lisboa, Portugal

How to cite:

Duarte, A. G., J. (2021). Infografia digital: O género jornalístico que emergiu do trauma para pre-nunciar o rumo de uma nova cultura visual mediática. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 135–160. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_7

Submetido | Received: 2021.02.10

Aceite | Accepted: 2021.09.01

O acesso aos jornais históricos: Considerações sobre o desenvolvimento de coleções digitalizadas

Access to historical newspapers: Considerations on the development of digitised collections

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_8

Olívia Pestana

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória - CITCEM

opestana@letras.up.pt

Resumo

A utilização de recursos eletrónicos no desenvolvimento de processos de investigação que envolvam a recolha de dados a partir de jornais históricos tem-se desenvolvido de uma forma crescente, sendo de realçar a digitalização dos jornais. O conhecimento das necessidades informacionais dos investigadores e a utilização de um abrangente conjunto de funcionalidades técnicas contribuem para o melhoramento da conceção de bases de dados de jornais digitalizados e das suas formas de pesquisa. O presente artigo pretende explorar algumas questões determinantes no desenvolvimento e utilização de coleções digitalizadas de jornais históricos, ou seja, abordar aspetos fundamentais como os que se relacionam com as práticas de pesquisa e utilização das coleções, as limitações técnicas decorrentes da digitalização e, ainda, as funcionalidades das interfaces do utilizador e as modalidades de pesquisa que as bases de dados podem oferecer.

Palavras-chave

jornais históricos; jornais digitalizados; interfaces do utilizador; modalidades de pesquisa

Abstract

The use of electronic resources for developing research processes involving the collection of data from historical newspapers has been increasingly developed. In this context, the digitisation of newspapers is of particular relevance. Knowledge of researchers' information needs and the use of a comprehensive set of technical features contribute to improving the design of digitised newspaper databases and their search options. This paper aims to explore some key issues in the development and use of digitised collections of historical newspapers, in other words, it addresses fundamental aspects such as those related to the search practices and use of the collections, technical limitations arising from digitisation, functionalities of user interfaces, and also search modalities that databases can exhibit.

Keywords

historical newspapers; digitised newspapers; user interfaces; search options

Introdução

A utilização de recursos eletrônicos no desenvolvimento de processos de investigação que envolvam a recolha de dados a partir de jornais históricos tem vindo a tornar-se uma necessidade. É de realçar a facilidade de acesso à informação viabilizada pela digitalização de jornais históricos, realizada por organizações públicas ou privadas em todo o mundo, particularmente na última década (Gooding, 2016b, p. 1; Mussell, 2012, p. 28). A digitalização permite ultrapassar as vicissitudes decorrentes da difícil localização dos jornais e respetivas coleções completas, a distância relativamente a acervos físicos e a dificuldade em consultar exemplares em precário estado de conservação.

Efetivamente, e conforme reconhecido por Late e Kumpulainen (2021), a digitalização tem influenciado o trabalho dos historiadores em pelo menos duas formas: por um lado, a maioria das coleções exhibe disponibilidade omnipresente, ou seja, os investigadores podem utilizá-las a partir dos seus próprios dispositivos eletrônicos de trabalho, sem quaisquer impedimentos geográficos ou temporais; por outro lado, muitas interfaces de plataformas eletrônicas que servem de acesso a coleções de jornais digitalizados oferecem a possibilidade do uso de outras tecnologias que exploram novos caminhos na interpretação dos textos (Brake, 2012, p. 222–223).

Os modernos instrumentos técnicos de análise de conteúdo aplicáveis aos estudos de texto promoveram a utilização do texto digitalizado, pois, através do recurso a avançadas técnicas de pesquisa e análise do conteúdo, permitem uma análise automatizada ou semi-automatizada de largos volumes de textos, até recentemente impraticável. Esta possibilidade viabiliza a obtenção de resultados diferentes de uma análise manual e perspectivam conclusões que de outro modo não seriam atingíveis.

A utilização de jornais digitalizados revela alguns problemas daí decorrentes, nomeadamente as alterações da leitura integral dos jornais que ilustram opções editoriais e conexão entre notícias, o que ainda pode ser efetuado, mas a possibilidade de pesquisa ao nível da notícia vem trazer novas observações ao longo do texto e pode favorecer uma menor atenção à análise global de cada página e/ou edição. Por outro lado, a leitura decorrente da ordenação cronológica também fica comprometida com o fomento da pesquisa e acesso aos textos das notícias (Hansen e Paul, 2015, pp. 7–8). Estas questões resultam da aplicação das técnicas de pesquisa que se implantaram e desenvolveram com os motores de busca da internet, bem como com as práticas de pesquisa de artigos científicos em bases de dados de literatura científica, em especial de artigos de publicações periódicas (Mussell, 2012, p. 59). Para apoiar o processo de pesquisa de informação, os mais diversos sistemas de informação têm sido desafiados a disponibilizar mecanismos para o acesso, apresentação e exploração de informação, bem como a mostrar estas representações para facilitar a interpretação e ainda a apoiar a extração e manuseio de informação a partir das mais diversas representações do conhecimento (Marchionini, 1995, pp. 140–141).

A cada vez mais frequente prática de pesquisa em linha, o recurso a pontos de acesso normalizados, ou seja, recorrendo a princípios estabelecidos uniformemente de âmbito internacional, são de especial relevância, mas a sua aplicação é desconhecida do investigador em geral, estando o seu uso entregue a bibliotecários ou a estudantes e investigadores devidamente capacitados. Nos pontos de acesso cruciais

à pesquisa em jornais históricos, encontram-se os que se baseiam em sistemas de organização do conhecimento e de gestão de entidades, como *thesauri*, classificações, taxonomias, e, ainda, autoridades de nome (Hitchcock, 2013).

É neste contexto que o presente artigo pretende explorar algumas questões determinantes no desenvolvimento e utilização de coleções digitalizadas de jornais históricos, ou seja, abordar aspetos fundamentais como os que se relacionam com as práticas de pesquisa e utilização das coleções, as limitações técnicas decorrentes da digitalização e os critérios, e propriedades técnicas a considerar.

A utilização das coleções de jornais históricos digitalizados

O desenvolvimento dos processos de digitalização de jornais históricos, bem como o desenho das bases de dados que disponibilizam a pesquisa e o acesso a esses jornais, será verdadeiramente efetivo se corresponder às necessidades informacionais dos investigadores e às suas práticas de interação com as diversas plataformas digitais. É também importante identificar as práticas anteriormente existentes num contexto menos eletrónico, pois, como refere Brake (2012, p. 222), a maioria dos historiadores tem consultado o conteúdo dos jornais em busca de outros tópicos, mas um conjunto de investigadores pesquisou o próprio meio, o que requer o acesso à navegação e consulta dos jornais digitalizados ao nível da página e/ou do número completo, considerando, aqui, o conceito de navegação como uma aproximação ao “folhear” das páginas impressas. E é neste âmbito que se pode encontrar muito do trabalho de digitalização realizado, ou seja, apenas para disponibilizar páginas completas e fac-símiles, pelo que se justifica, neste ponto, relembrar os tipos de navegação identificados por alguns autores (Marchionini, 1995, p. 100 e ss.; Large et al., 2001, p. 181–182), a saber:

- navegação direta ou específica, ou seja, sistemática e direcionada para um determinado objetivo,
- navegação semi-direta e preditiva, que tem um alvo menos definido e é executada de forma menos sistemática,
- navegação indireta ou geral, a qual não tem um objetivo determinado.

Não há muitos estudos dedicados ao conhecimento da forma como os investigadores, sejam historiadores ou de outras áreas científicas, utilizam as coleções de jornais históricos. No entanto, os trabalhos de alguns autores permitem-nos compreender como os utilizadores de determinadas comunidades académicas o executam, podendo encontrar-se algumas diferenças entre utilizadores de diferentes comunidades.

Allen e Sieczkiewicz (2010) levaram a cabo um estudo com vista ao conhecimento das práticas de pesquisa e utilização de jornais históricos, independentemente do formato, ou seja, incluindo jornais em papel e jornais digitalizados. Este estudo teve como método de recolha de dados o recurso a entrevistas, pelo que é realçada a profundidade dos dados recolhidos e consequente caracterização das práticas dos entrevistados, neste caso todos os historiadores norte-americanos. Como resultado do estudo, os autores concluíram que os jornais históricos eram utilizados, sobre-

tudo, para a verificação de factos (nomes, datas e locais) e para a recolha de dados sobre temas mais amplos, como, por exemplo, eleições. Os entrevistados também relataram a utilização de jornais para preencher lacunas na investigação e corroborar a informação de outras fontes. Quando à utilização de bases de dados de jornais digitalizados, os entrevistados apresentaram uma tendência para a navegação em oposição à pesquisa, ou seja, para a procura semelhante à praticada em jornais em suporte papel através da análise integral dos jornais. Quando pesquisam, interpretando-se pesquisa como a construção e inserção de *queries* de pesquisa, estes investigadores utilizam preferencialmente tópicos, datas ou nomes de pessoa.

O comportamento informacional dos utilizadores da base de dados Welsh Newspapers Online (WNO)¹ foi estudado por Gooding (2016a) através da recolha de dados webométricos e posterior análise recorrendo a ferramentas analíticas da Google. A coleção WNO compreende 15 milhões de artigos de jornais digitalizados com datas que se situam entre 1804 e 1919. O autor concluiu que os utilizadores consultam primordialmente a página de título mais do que qualquer outra parte dos jornais e que, provavelmente, isto é um reflexo do modo como o significado formal da página de rosto foi reforçado pela interface de navegação, pois os utilizadores que acedem a jornais através da navegação, por exemplo, serão levados por omissão para a página de título. No entanto, neste mesmo estudo, o autor verifica que é significativo o facto de os utilizadores não dedicarem a mesma atenção às restantes páginas, aparentemente por confiarem na tecnologia em vez de procederem a uma navegação manual dos jornais. Gooding (2016a) vai mais longe e afirma que a dependência de ferramentas de filtragem automatizada é inevitável num recurso de grande escala e na pesquisa num largo volume de jornais. O facto de os utilizadores não navegarem através de edições sequenciais não sugere uma diminuição do interesse, até porque se está a assistir a um tipo de comportamento que combina pesquisa, navegação e leitura numa plataforma web.

Num estudo mais recente, Chardonnens et al. (2018) recorreram a ferramentas analíticas da web para analisar o conteúdo das pesquisas dos utilizadores na plataforma de jornais históricos em linha da Biblioteca Real da Bélgica. A BelgicaPress² disponibiliza o acesso a 112 jornais de 1814 a 1970, em francês, alemão e neerlandês, num total de cerca de 3,7 milhões de páginas. Os autores concluíram que é frequente a pesquisa por nomes de pessoa e por lugares. Esta afirmação vem ao encontro do identificado no estudo de Allen e Sieczkiewicz (2010), refletindo a necessidade de os utilizadores terem acesso a instrumentos de pesquisa adequados às suas práticas de investigação.

Bogaard et al. (2018), por seu lado, analisaram os *logs* de pesquisa combinados com registos de metadados descritivos do conteúdo da coleção de jornais históricos da Biblioteca Nacional da Holanda³, utilizando estes metadados para criar subconjuntos nos *logs* correspondentes a diferentes partes da coleção. Os documentos da coleção analisada têm registos bibliográficos com os seguintes metadados: identificador de documento, data de publicação, tipo de artigo, título do jornal, local de publicação, fonte (a localização física do documento original) e zona de distribuição, a qual pode ter a

¹ Disponível em: <https://newspapers.library.wales/home/>

² Disponível em: <https://www.belgicapress.be/>

³ Disponível em: <https://www.delpher.nl/>

identificação de “local”, “nacional”, de uma das antigas colónias holandesas ou, ainda, “desconhecido”. Esta coleção inclui 1.500 títulos de jornais com datas que se situam entre 1618 e 1995, podendo recuperar-se jornais completos, páginas de jornais ou artigos individuais, considerando, neste caso, quatro tipos: artigos noticiosos, anúncios publicitários, anúncios (relativos à família, tais como anúncios de nascimento, casamento ou morte) e imagens. Os autores deste estudo concluíram que os utilizadores pesquisam por *queries* curtas, maioritariamente compostas por dois termos, recorrem pouco aos operadores booleanos e reordenam frequentemente os resultados por data.

Através do recente trabalho das autoras Late e Kumpulainen (2021) é possível perceber de que modo os utilizadores desenvolvem a pesquisa e interação com as plataformas digitais de jornais históricos disponibilizadas pela Biblioteca Nacional da Finlândia. O objetivo do trabalho foi o de estudar qualitativamente as interações dos investigadores de história no âmbito dos jornais finlandeses digitalizados e a sua utilização como fontes primárias de investigação – ou seja, como fontes de dados de investigação que forneçam testemunhos em primeira mão ou evidência diretamente relacionados com o tema da investigação histórica que desenvolvem. A Biblioteca Nacional da Finlândia possui jornais históricos digitalizados publicados na Finlândia entre 1771 e 1929, disponíveis tanto para cidadãos como para académicos. Trata-se de uma coleção com aproximadamente 7,4 milhões de páginas de jornais, nas línguas finlandesa, sueca e russa⁴. Uma das conclusões mais relevantes deste estudo reside no facto de ter sido identificada uma mudança na forma como os investigadores passaram a trabalhar a partir do uso de coleções digitais: a tradição de investigação baseada em trabalho individual está a transformar-se no sentido de processos mais colaborativos. Com o trabalho frequentemente desenvolvido por equipas de investigação multidisciplinares, surge a necessidade de um maior conhecimento de como a colaboração multidisciplinar se poderá desenvolver com base no recurso às tecnologias da informação para a investigação histórica. O estudo de Late e Kumpulainen (2021) destaca-se pelo detalhe da descrição das pesquisas desenvolvidas pelos entrevistados. As autoras verificaram que alguns tópicos não eram passíveis de pesquisa por palavra-chave e para procurá-los os investigadores recorreram à navegação pelos jornais, página a página, método que utilizam por não confiarem totalmente no reconhecimento ótico de caracteres (OCR). Trata-se de um aspeto relevante e será novamente abordado, mais à frente no presente artigo.

Estas conclusões merecem uma reflexão, pois evidenciam a necessidade de desenho das bases de dados de jornais digitalizados com recurso à pesquisa assistida por sistemas de organização do conhecimento, no sentido de fornecer ao utilizador a terminologia mais adequada.

Potencialidades e limitações da digitalização dos jornais

As vantagens da digitalização de jornais históricos são irrefutáveis, particularmente por viabilizarem, a muitos utilizadores em simultâneo, o acesso a fontes que de outra forma estaria comprometido. Apesar de existirem bases de dados que re-

⁴ Disponível em: <https://digi.kansalliskirjasto.fi/>

querem pagamento de uma subscrição para permitirem o acesso de investigadores e leitores em geral (Popik, 2004), existem cada vez mais projetos de digitalização de jornais históricos que permitem o acesso livre, como os exemplos apresentados no ponto anterior, ou, ainda, como o caso do projeto BC [British Columbia] Historical Newspapers⁵ ou do *Chronicling America*⁶. Estes projetos constituem recursos que, como afirma Mussell (2012, p. 58) oferecem uma solução técnica para os problemas bibliográficos e metodológicos colocados pelas publicações impressas. A digitalização pode reunir séries fragmentadas e distribuídas por diversas bibliotecas e arquivos no seu espaço digital.

O aumento dos projetos de acesso livre ou comerciais contribui para o aperfeiçoamento tecnológico de reconhecimento ótico de caracteres e expande as possibilidades de mais projetos poderem ser desenvolvidos a menores custos. Por exemplo, o OCR permite a pesquisa no texto de cada notícia digitalizada e de cada página. Para além do acesso ao texto completo e da pesquisa baseada em palavras-chave, as funções típicas incluem, ainda, a disponibilização de metadados, a navegação e a filtragem dos resultados. As interfaces mais avançadas oferecem, também, a funcionalidade de enriquecimento do conteúdo, como a correção pós-OCR, e ações de conectividade, como, por exemplo, as ligações a outros repositórios (Late e Kumpulainen, 2021).

Apesar de toda a evolução ocorrida neste âmbito, persistem, ainda, algumas críticas aos resultados da digitalização. Kettunen et al., (2014), Kettunen e Pääkkönen, (2016) e, ainda, Jarlbrink e Snickars (2017) identificaram, em algumas bases de dados, erros na digitalização por OCR que comprometiam a leitura das notícias e conduziam a textos que nunca tinham sido redigidos. Järvelin et al. (2016) apontam dois problemas significativos na transferência de recursos impressos para digitalizados. Enquanto a leitura por OCR pode atualmente alcançar mais de 99% de precisão no reconhecimento de caracteres de imagens de alta qualidade de documentos originais como os livros, no caso dos jornais históricos a precisão pode ser muito inferior. Os autores indicam, ainda, que a qualidade do OCR depende do ambiente e do estado de conservação dos documentos originais, ou seja, a qualidade da impressão e do papel. Os tipos de letra utilizados nos originais e a complexidade do *layout* também afetam a exatidão do resultado, pelo que, geralmente, quanto mais antigo for o jornal, menor será a taxa de exatidão. É, no entanto, possível encontrar projetos de aperfeiçoamento de deteção do *layout* recorrendo a componentes de OCR em acesso aberto, para manter um baixo custo do processo de digitalização (Liebl e Burghardt, 2020). O segundo problema identificado por Järvelin et al. (2016) diz respeito à mudança histórica nas línguas: os textos digitalizados são escritos na língua da época da impressão. Este aspeto apenas é ultrapassado quando está disponível uma correspondência terminológica, o que requer mais recursos e investimento na digitalização e disponibilização para consulta de uma coleção digitalizada. A correção dos erros de OCR também é reconhecidamente um processo moroso, por envolver um

⁵ O BC [British Columbia] Historical Newspapers disponibiliza as versões digitalizadas de jornais dessa província canadiana com datas compreendidas entre 1865 e 1994. Está disponível em: <https://open.library.ubc.ca/collections/bcnewspapers/>

⁶ O *Chronicling America* permite o acesso e pesquisa em jornais dos Estados Unidos relativos a um período temporal que se situa entre 1777 e 1963. Está disponível em: <https://chroniclingamerica.loc.gov/>

trabalho manual na obtenção de melhores resultados, como identificaram Strange et al. (2014) num estudo em que atingiram 98% de precisão com a introdução de correção manual pós-OCR.

Observando todos estes aspetos, e citando Mussell (2012, p. 31), pode concluir-se que:

A forma como muitos destes recursos são construídos pressupõe que o que os utilizadores querem são artigos sobre algo, e este 'algo' é redutível à informação verbal na página. A utilização de transcrições textuais privilegia o que muda de artigo para artigo — a informação linguística — ignorando, ao mesmo tempo, as características formais que estabelecem os limites desta variação. São estas características formais, repetidas em cada fascículo, que situam os artigos dentro de fascículos, tiragens, publicações e cultura impressa de forma mais ampla⁷.

Interfaces do utilizador, metadados descritivos e controlo de autoridades

O desenho das interfaces digitais de jornais históricos tem experimentado alguma evolução, após uma fase inicial em que as características essenciais se centravam na disponibilização de imagens e em rudimentares opções de pesquisa (Pfnzelter et al., 2021).

Ehrmann et al. (2019) desenvolveram uma análise de 24 interfaces do utilizador de jornais históricos digitalizados com origem australiana, europeia e norte-americana. Para levarem a cabo a análise, os autores deste estudo desenvolveram uma lista de características das interfaces do utilizador, distribuídas por categorias gerais e correspondentes propriedades.

Os autores identificaram quatro gerações de interfaces: a primeira centrada principalmente na disponibilização de conteúdos em linha, a segunda na interação avançada do utilizador com o conteúdo, a terceira no enriquecimento automático através do processamento de linguagem natural e a quarta na personalização dos serviços e maior transparência relativamente à composição do corpus e exploração visual, estando esta última geração ainda em desenvolvimento em projetos de investigação. No conjunto de interfaces analisadas, os autores verificaram que muitas das propriedades presentes na lista elaborada aparecem em menos de metade das interfaces. As características mais presentes incluem metadados dos jornais, modalidades de pesquisa, filtragem de resultados e visualização do conteúdo dos jornais (por exemplo, fac-símile ou vista geral dos fascículos disponíveis), enquanto as menos utilizadas englobam o enriquecimento semântico, a conectividade (por exemplo, ligação a outros repositórios), a informação sobre a digitalização e as APIs (Interfaces de Programação de Aplicações). Os resultados deste estudo demonstram, portanto, que ainda há espaço para mais desenvolvimento em torno das plataformas que disponibilizam jornais históricos digitalizados.

Mais recentemente, Pfnzelter et al. (2021), partindo da análise de três estudos anteriores, concluíram que, até agora, a utilização das interfaces dos jornais é complexa e, de algum modo, restritiva, devido a fatores como a qualidade da leitura por OCR, a imperfeição das imagens e a presença de metadados incorretos, bem como devido

⁷ Tradução da autora

à ausência de funcionalidades para análise e visualização. As ferramentas existentes que não estão integradas nas interfaces carecem frequentemente de transparência, de facilidade de utilização e da possibilidade de processar grandes corpora de dados.

Pela sua exaustividade, o conjunto de propriedades identificado por Ehrman et al. (2019), no estudo acima referido, pode servir de base para a especificação de requisitos subjacente ao desenvolvimento de bases de dados de acesso e pesquisa em jornais históricos digitalizados. Algumas das propriedades exigem um maior esclarecimento, sobretudo quanto à identificação dos metadados descritivos e de controlo de autoridades, pelo que, no presente artigo, se desenvolveu a sua adaptação, apresentada no Quadro 1. Esta adaptação considerou a revisão do vocabulário usado por aqueles autores à luz dos princípios utilizados na descrição bibliográfica normalizada e na organização do conhecimento, tradicionalmente realizadas no contexto biblioteconómico e, atualmente, aplicadas em diversos contextos. Ou seja, procedeu-se à aplicação da terminologia veiculada na norma internacional de descrição bibliográfica editada pela IFLA⁸, bem como na terminologia presente nas normas editadas pela ISO relativamente ao desenvolvimento de thesauri e interoperabilidade com outros vocabulários (IFLA, 2011; ISO, 2011; ISO, 2013). Estas normas divulgam os princípios gerais da determinação dos pontos de acesso por autor, título e assunto, devendo ser complementadas, por exemplo, com a consulta a dados de autoridade de nome, disponíveis no VIAF⁹.

Para desenvolver o quadro 1, também se procedeu à fusão entre algumas categorias e à revisão de algumas propriedades que se podem considerar de relevância secundária, em função das práticas de utilização dos jornais históricos já abordadas no presente artigo, bem como de propriedades identificadas nas observações de Pfanzer et al. (2021).

O conjunto de propriedades a considerar no desenvolvimento de uma coleção digitalizada distribui-se, então, por seis categorias, a saber:

- Informação sobre a interface e documentação sobre a digitalização e conectividade dos conteúdos – propriedades que identificam e caracterizam a interface e conferem maior transparência quanto às funcionalidades técnicas;
- Informação sobre a coleção e metadados dos jornais – propriedades que ilustram a caracterização geral da coleção, bem como dos jornais e seus conteúdos;
- Navegação, opções de pesquisa e filtragem dos resultados – propriedades essenciais à navegação entre os jornais e suas páginas e funcionalidades de pesquisa que permitem recuperar os artigos e os jornais pelos mais diversos pontos de acesso, bem como reformular a estratégia de pesquisa;
- Visualização e ordenação dos resultados da pesquisa – propriedades que indicam a distribuição dos resultados da pesquisa e a sua (re)ordenação;
- Visualização do conteúdo dos jornais – propriedades que apontam para as variadas opções de visualização do conteúdo dos jornais e das notícias fruto da navegação ou dos resultados da pesquisa efetuada;

⁸ Acrónimo de International Federation of Library Associations and Institutions

⁹ Acrónimo de Virtual International Authority File, disponível em: <http://viaf.org/>

– Área reservada e interação dos utilizadores – propriedades que auxiliam o utilizador no uso, conservação e manuseio dos resultados da sua pesquisa.

Na tabela seguinte, visualiza-se, deste modo, um conjunto de categorias diretamente relacionadas com a especificidade do tipo de material em causa e tipo de conteúdo, ou seja, os jornais históricos e os seus artigos, e categorias mais relacionadas com as funcionalidades técnicas das estruturas das bases de dados.

Quadro 1. Critérios e propriedades a implementar no desenvolvimento ou avaliação de coleções de jornais históricos digitalizados

Categorias	Propriedades
<p>Informação sobre a interface e documentação sobre a digitalização e conectividade dos conteúdos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • URL • Área alvo • Finalidade e alcance • Criador da interface • Data da criação • Línguas da interface • Modelo de acesso • Fornecedor da interface • Documentação sobre a disposição a nível do artigo • Documentação sobre envios e falhas • Pontuação de relevância do resultado da pesquisa • Data de digitalização ao nível dos títulos • Resolução da digitalização (em dpi) • Informação sobre as ferramentas de OCR utilizadas • Aviso de direitos de autor • Documentação sobre os métodos da digitalização • Identificadores de terceiros (por exemplo, VIAF) • Ligações a outros repositórios • Tecnologias da web semântica • Ligação ao código fonte da interface • APIs IIF
<p>Informação sobre a coleção e metadados dos jornais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Número total de títulos de jornais • Número total de fascículos • Número total de páginas • Número total de artigos • Indicação da edição digitalizada original • Novos títulos continuamente adicionados • Línguas dos jornais • Títulos próprios, títulos alternativos, títulos relacionados, títulos anteriores, títulos subsequentes dos jornais • Local de publicação • Cobertura geográfica • Editora • Intervalo de datas • Periodicidade • ISSN • Descrição do jornal (contexto) • Idioma • Vista de calendário dos fascículos • Indicação do detentor do arquivo/biblioteca • Tema do jornal (representação através de descritores dos vocabulários controlados) • Tema do artigo (representação através de descritores dos vocabulários controlados) • Entidades: nome de pessoa, nome de coletividade, nome de família • Tipo de conteúdo (anúncio, artigo, ilustração)

<p>Navegação, opções de pesquisa e filtragem dos resultados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Navegação por data • Navegação por título • Navegação por local de publicação • Navegação por tema do jornal (ligação aos metadados) • Navegação por tema do artigo (ligação aos metadados) • Pesquisa básica por palavra-chave • Preenchimento automático • Operadores booleanos (AND, OR, NOT) • Pesquisa de frases • Pesquisa por truncatura • Pesquisa por operadores de proximidade • Limite de intervalo de datas • Limite por língua • Limite por título de jornal • Limite por local de publicação • Limite por tema do jornal • Limite por tema do artigo • Pesquisa por entidades: nome de pessoa, nome de coletividade, nome de família • Pesquisa por nome de lugar • Limite por segmentos / zonas dos jornais • Limite por tipo de conteúdo (anúncio, artigo, ilustração) • Limite por comprimento do artigo • Limite por detentor do arquivo / biblioteca • Limite por licença / acessibilidade • Limite por frequência de publicação • Limite por data de disponibilização online • Sugestão de pesquisa
<p>Visualização e ordenação dos resultados da pesquisa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Visualização da distribuição ao longo do tempo (cronológica e em períodos temporais) • Visualização da distribuição por local de publicação • Visualização da distribuição por tema do jornal • Visualização da distribuição por tema do artigo • Destaque de palavras-chave em fac-símiles • Destaque de palavras-chave no texto lido por OCR • Ordenação por relevância • Ordenação por data • Ordenação por título de jornal • Ordenação por título de artigo • Ordenação por tipo de conteúdo (anúncio, artigo, ilustração) • Ordenação por data de publicação online • Ordenação por língua • Ordenação por popularidade (número de visualizações)
<p>Visualização do conteúdo dos jornais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização do fac-símile • Visualização de texto lido por OCR • Visualização da largura/altura total real da página • Disponibilização da miniatura interactiva da página • Visão geral dos fascículos disponíveis • Pesquisa na página visualizada • Opção de continuar para a página seguinte • Opção de continuar para o resultado seguinte

Área reservada e interação dos utilizadores	<ul style="list-style-type: none"> • Guardar artigos numa pasta pessoal • Guardar as estratégias de pesquisa numa pasta pessoal • Manter um registo dos materiais visualizados • Ligação permanente do jornal • Exportação da referência bibliográfica • Opção para corrigir OCR • Possibilidade de adicionar/editar metadados • Ferramenta de captura de ecrã • Opções de descarga (formatos de ficheiro) • Possibilidade de organizar artigos em coleções pessoais • Correção pós-OCR • Reutilização de texto • Recomendações
---	--

Fonte: elaboração da autora (adaptado de Ehrmann et al., 2019, e de Pfanzer et al., 2021)

Da observação da tabela, pode-se, então, compreender que é vasto o conjunto de propriedades, sendo que, principalmente em algumas categorias, como: Informação sobre a coleção e metadados dos jornais, Visualização do conteúdo dos jornais e Área reservada e interação dos utilizadores, possa haver no futuro a introdução de mais propriedades no seguimento da evolução tecnológica, quer quanto aos procedimentos de digitalização, quer relativamente às possibilidades de hiperligação a fontes externas de dados.

O quadro apresentado poderá, por outro lado, servir de lista de verificação para uma avaliação de plataformas e bases de dados de disponibilização de jornais históricos digitalizados, individuais ou coleções. A atualização das categorias e correspondentes propriedades deve realizar-se periodicamente, dado que a evolução tecnológica e o aparecimento de mais aplicações de análise de texto que, no atual momento, se encontram ainda em desenvolvimento, podem contribuir para alterações significativas, sobretudo, no que respeita à pesquisa e análise de conteúdo.

Conclusão

Neste artigo apresentou-se um conjunto de estudos sobre o comportamento informacional dos utilizadores de determinadas comunidades académicas, no sentido de se evidenciar as preferências desses utilizadores no uso dos jornais históricos digitalizados e nas práticas de pesquisa. Após uma breve análise das potencialidades e limitações da digitalização dos jornais, abordou-se, ainda, as interfaces do utilizador e identificou-se, a partir de estudos anteriores, um conjunto de características, distribuídas por categorias e propriedades, essenciais ao desenvolvimento e avaliação de plataformas e bases de dados de disponibilização de jornais históricos digitalizados.

O desenvolvimento técnico das bases de dados e a apresentação de um completo conjunto de funcionalidades dependerá, sempre, do investimento possível de alcançar e dos recursos que estes processos de digitalização de materiais impressos exigem. Sobretudo, se o que está em causa é o acesso livre por parte dos utilizadores, ou seja, sem necessidade de, quer os investigadores, quer as suas instituições de origem, subscreverem o acesso às bases de dados.

Dos estudos existentes sobre o comportamento informacional dos utilizadores, bem como dos trabalhos publicados mais recentemente sobre o desenvolvimento e análise das interfaces do utilizador, sobressai a necessidade de um maior investi-

mento na disponibilização de meios automatizados que assistam os investigadores na pesquisa e acesso aos jornais históricos digitalizados e que lhes permitam, pela facilidade no uso e pela transparência dos resultados decorrentes das aplicações tecnológicas, desenvolver novos métodos de investigação e encontrar novas interpretações para os seus objetos de estudo. Deste modo, será relevante acompanhar a evolução dos estudos experimentais em curso sobre, por exemplo, o processamento de linguagem natural aplicado aos jornais históricos, o reconhecimento automático de entidades através de ligação a ficheiros de autoridade ou as aplicações para análise de sentimento.

A finalizar, sublinha-se a necessidade de se prosseguir com o estudo do comportamento informacional de utilizadores de jornais históricos digitalizados, sobretudo em diferentes comunidades, académicas e não académicas, para se possa compreender as alterações aos padrões de investigação e a consolidação das práticas de pesquisa. É, pois, o conhecimento aprofundado das necessidades informacionais dos utilizadores que permitirá fundamentar a exploração de mais funcionalidades técnicas dos recursos em análise neste artigo e contribuir para a definição das melhores práticas de agregação e disponibilização de jornais históricos digitalizados.

Referências Bibliográficas

- Allen, R. B., & Sieczkiewicz, R. (2010). How historians use historical newspapers. *Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*, 47(1), 1–4. <https://doi.org/10.1002/meet.14504701131>
- Bogaard, T., Hollink, L., Wielemaker, J., Van Ossenbruggen, J., & Hardman, L. (2019). Metadata categorization for identifying search patterns in a digital library. *Journal of Documentation*, 75(2), 270–286. <https://doi.org/10.1108/JD-06-2018-0087>
- Brake, L. (2012). Half Full and Half Empty. *Journal of Victorian Culture*, 17(2), 222–229. <http://dx.doi.org/10.1080/13555502.2012.683149>
- Chardonens, A., Rizza, E., Coeckelbergs, M., & van Hooland, S. (2018). Mining user queries with information extraction methods and linked data. *Journal of Documentation*, 74(5), 936–950. <https://doi.org/10.1108/JD-09-2017-0133>
- Ehrmann, M., Bunout, E., & Düring, M. (2019). Historical newspaper user interfaces: a review. *IFLA WLIC 2019 - Athens, Greece - Libraries: Dialogue for Change*. <http://library.ifla.org/id/eprint/2578/1/085-ehrmann-en.pdf>
- Gooding, P. (2016a). Exploring the information behaviour of users of Welsh Newspapers Online through web log analysis. *Journal of Documentation*, 72(2), 232–246. <https://doi.org/10.1108/JD-10-2014-0149>
- Gooding, P. (2016b). *Historic Newspapers in the Digital Age: Search All about it!* Routledge.
- IFLA (2011). *ISBD International Standard Bibliographic Description – Consolidated edition*. De Gruyter Saur. <https://repository.ifla.org/handle/123456789/786>
- International Organization for Standardization. (2011). *Information and documentation – The-sauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval*

- (ISO Standard No. 25964-1:2011). <https://www.iso.org/standard/53657.html>
- International Organization for Standardization. (2013). *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 2: Interoperability with other vocabularies* (ISO Standard No. 25964-2:2013). <https://www.iso.org/standard/53658.html>
- Hansen, K. A., & Paul, N. (2015). *News Archive Chaos: A Case Study* [Paper present]. IFLA News Media and Audiovisual and Multimedia Sections' Conference. https://www.ifla.org/files/assets/newspapers/Sweden_2015/6_-_hansen_and_paul_ifla_2015_news_archive_chaos.pdf
- Hitchcock, T. (2013). Confronting the Digital Or How Academic History Writing Lost the Plot. *Cultural and Social History*, 10(1), 9-23. <https://doi.org/10.2752/147800413X13515292098070>
- Jarbrink J., & Snickars, P. (2017). Cultural Heritage as Digital Noise: Nineteenth Century Newspapers in the Digital Archive. *Journal of Documentation*, 73(6), 1228-43. <https://doi.org/10.1108/JD-09-2016-0106>
- Järvelin, A., Keskustalo, H., Sormunen, E., Saastamoinen, M., & Kettunen, K. (2016). Information retrieval from historical newspaper collections in highly inflectional languages: A query expansion approach. *Journal of the Association for Information Science & Technology*, 67(12), 2928-2946. <https://doi.org/10.1002/asi.23379>
- Kettunen, K., Honkela, T., Lindén, K., Kauppinen, P., Pääkkönen, T., & Kervinen, J. (2014). *Analyzing and improving the quality of a historical news collection using language technology and statistical machine learning methods*. IFLA 80th World Library and Information Congress Proceedings. <http://hdl.handle.net/10138/136269>
- Kettunen, K., & Pääkkönen, T. (2016). Measuring lexical quality of a historical Finnish newspaper collection – analysis of garbled OCR data with basic language technology tools and means. *Proceedings of the Tenth International Conference on Language Resources and Evaluation* (pp. 956-961). <https://www.aclweb.org/anthology/L16-1152.pdf>
- Late, E., & Kumpulainen, S. (2021). Interacting with digitised historical newspapers: understanding the use of digital surrogates as primary sources. *Journal of Documentation*, vol. ahead-of-print. No. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/JD-04-2021-0078>
- Large, A., Tedd, L., & Hartley, R.J. (2001). *Information seeking in the online age: principles and practice*. K.G. Saur.
- Liebl, B., & Burghardt, M. (2020). *From Historical Newspapers to Machine-Readable Data: The Origami OCR Pipeline* [Conference presentation]. CHR 2020: Workshop on Computational Humanities Research. <http://ceur-ws.org/Vol-2723/long20.pdf>
- Marchionini, G. (1995). *Information Seeking in Electronic Environments*. Cambridge University Press.
- Mussell, J. (2012). *The Nineteenth-Century Press in the Digital Age*. Palgrave Macmillan.
- Pfanzelter, E., Oberbichler, S., Marjanen, J., Langlais, P., & Hechl, S. (2021). Digital interfaces of historical newspapers: opportunities, restrictions and recommendations. *Journal of Data Mining & Digital Humanities*, In press, HistInformatics. hal-02480654v5 <https://doi.org/10.46298/jdmdh.6121>
- Popik, B. (2004). Digital Historic Newspapers: A Review of Powerful New Research Tools. *Journal of English Linguistics*, 32(2), 114-123. <https://doi.org/10.1177/0075424204265818>
- Strange, C., Wodak, J., & Wood, I. (2014). Mining for the Meanings of a Murder: The Impact of OCR Quality on the Use of Digitized Historical Newspapers. *Digital Humanities Quarterly*, 8(1). <http://www.digitalhumanities.org/dhq/vol/8/1/000168/000168.html>

Nota biográfica

Olívia Pestana é Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

ORCID ID: 0000-0002-5485-3143

Ciência ID: A319-7793-ACB0

Scopus ID: 56926787100

Morada institucional: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n - 4150-564 Porto, Portugal

How to cite:

Pestana, O. (2021). O acesso aos jornais históricos: Considerações sobre o desenvolvimento de coleções digitalizadas. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 162–174. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_8

Submetido | Received: 2021.03.17

Aceite | Accepted: 2021.05.20

Leituras do jornalismo impresso no romance *Ano da Morte de Ricardo Reis* de José Saramago

Readings of print journalism in the novel *The Year of the Death of Ricardo Reis* by José Saramago

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_9

José Cândido Oliveira Martins

Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais – CEFH
cmartins@ucp.pt

Resumo

A obra do escritor José Saramago alimenta-se fecundamente do jornalismo, sobretudo da imprensa escrita. Disso é exemplo eloquente o romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, em que o protagonista lê quotidiana e obsessivamente a imprensa. Recriando o contexto histórico do Portugal de 1936, a composição romanesca saramaguiana demonstra como até uma imprensa manipulada e possível, por acção controladora da censura e da conseqüente falta de liberdade, é um espelho ou repositório informativo de uma época, sobretudo no ano crucial da propaganda do regime do Estado Novo, ao celebrar o X aniversário da Revolução de 1926.

Palavras-chave

imprensa; jornalismo; censura; romance; José Saramago

Abstract

The work of the writer José Saramago is richly nourished by journalism, especially the written press. An eloquent example of this is the novel *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, in which the protagonist reads the press daily and obsessively. Recreating the historical context of Portugal in 1936, Saramago's novel demonstrates how even a manipulated and possible press, through the controlled action of censorship and the consequent lack of freedom, is a mirror or repository of information of a time, especially in the crucial year of the propaganda of the Estado Novo regime, celebrating the tenth anniversary of the Revolution of 1926.

Keywords

press; journalism; censorship; novel; José Saramago

1. Jornalismo impresso no Portugal de 1936

À imagem de outros romances seus, a construção discursiva de *O Ano da Morte de Ricardo Reis* (1.ª ed., 1984), de José Saramago, apresenta-se densamente intertextual,

com algumas particularidades interessantes a esse nível. Nessa rede de textos com grande função semântica que compõem a sua rica tessitura textual (cf. Camarero, 2008), a par dos múltiplos textos literários e artísticos citados, destacam-se, claramente, os textos jornalísticos. Com efeito, na dinâmica interdiscursiva e intercultural que anima esta tessitura romanesca, os jornais são amplamente convocados como imagem histórica e cultural de uma época, a par de outros textos, como os discursos de protagonistas políticos, também eles parcialmente reproduzidos através dos ecos que tiveram na imprensa.

De facto, no afã de conhecer uma parcela do passado, como ignorar as narrativas da imprensa quando se pretende *representar* uma determinada época histórica, tomando assim o jornalismo impresso enquanto reflexo desse tempo, sob a forma de discurso histórico singular? Afinal de contas, do ponto de vista cognitivo ou gnoseológico, o passado chega-nos sempre através de textos, aparece-nos através de uma “acessibilidade textualizada”, bem como as implicações decorrentes da sua formulação discursiva, ao nível das estratégias retóricas e compositivas (Hutcheon, 1991, pp. 152, 167 e 168).

No quadro delineado, a par de outras formas de captação do passado (memórias, relatos vários, documentos de arquivos, manuais escolares, etc.), a imprensa escrita é, inquestionavelmente, uma das grandes *fontes* textuais privilegiadas (arquivo vivo) para esse acesso, entre outras vozes e textos que captaram e interpretaram esse passado como continuada *construção verbal*¹. Como sabemos, no entanto, e Saramago não o podia ignorar (desde logo por ter sido jornalista), não há representações neutras ou assépticas do passado, sem posturas interpretativas ou implicações ideológicas (cf. White, 1984). Partindo deste pressuposto essencial à poética ficcional pós-moderna, a escrita romanesca contemporânea, como nesta obra exemplar de Saramago, opera uma interpretação de interpretações prévias, num jogo textual complexo, assumidamente metatextual.

A questão de investigação que aqui nos move — lugar e significado da leitura da imprensa jornalística no romance saramaguiano — pode comportar vários desdobramentos possíveis, dentro do mesmo tópico central: que jornais lê Ricardo Reis para se inteirar da atualidade portuguesa e europeia? Por que lê Ricardo Reis a imprensa quotidianamente? Com que atitude crítica concretiza a leitura desses jornais diários? Por outras palavras, para José Saramago, afinal como pode e deve ser lida uma imprensa controlada pela censura? Enfim, como é feito o retrato geral da imprensa jornalística da época?

Em termos metodológicos, para responder à questão axial sugerida no título — significados do uso da imprensa numa criação romanesca —, sem pretensões de exaustividade, mas antes partindo de uma amostragem significativa, procederemos

¹ Como nos recorda Linda Hutcheon (1991, p. 173), há uma diversidade de materiais ou de fontes da metaficção historiográfica e o seu trabalho de interminável *re-visão* da História: “Tudo — desde os quadrinhos e os contos de fadas até aos almanaques e aos jornais — fornece intertextos culturalmente importantes para a metaficção historiográfica. (...) Uma das principais é a forma dos diversos meios de comunicação, por cujo intermédio se ressalta o conceito da disparidade entre «notícias» e «realidade» ou «verdade»”. Mesmo os textos da imprensa apresentam as suas *versões* linguísticas e organizadas da realidade coeva, versões tantas vezes condicionadas e contaminadas por ideologias dominantes.

neste estudo do seguinte modo: i) faremos um levantamento das passagens romanescas expressivas que contêm referências expressas à imprensa da época, sobretudo nacional; ii) verificaremos o lugar dos hábitos de leitura da imprensa escrita a partir do comportamento das personagens; iii) comentaremos o uso de citações ou de referências a textos da imprensa no âmbito da mundividência crítica da voz narrativa; iv) analisaremos a tipologia de citações e de referências, consoante a sua postura ideológica face ao regime político (diferenças de posicionamento dos vários jornais); v) por fim, avaliaremos como as abundantes citações e referências à imprensa se mostram relevantes para a composição do texto romanesco, à luz do propósito de revisitação de um momento específico da História do Portugal contemporâneo.

Neste intuito delimitado, não aqui é nosso propósito a análise detalhada, a nível micro-textual, do complexo processo citacional implicado, mais concretamente, a verificação de como são escolhidas e enxertadas múltiplas citações de notícias jornalísticas no texto romanesco saramaguiano, como já foi devidamente analisado por outros investigadores (Beijo, 2011). O labirinto textual desta criação romanesca de Saramago proporciona múltiplas abordagens, como enunciado, no sentido de analisarmos o modo como o jornalismo é colocado ao serviço da *representação* e transfiguração da História recente (cf. Silva, 1989, p. 103 e ss.; Roani, 2003).

A referida operação pré-textual, ao nível genético da composição romanesca saramaguiana, depois objeto de cuidada seleção e de justificada incorporação literária, partiu do trabalho de recolha de notícias por José Saramago, a partir da consulta de vários jornais de final de 1935 e sobretudo de 1936, numa ampla estratégia de reconstrução epocal, não prescindindo assim do registo noticioso da imprensa da época, como *efeito de real* ou de ancoragem factual. Face ao sugerido, na ficção portuguesa moderna e contemporânea, a obra literária de Saramago e, em particular, o romance *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, é, seguramente, uma das criações literárias atuais onde o jornalismo impresso tem maior representação e consequentes leituras críticas (cf. Alves, 2016).

Compreensivelmente, os jornais preenchem o quotidiano e dominam o espaço público da época, sem ignorar o menor papel da rádio, pelo que, obedecendo aos elementares princípios da verosimilhança — a “factualidade da ficção” (Seixo, 1999, p. 83)—, se justifica o interesse pela imprensa escrita por parte de um homem culto como Ricardo Reis, recém-regressado do Brasil e após muitos anos fora de Portugal: “(...) se houvesse por aí uns jornais de hoje, questão de me pôr em dia com a pátria enquanto não adormeço”. Ainda cansado da viagem, acabado de chegar a Lisboa, Reis não prescinde da leitura da imprensa, para se “pôr em dia com a pátria”, levando para o quarto de hotel vários “jornais cor de cinza, baços” (Saramago, 2016, p. 27). A leitura da imprensa diária era um traço definidor do cronótopo desta época social e cultural, nomeadamente quando se pensa em espaços públicos como cafés, restaurantes, hotéis, esplanadas ou praças — os jornais faziam parte integrante dessa paisagem urbana e dos hábitos dos cidadãos.

Em sequência próxima, numa das suas primeiras deambulações por Lisboa, “Quando choveu recolheu-se a um café, leu os jornais da tarde” (Saramago, 2016, p. 78). Sobretudo no hotel ou mais tarde na casa alugada no Alto de Santa Catarina, Reis tem o hábito quotidiano da leitura de jornais, que o acompanham naturalmente todos os seus dias, desde logo à hora das refeições: “(...) Confortavelmente reclinado

no encosto do banco, de perna traçada, sentindo o leve ardor do sol nas pálpebras semicerradas, Ricardo Reis recebe no Alto de Santa Catarina as notícias do vasto mundo, acumula conhecimento e ciência” (Saramago, 2016, p. 309) — sejam notícias estrangeiras, sobre Mussolini (invasão da Etiópia); sejam sobre Portugal: um cortejo corporativo de trabalhadores do Norte, entre tantos outros temas noticiosos. Essa diversidade de notícias logo suscita o comentário irónico do sempre interventivo narrador (cf. Saramago, 2016, p. 310). Reis não deixa de, generosamente, partilhar os jornais lidos com os velhos reformados que passam os seus dias defronte da sua casa.

Consabidamente, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* recria ficcionalmente os últimos meses de vida de Ricardo Reis, regressado do Brasil, a pretexto da homenagem a Fernando Pessoa, falecido a 30 de novembro de 1935. Aliás, a imprensa portuguesa da época noticiou com relativo destaque o falecimento do poeta Fernando António Nogueira Pessoa, tal como citado em breves excertos no romance, nas sequências narrativas iniciais, não sem algumas considerações irónicas da voz narrativa, face ao modo diferenciado, incompleto ou repetido como foi noticiado esse óbito singular.

Por outras palavras, na sequência do afirmado, ler jornais era a forma mais natural de saber das coisas do mundo: “Vai Ricardo Reis aos jornais, vai aonde sempre terá de ir quem das coisas do mundo passado quiser saber” (Saramago, 2016, p. 36), lê-se quando Reis acaba de se instalar no Hotel Bragança. O mesmo é dizer — passe o lugar-comum —, lia-se a imprensa para ler o mundo; ler os jornais era condição *sine qua non* para se estar informado, de acordo com o *ethos* jornalístico valorizador dos factos, fazendo indiscutível fé na *verdade* do trabalho de informação jornalística.

Deste modo, como sugerido, era indispensável recorrer aos jornais para saber da inesperada morte de um poeta que pertencia a um círculo limitado do meio literário português de então, embora a voz narrativa não resista a um brevíssimo confronto de várias fontes noticiosas: “Causou dolorosa impressão nos círculos intelectuais a morte inesperada de Fernando Pessoa, o poeta do Orfeu (...). Não diz mais este jornal, outro diz doutra maneira o mesmo”. E a voz narrativa opera a citação: “Fernando Pessoa, o poeta extraordinário da *Mensagem*, poema de exaltação nacionalista, dos mais belos que se têm escrito, foi ontem a enterrar (...) pronto, já cá faltava o erro, a desatenção, o escrever por ouvir dizer, quando muito bem sabemos, nós, que Ricardo Reis é, sim, este homem que está lendo o jornal (Saramago, 2016, p. 36).

Desde logo, como sugerido, na composição romanesca de Saramago, os jornais (sobretudo portugueses) ocupam um lugar relevante a vários níveis, e por razões mais ou menos consabidas. Primeiro, a nível pré-textual, as notícias constituíram uma fonte de informação histórico-referencial para o romancista evocar um variado conjunto de referências, sobre factos, figuras, discursos e ambientes. Sabemos por informação paratextual, como o romancista se deu ao trabalho de consultar a imprensa da época (de finais de 1935 e sobretudo de 1936); e, complementarmente, de anotar seletiva e cronologicamente essas informações numa agenda manuscrita, em jeito de *background* para a trama romanesca que iria construir. Aliás, podemos ter acesso a esses materiais pré-textuais, depositados na Biblioteca Nacional e acessíveis hoje através da BND, explorando assim o seu importante significado para compreensão da génese deste processo de escrita.

Em segundo lugar, embora sem panegíricos acrílicos, a imprensa é perspectivada como a ímpar *crónica do presente*, biblioteca viva do passar dos dias, tornando-se

uma fonte ou repositório excecional para se fazer a reconstituição de uma época, na pluralidade de vozes e de olhares sobre os mesmos eventos. Além disso, pormenor biográfico não despreciando, nós sabemos do trabalho jornalístico que José Saramago desenvolveu durante anos, o que terá deixado marcas para a vida do escritor. E por tudo isto, e por outras razões mais tarde aduzidas, não espanta que poucos romances da ficção portuguesa possam ombrear com este livro de José Saramago no que respeita à omnipresença dos jornais em grande parte dos seus 19 capítulos, constituindo mesmo uma malha densa de notícias, carregada de significados na poética do romance.

Convém lembrar que, no Portugal recriado ficcionalmente (1936), estávamos numa época da chamada *cultura intervalar* — na expressão de Fidelino de Figueiredo (1944) —, a finalizar o período entre as duas Guerras, em que se discutia amplamente o lugar e o papel do intelectual na vida pública. À exceção da telefonia (cf. Saramago, 2016, p. 116), os *media* eram representados principalmente pelos jornais diários de Lisboa e do Porto. Graças aos estudos de alguns investigadores (cf. França, 2010, p. 254–269), podemos saber quais eram então, fundamentalmente, os 6 matutinos e os 2 vespertinos, maioritariamente sediados em Lisboa: *Diário de Notícias*, *O Século*, *Novidades*, *Diário da Manhã*, *República*, *Diário de Lisboa*, *Jornal do Comércio e das Colónias*; a que se somam o *Jornal de Notícias* e *O Comércio do Porto*, sediados no Porto. E deste *corpus*, já de si algo restrito, as mais frequentes notícias incorporadas na narrativa saramaguiana pertencem a um número restrito de jornais.

Como seria de esperar, até pelas considerações reflexivas da voz narrativa, sabemos quais as posições desses jornais face ao regime do Estado Novo. Assim, ora temos os jornais da situação — desde o *Diário da Manhã*, órgão oficial da *União Nacional* e, por conseguinte, voz oficiosa do governo; até ao *Novidades*, diário católico e conservador; ora os jornais anti-situação, de orientação mais republicana e liberal, como o *Diário de Lisboa* (de Joaquim Manso), tendo como colaboradores nomes tão diversos como João de Barros ou Almada Negreiros. Há jornalistas cujo labor de escrita vai além dos jornais, colando-se ao regime vigente. No Hotel Bragança, Reis recebe uma sugestão de leitura por parte do pai de Marcenda, de um livro muito formativo — *Conspiração* —, “um livro útil, de leitura fácil, e que pode abrir os olhos a muita gente (...) escreveu-o um jornalista patriota, nacionalista, um Tomé Vieira” (Saramago, 2016, p. 156).

Em todo o caso, a alguns destes órgãos da imprensa diária generalista, a escrita romanesca de Saramago ainda adiciona outros títulos, como o semanário humorístico *O Sempre Fixe*, com o caricaturista Stuart Carvalhais. A que se acrescenta, secundariamente, um outro título da imprensa estrangeira, como o francês *Le Jour*, por exemplo. Deste modo, em Portugal de 1936, e com alguns matizes, no ano X da Revolução de 1926, estes e outros jornais da “imprensa possível” dividiam-se em dois campos: de um lado, os jornais patriotas e nacionalistas, defensores do Estado Novo; e, do outro, os jornais mais críticos, os anti-situacionistas. Ainda que indirectamente, cada órgão de informação posicionava-se face à situação vigente, nomeadamente nesse ano de 1936, em que a ativa máquina de propaganda de António Ferro promovia os eventos desse aniversário muito caro à reafirmação político-ideológica do Estado Novo.

Neste equilíbrio nem sempre fácil, e com a legislação vigente em matéria de liberdade de imprensa, uns títulos corriam bem mais perigos do que outros, como facilmente se adivinha. Com todas as condicionantes referidas, em Lisboa e no Portugal

de 1936, a imprensa jornalística ocupava um lugar central no muito controlado espaço público português. As notícias de Portugal e do mundo chegavam sobretudo pelos jornais diários. E essa rotina da leitura dos jornais ou das gazetas começava então com o trabalho de distribuição, feito desde logo pelos ardinhas com os seus populares pregões: “Agora só falta a gazeta, mas até essa cá virá ter. Está Ricardo Reis no quarto, ouve o pregão do ardina, Olha o *Século*, olha o *Notícias*, abre rapidamente a janela, e aí vem o jornal pelos ares (...)” (Saramago, 2016, pp. 281–282).

Numa palavra, o recurso à imprensa da época dá-nos o quotidiano da vida lisboeta, de 1935–36, no seu enquadramento português e europeu. Os jornais informam sobre a vida política e social da época, desde os grandes acontecimentos como a atuação política de Francisco Franco, Benito Mussolini, Adolf Hitler e Oliveira Salazar (cf. Medina, 2000); bem como sobre a realização de eventos diversos, como o desenvolvimento da Guerra Civil espanhola ou a passagem por Lisboa de um dirigível alemão. Pelo menos aparentemente, a imprensa espelha a vida quotidiana; e ao nível da opinião pública, expressa certa “voz corrente” (Saramago, 2016, p. 173) do que se dizia às claras, exceto o que se falava em surdina e a medo, num país dominado pelo “mau tempo”.

Ora isto mesmo indicia o que a voz narrativa de Saramago pretende expressar: a imprensa da época tem de ser lida muito criticamente — uns jornais informavam o que era possível; outros, os que lhes mandavam dizer. Deste modo, como veremos, há que ler com grande reserva e distanciamento a verdade ou verdades veiculadas pela imprensa de 1936. Porém, até nessa constatação se pode enfatizar a tese de que não é possível ou recomendável fazer a História do contemporâneo ignorando a imprensa.

2. O *flâneur* Ricardo Reis e a leitura das gazetas

Depois de um relance panorâmico de natureza mais sociológica, política e cultural sobre a imprensa portuguesa em 1936, cabe um olhar mais estético e narrativo. Para além do afirmado antes, as notícias dos jornais contribuem também, decisivamente, para a *verosimilhança* do universo narrativo, num jogo que a arte da ficção decidiu construir: estes factos aconteceram assim, como a imprensa noticiou; e se os jornais noticiaram, esses eventos ocorreram, independentemente das leituras diversas que suscitaram. Esse efeito de verdade é reforçado sempre que a imprensa fala de acontecimentos e figuras histórico-referenciais. Do ponto de vista discursivo e mesmo argumentativo pode-se afirmar que a imprensa constitui um argumento de autoridade (*auctoritas*).

Deste modo, a imprensa constitui uma das estratégias para caucionar a verdade da história ficcional. Isto remete-nos para um trabalho de seleção, adaptação e inclusão de excertos de notícias no tecido da matéria narrada. Como se citou antes, para saber das “coisas do mundo”, ou o “que do mundo resta”, tinha de se ir obrigatoriamente aos jornais; mas logo na mesma passagem se acrescentava, de seguida, o elemento decisivo da criação literária — “o outro resto é parte de *invenção*” (Saramago, 2016, p. 36, *itálico nosso*), isto é, o poder transformador da arte da ficção. Partindo do discurso jornalístico e histórico, a escrita romanesca opera uma *metaficção historiográfica* (cf. Hutcheon, 1991), na medida em que se propõe reler interpretativamente o passado.

Assim, os reinterpretados relatos da imprensa estão ao serviço de técnicas de representação ficcional, no sentido de reescrever esse passado, revelando aspetos suben-

tendidos e lacunas, mas também manipulações ou silêncios, nunca sendo inocente ou desprovido de significado todo o processo de seleção e valorização de determinadas notícias, em detrimento de outras. Mesmo os excertos inseridos dos discursos políticos do Presidente do Conselho ou de outros governantes (através da técnica da citação, por exemplo) na trama narrativa, já antes passaram pelo filtro noticioso dos jornais.

O termo é crucial (*invenção*), pois nesta elaboração do universo ficcional deparamo-nos com uma enredada construção textual em que o discurso jornalístico foi assimilado e integrado no discurso literário, num processo de densa *intertextualidade* não-literária. Através de técnicas diversas — citação, referência, montagem, etc. —, deparamo-nos com uma variada “gramática” citacional, em que o discurso jornalístico integra uma pluralidade sinfónica de vozes (dialogismo), sob a forma de tecido textual complexo. À imagem de um anúncio caracterizado no texto, também este universo romanesco assim criado, com os textos da imprensa, em registo de *polifonia textual* (Reyes, 1994), se apresenta como “um labirinto, um novelo, uma teia” (Saramago, 2016: 98). Tem como macro objectivo revisitar o passado e proporcionar uma *re-visão* da História, num momento muito particular da sua evolução, desnudando assim algumas das narrativas propagandísticas do regime de então.

Médico e poeta, homem culto, *flâneur* que se passeia aleatoriamente pelo espaço urbano de Lisboa, sobrevoando a realidade sem se comprometer com quase nada, Ricardo Reis tem a necessidade e a rotina de ler diariamente os jornais, mesmo sabendo que o trabalho jornalístico dessa imprensa era controlado pela atuante máquina da censura, tal como já estudado historicamente (Franco, 1993; Gomes, 2006). Apesar de tudo, a imprensa era a forma básica de saber notícias de Portugal e do mundo, pelo que não estranha a cena simbólica em que as gazetas do dia surgem a acompanhar o quotidiano pequeno-almoço: “Olhe, Ricardo, como nós estávamos a falar de jornais, chegou-me a curiosidade de saber as últimas notícias, será uma maneira de acabarmos o serão, Há cinco meses que você nada sabe do mundo, muita coisa não vai perceber (...)” (Saramago, 2016, p. 329)

Ler a imprensa ao iniciar o dia, para estar a par da informação quotidiana. Só que este mesmo Ricardo Reis, mau grado o consumo de notícias, não dá o passo esperado — tomar uma posição político-ideológica, comprometer-se publicamente, agir em lugar de continuar o *espectador* passivo de sempre. Muito menos mostra uma aguda consciência crítica e cívica do vasto processo de censura imposto à imprensa nesse período (cf. Garcia et al., 2017), tirando daí Reis alguma ilação pragmática ou um discurso mais crítico sobre a liberdade de imprensa, suspensa por longo período (cf. Sousa, 1984).

O mesmo acontece em outras passagens similares da rotina do protagonista — “ler no jornal da manhã, ao café com leite, a notícia (...)” (Saramago, 2016, p. 56). Insiste-se assim que a leitura dos jornais era imprescindível para o conhecimento do “mundo em geral” (função essencialmente informativa); ocasionalmente, e com algum cómico à mistura, um jornal também poderia servir para afastar companhias incómodas, como o gerente do hotel, Salvador: “(...) mas Ricardo Reis já tinha aberto um dos jornais, passara todo aquele dia em ignorância do que acontecera no mundo, não que por inclinação fosse leitor assíduo, pelo contrário, fatigavam-no as páginas grandes e as prosas derramadas (...) o jornal, por falar do mundo em geral” (Saramago, 2016, p. 55)².

² Com alguma dose de ironia, a voz narrativa ainda acrescenta outra função pragmática da leitura dos jornais — a de proporcionarem tema de conversa entre as pessoas: “(...) para isso é

O estratagema romanesco é simples, mas nem por isso menos eficaz: há momentos em que a voz narrativa se remete para a sombra, porque a cena é eloquente — Reis lê a imprensa matutina para o fantasmático Pessoa, que, tendo falecido há alguns meses, mantém algum interesse na atualidade informativa; e, sobretudo, demonstra agudo sentido crítico, sob a forma de ironia cínica, muito mais do que o neutro Ricardo Reis:

Ricardo Reis bebeu meia chávena, depois abriu um dos jornais, perguntou, Você sabia que o Hitler fez anos, quarenta e sete, Não acho que a notícia seja importante, Porque não é alemão, se o fosse seria menos desdenhoso, E que mais, Diz aqui que passou revista a trinta e três mil soldados, num ambiente de veneração quase religiosa, palavras textuais, se quer fazer uma ideia ouça só esta passagem do discurso que Goebbels fez na ocasião, Leia lá, Quando Hitler fala é como se a abóbada de um templo se fechasse sobre a cabeça do povo alemão, Caramba, muito poético (Saramago, 2016, p. 330).

Das múltiplas cenas em que Ricardo Reis nos é descrito a ler jornais, decorrem alguns traços caracterizadores do protagonista, como referido: ele lê a imprensa para estar informado, como é expectável num intelectual; ao mesmo tempo, esta atividade de leitura preenche o tempo livre de um homem ocioso, destituído de um projeto de vida — lê para ocupar o tempo. Como se isto não fosse pouco, Reis lê essa imprensa de uma forma genericamente passiva e acrítica, aliás, de acordo com a sua filosofia de vida, enquanto sereno *espectador do mundo*, fiel ao perfil que do heterónimo traçou Fernando Pessoa (cf. epígrafe inicial do romance).

No passar monótono dos dias, nomeadamente quando procura no jornalismo uma informação concreta, há momentos em que o protagonista se sente enfasiado de ler os jornais, num misto de cansaço e de melancolia — “Já desespera, folheia desanimadamente os jornais, que tudo lhe dizem menos o que quer” (Saramago, 2016, p. 235). A formulação não está isenta de ambiguidade: o fastio ou desespero de Reis deve-se ao facto de esperar um noticiário de índole mais cultural e/ou menos propagandística? Mesmo não o afirmando expressamente, desejava uma informação mais isenta de manipulações?

Em todo o caso, não se pode falar numa apatia total do protagonista, pois, como intelectual atento — mas politicamente inativo —, há situações em que o narcísico Ricardo Reis indicia, com algum cinismo, estar a par do que a imprensa noticia sobre a política portuguesa e o modo questionável como o faz. Quando um seu interlocutor, entusiasmado adepto da política de restauração e de fomento de obras públicas, lhe lança uma questão condicionada, de rasgado elogio da notável política de obras públicas do Estado Novo, o médico-poeta responde-lhe, ambigualmente, que apenas vai lendo o que os jornais publicam, o que é também uma forma irónica e ambígua de, definitivamente, não se comprometer e, desse modo, de não entrar num debate político:

Não há comparação possível entre o Portugal que deixou ao partir para o Rio de Janeiro, e o Portugal que veio encontrar agora, bem sei que voltou há pouco tempo,

que os jornais servem, guardam-se umas tantas notícias na memória para alimento das conversas, fazem-no os velhos do Alto de Santa Catarina, fazem-no Ricardo Reis e Lídia, à falta de um silêncio que fosse melhor que as palavras” (Saramago, 2016, p. 387).

mas, se tem andado por aí, a olhar com olhos de ver, é impossível que não se tenha apercebido das grandes transformações, o aumento da riqueza nacional, a disciplina, a doutrina coerente e patriótica, o respeito das outras nações pela pátria lusitana, sua gesta, sua secular história e seu império, Não tenho visto muito, respondeu Ricardo Reis, mas estou a par do que os jornais dizem. Ah, claro, os jornais, devem ser lidos, mas não chega, é preciso ver com os próprios olhos, as estradas, os portos, as escolas, as obras públicas em geral. (Saramago, 2016, p. 155)

De facto, se a informação jornalística é ostensivamente condicionada pela conhecida falta de liberdade de imprensa, como o próprio Reis bem sabe, a sua resposta revela-se eloquentemente irónica, num círculo vicioso: a política do Estado Novo é louvável porque os jornais o dizem... E os jornais destacam quotidianamente a ação e obras do regime, porque o crivo da censura os condiciona a tal versão da realidade.

Com este nível de controlo e de manipulação, podiam os jornais transmitir a *verdade* do que se passava na sociedade portuguesa, exprimir o perfil coletivo dos portugueses? Esse era também um propósito de Ricardo Reis: “Minuciosamente, lia os jornais para encontrar guias, fios, traços de um desenho, feições de rosto português, não para delinear um retrato do país” (Saramago, 2016, p. 96). Porque, enquanto homem inteligente, sabia que esse “retrato” seria evidentemente falseado, desde logo no propagandeado apoio unânime dos portugueses ao regime.

Por outras palavras, confirma-se o padrão segundo o qual, na ausência de uma imprensa livre, não é possível ver nos jornais a verdade dos acontecimentos, mas antes a *verdade* única que o regime impõe como tal, sem espaço para qualquer contraditório ou outro tipo de pronunciamento crítico. Esta evidência levanta a questão axial — com tais condicionamentos, são os jornais dignos de que tipo de crédito? O tópico tem tanta pertinência que surge numa das conversas entre Reis e Pessoa, como veremos adiante.

3. Vozes narrativas e críticas: re-visão da História

Contrariando a postura de quase neutralidade de Ricardo Reis — ou seja, em permanente contraponto crítico e mesmo cínico com a atitude apática do médico-poeta, reitera-se, que persiste na sua postura de *espectador* passivo do mundo, na sua congénita ataraxia (cf. Martins, 2020) —, cabe ostensivamente à voz narrativa comentar, refletir e condenar, assertivamente, a situação política portuguesa, a começar pela decretada censura que se abatia sobre a imprensa, espelho da falta de liberdades, de expressão e de imprensa, situação que já vinha de trás (cf. Baptista & Sousa, 2020, p. 161–178 e 79–203).

Além disso, corretivamente, a narrativa saramaguiana também incorpora acontecimentos históricos de que a imprensa da época não falou (ou não pode noticiar), o que se revela muito significativo também — há ausências ou silêncios eloquentes. Nesse sentido, podem os jornais não espelhar a realidade em toda a sua complexidade, pelo que se impõe uma ponderação crítica, no sentido de uma necessária re-visão da História. Afinal de contas, dadas as circunstâncias muito singulares de funcionamento da liberdade de imprensa, constata-se que afinal há mais mundo do que aquele que a imprensa relata, tantas vezes de forma condicionada ou mesmo distorcida.

De facto, não sendo a única voz crítica, são múltiplas as ocasiões em que o narrador saramaguiano aproveita para, de modo muito interventivo, dizer o que pensa sobre este Portugal cinzento e amordaçado de 1935–36. Um dos primeiros alvos da frontal investida do narrador é justamente a vigência da censura, fruto do condicionamento da Lei de Imprensa vigente na época, na sequência de legislação publicada em abril de 1933 — a imprensa estava coagida a satisfazer o famoso artigo 20.º da recente *Constituição da República* (de 1933), estipulando que “leis especiais regulariam o exercício da liberdade de expressão, do pensamento, do ensino, de reunião e de associação” (citado em França, 2010, p. 266). O próprio Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, declara em 1935, ser “inconcebível a liberdade de imprensa” (citado em França, 2010, p. 266). Regulamentando esta área, o decreto-lei de 1933 exarava que a censura “tem por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a Verdade, a Justiça e a Moral, a boa administração e o bem comum e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade” (citado em França, 2010, pp. 266–267).

Recorde-se, aliás, que 1936 viu também nascer a *União Nacional* e a *Mocidade Portuguesa*, organizações relevantes do Estado Novo, na sua rede capilar a nível da nação; ao mesmo tempo que se cria a *Colónia Penal do Tarrafal*, em Cabo Verde, ilha de Santiago, em abril desse ano, à imagem dos campos de concentração. Iguamente nesta altura é criada legislação sobre a imposição do “livro único”. Também já tinha sido criada a *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado* (PVDE), futura PIDE. Estavam assim lançados alguns dos grandes pilares do regime ditatorial do Estado Novo.

Em 28 de maio de 1936, tem lugar em Braga a celebração festiva do X Aniversário da Revolução (ou do golpe, consoante a visão dos factos) de 28 de maio de 1926, em que o Dr. Salazar enuncia as “grandes certezas da Revolução Nacional”, com os seus valores basilares (Deus, Pátria, Família, Trabalho), absolutamente necessários a uma renovada era de restauração e de engrandecimento de Portugal — tudo pela Nação, nada contra a Nação (cf. Rodrigues, 2019, p. 20 e ss.)³. Neste clima, assiste-se a um agravamento do existente regime de censura prévia, com mais consequências para os jornais diários.

É neste contexto que devemos re-ler várias passagens da obra saramaguiana, onde a voz narrativa endereça ataques a um regime político que tenta branquear a realidade através de uma imprensa controlada pelos “zelosos olhares” dos censores, frequentemente militares na reserva. Tudo o que não transmite uma imagem positiva do regime é riscado pelo atento lápis da censura, para que não exista nesta narrativa jornalística do quotidiano:

Lesse o governo com atenção suficiente os jornais sobre os quais todas as manhãs, tardes e madrugadas mandou passar zelosos olhares, peneirando outros con-

³ Do conhecido discurso do Presidente do Conselho, acentuando a ideia de *restauração nacional*, face à anarquia do passado: “Às almas dilaceradas pela dúvida e pelo negativismo, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos *Deus* e a virtude; não discutimos a *Pátria* e a sua História; não discutimos a *Autoridade* e o seu prestígio; não discutimos a *Família* e a sua moral; não discutimos a glória do *Trabalho* e o seu dever” (citado em França, 2010, p. 72, itálico nosso). As comemorações do X Aniversário da Revolução prolongaram-se por outras cidades, culminando em Lisboa com a exposição documental “Dez anos de Revolução Nacional”. Acrescente-se ainda o filme de António Lopes Ribeiro, *A Revolução de Maio* (1937), tendo António Ferro participado no argumento, também ele convocado para a ficção saramaguiana.

selhos e opiniões, e veria quão fácil é resolver o problema da fome portuguesa, tanto a aguda como a crónica (...). / Diz-se, dizem-no os jornais, quer por sua própria convicção, sem recado mandado, quer porque alguém lhes guiou a mão, se não foi suficiente sugerir e insinuar, escrevem os jornais, em estilo de tetralogia, que, sobre a derrocada dos grandes Estados, o português, o nosso, afirmará a sua extraordinária força e a inteligência refletida dos homens que o dirigem. (Saramago, 2016, p. 307, 93).

Curiosamente, ou não, o discurso saramaguiano não usa o termo e conceito de “censura”; mas é a essa realidade — omnipresente e com evidentes consequências a vários níveis — que se refere em múltiplas passagens do romance, mesmo quando se particulariza a imprensa estrangeira que, também ela “comprada” ou condicionada ideologicamente (também pelo atuante braço da propaganda do regime), traça um retrato panegírico do regime português. Nesses casos, mais uma vez, funcionaria o reforçado argumento de autoridade — se a imprensa estrangeira o diz, é porque é verdade: “A situação do país merece à imprensa estrangeira referências entusiásticas, cita-se a nossa política financeira como modelo (...) por todo o país continuam as obras de fomento que empregam milhares de operários, dia a dia os jornais inserem diplomas governativos no sentido de debelar a crise (...)” (Saramago, 2016, p. 162). E logo em passo seguinte, com manifesta ironia:

os grandes periódicos de fama internacional enviam até nós os seus redatores categorizados a fim de colher elementos para conhecer o segredo da nossa vitória, o chefe do governo é, enfim, arrancado à sua pertinaz humildade, ao seu recolhimento de rebelde a reclames, e projetado em colunas de reportagem, através do mundo, a sua figura atinge as culminâncias, e as suas doutrinas transformam-se em apostolados. (Saramago, 2016, p. 162).

Casos há em que a reflexão sobre o estado da controlada imprensa portuguesa surge através de outras vozes, num saudável confronto polifónico, umas vozes mais favoráveis ao regime, outras mais críticas, sejam os frequentadores do Hotel Bragança, sejam mesmo Fernando Pessoa e Ricardo Reis, num dos seus vários diálogos, desnudando-se uma vez mais o processo de “encomenda” de artigos, plantados nessa referida imprensa estrangeira:

Tal qual, mas, voltando ao Salazar, quem diz muito bem dele é a imprensa estrangeira, Ora, são artigos encomendados pela propaganda, pagos com o dinheiro do contribuinte, lembro-me de ouvir dizer, Mas olhe que a imprensa de cá também se derrete em louvações, pega-se num jornal e fica-se logo a saber que este povo português é o mais próspero e feliz da terra (...). (Saramago, 2016, p. 328)

Em outra passagem, desmonta-se, jocosa e criticamente, a atitude da imprensa portuguesa fortemente condicionada pela Censura e orquestrada pela máquina propagandística do regime. Esta imprensa diz, genericamente, o que o Poder quer que ela diga — no caso, a glorificação mitológica do líder e Presidente do Conselho, o sábio professor coimbrão e esperado salvador da Pátria, com o seu competente e indiscutível ministério governamental. Como seria de esperar, pela mão da eficaz

propaganda de António Ferro — o secretariado da Propaganda Nacional (SPN) fora criado em 1933 —, a venerada iconologia de Salazar também atravessa fronteiras, como comprovado pela imprensa estrangeira, o que “confere” maior *auctoritas*, no registo crítico e cínico da voz narrativa (“Tem toda a razão o autor do artigo”):

Dizem também os jornais, de cá, que uma grande parte do país tem colhido os melhores e mais abundantes frutos de uma administração e ordem pública modelares, e se tal declaração for tomada como vitupério, uma vez que se trata de elogio em boca própria, leia-se aquele jornal de Genebra, Suíça, que longamente discorre e em francês, o que maior autoridade lhe confere, sobre o ditador de Portugal, já sobredito, chamando-nos de afortunadíssimos por termos no poder um sábio. (Saramago, 2016, p. 94)

Por vezes, Reis recebe sugestões de leitura, que por si denunciam uma relação entre estratos sociais e temas de interesse⁴ — é o caso da notícia de um crime passionai na Mouraria, desmentindo também o estereótipo do país de brandos costumes:

(...) Uma cena de sangue, senhor doutor, aquilo é uma gente de mil diabos, não querem saber da vida, por dá cá aquela palha esfaqueiam-se sem dó nem piedade, até a polícia se teme deles, aparece só no fim para apanhar as canas, quer ouvir, diz aqui que (...). (...) diz o jornal que tinha havido uma história de conto do vigário mal repartido. (Saramago, 2016, p. 169)

Ao passear em torno da estátua do Adamastor, no Alto de Santa Catarina, Reis é visto como figura misteriosa pelos acomodados velhos que ali se sentam, lendo “o Século dos bodos”, de compra e leitura partilhada. Porém, na perceção de Reis, os velhos “concentram-se na leitura das notícias, que o gordo há de fazer em voz alta para benefício do seu próprio entendimento e do magro analfabeto, hesitando nas palavras difíceis, que ainda assim não são em excesso”; logo se acrescentando as razões: “à uma porque os jornalistas nunca se esquecem de que escrevem para o povo, às duas porque sabem muito bem para que povo escrevem.” (Saramago, 2016, p. 270)

A atitude de Reis, mas sobretudo a focalização mais interventiva da voz saramaguiana, também nos conduzem a uma questão basilar — a de refletir sobre o que o trabalho jornalístico apresenta então como *verdade*: “(...) tenho que acreditar que é verdade o que eles me dizem, um jornal não pode mentir, seria o maior pecado do mundo” (Saramago, 2016, p. 463). Também neste aspeto Lídia Martins se mostra uma voz mais crítica e sensata que o culto Reis, contrariando as crenças deste e mostrando-lhe outras perspetivas e opiniões: (...) o meu irmão diz é que não se deve fazer sempre fé no que os jornais escrevem (...)” (Saramago, 2016, pp. 462–463). No fim de contas, a (aparente) ingenuidade do poeta de gosto clássico não deixa, *et pour cause*, de ser uma enorme provocação para o leitor — pode uma pessoa superiormente formada ser destituída de

⁴ Também os pobres velhos que se reúnem junto do Adamastor mostram uma predileção pelas notícias de crimes, embora não tenham dinheiro para comprar diariamente o jornal, além de evidenciarem alguma dificuldade para compreender todo o vocabulário jornalístico — “diz-se que o crime foi crapuloso, palavra que desacredita irremediavelmente qualquer delito”, observa jocosamente a voz narrativa, sem deixar ainda de observar que na carteira de um dos actores do crime havia um retrato do “ditador todo fraternal” (Saramago, 2016, p. 270).

sentido crítico na leitura dos jornais? O mesmo é dizer, pode-se acreditar acriticamente na verdade dos jornais, independentemente das circunstâncias em que são produzidos?

“Portugal é a obra de Deus através de muitas gerações de santos e heróis” (Saramago, 2016, p. 309) — lê-se nesta zelosa imprensa, que, genericamente, funciona ao serviço da estratégia de propaganda do regime ditatorial, em que a História pátria é objeto de culto venerador e, ao mesmo tempo, forma de caução ou de legitimação dos predestinados líderes que governam Portugal no presente.

Face ao exposto, podemos concluir esta análise crítica, salientando algumas ideias fundamentais: i) na génese deste romance de José Saramago, a consulta da imprensa da época (1935–36) teve um lugar fundamental, quer em termos de fonte de informação, quer ao nível da credibilidade da narração (verosimilhança e efeito de real); ii) na organização da sua estrutura romanesca, a voz narrativa saramaguiana recorre a várias técnicas de montagem de textos retirados da imprensa da época — da citação *ipsis verbis* até à referência breve ou alusão; iii) por fim, aspeto fundamental, o uso da imprensa da época proporciona ao escritor uma base informativa crucial para proceder a uma re-visão da História, com o recurso frequente à ironia, à sátira e à crítica social, sobretudo quando desmonta a face oculta pela censura e pela propaganda do regime.

Nesta re-visão crítica da História, o jornalismo apresenta-se efetivamente como uma forma de desmitificação de uma visão glorificadora do Estado Novo, contrapondo-se a ideia de um Portugal futuro, onde emergirá uma sociedade livre, servida por uma imprensa livre. Neste sentido, com as referidas reservas quanto à possibilidade de manipulação, o romance constitui um panegírico do lugar e função da imprensa.

Ao mesmo tempo, esta é a forma saramaguiana de fazer a ponte entre o estético e o político, sob a forma de discurso simultaneamente revisionista e utópico (cf. Burghard, 2014, p. 17). Numa palavra, como ilustrado em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, com todas as particularidades históricas e políticas apontadas, a imprensa espelha exemplarmente a organização social imposta pelo Estado Novo, quer em 1935–36, quer ao longo dos 48 anos do regime, até 25 de Abril de 1974.

Referências bibliográficas

- Alves, D. V. (2016). A representação do discurso jornalístico na literatura de José Saramago, *Mé- dia & Jornalismo*, 16(29), 217–235. http://dx.doi.org/10.14195/2183-5462_29_13
- Baptista, C. & Sousa, J. P. (2020). *Para a História do Jornalismo em Portugal*. ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova.
- Burghard, B. (Ed.). (2014). *O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia: estudos sobre utopia e ficção em José Saramago*. Frank & Timme.
- Camarero, J. (2008). *Intertextualidad (Redes de textos y literaturas transversales em dinâmica intercultural)*. Anthropos.
- Figueiredo, F. (1944). *Cultura Intervalar*. Nobel.
- França, J.-A. (2010). *O “Ano X” Lisboa 1936: estudo de factos socioculturais*. Presença.
- Franco, G. (1993). *A Censura à Imprensa (1820–1974)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Garcia, J. L., Alves, T. & Léonard, Y. (Coord.). (2017). *Salazar, o Estado Novo e os Média*. Edições 70.
- Gomes, J. C. (2006). *Os Militares e a Censura: A Censura na Ditadura Militar e Estado Novo (1926–1945)*. Livros Horizonte.

- Hutcheon, L. (1991). *Poética do Pós-Modernismo: História, Teoria, Ficção*. Imago Editora.
- Martins, J. C. O. (2020). Reinvenção saramaguiana de Ricardo Reis: impassibilidade perante o espetáculo do mundo. In Carlos Reis (Org.), *José Saramago. 20 Anos com o Prémio Nobel* (pp. 341–359). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Medina, J. (2000). *Salazar, Hitler e Franco: Estudos sobre Salazar e a ditadura*. Livros Horizonte.
- Reyes, G. (1994). *Polifonía Textual: la citación en el relato literário*. Gredos.
- Roani, G. L. (2001). *A História comanda o espetáculo do mundo: ficção, história e intertexto em "O ano da morte de Ricardo Reis" de José Saramago* [Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Rodrigues, L. N. (2019). Portugal, uma Retrospectiva: 1936. *Público*.
- Saramago, J. (2016). *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Porto Editora.
- Seixo, M. A. (1999). *Lugares da Ficção em José Saramago*. INCM.
- Silva, T. C. C. (1989). *José Saramago — entre a História e a Ficção: uma saga de portugueses*. D. Quixote.
- Sousa, N. J. V. A. (1984). *A Liberdade de Imprensa*. Almedina.
- White, H. (1984). *Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. Edusp.

Financiamento

Estudo desenvolvido no âmbito do Projeto Estratégico do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH) UIDB/00683/2020, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Nota biográfica

José Cândido de Oliveira Martins é professor de Ciências da Comunicação da Universidade Católica Portuguesa. Investigador do Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos (CEFH). Editor responsável do portal Plataforma 9.

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7970-8794>

Ciência ID: 1211-B8DD-625B

Morada institucional: Universidade Católica Portuguesa, Praça da Faculdade, 1, 4710-297 Braga — Portugal

How to cite:

Martins, J. C. O. (2021). Leituras do jornalismo impresso no romance Ano da Morte de Ricardo Reis de José Saramago. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 175–188. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_9

Submetido | Received: 2021.03.30

Aceite | Accepted: 2021.10.04

Jornalismo e memórias em 360°. O caso do *The Daily 360: Genocide Legacy*

Journalism and memories in 360°. The case of *The Daily 360: Genocide Legacy*

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_10

Isabella Gonçalves
Universidade Johannes Gutenberg
idesousa@uni-mainz.de

Carla Procópio
Universidade Federal Fluminense
carlaramalho@id.uff.br

Resumo

O artigo analisa o especial de quatro reportagens em vídeo denominado *The Daily 360: Genocide Legacy*, veiculado em abril de 2017 pelo *New York Times*. Nas reportagens em vídeo curtas, o sentido é produzido a partir da imersão em 360 graus do espectador, que acessa os lugares do acontecimento e escuta os testemunhos. A análise foi amparada no método qualitativo da análise de conteúdo, tendo sido elaboradas categorias e subcategorias a partir do conteúdo. As reportagens em 360 graus permitem a democratização de lugares de memória e a aproximação com o acontecimento histórico. Além disso, ilustra a configuração de formatos distintos de transmissão de memória a partir da reestruturação de novas linguagens jornalísticas.

Palavras-chave

New York Times; jornalismo; genocídios; experiência imersiva; rememoração

Abstract

The article analyzes the special of four video reports called *The Daily 360: Genocide Legacy*, published in April 2017 by the *New York Times*. In short video reports, the meaning is produced through a 360-degree immersion of the viewer, who accesses the places of the event and listens to the testimonies. The analysis was based on the qualitative method of content analysis, and categories and subcategories were developed according to the content. The 360-degree reports allow the democratization of places of memory and the approximation with the historical event. Moreover, it illustrates the configuration of distinct formats of memory transmission through the restructuring of new journalistic languages.

Keywords

New York Times; journalism; genocides; immersive experience; remembrance

Introdução

Atualmente, vivemos um momento marcado por transformações tecnológicas e, mesmo diante de um cenário permeado por dispositivos móveis e pelo avanço de tecnologias, o século XXI é também marcado por um *boom* da memória. Este contexto fica evidenciado nos produtos culturais que emergem e evocam novamente o passado, rememorando e reconstruindo tais acontecimentos. O passado é constantemente rememorado porque atua enquanto âncora, oferecendo uma sensação de estabilidade, num mundo onde a velocidade e a tecnologia provocam o efeito de imediatismo e instabilidade (Huysen, 2000).

Nesse rememorar, estão presentes narrativas que pretendem desafiar uma narrativa oficial e institucional, que também silencia uma série de vozes que hoje procuram falar e ser ouvidas. O resultado é a emergência de uma história vista por baixo, ou seja, uma memória subterrânea, que promove a expansão de uma história que antes era concentrada nas mãos de elites simbólicas (Haskins, 2007; Thompson, 2001; Pollak, 1992). Tais narrativas outras confrontam a história oficial e oferecem, assim, outra interpretação sobre o fenômeno, ilustrando versões alternativas daquele acontecimento. Nesse processo, fenômenos históricos são ressignificados, e a memória é reconstruída.

A memória, por não ser estática, está permanentemente em construção, sendo mediada pela memória individual e coletiva (Halbwachs, 1990). Nesse processo, os meios de comunicação são essenciais, já que atuam, por exemplo, na construção do senso comum, ancoram representações sociais e provocam a assimilação cultural (Hall, 1999; Höijer, 2011). Possuem, assim, um papel mediador. No centro deste processo, está o jornalismo que, através das suas técnicas (como a neutralidade, imparcialidade e objetividade), desenvolvidas a partir de marcadores históricos como o cientificismo, atua nas dinâmicas de legitimação dos discursos (Barbosa, 2004; Tuchman, 1999).

Assim como em outros produtos culturais, o *boom* da memória está também evidente no jornalismo, que por vezes relembra matérias do passado, em um processo de rememoração que também confirma o testemunho e a importância dos jornais em tais momentos históricos (Gonçalves, 2018; Musse e Viana, 2018). Em outros momentos, procura investigar tal passado, recontando e ressignificando histórias, como é o caso do projeto 1619 do *New York Times* que aborda o processo de colonização dos Estados Unidos pela Inglaterra; e o livro reportagem *Holocausto Brasileiro*, escrito por Arbex (2013).

Reconhecendo a importância do jornalismo para a reconstrução da memória e da história, é fundamental entender como tais fenômenos históricos são ressignificados, especialmente ao entender que a memória também pode ser reconstruída no presente. Dessa forma, o presente artigo procura analisar a websérie em 360.º denominada *The Daily 360: Genocide Legacy*, produzida pelo *New York Times*. A série se diferencia porque procura rememorar os genocídios de Ruanda, Camboja, Namíbia e o Holocausto. A produção dos vídeos em 360 graus permite que os espectadores consigam vivenciar o processo de imersão no conteúdo, a partir do controle da câmera e do percurso pela reportagem. A rememoração, assim, vai além do evocar do passado, já que permite a experiência do passado. Por meio da interação do usuário

com a matéria, que tem uma visão em primeira pessoa do acontecimento, ele passa a se inserir no passado, experienciando uma realidade que não vivenciou. Nesse sentido, o presente artigo procura entender como ocorre a rememoração de tais narrativas, percebendo aspectos como a presença do repórter; uso de sons; escolha de fontes e temas abordados.

O projeto *The Daily 360* foi lançado em 1 de novembro de 2016 pelo *New York Times*, tendo sido produzido até o dia 31 de dezembro de 2017 e posteriormente descontinuado. O seu diferencial foi trazer diariamente vídeos em 360 graus produzidos por jornalistas do *New York Times* localizados em diversas partes do mundo. Trata-se, assim, de um dos subgêneros de produções em vídeo presentes no canal *Times Video*. Além dele, são também encontrados vídeos opinativos, denominados Op-Eds, videorreportagens e webséries especiais, tais como a websérie *Conception* e *Modern Love* (Musse, C.F; Gonçalves, 2020a, 2020b). O projeto é mais uma das iniciativas de produção de jornalismo digital do *New York Times*, um jornal referência, quando se analisa a transformação do modelo de negócios. A partir da adoção de uma nova estratégia, a empresa conseguiu superar a crise do jornalismo, a partir de um conteúdo voltado à lógica de nichos e digital (Gonçalves, 2019).

Ao acessar o canal *The Daily 360*, torna-se possível visualizar uma série de especiais. Um deles é o *Genocide Legacy*, objeto deste artigo. Além dele, estão disponíveis: a) As novas sete maravilhas do mundo; b) Vida em Marte; c) Onde isto é feito; d) Estados Unidos; e) Mundo; f) Cultura; g) Ciência; h) Viagem; i) Esporte j) Política; k) Nova York e Região. A iniciativa do *Daily 360*, nesse sentido, apresenta uma nova proposta de experiência informativa alinhada às mudanças produzidas pelo espaço digital, tanto em relação ao consumo, quanto à produção da informação (Canavilhas, 2014), que também afetaram os modelos de negócio do jornalismo. De acordo com Costa (2015), para que os diversos veículos de comunicação continuem ocupando um espaço de relevância no tecido social, o novo modelo de negócio do jornalismo deve adotar uma forma distinta de relacionamento entre jornais, leitores e espectadores, assim como respeitar as novas formas de consumo encontradas. Nesse sentido, o autor defende ser fundamental investir em tecnologia, além de produzir informações que estejam alinhadas com as mentes dos já nativos digitais. Por fim, Costa (2015) também determina ser necessário expandir o portfólio de serviços tradicionais, de modo a oferecer novos produtos. Nessa perspectiva, é possível afirmar que tal canal se alinha a tais princípios, por ser ele produto de uma inovação tecnológica, além de procurar uma nova forma do fazer jornalismo, alinhado à realidade digital.

No entanto, apesar de localizar a influência da demanda mercadológica na produção de novas propostas informativas no jornalismo, compreendemos que a busca por uma maior conexão e relevância para a audiência permanece sendo multifatorial, em que a tecnologia não é necessariamente determinante. Desde o comprometimento com temáticas que impactem na sociedade, a linguagens e conteúdos que possibilitem identificação/representação de determinados grupos, diversos recursos são historicamente utilizados pelos jornalistas em detrimento tanto do consumo noticioso quanto para a produção de subjetividades e conexões. Assim, ao analisar a websérie imersiva *The Daily 360*, consideramos tanto seu aspecto inovador alinhado às demandas do mercado digital, quanto a potência de uma narrativa jornalística que propõe a experiência como forma de produção de subjetividade e identificação,

revelando uma característica própria do campo que está relacionada ao estabelecimento de vínculos que legitimam sua relevância e função social.

O primeiro vídeo do *The Daily 360* tem um minuto e dez segundos, estando centrado nas consequências de um ataque aéreo a Sana, Yemen, no qual mais de 100 pessoas foram mortas. Ao longo do vídeo, o espectador consegue visualizar o hall de uma recepção chique, que foi deixada em destroços em consequência do ataque. Assim como outros produtos do *Daily 360*, o vídeo é curto e não há intervenção de fala do repórter. O espectador, assim, recebe as informações apenas de forma escrita, por meio de legendas, que dão alguns detalhes sobre o acontecimento, mas não entregam todas as respostas. No vídeo, é possível ouvir sons ambientes e explorar o local destruído.

Os vídeos em 360.º colocam o espectador no centro da cena, permitindo-lhe olhar para a esquerda, direita, acima, abaixo, frente e atrás. As formas de assistir aos vídeos são variadas, podendo o usuário escolher entre os dispositivos celular, *tablet* ou computador, não havendo, para tanto, a necessidade de óculos.

Jornalismo e memória discursiva: o acontecimento como visão social do mundo

A noção de acontecimento pode ser entendida por diversas perspectivas, e sua definição faz parte de um debate interdisciplinar que inclui filósofos, sociólogos, jornalistas e demais estudiosos da sociedade e da mídia. Um dos pontos centrais para a discussão do conceito se localiza na dimensão de sua autonomia ou externalidade em relação à linguagem e a significação, ou seja, em que medida o acontecimento descrito como um fenômeno que se produz no mundo se sustenta de forma independente à percepção/interpretação humana.

Para Moretzsohn (2007), no caso do jornalismo, o ponto sensível da discussão também se relaciona à pretensão de distinguir claramente o fato (ou a informação, ou acontecimento) da pura interpretação (ou a opinião), localizando que o conflito se dá entre aqueles que afirmam e rejeitam a razão como instrumento de compreensão do mundo. Assim, tomar uma compreensão de que o acontecimento é algo totalmente “espontâneo” à interpretação humana tornaria possível que os jornalistas o capturassem em sua forma “bruta” e, assim, o acontecimento seria dado “tal qual ele é”. Por outro lado, a partir de uma noção construcionista do jornalismo, compreendemos que as notícias são convenções culturais que se desenrolam a partir de sentidos compartilhados, e podem ser ainda entendidas como realidades construídas (Tuchman, 1999) a partir de determinados padrões de discursos.

É importante considerar, no entanto, que o paradigma das notícias como construção não lhes conferem um caráter ficcional, abstrato ou inteiramente subjetivo, mas localiza a importância da cultura e as dinâmicas discursivas para a formação de sentidos sobre uma ideia, grupo ou mesmo, um acontecimento. Nesse trabalho, tomamos a noção de acontecimento enquanto um fenômeno construído, ou seja, que requer um trabalho por parte do sujeito de construção de sentido por meio de um ato de linguagem, definido por Charaudeau (2019) como *tematização*. Essa definição está ainda relacionada à noção de que é a capacidade de produção de sentidos e de significação que sustenta a construção social da realidade, que mesmo possuindo

um caráter dialético, manifesta a dependência da percepção e significância de sujeitos que, coletivamente, interpretam o mundo (Tuchman, 1993).

Assim, consideramos que jornalismo se constitui, historicamente, como um campo legitimado e especializado em produzir tais relatos, de modo a fornecer informações para que os cidadãos possam exercer a sua liberdade de autogovernança (Kovach; Rosenstiel, 2003). No entanto, entendemos que essa função desempenhada pelo jornalismo se relaciona intimamente com o ideal positivista de esclarecimento, legitimando-se a partir de parâmetros como a neutralidade e objetividade, que frequentemente afastam uma compreensão de que tal relato é construído a partir de uma série de práticas e rituais operadas segundo um sistema hierárquico de valores, que funcionam como critérios para selecionar ou mesmo recortar os acontecimentos.

Silva (2005) pontua que a necessidade de um gerenciamento e organização de critérios para a produção da notícia surge em um contexto prático, que limita espaços possíveis em virtude da infinidade de acontecimentos que atravessam o cotidiano. Nesse sentido, diante de tal volume de insumos, “é preciso estratificar para escolher qual acontecimento é mais merecedor de adquirir existência pública como notícia” (Silva, 2005, p. 97). A partir dessa perspectiva, podemos entender os elementos que compõem o conceito de valor-notícia (White, 1993) como parâmetros de relevância utilizados na seleção e interpretação dos acontecimentos. Ao considerar os estudos de Vicent Campbell, Silva (2005) reforça que é na teia das construções sociais/culturais que tais valores se movimentam, de modo a produzir uma relação de afetamento simultâneo, em que “os valores-notícia determinam a seleção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, a seleção de fatos noticiosos, também determina os valores-notícia” (Silva, 2005, p.106).

Se o acontecimento que se apresenta a partir do discurso midiático está sob efeito do contexto histórico-social no qual se localiza, compreendemos que os seus sentidos e significados também constituem e alimentam o que Pêcheux (1999) classifica como memória discursiva. Para o autor, haveria dois jogos de força atuando sobre a memória; um deles, atuaria no sentido de manter uma regularização de sentidos pré-existentes, estabilizando a integração do acontecimento até absorvê-lo, já o segundo provocaria uma “desregulação” que viria para perturbar a rede do que está implícito. No jornalismo, entendido como esse campo em que os acontecimentos são construídos, é possível perceber a ação desses dois efeitos, ora conformando os acontecimentos e seus contextos histórico-sociais, ora rompendo com determinada naturalização, promovendo rupturas em determinados valores, sentidos e interpretações.

Nesse sentido, reinterpretar os acontecimentos do passado e suas construções de sentido também pode oferecer novas perspectivas e compreensões, especialmente quando feitas a partir de outros contextos históricos e culturais e de experiências e afetos inteiramente diferentes. Podemos tomar como exemplo as narrativas jornalísticas que rememoram o passado, em busca de oferecer caminhos possíveis para o presente, como as reportagens que cobrem a participação política das mulheres na atualidade e as trajetórias dos movimentos feministas, ao longo dos anos para a conquista desse e outros direitos. Assim, entendemos que ao reconhecer e considerar a importância do percurso passado, somos capazes de compreender mais do que a história, mas também uma série de processos e dinâmicas que fazem parte do que entendemos como presente.

Além disso, ao reconhecer as disputas ideológicas que se localizam na produção dos discursos jornalísticos (Moraes; Silva, 2019), identificamos que questionar ou reinterpretar os acontecimentos a partir da memória discursiva faz parte de um compromisso ético, especialmente quando essas narrativas sobre os acontecimentos, se referem a grupos vulneráveis que foram sistematicamente silenciados ao longo da história. Por isso, neste trabalho, objetivamos discutir como a proposta de rememoração *Genocide Legacy* produzida em 2017 pelo jornal *New York Times* apresenta novas formas de interpretar, a partir da experiência de vídeos em 360 graus, quatro dolorosos genocídios da humanidade, oferecendo também novas oportunidades de reflexão, aprendizado, empatia e responsabilização desses acontecimentos.

A narrativa imersiva no jornalismo

Ao longo do século XX, o início do que hoje chamamos de internet trouxe a possibilidade do compartilhamento de dados a partir da linguagem binária e seu sistema de codificação pelas máquinas. Martino (2015) aponta que a partir da segunda metade do século XX, a relação entre as novas mídias e o cotidiano passou a ser investigada. No entanto, mais que tentar traçar um “ano zero” para a compreensão das mídias digitais, o autor destaca a importância de compreendermos como esse novo espaço/dispositivo tecnológico articula transformações sociais, movimentando e criando novas dinâmicas, sobretudo nos processos comunicacionais.

Para Canavilhas (2014), essas mudanças provocadas por um novo nível de relação com as mídias atingiram de forma particular o jornalismo, tanto pela perspectiva da produção da notícia quanto de seu consumo, em que novas arquiteturas noticiosas possibilitam percursos não lineares e novas experiências, a partir de diferentes tessituras informativas, em que a hipertextualidade e multimedialidade são características centrais.

Ao localizar o caráter multimidiático da comunicação humana (a partir da combinação de sentidos para a compreensão do mundo), Salaverría (2014) aponta que no jornalismo, os conteúdos multimídia já possuem cerca de dois séculos de história. Afinal, se pensada por uma perspectiva de combinação de linguagens em uma mensagem, a multimedialidade pode ser encontrada nos diários e gazetas, que combinavam a linguagem textual às fotografias; no cinema, com a linguagem corporal, sonora e da imagem; e na televisão e outros espaços audiovisuais. No entanto, para o autor, o desenvolvimento do espaço digital possibilitou outras práticas e características capazes de ampliar o conceito, trazendo também a necessidade de uma polivalência, tanto temática, quanto mediática e funcional, em que os jornalistas, além de combinarem linguagens e plataformas, agora trabalham com e para distintos meios, desempenhando diversas funções dentro de uma mesma redação.

Se a expansão da internet e das tecnologias móveis permitiu a integração de diferentes tipos de linguagem, impactando a forma como o conteúdo é criado (Caerols Mateo et al., 2020), os celulares, tablets, as lentes de longo alcance, câmeras, notebooks e televisores conectados a videogames e outros dispositivos, também inauguraram uma nova forma de interação com o audiovisual, produzindo novas funcionalidades e tecnologias. Neste trabalho, tomaremos a produção audiovisual em 360 graus como objeto de estudo para pensar a rememoração no jornalismo.

O aumento da divulgação de conteúdos jornalísticos em realidade virtual ocorreu ao final de 2015, a partir de iniciativas de jornais como *The New York Times*, *The Los Angeles Times* e *USA Today* (Doyle et al., 2016). Hoje em dia, a tecnologia permite que vídeos em 360° sejam produzidos facilmente com o uso de câmeras de baixo custo, mas tal formato não permite uma experiência completamente imersiva (Mabrook & Singer, 2019; Watson, 2017). De acordo com Toursel & Useille (2019), o jornalismo imersivo tem características híbridas, misturando elementos do jornalismo, cinema e videogames. Por suas características de imersão, as expectativas do formato são de criar uma conexão mais profunda com a audiência. Para tanto, foca-se na noção da experiência, que vai muito além da recepção em si, já que se concentra em aspectos do sensível (Caerols Mateo et al., 2020; Toursel & Useille, 2019).

Nesse sentido, é concreto dizer que as narrativas imersivas buscam aproximar o sujeito (ou usuário) do cenário, temática ou acontecimento que está sendo abordado, funcionando como uma experiência virtual, na qual ele faça parte do acontecimento. Essa aproximação do cenário pode ocorrer em primeira pessoa ou através de um personagem e, a partir desse contato com o ambiente, o participante consegue experienciar imagens, sons e, em um aspecto mais amplo, sentimentos e emoções (de la Peña et al., 2019). Tal aproximação auxilia também o entendimento do acontecimento e do conteúdo, já que o maior envolvimento da audiência permite uma conexão mais profunda com o conteúdo (Hendriks et al, 2019; Shin & Biocca, 2018).

Para Marciano (2016), foi a partir da popularização do conceito de realidade virtual, sobretudo pelo mercado de *games*, que as narrativas imersivas passaram a ocupar novos espaços, dentre eles, o jornalismo. Assim, a realidade virtual também se configura como alternativa para as narrativas audiovisuais — sejam elas baseada em fatos, acontecimentos e personagens reais ou não. Longhi (2017) pontua que a diversidade e aumento de possibilidades das experiências dos dispositivos tecnológicos (sobretudo voltados ao entretenimento) possibilitou ao jornalismo uma incorporação das narrativas imersivas.

Desde que os videogames popularizaram a ideia de imersão em mundos virtuais, quando o termo Realidade Virtual passou a ser mais conhecido do grande público, o jornalismo vem buscando maneiras de fortalecer esse tipo de conteúdo narrativo. Isso foi alcançado especialmente depois que o ambiente hipermediático e online do webjornalismo proporcionou maiores possibilidades, tanto tecnológicas quanto expressivas. E, justamente, as primeiras tentativas de colocar o leitor na cena, pelo webjornalismo, acontecem com a criação de *newsgames*, com o principal objetivo de simular situações e “mundos” a serem “explorados” pelos leitores/usuários (Longhi, 2017, p.5)

Nesse tipo de conteúdo, a dinâmica é de experimentação, a partir do desenvolvimento de propostas distintas (Caerols Mateo et al., 2020). Tais experimentos servem para provocar alterações no jornalismo como um todo, já que mesmo que o formato não seja utilizado no longo prazo, suas características podem ser incorporadas em produtos distintos (Toursel & Useille, 2019). Nesse contexto, é importante ainda observar que as narrativas imersivas no jornalismo também fazem parte de uma demanda mercadológica que estimula as dinâmicas experimentadas no ambiente virtual. Conforme

Watson (2017), uma das motivações para o maior investimento em realidade virtual é justamente a inovação de marca, posicionando organizações enquanto modernas.

No entanto, diante das possibilidades abertas pelo processo de imersão, tornando a possibilidade de participação amplificada, entendemos que as narrativas imersivas no jornalismo são também potenciais espaços de desconstrução ou ressignificação de determinados acontecimentos, especialmente por ter a experimentação como elemento-chave para o reconhecimento de uma determinada realidade ou aquela situação que se queira comunicar. Assim, na experiência imersiva, a descrição dos fatos e dos acontecimentos, feita por um mediador (jornalista) não bastaria para experimentar determinado fato, e dessa forma, tal mediação acontece na própria concepção e produção da experiência imersiva, que passa a centralizar a figura do próprio usuário, e que é também personagem.

Ademais, consideramos importante pontuar que as ofertas de narrativas imersivas, por si só, não garantem uma maior participação ou algum tipo de mobilização e reflexão por parte dos sujeitos que as experimentam. Dessa forma, nossa reflexão se volta para a discussão da criação de novas possibilidades de vínculos narrativos e informativos que também são potenciais espaços para a reflexão crítica. Nesse sentido, o jornalismo, ao incorporar novas formas de consumir, interagir e interpretar a informação, abre espaço para a diversificação das narrativas e personagens, criando novos arranjos interpretativos para além daquele acontecimento.

Método

Nosso estudo objetiva discutir o jornalismo enquanto alternativa potente de reconstrução da memória e da história, a partir de seus processos de significação e sentidos que constroem os acontecimentos. Para tanto, a partir das reflexões sobre memória e jornalismo imersivo, procuramos compreender como o processo de memorização ocorre, percebendo a ressignificação dos fenômenos históricos e a relação entre passado e presente por meio dos recursos jornalísticos. De acordo com Mabrook & Singer, os vídeos em 360 graus não se constituem em um tipo de narrativa completamente imersiva. No entanto, por sua característica de fácil produção, o formato abre caminhos para novos fazeres de jornalismo, justamente por sua facilidade de criação.

Assim, os quatro vídeos publicados da série *Genocide Legacy* foram analisados de forma qualitativa, a partir da análise de conteúdo. Para tanto, foram verificados aspectos como duração do vídeo, presença do repórter, sons da matéria, escolha das fontes e temas abordados. Conforme é orientado por Bardin (2011), antes de serem elencadas categorias e subcategorias, é necessário fazer uma leitura flutuante do objeto. Nesse sentido, os vídeos foram vistos uma vez, para, então, serem criadas categorizações. A partir do que foi visualizado, foram estabelecidas as seguintes categorias e subcategorias: i) Presença do repórter – a) off, b) intervenção escrita (uso de legendas); ii) Sons – a) Trilha Sonora, b) Voz do repórter, c) Som ambiente, d) Voz de fontes; iii) Escolha de fontes – a) Vítimas, b) Culpados, c) Instituição Memorial, d) Descendentes, e) Professores; iv) Temas Abordados – a) Importância da memória; b) Depoimentos das vítimas; c) Situação atual.

Tabela 1: Categorias e Subcategorias de Análise

Categoria	Subcategoria
Presença do repórter	Off
	Intervenção escrita (legendas)
Sons	Voz do repórter
	Som ambiente
	Voz das fontes
Escolha das fontes	Vítimas
	Culpados
	Instituição memorial
	Descendentes
	Professores
Temas abordados	Importância da memória
	Depoimentos das vítimas
	Situação atual

Fonte: Elaboração Própria

Por se tratar de um *corpus* pequeno, formado apenas por quatro vídeos, o método qualitativo se configura enquanto a melhor escolha para análise, já que permite um aprofundamento no conteúdo. Na seção abaixo, são analisados cada um dos episódios e posteriormente demonstrados os resultados.

Análise do *The Daily 360: Genocide's legacy*

Os vídeos do *Genocide's Legacy* obedecem a um formato estético encontrado em outros produtos do *The Daily 360*. Os produtos audiovisuais são curtos e possuem entre 2 minutos e 2 minutos e meio. Ademais, percebe-se que a experiência está centrada na absorção dos lugares e da atmosfera.

O primeiro vídeo “Preserving Auschwitz” (Preservação de Auschwitz) mostra, ao início, uma parte do campo de concentração. Ao longe, veem-se turistas que caminham, assim como se escuta os seus passos. Como primeira intervenção de reportagem, aparece a legenda informando que mais de um milhão de pessoas, a maior parte judia, foi morta no local. Em seguida, outra legenda informa que Auschwitz era uma rede de campos de concentração nazista que operou entre 1940 e 1945. O complexo incluía Auschwitz I, onde havia trabalho escravo, assim como prisioneiros de guerra. Há um corte no vídeo e vê-se depois um espaço interno, referente a Birkenau 2, onde estavam localizadas as câmaras de gás.

Posteriormente, há um novo corte para dois homens que trabalham de forma conjunta em uma obra. A legenda explica que a Fundação Auschwitz-Birkenau, que ajuda a manter o local, iniciou um projeto com o objetivo de preservar as barracas. O único som que pode ser ouvido é o do trabalho das serras que cortam madeira. Depois, é apresentado o depoimento da líder do plano de preservação, Anna Lopuska. Ela defende a importância da preservação e de como é fundamental permitir que os visitantes interajam com os locais e objetos.

Há um corte rápido para o interior de um laboratório, onde pessoas de jaleco trabalham na preservação de objetos. Após novo corte, um outro local do campo é apresentado. A voz de Anna Lopuska continua a explicar que se trata do espaço mais antigo do campo, tendo sido construído pelos prisioneiros de guerra da União Soviética entre os anos de 1941 e 1942. A principal razão para a deterioração, de acordo com ela, foi o fato de os prédios terem sido construídos de forma rápida e em péssimas condições.

O vídeo é novamente cortado para o interior do museu, onde são exibidas as provas dos crimes, com pilhas de objetos pertencentes aos judeus exterminados. Nesse momento, não há mais off. Ouve-se apenas o som dos visitantes que passam. A legenda informa que mais de dois milhões de pessoas visitaram Auschwitz em 2016. Alguns locais do museu são mostrados, como partes de exposições e locais externos. As cenas são acompanhadas pela voz em off de Anna, que alega não existir memorial capaz de fazer com que o espectador entenda o que aconteceu no campo. De acordo com ela, é só possível experienciar os prédios, os espaços e os elementos, mas que os acontecimentos estão muito além da imaginação. Ela encerra, no entanto, contando que a preservação do lugar de memória permite uma aproximação maior com a história.

A partir do vídeo, percebe-se que a presença do repórter ocorre apenas pela intervenção escrita. É possível ouvir sons ambientes, assim como a voz de Anna Lopuska. A fonte não aparece no vídeo, estando ela presente somente através do off. Como fonte, foi escolhida apenas uma representante da instituição memorial. Por fim, as temáticas abordadas são: a) importância de memória e c) situação atual. Por meio da videoreportagem, fica evidente que o elemento central de valorização é o lugar. O espectador consegue ficar imerso em Auschwitz, mesmo sem nunca ter estado lá. O efeito, assim, reforça a mensagem da líder do plano de preservação de que lugares de memória são responsáveis por aproximar a história.

O segundo vídeo é denominado “A Reconciliation Village em Ruanda” (Uma vila de reconciliação em Ruanda). Inicialmente, é demonstrado um espaço simples e rural, onde é possível visualizar uma estrada de chão, um espaço gramado, além de algumas casas. Escuta-se o barulho da enxada atingindo a terra e veem-se diversas pessoas, algumas paradas e outras que trabalham no campo. A voz em off da repórter explica que aquela era uma vila de reconciliação de Ruanda, onde vítimas e culpados convivem lado a lado. De acordo com ela, pelo menos 800 mil pessoas morreram em 100 dias de violência que tiveram início em abril de 1994. No entanto, 23 anos depois, o país iniciou o processo de reconciliação a partir de locais como esta vila.

No vídeo, veem-se então duas pessoas que se sentam próximas a uma casa: Jacklin Mukamana e Mathias Sendegeya. Mathias revela que matou pessoas em 1994. De acordo com ele, teve um papel no assassinato dos pais e de membros da família de Jackeline, a moça que se sentava ao seu lado. “Eu me desculpei e pedi perdão”. Jackeline responde: “Eu sou uma das sobreviventes. Ele confessou e pediu por perdão. Quando ele tiver um problema, pode me ligar e pedir ajuda. E eu posso fazer o mesmo.”

Posteriormente, é mostrada uma sala de aula onde crianças interagem com o professor. A voz da repórter informa que na instituição existe um currículo voltado para a reconciliação. Há, novamente, um corte para a cena inicial do vídeo, na qual

pessoas trabalham a terra. De acordo com a jornalista, na manhã da gravação do vídeo, a vila estava envolvida em um trabalho obrigatório, voltado para incentivar a cooperação. Por fim, a última cena mostra crianças que cantam sorridentes. A repórter encerra com a informação de que enquanto os adultos trabalham, as crianças brincam e performam uma dança tradicional. Com o objetivo de transformar a sociedade em uma comunidade inclusiva, a estratégia é fazer com que as crianças se identifiquem primeiramente como ruandenses.

No vídeo, a presença da repórter ocorre por meio do off, mas também é possível ouvir sons ambientes e os depoimentos de testemunhas. Como escolha das fontes, foi dada voz a vítimas e culpados, sendo esta uma dialética importante para a tentativa da reconciliação. Como temas abordados, identifica-se as subcategorias b) depoimentos de vítimas; c) situação atual. Nesse vídeo, o elemento central são as pessoas, que recontam o acontecimento e demonstram a necessidade de reconciliação. O local, assim, aparece enquanto secundário, já que são as relações humanas que permitem a reconciliação do passado.

O terceiro vídeo "*A Museum in a Khmer Rouge Prison*" (Um museu em uma Prisão Khmer Rouge) aborda o genocídio ocorrido em Camboja. Inicialmente, vê-se um local interno, sem muitos detalhes. A sobrevivente de *Khmer Rouge*, Chum Mey, traz o depoimento: "Eles usaram esses grillhões e uma corrente para prender minhas pernas. E aí eles removeram minhas algemas e tiraram a minha venda. Este é o lugar onde eles aprisionaram as pessoas. Depois de nos acorrentar, eles saíam". Após um corte seco, é possível visualizar, então, a prisão, assim como escutar o som ambiente, com os passos dos visitantes que transitam pelo museu.

Ao longo do vídeo, é possível também visualizar outros ambientes, sendo a informação disponibilizada por legendas. Elas informam que Chum Mey ficou presa por mais de 2 meses, sendo uma das poucas sobreviventes dentre milhares. De acordo com as legendas, entre 1975 e 1979, 1,7 milhões de pessoas morreram em *Khmer Rouge*. O vídeo mostra algumas celas onde as pessoas eram aprisionadas, torturadas e mortas.

Hoje, o espaço, assim como no caso de Auschwitz, funciona como um museu. Há um corte para uma cena com várias crianças dentro do espaço. Elas escutam atentamente a explicação de uma professora. De acordo com as legendas, as instituições educacionais de Camboja procuram ensinar sobre a história traumática do país. A professora, em off, explica que o museu é um local histórico que todos os cidadãos de Camboja, em especial os mais novos, deveriam conhecer. Ela diz ter o desejo de que eles aprendam um pouco sobre a história que os pais e avós vivenciaram.

A partir do produto audiovisual, é possível perceber que a presença do repórter ocorre apenas por meio das legendas. No vídeo, escuta-se o som ambiente e as fontes, que também aparecem no vídeo. As fontes escolhidas foram: a) vítimas e e) professores. Por fim, os temas abordados foram: a) importância da memória, b) depoimentos de vítimas, e c) situação atual.

Finalmente, o quarto vídeo é intitulado "*It's True, the Germans Killed Us*" (É verdade, os alemães nos mataram) e aborda o genocídio de Namíbia. No início, é apresentada uma família de 6 pessoas, reunida do lado externo de uma pequena casa amarela. O local é afastado e desértico, sendo possível apenas ver umas poucas outras casas nas proximidades. No início do vídeo, escuta-se apenas o barulho dos

pássaros e do vento. Ao usar o recurso de 360.º, veem-se pessoas que passam próximas à casa, assim como um cachorro. No entanto, a família permanece sentada no mesmo local. A legenda informa que a Alemanha está em negociação para reconhecer um genocídio que ocorreu naquele lugar há mais de 100 anos. Em off, uma das fontes diz que os alemães os mataram. “Eles vieram e quiseram se estabelecer na nossa terra. Quando os Hereros se recusaram, nós fomos mortos.”

Depois de um corte, a cena mostra a paisagem próxima à montanha de Waterberg. A voz de um idoso Herero, Uatondua Mutjavicua, ocupa o vídeo. Ele fala que, quando jovem, ouviu a história de um Herero. “Ele disse que a primeira bala foi disparada em Hamakari à meia noite. Ele correu e escalou a montanha de Waterberg. Enquanto estava no topo da montanha, olhou para baixo e viu como as pessoas foram mortas.” Após um corte, o vilarejo inicial é novamente exibido, sendo possível ouvir o som ambiente mais uma vez. A legenda informa que outras vítimas morreram após as autoridades alemãs impedirem o fornecimento de água.

O vídeo exhibe posteriormente o interior da casa, e Uatondua volta a dar seu depoimento. Ele conta ter 84 anos e diz que os seus próprios pais estiveram envolvidos diretamente na batalha. Além disso, defende que os alemães deveriam pagar pela morte daquelas pessoas. Por fim, é exibida a imagem de um cemitério. A legenda informa que 80% dos hereros foram mortos. Entretanto, os túmulos são de soldados alemães, sendo que apenas uma pequena placa na parede faz referência aos hereros mortos na batalha.

Neste vídeo, a presença do repórter ocorre por meio de intervenção escrita. Os sons utilizados foram: a) som ambiente e c) voz da fonte, sendo que a fonte escolhida aparece no vídeo, sendo ela uma vítima. Por fim, os temas abordados foram: b) depoimentos de vítimas, c) situação atual.

A partir da análise, chegou-se aos seguintes resultados:

Quadro 1: Resultados encontrados

Categoria	Subcategoria	Ocorrências e porcentagem
Presença do repórter	Off	1 (25%)
	Intervenção escrita (legendas)	3 (75%)
Sons	Voz do repórter	1 (25%)
	Som ambiente	4 (100%)
	Voz das fontes	4 (100%)
Escolha das fontes	Vítimas	3 (75%)
	Culpados	1 (25%)
	Instituição memorial	1 (25%)
	Descendentes	1 (25%)
	Professores	1 (25%)
Temas abordados	Importância da memória	2 (50%)
	Depoimentos das vítimas	3 (75%)
	Situação atual	4 (100%)

Fonte: elaborado pelas autoras

A análise revela que a série *The daily 360: genocide legacy* procura mostrar, conforme o próprio título diz, a situação atual dos povos afetados por genocídios, contrastando o passado com o presente. Para contar tais histórias, procurou-se valorizar a memória, utilizando-se, para tanto, os depoimentos orais, fato que fortalece a informação, uma vez que as falas são combinadas aos lugares de memória. Estes elementos, segundo Motta (2013), se configuram como estratégias argumentativas, contribuindo para o efeito de real e efeito de sentido desejado. Este efeito fica ainda mais fortalecido pelo uso majoritário de legendas, que informam os fatos de forma fria, elencando os números de vítimas e períodos de genocídio, estatísticas que contribuem para o tom de verdade do documento. Provavelmente, a opção por não utilizar a voz do repórter na maioria dos vídeos é explicada por tal intencionalidade de reforçar a realidade, trazendo um tom de objetividade. Ademais, a ausência do repórter também contribui para maior imersão, já que o espectador tem a impressão de não existir mediador. Ele consegue mover a câmera como pode, em primeira pessoa, ver as testemunhas e ainda ouvir os sons dos ambientes. A partir dos vídeos, fica evidente que as produções audiovisuais procuram valorizar os lugares de memória e os depoimentos dos testemunhos. Elas contribuem, assim, para dar voz a pessoas que foram silenciadas, permitindo que abordem as suas vivências.

Considerações Finais

A busca por elementos que promovam, cada vez mais, a identificação entre conteúdo e público é uma realidade vivida por muitos produtos midiáticos. Se a necessidade de participação do público já poderia ser identificada, por exemplo, na alteração da dinâmica de produtos audiovisuais, como a sequência de produções cinematográficas, a reconfiguração do destino de personagens nas telenovelas por meio da interação com os telespectadores, o surgimento de *blogs* especializados em analisar e repercutir os produtos midiáticos; o movimento que reforça a conexão entre mídia e público se intensifica também na narrativa jornalística. As movimentações dos internautas no *Facebook* e *Twitter*, comentando e reagindo simultaneamente à programação dos telejornais e demais produções televisivas, também apontam os espaços digitais como locais que possibilitam a conexão do público com o conteúdo. Nesse sentido, a própria popularização dos conteúdos por demanda (como *Netflix*) são um indicativo deste novo movimento de consumo em que, o estabelecimento de uma conexão, que permita determinados níveis de participação dos indivíduos, é peça central para audiência e o engajamento.

Centralizando a experiência no usuário, a iniciativa de *The New York Times* em “*The daily 360: genocide legacy*” permite não só o reconhecimento de histórias de sofrimento, em genocídios ocorridos em Ruanda, Camboja, Namíbia e em Auschwitz, mas sim uma forma de rememoração e resgate consciente destes tristes períodos na história. É vivendo o acontecimento passado no tempo presente, que a narrativa nos propõe experimentar realidades do passado. Assim,

apesar de não se configurar enquanto completamente imersiva, a narrativa em 360° do *New York Times* procura estabelecer um vínculo que ultrapassa a característica de um conteúdo informativo que nos situa sobre a trajetória humana, convidando à experimentação do lugar do outro. Além disso, potencializa a vivência do fato que já aconteceu, no tempo presente. A emergência de novas tecnologias de realidade virtual permitiu uma nova forma de fruição do produto midiático, que deixa de se restringir à ação de assistir, ler ou ouvir, porque evolui para uma nova configuração, que é a de experimentar. Os vídeos em 360°, por sua vez, permitem uma nova forma do fazer jornalístico. Por poderem ser produzidos em câmeras de baixo custo, democratizam, assim, a exploração de um novo formato, oferecendo novas formas de imersão no conteúdo, ainda que não de forma plena.

No Brasil, iniciativas similares prometem oferecer ao público novas possibilidades de enfrentamento da realidade. Em 2017, a Rede Justiça Criminal realizou a campanha “Encarceramento em massa não é justiça”, em realidade virtual, que simulava o encarceramento em massa no país — que já possui a terceira maior população carcerária do mundo — estando atrás apenas de China e Estados Unidos (Agência Brasil — EBC, 2017). A iniciativa imersiva procura evidenciar a realidade de presídios superlotados em que muitos dos presos não foram sentenciados ou sequer tiveram seus “crimes” investigados. O vídeo em 360.º é uma reconstituição de uma cela superlotada com figurantes de pessoas que já haviam passado pelo cárcere privado. Como parte da campanha, a experiência foi levada para a Avenida Paulista, em São Paulo, através de óculos de realidade virtual. Através da imersão, as pessoas puderam compartilhar uma realidade vivida por mais de 620 mil pessoas no país.

No entanto, ainda que as narrativas imersivas representem alternativas para a experimentação do tempo presente — mesmo que nele sejam representados os acontecimentos passados — visam atender a uma demanda mercadológica (identificada também pelo jornalismo). Por isso, é preciso se atentar na construção e finalidade de suas utilizações, de modo que não representem apenas uma forma de viver e não compreender os acontecimentos. Afinal, se para Kovach e Rosenstiel (2003) a verdadeira função do jornalismo estaria ligada ao fornecimento de informações necessárias para que os cidadãos possam se autogovernar, a utilização dos recursos tecnológicos que promovam a aproximação de realidades precisa fornecer informações que sejam absorvidas e compreendidas, de modo a representar, de fato, uma alternativa para o enfrentamento dos desafios em sociedade.

No caso da série *Genocide Legacy*, o legado dos vídeos é transportar os espectadores para os lugares de memória (Nora, 1996). Essa viagem é valiosa porque nem todos têm a possibilidade de visitar tais locais. Nesse sentido, os vídeos em 360 graus democratizam a experiência, tornando possível uma aproximação do acontecimento histórico. O projeto, demonstra como os tempos atuais são permeados por novas formas de produção de sentido a partir da reestruturação das linguagens. O resultado é a configuração de novos formatos de transmissão de memória, promovendo outras formas de relacionamento entre os indivíduos e o passado.

Referências bibliográficas

- Arbex, D. (2013). *Holocausto Brasileiro*. Geração Editorial.
- Barbosa, M. (2004, setembro, 3). *Jornalistas, senhores da memória?* [Apresentação de trabalho]. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-RS.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Caerols Mateo, R., Sidorenko Bautista, P., & Garrido Pintado, P. (2020). Hacia un modelo de narrativa en periodismo inmersivo. *Revista Latina de Comunicación Social*, 75, 341–365. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2020-1430>
- Canavilhas, J. (2014). Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcaram a diferença* (pp. 3–10). LaBcom.
- Charaudeau, P. (2019). *Discurso das mídias*. Contexto.
- Costa, C. T. (2015, February 23). 6 pillars of a revenue-generating business model for digital journalism. *International News Media Association*. www.inma.org/blogs/keynote/post.cfm/6-pillars-of-a-revenue-generating-business-model-for-digital-journalism#ixzz3avNd1Nlp
- De la Peña, N., Weil, P., Llobera, J., Spanlang, B., Friedman, D., Sanchez-Vives, M. V., & Slater, M. (2010). Immersive Journalism: Immersive Virtual Reality for the First-Person Experience of News. *Presence: Teleoperators and Virtual Environments*, 19(4), 291–301. https://doi.org/10.1162/PRES_a_00005
- Doyle, P., Gelman, M., & Gill, S. (2016). *Viewing the future? Virtual Reality in Journalism*. Knight Foundation. <https://knightfoundation.org/reports/vrjournalism/>
- Gonçalves, I. S. (2019). Do impresso ao digital: o processo de transição do New York Times. *Comunicação Pública*, 14(27). <https://doi.org/10.4000/cp.5048>
- Gonçalves, I. S. (2018). Memória em tempos de arquivo digital: uma análise sobre a rememoração de 1968 no New York Times. In A. N. Laranjeira, C. F. Musse & J. M. Silva (Orgs.), *1968, de maio a dezembro: Jornalismo, Imaginário e Memória* (1.ª ed., pp. 253–267). Editora Sulina.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. Editora Revista dos tribunais.
- Hall, S. (1999). Encoding/Decoding. In P. Marris and S. Thornham (Eds.), *Media Studies. A Reader* (pp. 51–61). Edinburgh University Press.
- Haskins, E. (2007). Between Archive and Participation: Public Memory in a Digital Age. *RSQ*, 37(4), 401–422. <https://doi.org/10.1080/02773940601086794>
- Hendriks V., P., Wiltink, D., Huiskamp, M., Schaap, G., & Katelaar, P. (2019). Taking the full view: How viewers respond to 360-degree video news. *Computer in Human behavior*, 91, 24–32. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2018.09.018>
- Höjjer, B. (2011). Social representations theory: A new theory for media research. *Nordicom Review*, 32(2), 3–16. <https://doi.org/10.1515/nor-2017-0109>
- Huyssen, A. (2000). Passados presentes: mídia, política, amnésia. In *Seduzidos pela memória*. Aeroplano
- Kovach, B., & Rosentiel, T. (2003). *Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. Geração editorial.
- Kunczick, M. (2001). *Conceitos de jornalismo; norte e sul*. Edusp.
- Longhi, R. (2017). Narrativas imersivas no webjornalismo. Entre interfaces e realidade virtual. *Rizoma*, 5(2), 224–234. <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/8933>
- Mabrook, R., & Singer, J. B. (2019). Virtual Reality, 360° Video, and Journalism Studies: Conceptual Approaches to Immersive Technologies. *Journalism Studies*, 20(14), 2096–2112. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2019.1568203>

- Marciano, C. (2016). Jogando ética: newsgames de letramento no ensino de deontologia jornalísticas [Dissertação do Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/171699>
- Martino, L. (2015). *Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes*. Vozes.
- Moraes, F., & Silva, M. (2019, junho 11 a 14). *A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora*. [Apresentação de trabalho]. Encontro Anual da Compós – PUC-RS.
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando Contra os Fatos. Jornalismo e Cotidiano: do Senso Comum ao Senso Crítico*. Revan.
- Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa*. Editora Universidade de Brasília.
- Musse, C. F., & Gonçalves, I. (2020a). Modern Love: um caso de hibridização do jornalismo com a literatura. *Revista Mediação*, 28(1), 175–192. <http://revista.fumec.br/index.php/media-cao/article/view/6948>
- Musse, C. F., & Gonçalves, I. (2020b). Narrativa e animação: representações da maternidade na websérie “Conception”. *Revista Mídia e Cotidiano*, 14(3), 199–218. <https://doi.org/10.22409/rmc.v14i3.41392>
- Musse, C. F., & Viana, H. (2018). Telejornalismo e Ditadura Militar: a resignificação do passado pela maior rede de TV do Brasil. *Revista Memorare, Tubarão*, 5(3), 292–306. <http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v5e32018292-306>
- Nora, P. (1996). *Realms of Memory*. Columbia University Press.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da memória. In P. Achard, J. Davallon, J. L. Durand, M. Pêcheux, E. Orlandi (Orgs.), *Papel da memória* (pp. 11–23). Pontes.
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200–212. <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>
- Rede Justiça Criminal. *Prisão não é justiça. Projeto de realidade imersiva*. <http://www.prisao-naojustica.org>
- Salaverría, R. (2014). Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In J. Canavilhas (Org.), *Webjornalismo: 7 características que marcaram a diferença* (pp. 25–32). LaBcom.
- Shin, D., & Biocca, F. (2018). Exploring immersive experience in journalism. *New media & Society*, 20(8), 2800–2823. <https://doi.org/10.1177/1461444817733133>
- Silva, G. (2005). Para pensar os critérios de noticiabilidade. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 95–107. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Thompson, E. P. (2001). A história vista de baixo. In E.P. Thompson, S. Negro & A. L. Silva (Orgs.), *E.P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (pp. 185–201) Editora Unicamp.
- Toursel, A. & Useille, P. (2019). Immersive journalism, a “new frontier” of information experience?. *Brazilian Journalism Research*, 15(1), 336–357. <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n2.2019.1230>
- Tuchman, G. (1993). A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”* (2.ª ed., pp. 73–90). Vega.
- Tuchman, G. (1993). *La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad*. Bosch.
- Watson, Zillah. 2017. Virtual Reality for News: The News Reality. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism. <http://www.digitalnewsreport.org/publications/2017/vr-news-new-reality/>
- White, D. (1993). O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In N. Traquina, (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias* (2.ª ed., pp. 142–151). Vega.

Notas biográficas

Isabella Gonçalves é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Johannes Gutenberg de Mainz. Mestre em Comunicação e Bacharela em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

ORCID ID: 0000-0002-6492-9236

Morada institucional: Universidade Johannes Gutenberg, 55122, Mainz, Alemanha

Carla Procópio é doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da UFF. Mestre em Comunicação e Bacharela em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

ORCID ID: 0000-0001-8980-4301

Morada institucional: Universidade Federal Fluminense, 24210-510, Niterói, Brasil

How to cite:

Gonçalves, I., & Procópio, C. (2021). Jornalismo e memórias em 360°. O caso do The Daily 360: Genocide Legacy. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 189–205. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_10

Submetido | Received: 2021.03.22

Aceite | Accepted: 2021.10.23

(Página deixada propositadamente em branco)

Diálogos Possíveis com Clarice Lispector: Um olhar inclusivo da historiografia ao jornalismo brasileiro

Possible dialogues with Clarice Lispector: An inclusive look from historiography to Brazilian journalism

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_11

Paula Melani Rocha

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Departamento de Jornalismo
pmrocha@uepg.br

Muriel Emídio Pessoa do Amaral

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Departamento de Jornalismo
muramaral@uepg.br

Resumo

Esta reflexão objetiva reconhecer o trabalho jornalístico de Clarice Lispector na imprensa brasileira ao longo de quase 40 anos, descontínuos, e apontar sua contribuição para a conformação do campo e para a historiografia do jornalismo nacional. A atuação de Clarice Lispector é conhecida nacional e internacionalmente, contudo pouco explorada no Jornalismo, sobretudo pelos livros de História da imprensa ou mesmo pelos cursos de graduação em Jornalismo. Os procedimentos metodológicos compreendem pesquisa bibliográfica e documental sobre a participação de mulheres no jornalismo e a trajetória profissional de Clarice, além de uma revisão em obras autorais e biográficas. A fundamentação teórica ancora-se em estudos feministas e historiográficos sobre a imprensa nacional. Entre os resultados encontra-se a necessidade de pesquisas com viés feminista para reconhecer uma história do jornalismo inclusiva, com a participação das mulheres.

Palavras-chave

historiografia do Jornalismo; perspectiva inclusiva; epistemologia feministas; Clarice Lispector; mulheres

Abstract

This reflection aims to recognize Clarice Lispector's journalistic work in the Brazilian press over almost 40 discontinuous years and point out her contribution to the conformation of the field and the historiography of national journalism. Clarice Lispector's performance is known nationally and internationally, however little explored in Journalism, especially in the history books of the press or even by undergraduate courses in Journalism. The methodological procedures include bibliographical and documentary research on the participation of women in journalism and Clarice's professional trajectory, in addition to a review of authorial and biographical works. The

theoretical foundation involves feminist studies and historiographic studies of the national press. Among the results is the need for research with a feminist bias to recognize a history of inclusive journalism with the participation of women.

Keywords

historiography of Journalism; inclusive perspective; feminist epistemology; Clarice Lispector; women

Introdução

A reflexão objetiva provocar a construção de uma narrativa da história do jornalismo brasileiro pela perspectiva inclusiva, suplementada pela participação feminina, com recorte no trabalho desenvolvido pela jornalista Clarice Lispector em quase 40 anos, descontínuos, na imprensa brasileira. Clarice Lispector nasceu na aldeia Tchetchélnik, na Ucrânia, em 10 de dezembro de 1920, durante a viagem de exílio de sua família para os EUA ou Brasil, decorrente da invasão alemã no seu país natal, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Em março de 1922, seus pais, as duas irmãs e ela, desembarcaram do navio Cuyabá em Maceió, e em 1925 se mudaram para Recife, no Estado de Pernambuco. Quase dez anos depois e após a morte de sua mãe, em janeiro de 1935, Clarice, aos 14 anos de idade, com seu pai e suas irmãs deixaram Recife e se instalaram no Rio de Janeiro. E foi no Rio de Janeiro que Clarice ingressou no jornalismo, no início da década de 1940 (Gotlib, 2009). Mesmo com destaque como escritora, ela não teve o reconhecimento de mesma magnitude enquanto jornalista, a despeito de ter contribuído significativamente às práticas do jornalismo. Por essa trilha, o artigo apresenta a necessidade de uma revisão da historiografia do jornalismo brasileiro a partir da inclusão da atuação de mulheres jornalistas e seus feitos no exercício da profissão.

A provocação em uma reconstrução da historiografia pela perspectiva inclusiva compreende inserir a participação de mulheres, brancas, pretas, abastadas e pobres, com identidades de gênero diversas, que atuaram na imprensa nacional e contribuíram para a conformação do campo, a partir da epistemologia feminista (Farganis, 1997; Lerner, 1990; Butler, 2019; Saffioti, 1992) em intersecção com os estudos em jornalismo (Rocha; Sousa, 2008; Pinto, 2010; Veiga da Silva, 2010; Costa, 2013). Tem-se ciência da amplitude da proposição e do esforço teórico-metodológico na recomposição da narrativa e não se pretende aqui esgotá-la. O artigo traz parte dessa pesquisa em desenvolvimento que está sob a égide dos estudos sobre a feminização do Jornalismo. A escolha por discutir o trabalho da jornalista Clarice Lispector em diálogo com as fases do jornalismo nacional entre as décadas de 1940 e 1970 deve-se, justamente, às referências bibliográficas e pesquisas publicadas sobre ela.

O conceito de historiografia adotado se apoia no entendimento de Torres (1996, p.56) ao reconhecê-la, não enquanto um processo ou somente como um conhecimento histórico, mas como sendo “o conhecimento situado na historicidade de seu acontecer, sendo história-processo na dimensão de sua contemporaneidade”. A historiografia é a história da história, é um discurso produzido que explicita relações contextuais, ideológicas, os anseios de uma sociedade e as dinâmicas sociais exis-

tentes que podem ter base científica ou não. É importante pontuar que a construção da historiografia trata-se de um “fragmento para compreendermos — numa preocupação de totalidade — esse passado” (Torres, 1996, p. 56).

A construção da historiografia, para o autor, se encontra inseparável da relação entre tempo e espaço acerca de determinados temas. Se por um lado a historiografia é um arrolamento sistemático do conhecimento histórico produzido, isso não quer dizer que as considerações elaboradas são permanentes. Constantemente os modos de produção de história podem ser revistos, revisitados, criticados e, quando possível e necessário, reformulados. Quando reformulada, a historiografia traz à tona personagens, acontecimentos, discursos e reflexões que podem ter sido silenciados por uma questão de poder e dominação. Esse movimento de crítica historiográfica contempla outros olhares e reconfigura o conhecimento histórico a partir da visibilidade de outros feitos (Torres, 1996).

As considerações de Torres (1996) sobre historiografia tornam-se produtivas para analisar a vida profissional de Clarice Lispector sobre duas vertentes. Primeiramente, ao resgatar os registros de seus escritos na imprensa, é possível reconhecer a sólida carreira dela como jornalista. O segundo aspecto compreende o reconhecimento dela como jornalista e suas contribuições para as práticas e modos de produzir jornalismo. Oferecer outras reflexões ao desempenho de Clarice Lispector é abrir espaços para a contemplação de novos olhares. A proposta de Torres (1996) se aproxima do pensamento de Butler (2019) ao reconhecer a necessidade de oferecer visibilidade no espaço público a grupos e sujeitos que, muitas vezes, são silenciados por uma questão de poder e violência.

A narrativa histórica herdada do iluminismo versa uma construção social guiada por relações de poder, em movimentos dialéticos, imortalizando a voz dominante. É uma interpretação do passado a partir do viés do vencedor, mascarada pela objetividade positivista de uma identidade universal, que na nossa sociedade ocidental é personificada no homem branco.

Para ilustrar a seleção de pesquisas científicas, tendo como objeto a relação entre Jornalismo e Mulher, Almeida (2018) mapeou no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) 223 pesquisas, sendo 34 teses e 189 dissertações defendidas em programas de Comunicação e de Jornalismo no Brasil, no período de 1972 a 2015. A análise da autora aponta que poucas pesquisas tensionam o Jornalismo no processo de análise pela perspectiva feminista ou de estudos de gênero e encontrou apenas duas dissertações e três teses sobre Clarice Lispector desenvolvidas por pesquisadoras jornalistas.

Lerner (1990) coloca que apesar das mulheres constituírem uma parcela significativa da humanidade e atuarem como agentes históricos, com os homens, compartilhando a construção da civilização, os registros históricos recentes roubaram seus feitos e experimentações, e as colocaram em “um lugar único e à parte. As mulheres são a maioria e, em vez disso, somos estruturadas nas instituições sociais como se fôssemos uma minoria” (Lerner, 1990, p. 4). Elas foram posicionadas à margem da construção da civilização, em ocupações destituídas de importância histórica, assim os registros são parciais e omitem pelo menos metade da humanidade (Lerner, 1990) e da sua herança. E no jornalismo não foi diferente, o sujeito histórico também é representado pelo homem branco. Da Silva (2014, p. 78) utiliza os conceitos dos estu-

dos de gênero para compreender “o imbricamento do jornalismo na cultura, com as normas sociais, bem como com as relações de poder nelas inseridas” e mostra que as relações desiguais entre os gêneros estão em todos os campos da vida social, incluindo nos discursos, nos conhecimentos e no jornalismo (Veiga da Silva, 2014).

A cultura masculina contribuiu para o apagamento das jornalistas mulheres. Ramos (2010) ingressou no jornalismo em 1952, em São Paulo, após se formar pela faculdade Cásper Líbero, e conta sobre a participação das profissionais no ambiente das redações e as relações entre os pares.

Cerca de três dezenas de mulheres jornalistas nesse tempo deram murro em ponta de faca, se expuseram, lutaram (mesmo às vezes sem saber que aquilo era uma luta), ralaram, ganharam pouco, aprenderam, sofreram injustiças e desconfiças e acabaram escrevendo uma parte da história da imprensa paulistana. E não uma parte sem importância. Quando se diz história da imprensa paulistana, diz-se também da imprensa brasileira. (Ramos, 2010, p. 17)

De acordo com o mapeamento de Almeida (2018), as mulheres jornalistas que atuaram no Brasil abordadas nas pesquisas são: Clarice Lispector, Eliane Brum, Adélia Prado, Martha Medeiros, Flávia Freire, Lilian Lima, Miriam Leitão, Patrícia Galvão, Marina Colasanti e Cecília Meireles. O curioso é que nenhuma é preta, grande parte tornou-se conhecida pelo trabalho literário e não jornalístico, são de gerações distintas e cinco delas iniciaram no jornalismo antes da década de 1960. “(...) as jornalistas escolhidas para serem estudadas são poucas e têm reconhecimento muito mais por sua produção literária do que jornalística. Quando se pensa em referências canônicas da Comunicação e Jornalismo, são nomes masculinos que surgem” (Almeida, 2018, p.135). Talvez isso se justifique pela facilidade de acesso a documentos, estudos e textos autorais sobre essa parcela de mulheres jornalistas. O que não ocorre com as outras profissionais que também implementaram o jornalismo, mas foram invisibilizadas na História da imprensa brasileira. Encontrar esses trabalhos exige uma pesquisa de garimpagem, em um país que culturalmente pouco valoriza seus acervos e passado.

Eliane Brum é escritora, jornalista e documentarista. Nasceu em 1966 e formou-se pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em 1988. Trabalhou no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, na revista *Época*, em São Paulo, e atualmente é *freelancer* no *El País*. Publicou sete obras literárias, dirigiu e roteirizou quatro documentários e recebeu 40 prêmios de reportagem, entre nacionais e internacionais. Adélia Prado é poetisa, contista, romancista, filósofa e professora. Mineira, nasceu em 1935. Recebeu cinco prêmios, entre eles o Jabuti de Literatura. Martha Medeiros é gaúcha, natural de Porto Alegre e nasceu em 1961. Escritora e poetisa. Formou-se em Comunicação pela PUCRS, publicou mais de 30 livros e desde 1994 escreve crônicas para o jornal *Zero Hora*. Recebeu quatro prêmios entre nacionais e internacionais.

Miriam Leitão nasceu em 1951, é mineira e formou-se na Universidade de Brasília (UNB). Há 40 anos atua como jornalista e comentarista de economia no *Grupo Globo* (emissora de televisão e jornal). Foi presa política na ditadura militar em 1972 e torturada. Publicou sete livros e recebeu nove prêmios pela sua atuação como jornalista. Patrícia Galvão, também conhecida como Pagu, foi escritora, cartunista, jornalista,

tradutora, desenhista e poetisa. Nasceu em 1910 e participou do movimento modernista. Foi militante comunista e presa política. Publicou romances, obras com seus desenhos, atuou como crítica de arte e jornalismo cultural no impresso *A Tribuna de Santos* (SP). Marina Colasanti nasceu em 1937, em uma colônia italiana. É jornalista, artista plástica, escritora, tradutora e contista. Emigrou para o Brasil em 1948 e fixou morada no Rio de Janeiro. Publicou mais de 70 livros, entre contos, infanto-juvenis, poesia e prosa. Recebeu nove prêmios, sendo seis Jabutis. Trabalhou como jornalista no *Jornal do Brasil* e na *Revista Nova*, da editora Abril. Cecília Meireles, carioca, nasceu em 1901. Poeta, jornalista, pintora, escritora, foi considerada uma das maiores poetisas do Brasil, escreveu mais de 54 obras.

Flávia Freire é uma das mais jovens da lista. Nasceu em 1974, formou-se pela “UniverCidade”, no Rio de Janeiro, trabalhou 19 anos na rede *Globo* e não atua mais no jornalismo. Lillian Lima formou-se em Comunicação, com habilitação em Jornalismo em 2011 pelo Instituto Superior de Ensino do Acre. Há sete anos trabalha na rede Amazônica de televisão (rede *Globo*).

O artigo estrutura-se em uma apresentação teórico-metodológica da ciência social pela perspectiva feminista, nos procedimentos utilizados para a coleta empírica da prática jornalística de Clarice Lispector, em seguida a costura analítica com demarcações de sua biografia atravessadas pelo jornalismo e a conclusão. Como fontes, a pesquisa se apoia em relatos biográficos de Nunes (1991, 2004, 2006, 2015) e Gotlib (2009). No campo do Jornalismo, as biografias, quando escritas por jornalistas, contribuem de modo significativo para o jornalismo literário por ultrapassar as regras canônicas do discurso jornalístico (Pena, 2007), sendo uma prática do Jornalismo (Vilas-Boas, 2002). As biografias selecionadas para esta pesquisa não foram escritas por jornalistas, todavia, enquanto fontes, podem auxiliar na reflexão crítica da historiografia do jornalismo.

Epistemologia feminista e caminhos para uma construção teórico-metodológico

O ingresso das mulheres no jornalismo ocorreu no século XIX no Brasil via imprensa feminina, feminista e brasileira, esta última também conhecida como convencional, o que soa de forma enviesada e valorativa. Pinto (2010, p. 19–20) coloca que as denominações imprensa negra, imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa feminina ou imprensa operária são “expressões compostas em que o adjetivo sugere possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos — jornais feitos por negros; para negros; e veiculando assuntos de interesse das populações negras”. O mesmo pode ser aplicado às outras denominações. O interessante é tentar imaginar a correlação para imprensa brasileira: “feito por brasileiros; em solo brasileiro, direcionado a um público brasileiro” (Pinto, 2010, p.19). E as brasileiras — jornalistas, público e tema de interesse — estão contempladas enquanto sujeitos, agentes históricos e consumidoras na classificação imprensa brasileira? Ainda de acordo com Pinto (2010), uma das particularidades da origem da fundação da imprensa brasileira deve-se à confusão de seu marco inicial ter coincidido com o decreto de autorização do funcionamento da imprensa pelo príncipe D. João VI em 1808. Talvez a concomitância

desses dois factos, leve à interpretação da imprensa brasileira como sinônimo de jornais caracterizados por pautas nacionais com viés e versões das vozes dominantes e colonizadoras, nos contextos jornalísticos dos paradigmas da opinião e da informação aplicados no Brasil.

A imprensa feminina configura-se como um capítulo da História do jornalismo brasileiro, como algo descolado. A idealização da imprensa brasileira perpetua as desigualdades de gênero e raça e desconsidera seu aspecto estruturante: o processo histórico, sócio e cultural, no qual as mulheres brasileiras (brancas e pretas) estavam inseridas, bem como a construção do jornalismo. No século XIX, as mulheres ocuparam a imprensa para manifestar críticas à situação social imposta e reivindicações do direito à educação, ao voto, ao trabalho remunerado e ao divórcio. Elas lançaram jornais em diferentes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul entre outros. Entre os veículos com participação feminina estavam: *Jornal das Senhoras*; *O Belo Sexo*, *O Domingo*, *Eco das Damas*, *A Família*; *O Sexo Feminino*; *O corimbo*, *O quinze de novembro do sexo feminino* (Buitoni, 1990; Duarte, 2003).

A imprensa feminista (liberal e libertária) sofre dos mesmos lapsos de tratamento pelo campo, sem inventariar todos os movimentos que emergiram anterior à primeira metade do século XX; e parte dos movimentos da segunda metade do século diluem-se na égide da imprensa alternativa, por exemplo, a imprensa lésbica, como coloca Barbosa (2019).

A História das Mulheres atuando na imprensa brasileira ainda é pouco difundida, sobretudo antes da criação dos cursos de formação em Jornalismo. A pioneira documentada foi Narcisa Amália de Campos, jornalista, tradutora, poeta e escritora, natural de São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, que fundou em 1884 o impresso quinzenal "A Gazetinha", além de ter colaborado para outros jornais e revistas, sendo a maioria fluminense (Pietrani, 2020).

A provocação de Lerner (1990) é dar luz à história elaborada concomitantemente por homens e mulheres que coexistem em determinado espaço e tempo. Contar a história do jornalismo pela perspectiva inclusiva atende à proposição de Lerner (1990) de trazer a história do jornalismo brasileiro em minúscula, sem a exclusão das jornalistas. Isso demanda o exercício teórico-metodológico de se afastar da ciência exercida a partir do ideal cartesiano, por não levar "em consideração o papel que a política e a história desempenham nessa busca etérea da verdade; além disso, não leva em conta as formas através das quais a razão, a emoção e a paixão significam coisas diversas e são avaliadas diferentemente por pessoas diferentes" (Farganis, 1997, p. 224).

A epistemologia feminista contemporânea critica justamente o modelo cartesiano da ciência em sua compreensão objetiva da realidade a partir da razão, sem qualquer interferência de valores referentes a classe ou *status*. Para a epistemologia feminista, o fazer ciência não está blindado das construções sociais visto que o conhecimento é socialmente construído e utilizado para reiterar posturas dominantes, assim o gênero também influencia a ciência. De acordo com Farganis (1997, p. 225), "tanto o conteúdo como a forma do pensamento, ou das ideias e processos através dos quais essas ideias são geradas e compreendidas, são afetados por fatores sociais concretos, entre os quais se inclui o gênero". Nesse sentido, Saffioti (1992) coloca que as experiências vivenciadas por homens e mulheres são diferenciadas em

sociedades onde “não há igualdade social entre os gêneros” e que como a ciência é um “processo social”, a compreensão dessas experiências distintas é um pré-requisito político e intelectual para a “construção de uma teoria feminista da ciência”. A autora propõe o resgate de uma ontologia relacional inserindo os seres humanos no objeto da ciência, visto que as tramas das relações sociais entre mulheres, entre homens e entre homens e mulheres tecem a história conjuntamente.

Por esse olhar, os estudos feministas sugerem a reconstrução da ciência social utilizando pressupostos feministas e metodologias diferenciadas que permitam observar e compreender a realidade de forma legítima, consciente da intencionalidade das suas pesquisas e do seu potencial transformador. Ao assumir tal norte, esta reflexão parte de quatro premissas: i) o trabalho das jornalistas mulheres no século XIX e em grande parte do século XX não foi reconhecido pela narrativa histórica sobre a conformação do campo do jornalismo no país e tampouco pelos pares profissionais, chefia e donos de mídia jornalística; ii) a História das mulheres no jornalismo brasileiro desse período está representada nas imprensas feminina e feminista; iii) a cultura profissional do Jornalismo brasileiro é masculina (Veiga da Silva, 2010) e oprime as influências femininas. Isso deve-se sobretudo a um período de prevalência masculina no ambiente público, no qual as redações eram pouco convidativas às mulheres (Rocha; Sousa, 2008); iv) a sujeição e o apagamento do trabalho das mulheres jornalistas segue a lógica dominante patriarcal de posicioná-las na instância privada, sobretudo no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

A instância pública, aqui representada pelo mercado de trabalho, era de domínio masculino. O sucesso e genialidade feminina era permissível apenas no campo artístico. Escritoras, poetisas, jornalistas, artistas e musicistas eram postos aceites socialmente para a mulher, por estarem ligadas às artes. Besse (1999) coloca que essas atividades eram aceites porque o horário de trabalho era flexível, podiam ser executadas em casa e eram associadas ao papel tradicional das mulheres, de recitar poesia, cantar e tocar piano em reuniões sociais particulares. A remuneração não era regular, logo não ameaçavam os homens (Besse, 1999).

No século XX, a visibilidade feminina na imprensa brasileira ainda não era satisfatória. Buitoni (1981) pontua que além de serem poucas ocupando os postos nas redações, principalmente até os anos 1960, ainda nas publicações femininas eram os homens que preenchiam parte das vagas. E para camuflar a presença masculina, eles adotavam pseudônimos femininos, com o propósito de desenvolver laços afetivos entre a publicação e o público feminino.

Por isso, a dificuldade em encontrar textos e registros de jornalistas mulheres brancas e pretas que atuaram no século XIX e na primeira metade do século XX, em especial antes da abertura do primeiro curso de graduação em Jornalismo no país que iniciou em 1947 e da lei de 1969, a qual passou a exigir a formação superior para o exercício da profissão. A escolaridade impulsionou o acesso às mulheres na profissão, sobretudo quando o diploma passou a ser obrigatório, em um contexto nacional caracterizado por um processo de maior ocupação das mulheres no mercado de trabalho e nos cursos de formação superior. A certificação não gerou reconhecimento no trabalho das jornalistas, elas passaram a ocupar os postos mais baixos que os pares masculinos e a receber salário inferior, mesmo quando exerciam a mesma função e apresentavam maior qualificação acadêmica (Rocha; Sousa, 2008).

As desigualdades estruturais de gênero, raça e classe da nossa sociedade são replicadas na conformação do campo profissional, apesar dos embates enfrentados ao longo da sua trajetória.

As ideias apresentadas vão ao encontro do pensamento de Butler (2019) de que há vidas que estão mais suscetíveis ao silenciamento e, até mesmo, à morte. A autora traça suas considerações a partir das mortes e humilhações sofridas por pessoas (civis e militares) detidas em bases militares estadunidenses em países do Oriente Médio. Vidas desprovidas de sentido político e público e, por isso, os constantes rebaixamentos e ofensas. A percepção de Butler (2019) em situação de guerra também pode ser vista no cotidiano público quando ela apresenta que a vida de mulheres, população LGBTQIA+, pretos/as, imigrantes e outros segmentos são desprovidos de valor político, o que pode garantir, inclusive, a execução e o desdém pela vida e pelo luto dessas pessoas.

Grandes nomes como o de Patrícia Galvão que atuou na imprensa operária e no jornalismo cultural são mais lembrados. Mas, sempre tem um “se” sugerido pelo próprio campo que se ancora na objetividade positivista, mesmo para avaliar o ofício no passado. Era Jornalismo? Por que não está contido na História da imprensa brasileira? A desconsideração não seria uma falta de reconhecimento do próprio campo do legado das mulheres, por prezar a cultura profissional masculina? Pode-se acrescentar na lista das jornalistas anteriores à lei da obrigatoriedade do diploma outros nomes como: Helle Alves, Margarida Izar, Hellô Machado, Carmem Lour, Rosy de Sá Cardoso, Clycie Mendes Carneiro, Cecília Prada, Lucinha Fragata, Teresa Otondo, Maria Lúcia Sampaio, Cristina Duarte, Carmem da Silva, Neyde Garcia, Neusa Santana Pinheiro Coelho, Cremilda Medina (Ramos, 2010). Há uma maior facilidade em encontrar documentos e relatos sobre as jornalistas que trabalharam em capitais. Já aquelas que atuaram em cidades do interior demandam mais esforços e técnicas de pesquisa para localizar seus registros e documentos. Tais movimentos são decorrentes da relação entre a institucionalização do jornalismo com os domínios político, econômico, social e cultural, assim como sua documentação histórica.

Os procedimentos metodológicos para coletar informações sobre a atuação de Clarice Lispector como jornalista compreenderam em um primeiro momento o levantamento no catálogo de teses e dissertações da Capes, utilizando seu nome completo entre aspas como termo de busca. Há 933 trabalhos (700 de mestrado acadêmico, 213 de doutorado, 18 de mestrado profissional e 02 de programas profissionalizantes). Do total, 34 estão na área de Ciências Sociais Aplicadas (23 teses e 11 dissertações), sendo 27 da subárea da Comunicação e Informação (19 mestrado e 8 doutorado) e nenhum em programa de pós-graduação em Jornalismo. Três pesquisas foram desenvolvidas em Programas de Comunicação. O segundo passo foi a leitura dos resumos para aferir se o trabalho enfoca ou menciona a participação de Clarice no jornalismo. A discussão proposta utilizou os estudos de Vera Helena Saad Rossi (2006) e Aparecida Maria Nunes (1991). Posteriormente investigaram-se publicações em periódicos científicos e selecionaram-se os artigos publicados por Aparecida Maria Nunes (2004; 2015) e o livro de sua autoria Clarice Lispector jornalista: páginas femininas & outras páginas. Em seguida foram consultadas a biografia da jornalista e escritora (Gotlib, 2009) e suas crônicas (Lispector, 2018).

Era uma vez uma jornalista...

Judia, nascida em solo ucraniano, naturalizada brasileira, Clarice Lispector, aos nove anos de idade, já se aventurou a escrever contos. Tradutora e escritora consagrada internacionalmente, Clarice representa aqui um grupo de mulheres jornalistas que ingressaram na carreira ainda na primeira metade do século XX, quando ela tinha 19 anos. As referências às jornalistas mulheres nesse período associam a narrativas carregadas de impressões e subjetividades, distanciando-as da objetividade que passou a conduzir e legitimar a prática jornalística do paradigma informativo, instalado no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Retratação similar aos movimentos das jornalistas americanas *stunt girls* (uso de disfarce) e *municipal housekeeping* que ocorreram no final do século XIX e na primeira década do século XX (Silveirinha, 2007; Costa, 2013), quando se implementou o jornalismo industrial nos EUA. Apesar do descompasso temporal entre os dois países, em ambos percebe-se a subjugação da atuação feminina.

O mesmo ocorreu com Clarice Lispector que não teve seus contos publicados na seção “O ‘Diário’ das Crenças”, no jornal Diário de Pernambuco, quando ainda era adolescente, como ela mesmo avalia anos depois: “Já na fase adulta, lança uma possível explicação para essa recusa: era porque não narra “fatos”, como os outros contistas, mas “sensações” (Gotlib, 2009, p.86). As características femininas são culturalmente associadas ao emocional e à subjetividade em sociedades machistas, como forma de opressão às mulheres, já o homem é o portador da razão. Razão e emoção, subjetividade e objetividade, fragilidade e força são símbolos culturais impressos nas relações de poder entre gêneros como coloca Scott (*apud* Saffioti, 1992, p.198) que evocam representações expressas sob a forma de “oposições dualistas categorizando o masculino e o feminino”. No discurso jornalístico, tal narrativa ecoa como um desmerecimento do trabalho das jornalistas e de falta de profissionalismo. É pertinente lembrar que ser escritora e atuar na imprensa como forma de sustento e de publicização da obra literária não era exclusivo às mulheres.

Clarice Lispector começou a trabalhar como jornalista antes da abertura do primeiro curso de Jornalismo. Em 1939, ingressou no curso de Direito, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mas após a morte do seu pai, ocorrida em agosto de 1940, ela resolveu percorrer as redações de revistas da cidade para publicarem seus contos, pois estava insatisfeita com o emprego que tinha. Até deparar-se com a revista *Vamos Ler!* direcionada ao público masculino de classe alta (Nunes, 1991; Gotlib, 2009). Nesse período o formato de redação jornalística no Brasil, seguia o estilo literário francês (Rocha; Sousa, 2008).

A prática jornalística na época era censurada pelo governo do então presidente Getúlio Vargas que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigido por Lorival Fontes (Chefe da Casa Civil e censor), e fechou alguns jornais no país. O DIP permitia a circulação da revista *Vamos Ler!*. O primeiro texto não ficcional que Clarice publicou, aos 19 anos, foi “Eu e Jimmy”, em 10 de outubro de 1940, antes mesmo de ter publicado seu primeiro livro. Trata-se de um conto com temática feminista centrado na relação amorosa entre um homem e uma mulher (Nunes, 1991). E foi nessa revista, *Vamos Ler!*, que Clarice desenvolveu o exercício da entrevista, com a particularidade de se colocar na formulação das perguntas em formato pingue-pongue e trabalhar a edição com uma introdução e com comentários sobre o

entrevistado ao longo do texto, antecedendo o que anos depois viria a ser uma de suas marcas no jornalismo. Sua primeira entrevista foi com o poeta Tasso da Silveira em 19 de dezembro de 1940 (Rossi, 2006):

Para mim, entrevistar Tasso da Silveira era continuar uma daquelas palestras tão profundas, nas quais eu assistia atenta o poeta resolver os grandes problemas do pensamento. Quando, na redação do Pan, sua mesa não estava muito atulhada de papéis e seu cigarro não queimava rápido demais, eu puxava uma cadeira e, assim como quem nada quer, dizia uma palavra, uma simples palavrinha. E em breve discutíamos a gênese do mundo, a significação da arte, a explicação do tempo e da eternidade... Eram problemas para mim, certezas para ele. (...) — Vim lhe fazer algumas perguntas indiscretas: alguns “comos” e “porquês”, digo-lhe. (Lispector apud Nunes, 2006, p. 47–48)

Após publicar contos e crônicas, ela parte para um novo desafio nas redações, o de exercer a função de repórter. Entrou em contato com Lorival Fontes, que a contratou para trabalhar como tradutora na Agência Nacional, órgão oficial de notícias do governo. Ocupou a vaga de editora e repórter, sendo a única mulher a ocupar tal cargo naquele momento, e passou a cobrir os eventos do Governo pelo país. Seus textos eram publicados em jornais de cidades diversas que replicavam o conteúdo da Agência Nacional. Ainda em 1941, ela foi transferida para a redação do jornal *A Noite* para continuar trabalhando como jornalista. O jornal compartilhava o mesmo prédio com a revista *Vamos Ler!* na Praça Mauá, no Rio de Janeiro, separados apenas por um andar. A redação do primeiro ocupava o terceiro andar e a revista o quarto. O jornal era uma extensão do órgão governamental Agência Nacional (Gotlib, 2009).

Em 2 de março de 1942, Clarice teve seu primeiro registro profissional, trabalhando oficialmente como redatora durante dois anos e meio. Segundo seu filho Paulo Gurgel Valente, ela era a única mulher da redação do jornal. Clarice dizia que trabalhava como jornalista por necessidade financeira (Nunes, 2006):

Na praça Mauá, n.º 7, 3.º andar, vamos encontrar Clarice Lispector repórter. Ali, no jornal *A Noite*, obtém o primeiro registro na carteira profissional, como repórter do periódico que levava o mesmo nome da empresa à qual também pertencia a revista *Vamos Ler!*, que funcionava no andar de cima.

(...) é admitida em 2 de março de 1942; (...) Mas no Serviço de Identidade Profissional, Clarice Lispector será registrada apenas anos mais tarde. Sob o número 2.416, é considerada jornalista profissional em 10 de janeiro de 1944. (Nunes, 2006, p. 64)

Clarice cobria todos os assuntos, passou por várias editorias, menos polícia e nota social, e desempenhou as funções de repórter e entrevistadora. Como jornalista escreveu matérias relacionadas à situação social do país, problemas de intolerância governamental e questões ligadas ao desenvolvimento infantil (Nunes, 2006). Em sua biografia ela menciona que as desigualdades sociais do país a incomodavam desde sua infância em Recife (Gotlib, 2009).

André Carrazzoni, então diretor de *A Noite*, endereça uma carta ao ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, em 4 de setembro de 1942, elogiando a atuação de Clarice Lispector como repórter e sua identidade com o Brasil, apesar de ser

natural da Ucrânia. “Essa jovem não é apenas inteligente. Além de jornalista brilhante, a srta. Clarice Lispector está perfeitamente integrada nos hábitos brasileiros” (Waldman, 2003, p. 25).

O teor da carta expressava uma preocupação naquele contexto. Ser estrangeira era um problema, pois de acordo com a normatização do Decreto-Lei 910, 30 de novembro de 1938, estabelecido pelo Governo Getúlio Vargas, era necessário ser brasileiro nato ou naturalizado para exercer o ofício de jornalista no país. Trata-se da primeira legislação sobre a profissão de jornalistas no Brasil, a qual determinou que a jornada de trabalho seria de cinco horas, tanto de dia como de noite, e que poderia ser contratualmente prolongada para sete horas, ocorrendo compensação financeira. Dizia ainda que o jornalista não poderia ter antecedentes criminais, nem estar respondendo a processos na Justiça (Rocha; Sousa, 2008). Em 12 de janeiro de 1943 Clarice Lispector é naturalizada brasileira em documento assinado pelo presidente da república Getúlio Vargas e onze dias depois ela se casa com o diplomata Maury Gurgel Valente.

Escrever para a imprensa não foi apenas um momento na vida de Clarice, assim como seu envolvimento com o jornalismo. Após o seu casamento, a família se mudou para Belém do Pará. Na visita ao Brasil de Anna Eleonor Roosevelt, então mulher do presidente americano Franklin Delano Roosevelt, em março de 1944, Clarice foi à coletiva, fez a entrevista e mandou para o jornal *A Noite*, por telefone, mesmo já afastada do veículo (Gotlib, 2009). Apesar de não abrir mão da notícia e estar sempre atenta aos fatos, ela, por sua vez, nem sempre se considerou uma jornalista. Em 1967, quando o jornalista Alberto Dines a convidou para trabalhar no *Jornal do Brasil* como cronista, ela disse que não sabia fazer crônica da forma que era feita no Brasil, mas que como precisava trabalhar ela resolveria esse problema a seu modo: contando histórias (Nunes, 2006). Ela atuou como cronista de 1946 até ao ano de sua morte, em 1977, mas naquela ocasião, recorreu a Rubem Braga para se aconselhar:

Nota: um dia telefonei para Rubem Braga, o criador da crônica, e disse-lhe desesperada: “Rubem, não sou cronista, e o que escrevo está se tornando excessivamente pessoal. O que é que eu faço?” E ele disse: “É impossível na crônica deixar de ser pessoal.” Mas eu não quero contar a minha vida para ninguém: minha vida é rica em experiências e emoções vivas, mas não pretendo jamais publicar uma autobiografia. (Lispector, 2018, p. 676)

E deu certo. Somente no *Jornal do Brasil* ela produziu crônicas de agosto de 1967 a dezembro de 1973 (Lispector, 2018). Entre as definições de jornalista está justamente a de ser contador/a de histórias. Talvez esse seja um dos fortes elos de Clarice com o jornalismo brasileiro, com a prática ela aprendeu a dominar a técnica de escrever para jornal e os diferenciais do romance:

Escrever para jornal não é tão impossível: é leve, tem que ser leve, e até mesmo superficial: o leitor em relação ao jornal não tem vontade nem tempo de se aprofundar. Mas escrever o que depois se tornará um livro, exige às vezes mais força do que aparentemente se tem. (Lispector, 2018, p. 298)

Apesar do aparente dilema da escritora e jornalista, Clarice conduziu bem as duas profissões e tinha a percepção de que escrever para jornal precedia um compromisso com o público. É interessante que um dos seus nortes era justamente ter um público definido, ou seja, ela sabia para quem estava escrevendo no jornalismo. Algo que no paradigma informativo regido pelo modelo industrial e para um público de massa, essa identidade do público aproximava-se da abstração e não de algo concreto. Como se observa nos trechos abaixo em que ela responde ao questionamento de um jornalista mineiro sobre a razão das pessoas acharem seus textos em jornais mais fáceis e compreensivos do que os livros:

Respondi ao jornalista que a compreensão do leitor depende muito de sua atitude na abordagem do texto, de sua predisposição, de sua isenção de ideias preconcebidas. E o leitor de jornal, habituado a ler sem dificuldades no jornal, está predisposto a entender tudo. E isso simplesmente porque “jornal é para ser entendido”. Não há dúvida, porém que eu valorizo muito mais o que escrevo em livros do que o que escrevo para jornais — isso sem, no entanto, deixar de escrever com gosto para o leitor de jornal e sem deixar de amá-lo. (Lispector, 2018, p.514–515)

Com o fim da Segunda Guerra, o modo de fazer jornalismo americano passou a ser adotado no Brasil, e aos poucos se absorveu a cultura do *lead* e do formato notícia. Em 1946, foi criada a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entidade que participa de lutas em benefício do jornalista e congrega os sindicatos nacionais. Entre suas bandeiras estavam a criação do salário mínimo, a democratização dos meios de comunicação, a manifestação contra a censura e a ditadura, e a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão (Rocha; Sousa, 2008). Nesse contexto, após voltar da Europa em passagem pelo Brasil, Clarice aceitou o convite de Rubem Braga de integrar a equipe do semanário *Comício*, jornal que fundara em 1952 junto com Rafael Correa e Joel Silveira. Clarice teria uma página feminina para escrever crônicas. Ela assinaria com o pseudônimo Tereza Quadros, na coluna “Entre Mulheres”. O jornal parou de circular no mesmo ano (Gotlib, 2009). E assim, ela entrou na empreitada da Imprensa Feminina, quando não tinha mais tempo para trabalhar em período integral. Embora, a jornada de trabalho no jornalismo determinada pela legislação eram cinco horas mais duas contratuais, na prática, se trabalhava muito mais nas redações, para além de oito horas (Rocha; Sousa, 2008), o que era inviável para mulheres mães ou que assumiam a dupla jornada com o trabalho de cuidar da casa. Os acordos trabalhistas e as políticas públicas não atendiam às mulheres:

Voltando ao jornalismo feminino. Quando eu trabalhava em redações de jornais, era repórter e redatora, fazia de tudo, menos a parte de polícia e a parte de notícias sociais. Depois, não podendo na ocasião dar horário integral, fiz páginas femininas para dois vespertinos. (Lispector, 2018, p.306)

Clarice era uma mulher que viveu na Europa no pós-Guerra e nos EUA durante a onda do consumismo. Ela passou a escrever para o público feminino em três momentos, com pseudônimos diferentes e em veículos distintos. Após 8 anos nos EUA, ela

volta para o Brasil com os dois filhos e separada do marido. Entre 1959 e 1961, fez a coluna “Correio feminino” para o *Correio da Manhã*, assinando como Helen Palmer; e a coluna “Só para mulheres”, para o *Diário da Noite*, como Ilka Soares, a convite de Alberto Dines (Nunes, 2015):

Clarice volta a escrever matéria jornalística para o público feminino: colabora nesse jornal às quartas e sextas-feiras, de agosto de 1959 a fevereiro de 1961. Ao mesmo tempo mantém a colaboração na revista *Senhor*. Os rendimentos provenientes dessa matéria na imprensa complementam a pensão que recebe do marido após a separação. (Gotlib, 2009, p. 330)

Ao retornar, ela precisou se instalar em um Brasil do final da década de 1950 e início da década de 1960. Pela perspectiva feminista deve-se considerar o ser mulher, separada, com dois filhos no contexto brasileiro da época, mesmo sendo uma escritora conhecida internacionalmente. E de certa forma, as colunistas interpretadas por ela, trazem posicionamentos diferentes para enxergar o ser mulher na sociedade, traçando suas demarcações na História da imprensa feminina (Gonçalves; Hoffman; Teixeira, 2010).

Entre seus textos jornalísticos está o *Mineirinho*, publicado em 1962, na revista *Senhor* que conta sobre o assassinato de José Miranda Rosa pela polícia com 13 tiros de metralhadora numa emboscada na estrada Grajaú-Jacarepaguá (RJ), em um domingo de abril, na frente de uma garagem de uma empresa de transporte. Mineirinho era considerado criminoso, foragido da prisão, com mais de cem anos de pena a cumprir. Os jornais da época *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*, fizeram a cobertura seguindo o formato factual, pautado nas fontes oficiais como rege o paradigma informativo, com manchetes como: *A morte do maior criminoso do Rio de Janeiro* ou *Mais de duas mil pessoas tinham se concentrado na Pedra do Gambá para ver o corpo, na segunda-feira* (Nunes, 1991).

A forma como Mineirinho foi morto chocou a opinião das pessoas. Trezentos policiais se envolveram na operação. A revista *Senhor* não era de atualidade, o que naquele momento não justificava uma reportagem. Então pediram para Clarice escrever sobre o ocorrido. Das 13 balas, uma foi na perna esquerda, 3 nas costas, uma no braço esquerdo, uma no pescoço, uma no punho direito, uma no braço esquerdo, quatro no peito e uma no coração (Nunes, 1991).

No texto, Clarice fala de uma sociedade excludente, implacável e de uma justiça que não atende o homem vitimado. Era o Brasil dois anos antes de deflagrar o golpe civil-militar que instaurou a ditadura militar, em 1964:

“Me deu uma revolta enorme”. O primeiro tiro me espanta... o décimo segundo me atinge e o décimo terceiro sou eu. Eu me transformei no Mineirinho, massacrado pela polícia. Qualquer que fosse o crime dele, uma bala bastava, o resto era vontade de matar. Era prepotência. (Lispector, 2014, s.p.)

Talvez esse seja outro de seus elos com o jornalismo: além de contar história, é refletir em como contá-la. O texto de Clarice não fala apenas do acontecimento em

si, traz conhecimento, contextualiza, humaniza o “criminoso”, descreve os detalhes da crueldade do assassinato, leva o leitor a se colocar no lugar do outro, a questionar a violência policial e sua normalização. Denuncia a política de higienização implantada no período colonial com a bandeira de garantir a não violência com a prática da violência:

Esta é a lei. Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina — porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro.

Essa justiça que vela meu sono, eu a repúdio, humilhada por precisar dela. Enquanto isso durmo e falsamente me salvo. Nós, os sonsos essenciais... (Lispector, 2014, s.p.)

Ela continua o texto abordando a segurança sonsa de nós em casa, o medo, o medo do Mineirinho, o medo da sociedade, o justiceiro e, por fim, questiona a justiça:

Uma justiça que não se esqueça de que nós todos somos perigosos, e que na hora em que o justiceiro mata, ele não está mais nos protegendo nem querendo eliminar um criminoso, ele está cometendo o seu crime particular, um longamente guardado. Na hora de matar um criminoso — nesse instante está sendo morto um inocente. Não, não é que eu queira o sublime, nem as coisas que foram se tornando as palavras que me fazem dormir tranqüila, mistura de perdão, de caridade vaga, nós que nos refugiamos no abstrato. (Lispector, 2014, s/p).

Em 1968, Clarice assume na revista *Manchete* o trabalho de realizar entrevistas, ocupado pela então seção “Diálogos Impossíveis” — entre duas pessoas de ofícios diferentes para um bate-papo. Com o seu ingresso o nome da seção muda para “Diálogos Possíveis com Clarice Lispector”. Ela gostava de entrevistar, pois dizia-se curiosa. Mas não de ser entrevistada. “Não gosto de dar entrevistas: as perguntas me constroem, custo a responder, e, ainda por cima, sei que o entrevistador vai deformar fatalmente as minhas palavras” (Lispector, 2018, p. 59).

Ela não gravava as entrevistas e manteve o seu estilo da década de 1940, quando iniciou essa técnica no jornalismo: pessoal e perceptivo. Fazia de forma que ambos eram notícia: o entrevistador e o entrevistado, com tons de humanização. Uma estratégia para não deformar o entrevistado. Ao todo fez 83 entrevistas para a revista *Manchete*; 59 entrevistas, no período de maio de 1968 a outubro de 1969 para *Fatos*; 27 entrevistas para *Fotos/Gente*, realizadas entre dezembro de 1976 e outubro de 1977. Clarice redigia em primeira pessoa, não seguiu o cânone do jornalismo, mas elaborou o texto jornalístico (Nunes, 2015).

O texto editado, era apresentado em forma de pergunta e respostas, com uma entrada marcada com as impressões da entrevistadora, entretítulos e observações captadas no momento da entrevista ou sobre a pessoa, colocadas ao longo do texto. Um breve perfil, com recortes: fosse características da fisionomia, estado mental

ou profissionalismo. Se colocava na entrevista com perguntas articuladas. A entrevistadora e o entrevistado faziam parte do conteúdo veiculado. Não bajulava. Não se preocupou com o factual e sim em abstrair o lado mais humano: descreve o local da entrevista e os gestos do entrevistado ou da entrevistada. Aqui destacam outros elos com o Jornalismo: a observação e a humanização, usualmente presentes na reportagem e na grande-reportagem. A humanização e observação são técnicas que Clarice absorve nas suas produções ao longo do exercício na imprensa, antes mesmo da instalação do paradigma do jornalismo de informação no Brasil. A apuração, outro procedimento jornalístico, antecede cada entrevista e é perceptível na formulação das perguntas e no texto editado por ela. Um exemplo é sua entrevista com o então jogador de futebol Mário Jorge Lobo Zagallo:

— Sendo você bicampeão mundial e bicampeão carioca, Zagallo, eu, se dependesse de mim, se não tivesse admiração que tenho pelo Saldanha, escolheria você para técnico da seleção brasileira.

(...) Zagallo é moço, fino de corpo, as pernas não são deformadas por uma musculatura violenta, como a de certos jogadores profissionais. É o tipo do homem bom e do bom colega. (...)

(...) Estávamos sentados no banco do Jardim Botânico, conversando às pressas porque o treino já ia começar. (Lispector, 2018, p. 287)

Clarice entrevistou músicos, escritores, poetas, artistas, atrizes, atores, cantores, jogadores de futebol, políticos, paisagistas, médicos, matemáticos, economistas, mulheres de políticos e da alta sociedade. Bibi Ferreira, Tereza Souza Campos, Lígia Fagundes Teles, Oscar Niemeyer, Vinícius de Moraes, Millôr Fernandes, Roberto Burler Marx, Nelson Rodrigues, Zagallo, Pablo Neruda, Fernando Sabino, Rubem Braga, Carlos Scliar, Érico Veríssimo, Hélio Pelegrini, Chico Buarque, Tom Jobim, entre outras personalidades. Uma variedade de temas, especialidades e contribuições. Ela dominou a técnica de entrevistar e a tatuou no jornalismo brasileiro. A sua estratégia era se expor nas perguntas, assim os entrevistados sentiam-se à vontade para também se exporem. Ainda com Zagallo:

— Eu era esposa de diplomata e por isso, não só viajei muito como morei em vários países do mundo. E como você, acho, sem ser isso dito apenas por patriotismo, que, de um modo geral e em qualquer campo, não ficamos atrás de ninguém em matéria de grande material humano. O Brasil poderia ser uma beleza de país. Bem, mas voltando a você, Zagallo... (Lispector, 2018, p. 288).

Na década de 1970, Alberto Dines novamente contratou Clarice Lispector para escrever uma coluna no *Jornal do Brasil* (JB) — no Caderno B, sobre as mazelas do cotidiano. Mais uma vez ela entrou em cena para abordar temas de relevância social com uma bagagem de mais de 30 anos no jornalismo (Gotlib, 2009). Entre contos, crônicas, entrevistas e reportagens, em sua trajetória no jornalismo Clarice abordou os problemas da educação no país, do aborto, da fome, da reforma agrária, da manutenção de índios, da violência, da política, de desigualdades sociais, da maternidade, além de outros. Antes de sua morte, em 9 de dezembro de 1977, Alberto Dines foi

demitido do JB e logo em seguida ela também. “Bom, agora eu morri... Mas vamos ver se eu renasço de novo... Por enquanto eu estou morta... Estou falando do meu túmulo...” (Lispector 1977 *apud* Gotlib, 2006, p. 443).

Conclusão

A reflexão parte da perspectiva da epistemologia feminista de que o conhecimento e a ciência têm um caráter social (Bordo, 1986; Saffioti, 1992; Farganis, 1997) e as palavras têm uma história. A história do jornalismo estrutura-se em um discurso politizado e reitera posturas dominantes e desiguais, com protagonismo do viés masculino. Não reconhece a participação das mulheres na conformação do campo, tampouco suas contribuições na construção dessa história. Elas são apagadas e deslocadas para atuações secundárias: imprensa feminina, ou imprensa feminista, ou imprensa lésbica, ou imprensa negra. O campo e a cultura profissional reproduzem a sujeição das mulheres jornalistas. E contam uma história com fissuras e vazios. Para além de contar a História das mulheres ou a História dos homens, o propósito não é fortalecer uma hierarquia, mas uma costura dialética com essas vivências e práticas jornalísticas. Nesse sentido, o objetivo é trazer a historicidade do trabalho das mulheres com a inclusão do seu legado para a história do jornalismo brasileiro. Esse primeiro movimento inicia com o recorte no trabalho de Clarice Lispector.

Procurou-se mostrar que o jornalismo não foi apenas um momento localizado e datado na vida de Clarice Lispector, mas uma profissão a que ela se dedicou anos: com coberturas oficiais na Agência do Governo, como entrevistadora, repórter e colunista, ao trazer em suas crônicas e contos os problemas sociais estruturantes da nossa sociedade.

Sua participação no jornalismo dialogou com quatro décadas da história do campo, com algumas ausências. Introduziu suas técnicas de entrevista, desenvolveu a observação, humanização, descrição e contextualização nos seus textos e denunciou as mazelas sociais e políticas. Todas essas técnicas são ministradas nos bancos da faculdade para a produção de reportagens. Articulou suas inquietações com o exercício do jornalismo. Clarice praticou a apuração e a expôs nos conteúdos publicados, prática hoje comum sobretudo em reportagens investigativas.

Clarice trabalhou em jornais ao lado de outros escritores e escritoras que também atuavam na imprensa, antes e durante a instalação do paradigma informativo no Brasil. Exerceu diferentes funções na redação e acompanhou as transformações e inovações dos jornais de forma atuante. Foi repórter, editora, entrevistadora e colunista. E mesmo com tais atividades desempenhadas com êxito, o mérito da sua atuação como jornalista permanece distante frente à atuação de figuras masculinas dentro da mesma área. Ela é pouco presente nos cursos de jornalismo. Por isso, o resgate pela leitura historiográfica torna-se necessária e fundamental para que a história do jornalismo, bem como o seu ensino nos bancos acadêmicos, seja revista.

Entende-se a documentação da imprensa feminina e feminista como a História das mulheres no jornalismo que visibiliza os movimentos históricos das mulheres no campo. Assim conclui-se que tais registros devem ser inseridos na história do jornalismo, não como capítulos, mas integrando a conformação do campo em diá-

logo com os movimentos dialéticos e combativos que coexistem na sociedade pelo enfrentamento das desigualdades estruturantes e opressões de gênero.

E isso não se afasta da Clarice jornalista. Porque parte dos estudos é sobre o período em que ela atuou como colunista nas décadas de 1960 e 1970, para seções femininas. Os estudos sobre Clarice Lispector como colunista ponderam isso, na medida em que analisam o discurso, o contexto histórico do país (o cenário político, social, cultural) e do próprio Jornalismo.

Referências bibliográficas

- Almeida, G. C. C. de. (2018). *A mulher na pesquisa em jornalismo, teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972–2015)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório UEPG. <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2542>
- Barbosa, P. É. (2019). *Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981–1995): uma história possível para (re)-pensar o jornalismo* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório UEPG. <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3163>
- Besse, S. K. (1999). *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914–1940*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Bordo, S. (1986). The cartesian Masculinization of thought. *Signs*, 11(3), 439–456. <https://doi.org/10.1086/494250>
- Buitoni, D. S. (1981). *Mulher de Papel*. Edições Loyola.
- Buitoni, D. S. (1990). *Imprensa Feminina* (2.^a ed.). Ática.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência* (1.^a ed.). Autêntica Editora.
- Costa, N. (2013). *Lugar de mulher é na redação. O Jornalismo Performático e o destaque alcançado por repórteres mulheres*. [Comunicação apresentada]. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos). http://www.fg2013.wvc2017.eventos.dype.com.br/recursos/anais/20/1382033236_ARQUIVO_Lugardemulherenaredacao.pdf
- Duarte, C. L. (2003). Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*. 17(49), 151–172. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>
- Farganis, S. (1997). O feminismo e a reconstrução da ciência social. In A. M. Jaggar, e S. R. Bordo (Orgs.). *Gênero, corpo e conhecimento* (pp. 224–240). Record.
- Gotlib, N. B. (2009). *Clarice fotobiografia*. Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Hoffmann, A. G., Gonçalves, R., & Teixeira, N. C.R.B. (2010, setembro 2 a 6). *As dicas femininas nas colunas de Clarice Lispector* [Comunicação apresentada]. *Intercom – XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Caxias do Sul. <https://docplayer.com.br/45886255-As-dicas-femininas-nas-colunas-de-clarice-lispector-1.html>
- Lerner, G. (1990) *La creación del patriarcado*. Editorial Critica.
- Lispector, C. (2018). *Todas as crônicas*. Rocco.
- Lispector, C. (2014). *O Mineirinho*. Portal Geledés. <https://www.geledes.org.br/mineirinho-por-clarice-lispector/>
- Marcondes, M.M., Pinheiro, L., Queiroz, C., Querino, A.C. & Valverde, D. (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. IPEA. https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf

- Nunes, M. A. (1991). *Clarice Lispector "jornalista"* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Nunes, M. A. (2004). *Receitas de Sedução nas Páginas Femininas de Clarice Lispector para O Diário da Noite* [Comunicação apresentada]. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153014491157157231103193922632876115749.pdf>
- Nunes, M. A. (2006). *Clarice Lispector jornalista: páginas femininas & outras páginas*. Senac.
- Nunes, M. A. (2015). A mulher do pós guerra nas colunas femininas escritas por Clarice Lispector na imprensa carioca. *Revista Recorte*, 3(2), <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/2096>
- Portal Geledés (2012, fevereiro 4). *O que é raça?* Portal Geledés. https://www.geledes.org.br/o-que-e-raca/?gclid=CjwKCAjw975BRBUEiwA4whRB7IvMzWAYGSVW3BMB2vQ6fEgskFvPHKtg-vPj01-xJw8tRr1F6nMFhoC6uAQAvD_BwE
- Pena, F. (2007). O jornalismo literário como gênero e conceito. *Revista Contracampo*, (17), 43–58. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v2i17.349>
- Pietrani, A. (2020). Um caso de sororidade literária: Narcisa Amália e Amália Figueiroa em jornais e revistas do século XIX. *Revista Soletras*, (40), 51–71. <https://doi.org/10.12957/soletras.2020.51393>
- Pinto, A. F.M. (2010). *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. Selo Negro.
- Ramos, R. H. de P. (2010). *Mulheres jornalistas. A grande invasão*. Imprensa Oficial.
- Rocha, P. M., Sousa, J. P. (2008). *Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal*. Universidade Fernando Pessoa.
- Rossi, V. H. S. (2006). *Diálogos possíveis com Clarice Lispector: As entrevistas de uma escritora jornalista* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/14800>
- Saffioti, H. I. B. (1992). Rearticulando gênero e classe social. In A. Costa & C. Bruschinl (Orgs.), *Uma questão de gênero* (pp. 183–215). Rosa dos Tempos. Fundação Carlos Chagas.
- Silveirinha, M. J. (2007). Revisitar o passado na América: a “questão de ser mulher” no jornalismo. *Estudos do Século XX*, (7), 115–132. https://www.uc.pt/iii/ceis20/Publicacoes/revistas/revista_7
- Silva, M. V. da (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo. Modos de produção das notícias*. Editora Insular.
- Silva, M. V. da (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo* [Dissertação Mestrado, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre]. Lume – Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10183/25629>
- Torres, L. H. (1996). O conceito de história e historiografia. *Biblos*, 8, 53–59. <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/443>
- Vilas-Boas, S. (2002). *Biografias & biógrafos: jornalismo sobre personagens*. Summus.
- Waldman, B. (2003). *Entre passos e rastros: a presença judaica na literatura brasileira contemporânea*. Perspectiva: FAPESP: Associação Universitária da Cultura Judaica.

Notas biográficas

Paula Melani Rocha é Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pós-doutora em Jornalismo pela Universidade Fernando Pessoa (Porto/

Portugal). Professora Associada do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero (UEPG).

ORCID ID: 0000-0001-5525-6650

Morada institucional: Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 1551, quadra 10, lote 10. Ponta Grossa/Paraná/ Brasil. cep. 84035-310

Muriel Emídio Pessoa do Amaral é Professor do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru).

ORCIDID: 0000-0003-3069-6697

Morada institucional: Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Departamento de Jornalismo Praça Santos Andrade, n.01. Bloco D, sala 102

CEP 84010-790

Ponta Grossa - Paraná - Brasil

How to cite:

Rocha, P., & Amaral, M. E. P. do (2021). Diálogos Possíveis com Clarice Lispector: Um olhar inclusivo da historiografia ao jornalismo brasileiro. *Revista Media & Jornalismo*, 21(39), 207–225. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_11

Submetido | Received: 2021.01.29

Aceite | Accepted: 2021.10.07

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade em Portugal

Media narratives about intimate partner femicide in Portugal

https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_12

Ariana Pinto Correia
Universidade da Maia – ISMAI
acorreia@ismai.pt

Sofia Neves
Universidade da Maia – ISMAI
Centro Interdisciplinar de Estudos de Género
asneves@ismai.pt

Resumo

O presente artigo caracteriza o femicídio na intimidade em Portugal, na forma consumada e tentada, a partir da análise das narrativas mediáticas publicadas no jornal *Correio da Manhã* e no *Jornal Público*, entre 2000 e 2017. O *corpus* de análise, constituído por 853 peças noticiosas, corresponde a 644 casos de femicídio na intimidade. A partir de uma análise triangulada dos dados, ou seja, com recurso a uma análise quantitativa e qualitativa, emergiram diferenças na forma e conteúdo de ambos jornais, que se acentuaram na última década. Enquanto o jornal *Correio da Manhã* tende a narrar os crimes como reações *passionais* e imprevisíveis, associadas aos ciúmes e não aceitação da separação, recorrendo a narrativas paralelas que desresponsabilizam o perpetrador, o jornal *Público* apresenta, tendencialmente, o crime de forma contextualizada. Esta polarização, além de desconectada das diretivas preconizadas pela Convenção de Istambul (2011), contribui para uma construção social do crime enviesada, com efeitos não só na opinião pública, mas nas vítimas e pessoas agressoras na intimidade.

Palavras-chave

femicídio; intimidade; Portugal; imprensa

Abstract

This investigation paper intends to characterize intimate partner femicide in Portugal, in the attempted and consummated form, starting from media narratives analysis published in Portuguese newspapers *Correio da Manhã* and *Público*, between years 2000 and 2017. The analysis *corpus*, consisting of 853 news, corresponds to 644 intimate partner femicide cases. Departing from a triangulated data analysis, meaning that quantitative and qualitative analysis had been made, a clear distinction

from both newspapers has emerged in its form and content, accentuated in the past decade. Therefore, while *Correio da Manhã* tends to narrate the crimes as passionate and unpredictable, associated with jealousy and the non-acceptance of the separation, appealing to parallel narratives that exonerates the perpetrator, *Público* tends to present the crime in a contextualized way. This mediatic polarization, besides disconnected from Istanbul Convention guidelines (2011), contributes to a skewed social construction of intimate partner femicide, with effects not only in public opinion, but in intimate partner violence victims and offenders.

Keywords

femicide; intimacy; Portugal; press

Introdução

A violência contra as mulheres baseia-se em assimetrias estruturais promotoras de desigualdades de género que se repercutem em todas as dimensões da vida social, em particular na intimidade (Neves, 2016). O femicídio na intimidade, como expoente máximo da violência de género na intimidade (Radford & Russel, 1992), configura um crime de ódio, apresentando-se como o corolário da opressão que recai sobre as mulheres no contexto das suas relações amorosas e é o resultado, na grande maioria das vezes, de um histórico prévio de violência doméstica (Campos, 2015; Dobash et al., 2004; Dutton & Kropp, 2000). De acordo com o *Global Study on Homicide*, apesar de os homens serem mais vítimas de homicídio do que as mulheres, estas são mais vezes mortas pelos seus companheiros ou ex-companheiros ou por membros da família, a nível mundial (UNODC, 2019).

Ainda que Portugal tenha vindo a adotar políticas públicas que visam prevenir e combater a violência doméstica desde a década de 90 do século XX (Neves & Brasil, 2018), o país não constitui exceção no que toca à realidade da violência contra as mulheres. Com efeito, o último Relatório Anual de Segurança Interna indica que, em 2020, Portugal registou um total de 27.637 denúncias por violência doméstica. Destas, 85% ocorreram em contexto de intimidade (SSI, 2021). De acordo com um estudo recente da Polícia Judiciária (2020), entre 2014 e 2019 ocorreram no país 128 homicídios perpetrados por pessoas com as quais as vítimas mantinham, ou tinham mantido, uma relação íntima. Em ambos os casos, quer se trate de vítimas de violência doméstica ou de vítimas de homicídio em contexto de intimidade, estas eram predominantemente do sexo feminino, sendo as pessoas homicidas sobretudo do sexo masculino. Ainda, entre 2007 e 2018, as condenações por homicídio qualificado adquiriram especial destaque, com os homicidas de sexo masculino a representar a esmagadora maioria das pessoas condenadas (DGPJ, 2019).

O crime, de forma geral, apresenta-se entre as temáticas mais frequentemente mediatizadas, sob um espectro de construções noticiosas. A forma como a notícia é enquadrada, ou seja, como é salientada na construção noticiosa, afeta a forma como o público perceciona a temática ou a ocorrência, sendo nessa medida o enquadramento considerado uma forma de controlo social (Ayres & Jewkes 2012).

No que ao crime genderizado diz respeito, a sua mediatização é regularmente pautada pela reprodução, naturalização e legitimação de estereótipos de género (Comas-

d'Argemir, 2014), sendo que estes valores e crenças, quando mediatizados de forma *natural* e acrítica, ecoam na forma como o público compreende e prioriza ou desvaloriza e legitima estes fenômenos (Baldry & Pagliaro, 2014; Belknap, 2007; Fairbain & Dawson, 2013; Simões, 2008). Décadas depois das lutas feministas reclamarem a politização do espaço privado, evidenciando as assimetrias estruturais e as desigualdades simbólicas como alicerce da violência na intimidade, a mediatização sobre estes crimes mantém-se conservadora, acompanhando a resistência da sociedade em perceber e aceitar a violência na intimidade e, por consequência, o feminicídio na intimidade, como fenômenos eminentemente socioculturais (Simões, 2014).

Sabendo que a aceitação acrítica das narrativas mediáticas, será tanto maior, quanto menor for o conhecimento do público, os *media* tornam-se não apenas fonte primária, mas muitas vezes, a única fonte de informação (Carlyle et al., 2008; Capezza & Arriaga, 2008. Silveirinha, 2006; Taylor, 2009).

Gitlin (1980 as cited in (Gamson & Modigliani, 1989, p. 3) define o processo de enquadramento ou *framing* como "padrões persistentes de cognição, interpretação, ênfase, apresentação da seleção e exclusão, a partir dos quais os/as jornalistas organizam o seu discurso, como ideias organizadoras centrais integradas num pacote interpretativo". Assim, a construção noticiosa e todas as decisões que a compõem quer na forma, quer no conteúdo, como a apresentação gráfica, o tipo e quantidade de fontes informativas recolhidas, o recurso e tipo de imagem, a extensão e localização do texto, a titulação e o tipo de narrativa são escolhas conscientes, que materializam o enquadramento realizado pelos/as jornalistas, plasmando-se no conteúdo manifesto da notícia, o qual impacta na forma como o público apreende, interpreta e avalia os eventos (D'Angelo & Shaw, 2018; Jewkes, 2010).

A partir do seu estudo seminal, Iyengar (1991) problematizou as consequências das notícias em função do enquadramento sob o qual são construídas, temático ou episódico. No que concerne às narrativas mediáticas sobre o feminicídio na intimidade, quando retratadas sob um enquadramento temático, caracterizam-se pela contextualização e informação sobre o crime, distanciando-se de abordagens individualistas, essencialistas e redutoras, promovidas por um tipo de enquadramento episódico. Neste último, o feminicídio na intimidade é tendencialmente retratado como um crime imprevisível, exaltando-se especificidades individuais, como traços da personalidade ou psicopatologia do perpetrador. A motivação subjacente ao crime é, regularmente atribuída à *passionalidade*, associando-o a uma ação irracional e intempetiva, movida por ciúmes, humilhação ou rejeição do perpetrador, no seguimento de alegada ou suspeita infidelidade, em frequentes exercícios de desresponsabilização do perpetrador e culpabilização da vítima. Na mesma medida, a narrativa caracteriza o crime como *tragédia familiar*, remetendo-o para o foro privado, desareigado do contexto sociocultural de origem (Coimbra, 2007; Neves et al., 2016; Simões, 2008).

O enquadramento episódico é ainda característico de um tipo de jornalismo sensacionalista, que privilegia o imediatismo e o consumismo. As narrativas mediáticas apresentam-se, assim, estruturalmente simples, mas cativantes, pautadas por informação excessivamente detalhada e titulações sugestivas, centralizando o crime em torno de um elemento acessório, o qual é hiperbolizado, desviando a atenção do público da matriz estrutural que subjaz ao feminicídio (Fairbairn & Dawson, 2013; Richards et al., 2014; Rotherberg, 2014; Smith et al., 2019).

Ainda de sublinhar que a construção noticiosa poderá reverberar com intensidades diferentes, consoante o nível de identificação da pessoa recetora, especificamente nas pessoas vítimas e pessoas agressoras de violência na intimidade. Assim, nas vítimas de violência na intimidade, poderá potenciar a sua vulnerabilidade, sentimento de desproteção e descrença no sistema de justiça, desmotivando o pedido de ajuda, desempoderando-as. Consequentemente, poderá facilitar a manutenção na relação violenta, adensando o risco da (sua) letalidade (Carlyle et al., 2008). Nas pessoas agressoras, destaca-se o potencial mimético ou efeito *copy cat*, associado na literatura ao suicídio, especificamente denominado Efeito Werther, com evidências transnacionais que justificaram a construção de documentos orientadores para a mediatização do suicídio. Este efeito, no que ao femicídio na intimidade diz respeito, antecipa uma relação de causalidade de prova complexa, percebendo-se, todavia, que é mediada por características individuais, situacionais, sociais, culturais e mediáticas (Niederkrötenhaler et al., 2010; Torrecilla et al., 2019; Vives-Cases et al., 2009). Relativamente ao impacto das narrativas mediáticas na opinião pública, poderão, em função do seu enquadramento, contextualizar ou enviesar a construção social do femicídio na intimidade, materializando-se de duas formas, através de atribuições causais que legitimam ou minimizam o crime, com a dessensibilização temática do público ou, por outro lado, promovendo o engajamento e mobilização civil, com reflexo na agenda política e propulsora de transformação social (Carlyle et al., 2008; Vresse, 2009). De sublinhar que as narrativas mediáticas do femicídio na intimidade são também indicadas como fator protetor das vítimas, tendo-se notado que iniciativas que promovem a prevenção e/ou a intervenção contra a violência de género (eg., medidas legislativas, políticas públicas, condenações judiciais) parece ter um efeito dissuasor para os agressores (Vives-Cases et al., 2009; Torrecilla et al., 2019). Neste sentido, e alicerçando o presente estudo, parece fulcral problematizar em que medida operam os *media* ao nível das atitudes e dos comportamentos, tanto do público em geral, como nas pessoas que apresentam maior probabilidade de identificação com as narrativas mediatizadas, ou seja, vítimas e pessoas agressoras de violência na intimidade.

II – Estudo empírico

1. Sinopse

Considerando-se as dinâmicas sociais e estruturais na génese e manutenção do femicídio na intimidade e a evolução massiva e centralidade dos meios de comunicação social na sociedade, apresenta-se indispensável a análise desta relação, especificamente na forma como o femicídio na intimidade é caracterizado noticiosamente, que elementos são relevados, omissos e/ou enviesados e quais as implicações desta narrativa na construção da realidade criminal no espaço público.

O presente estudo pretende responder a esta necessidade, procedendo à análise de 853 peças jornalísticas respeitantes a um período de 18 anos (2000–2017), recolhidas a partir de dois jornais diários na versão impressa da edição norte, produto de linhas editoriais distintas – *Correio da Manhã* e *Público*, abrangendo diferentes públicos.

2. Caracterização do corpus de análise

O *corpus* de análise do presente estudo é composto pelas peças jornalísticas sobre femicídio na intimidade, na forma consumada e tentada, publicadas na versão impressa da edição norte dos jornais diários *Correio da Manhã* e *Público*, entre 1 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2017, constituindo-se em 853 peças noticiosas: 637 (74.7%) recolhidas do *Correio da Manhã* e 216 (25.3%) recolhidas do *Público*.

Foi selecionado este período temporal, pois foi no ano 2000 que a violência doméstica foi criminalizada ao nível público, e 2017, por ser o ano anterior à publicação e operacionalização da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018–2030 «Portugal + Igual».

Os jornais alvo de análise, embora ambos diários generalistas nacionais, são produto de linhas editoriais distintas, uma mais sensacionalista (*CM*), outra eminentemente informativa (*Público*) (Carvalho, 2007).

3. Técnicas de recolha de dados

3.1. Grelha de registo das peças noticiosas

Tendo como suporte a literatura sobre o femicídio na intimidade e a sua análise mediática, construiu-se previamente à recolha, uma grelha de registo para sistematização dos dados. A grelha foi composta por dois grupos de variáveis, um respeitante à forma das peças noticiosas e outro, respeitante ao seu conteúdo. Sucintamente, quanto à forma contemplam-se dados respeitantes à dimensão das peças, o recurso à imagem e que tipo de imagem, a autoria da notícia. No que concerne ao conteúdo das peças noticiosas, contemplaram-se as características sociodemográficas da vítima e do perpetrador, especificamente a idade, nacionalidade, descendência e ocupação profissional. Também a tipologia do crime, a ocorrência de suicídio do perpetrador, as circunstâncias e dinâmicas da perpetração do crime, a sua distribuição geográfica e temporal, o local e período de ocorrência. Ainda analisados os elementos presentes a titulação e as reações sociais ao crime.

4. Procedimentos

4.1. Recolha das peças noticiosas

O processo de recolha das peças noticiosas realizou-se presencialmente na Biblioteca Municipal do Porto para o acesso ao arquivo do jornal *Correio da Manhã* (2000–2017) do jornal *Público* (2000–2001), após pedido de autorização. No que respeita à recolha das peças publicadas pelo jornal *Público*, foi efetuado o acesso online à edição impressa entre o ano 2002, primeiro ano disponível para consulta integral online e 2017. O acesso online foi efetuado mediante a subscrição do serviço de assinante, o

que permitiu o acesso à edição norte do jornal em formato *pdf*, por forma a respeitar os critérios de recolha. As palavras-chave utilizadas foram: homicídio, violência doméstica, violência conjugal, *crime passionnal*, casal, matou mulher, matou companheira, matou namorada, tentou matar mulher, tentou matar companheira, tentou matar namorada.

5. Técnicas de tratamento e análise de dados

Após a recolha, e num processo de pré-análise, procedeu-se à leitura exaustiva de cada peça noticiosa, codificando-a com as iniciais do jornal, o ano, mês e número atribuído à notícia (e.g., CM2002_10_01; P2002_10_01). Seguidamente procedeu-se à análise da forma e análise do conteúdo das peças noticiosas, cujo processo se explana de seguida.

5.1. Análise da forma das peças noticiosas

Com recurso ao IBM SPSS *software* (versão 26), realizam-se análises descritivas simples dos indicadores quantitativos definidos aquando da construção da grelha de registo, plasmada na base de dados criada.

5.2. Análise do conteúdo das peças noticiosas

Com recurso ao IBM SPSS, analisaram-se as variáveis que comportam ao crime e definidas previamente, eminentemente quantitativas.

Numa lógica de triangulação e complementaridade dos dados, a análise do conteúdo das peças noticiosas comporta uma análise quantitativa, operacionalizada a partir de análises descritivas simples de variáveis previamente assinaladas e uma análise qualitativa, com recurso à análise de conteúdo categorial, com vista a uma maior amplitude e compreensão do fenómeno. Nesta última, procedeu-se à análise dos elementos da titulação das peças noticiosas, por forma a perceber quais os elementos do crime valorizados e se estes comportam a culpabilização direta ou indireta da vítima. Considerando a natureza dos dados, optou-se por uma análise de conteúdo categorial. Desta forma, passando pelo crivo de uma pré-análise e codificação, procedeu-se à criação de categorias significativas, a partir da significação dos elementos constitutivos da mensagem (Bardin, 2010). A mesma análise foi realizada para as reações sociais ao crime, através de citações diretas ou indiretas a partir das peças noticiosas, recolhidas junto da comunidade de pertença de vítima e perpetrador, por forma a perceber o seu papel na prevenção, ou não, do crime.

6. Apresentação e discussão dos resultados

A apresentação que se segue comporta a análise da forma e do conteúdo das peças noticiosas. Conquanto na análise primeira, eminentemente quantitativa, debruçamo-nos sobre a configuração das peças, a análise do conteúdo, mais densa e

concebida de forma complementar à forma, permite-nos aprofundar o conhecimento sobre o femicídio na intimidade em Portugal e como as narrativas mediáticas que o caracterizam têm acompanhado a evolução jurídico-penal e política do crime das últimas duas décadas.

6.1. Análise da forma

Relativamente à dimensão ocupada pela peça noticiosa, verificou-se no *Correio da Manhã* uma preponderância das peças com $\frac{1}{4}$ de página em 31.1% (n=198) e $\frac{1}{2}$ página - 30.3% (n=193). Uma página é atribuída em 20.5% (n=132) das peças, 13.2% (n=83) apresentam-se como peças de tamanho reduzido — breves, e por oposição, duas páginas é o espaço atribuído em 4.9% (n=31) dos casos. De relevar ainda que à medida que se avança no tempo, o espaço atribuído foi gradualmente aumentando, sendo que as peças de tamanho reduzido (breves) e de $\frac{1}{4}$ de página foram dando lugar às peças de meia página e página inteira. No que ao recurso à imagem diz respeito, constata-se que a maioria das peças publicadas no CM — 80.8% (n=515) comportam texto e imagem, sobretudo imagens do local do crime — 27.4% (n=141); imagem da vítima — 23.9% (n=123) e de terceiros — 16.5% (n=85), contrastando com as peças publicadas no P, com imagem apenas em 37% (n=80) das peças, sobretudo de profissionais de intervenção no crime — 41.2% (n=33). No que concerne à autoria das peças noticiosas, evidencia-se o facto de o CM ter um valor consideravelmente baixo de peças não assinadas — 10.5% (n=67), porém foram contabilizados 141 jornalistas na autoria das peças, numa rotatividade que denuncia falta de especialidade. No que concerne ao *Público*, verifica-se que 46.3% (n=100) das peças não são assinadas, sobretudo as notícias breves, tendência que, em relação ao espaço atribuído e autoria, decresceu ao longo da última década, tendo sido assinadas por 51 jornalistas.

6.2. Análise de conteúdo

Debruçamo-nos agora sobre a análise do conteúdo das peças noticiosas, efetuada sob uma abordagem quantitativa — análises descritivas simples e sob uma abordagem qualitativa — análise de conteúdo categorial. Uma vez que este objetivo visa a caracterização do femicídio na intimidade, o *corpus* de análise comportará os 644 casos noticiados, entre as 853 peças noticiosas recolhidas, de forma independente do jornal onde é publicado, tendo-se procedido à realização de análises descritivas simples às variáveis associadas apenas ao crime de femicídio na intimidade, que se apresentam de seguida. Ainda de referir que 209 casos foram noticiados por ambos os jornais, 428 casos noticiados apenas pelo jornal *Correio da Manhã* e 7 casos apenas noticiados pelo jornal *Público*.

6.2.1. Análise quantitativa do conteúdo das peças noticiosas

Caracterização sociodemográfica — No que diz respeito à caracterização sociodemográfica das vítimas, esta evidencia-se pela sua heterogeneidade, pese embora

se destaquem as mulheres em idade ativa, mais concretamente 28.4% (n=183) entre os 36 e os 50 anos e 21.1% (n=136) entre os 24 e os 35. De apontar ainda uma percentagem de mulheres mais idosas, com mais de 65 anos, que totaliza 8.2% (n=53) dos casos. Tal vai ao encontro dos dados nacionais, que colocam estas mulheres em idade ativa, sobretudo entre os 36 e os 60 anos, mas também acima dos 65 anos (23%), de nacionalidade portuguesa (90%), casadas (58%) e, em 57% dos casos, com descendentes do perpetrador (PJ, 2020; UMAR, 2020). Pese embora a ocupação profissional destas mulheres ser apenas mencionada em 38.3% (n=247) das peças recolhidas, evidenciam-se as mulheres com trabalhos não qualificados, tal como verificado em 8% (n=52) das peças, e em situação de desemprego, em 7.1% (n=46) dos casos.

Ainda que sejam de nacionalidade portuguesa em 93.1% (n=600) dos casos, 6.8% (n=44) das vítimas dos crimes consumados eram cidadãs estrangeiras. Importa destacar que a maioria das vítimas estrangeiras foi assassinada às mãos dos seus ex ou atuais parceiros também estrangeiros, apresentando-se como femicídios intracomunidade, assinalando-se as múltiplas fragilidades das mulheres imigrantes, que as diluem nas cifras negras deste crime, sintomático da necessidade de uma abordagem interseccional do crime, já assinalada na ENIND, num reconhecimento da desproteção acrescida destas mulheres. Evidência ainda para o impacto dos femicídios nos/as descendentes, já que cerca de metade destas mulheres eram mães — 51.7% (n=333). Desta forma percebe-se que entre 2000 e 2017, 419 crianças, jovens e adultos/as ficaram orfãos/ãs de mãe, entre os/as quais 121, de mãe e pai/padrasto, derivado ao suicídio deste último, por vezes testemunhas dos crimes. Ainda de registar 188 filhos/as das sobreviventes de femicídio, muitas vezes também eles/as vítimas de violência doméstica e, por vezes, testemunhas do crime.

No que diz respeito às características sociodemográficas dos femicidas, 93.8% (n=606) são/eram cidadãos nacionais. Já no que concerne às idades, à semelhança das vítimas, situam-se predominantemente em idades ativas, ainda que tendencialmente com idade superior à das vítimas. Embora com particular incidência entre os 36 e os 50 anos — 32% (n=206), 18% (n=116) apresentavam-se entre 51 e os 64 anos e 13% (n=84), com mais de 65. Ainda assim, evidencia-se o trabalho qualificado na indústria, construção e artífices, nomeadamente empregados no setor da construção civil — 8.5% (n=21), mas também desempregados — 7.9% (n=51) e reformados — 6.5% (n=42). Esta caracterização mostra-se, assim, concordante com os dados nacionais mais recentes, que caracterizam o femicida predominantemente em idade ativa, sobretudo entre os 36 e os 64 anos, casado com a vítima, com escolaridade até ao ensino básico, empregado, sobretudo na construção ou trabalhador não qualificado (PJ, 2020; UMAR, 2020).

Tipologia do crime: Entre os 644 crimes analisados a partir da recolha noticiosa, verificaram-se 383 femicídios consumados (59.5%) e 261 tentados (40.5%). Ao focar apenas o crime na forma consumada (N=383), 39.7% (n=152), este foi perpetrado depois da separação e em 60.3% (n=231) dos casos, no âmbito de relações de intimidade atuais, destacando-se o marido como protagonista, tal como verifi-

cado em 72.3% (n=167) dos casos. Quanto às tentativas (N=261), estas ocorrem tanto no âmbito de relações de intimidade atuais – 51.3% (n=134), como após a separação – 48.7% (n=127). Em 56.7% (N=365) dos crimes, a perpetração ocorreu no âmbito de uma relação atual e em 43.3% (n=279), a relação era passada. Entre estes últimos, em aproximadamente 25% (n=71), a separação tinha ocorrido há menos de 30 dias e em 23.4% (n=64), tinha ocorrido há mais de um mês, mas menos de um ano. A taxa de perpetração do crime desce significativamente após um ano da separação – 9.3% (n=26) e embora não fosse feita referência ao período de separação em 42.3% (n=118) das peças, é óbvia a perigosidade no pós-rutura, especialmente no primeiro ano da separação.

A distribuição dos crimes pelo tipo de relação encontra-se alinhado com a literatura, que indica que entre 1/3 e 50% das mulheres assassinadas se encontravam separadas do feticida à data do crime, revestindo-se a situação de particular perigo nos dois primeiros meses após a separação ou quando a vítima apresenta uma nova relação num curto espaço de tempo pós-rutura, decrescendo o risco de letalidade um ano após a separação (Campbell et al., 2009; PJ, 2020; Spencer & Stith, 2018; Websdale, 2019).

Modus Operandi (MO) – No que diz respeito ao MO, a arma de fogo mostrou-se preferida em 46.4% (n=299) dos crimes, seguida de arma branca, utilizada em 35.1% (n=226) dos femicídios, sobretudo facas de uso doméstico, também destacados nos RASI ao longo dos anos. Ainda de ressaltar as mortes particularmente violentas, verificadas em 18.5% (n=119), especificamente a morte por agressão em 8.2% (n=53) dos casos, estrangulamento em 5.4% (n=35) e recurso a fogo, gás, ácido ou bomba, utilizado em 4.8% (n=31) dos femicídios, evidenciando o ódio e o desprezo que subjaz a estes crimes, evidenciando-os como crimes de ódio, tal como defendido por Radford e Russel (1992). Se nos debruçarmos apenas sobre os crimes consumados (N=383), evidencia-se a arma de fogo como a forma mais eficaz para a letalidade, utilizada em 52.2% (n=200) destes crimes. Já nas tentativas (N=261), destaque para a utilização de arma branca, utilizada em 40.6% (n=106), denotando-se menor eficácia na consumação do crime quando o recurso se faz a esta última. O recurso a arma de fogo e arma branca encontra-se alinhado com os dados nacionais mais recentes (PJ 2020; SSI, 2021; UMAR, 2020).

Femicídio-suicídio – De relevar ainda os casos de suicídio do perpetrador, consumado em 18.9% (n=122) dos casos noticiados, e tentado em 9.1% (n=59) dos mesmos, tendo-se verificado que 62.3% (n=76) dos casos de femicídio-suicídio consumado ocorreram no âmbito de uma relação de intimidade atual e 37.7% (n=46) no âmbito de uma relação de intimidade pretérita. A prevalência do suicídio ou a sua tentativa, nas peças noticiosas recolhidas (28%), vai ao encontro dos dados internacionais, que apontam entre 27% e 32% da totalidade destes crimes (Campbell et al., 2007; PJ, 2020).

Motivação para o crime – A partir da análise das peças noticiosas, é por demais evidente que as motivações atribuídas ao crime são os ciúmes *doentios* e

a não aceitação da separação, totalizando 95.7% dos motivos atribuídos para a ocorrência do crime. Enquanto os ciúmes, apontados como motivo subjacente ao crime em 52.2% (n=336) dos casos, regularmente associada à percepção de infidelidade por parte da vítima ou comportamentos considerados inadequados para uma mulher numa relação de intimidade, a não aceitação da separação do feticida, apontada como motivo do crime em 43.5% (n=280) dos casos, tem também na sua base os ciúmes, que naturalizam comportamentos desajustados, repressivos, desproporcionais e/ou violentos, senda na realidade exercícios de dominação. A separação ou manifestação da sua intenção, sobretudo quando há coabitação, tem-se destacado como um dos fatores de risco com maior índice de predição, podendo acionar fatores de risco pré-existentes, encadeando-se os eventos numa escalada de severidade da violência, comportando um aumento alarmante do risco de femicídio no que Wilson e Daly (1998, p.3) denominam de *violência subletal*. Em 2% (n=13) dos casos, todos em casais com idades mais avançadas e suicídio do perpetrador, o motivo apresentado prende-se com a alegada doença da vítima e, por vezes também atribuída ao perpetrador, sendo o femicídio transformado mediaticamente num exercício de *compaixão*, eutanásia ou *pacto de amor*.

Denúncia – No que à denúncia formal diz respeito, destaque para a ausência de informação em mais de ¼ dos casos noticiados (n=497), impossibilitando o alcance devido para o conhecimento mais aprofundado da realidade criminal. Pese embora o dado omisso em mais de ¼ do *corpus* de análise, confirma-se a formalização da denúncia em 18.1% (n=116) e em 4.8% (n=31) é expresso o histórico prévio de vitimação, ainda que sem denúncia formalizada. De mencionar que nas últimas duas décadas, foi atribuída, ainda que paulatinamente, visibilidade ao dado denúncia, acompanhando as reformas jurídico legais.

Distribuição geográfica: Ao nível distrital, destaque evidente para Lisboa com 18.4% (n=119) dos casos recolhidos, seguido de perto pelo distrito do Porto com 16.6% (n=107) e o distrito de Setúbal com 9.4% (n=61) dos crimes, totalizando-se nestes três distritos 45% dos femicídios, considerando-se como territórios urbanos e com elevada densidade populacional, concordante com os dados nacionais (PJ, 2020; SSI, 2020; UMAR, 2020).

Local de ocorrência: No que diz respeito aos femicídios em relações de intimidade atuais (N=365), destaque para a casa como cenário preferencial da fatalidade, como expresso em 82.7% (n=302) dos casos. Em relações passadas (N=279), a casa mantém-se como o cenário preferencial, embora de forma substancialmente menos expressiva – 53% (n=148), seguida pela via pública, local da ocorrência em 23.3% (n=65), o local de trabalho e os espaços públicos frequentados pela vítima, verificados em 9.6% (n=27) e 8.6% (n=24), respetivamente. A casa assume destaque, tanto na forma consumada – 82.7% (n=302), como na tentada – 53% (n=148), embora nestes casos substancialmente menos expressivo, sendo ainda assim inequívoca a tendência da perpetração do crime no espaço privado, sinalizando-o como o local mais perigoso (UMAR, 2020; PJ, 2020).

Período: O período noturno distingue-se como o mais prevalente quando o crime ocorre no âmbito de relações de intimidade atuais (N=365), representando 33.7% (n=123) dos crimes, já que é por norma o horário pós-laboral e de convivência, apresentando os períodos da tarde e da manhã taxas de perpetração de 23.3% (n=85) e 18.7% (n=68) respetivamente. Se circunscrevermos o crime perpetrado em relações passadas (N=279), destaca-se o período da tarde com 31.2% (n=87) dos casos, seguido pelo período da manhã com 26.5% (n=74) e da noite com 25.1% (n=70), com uma distribuição mais uniforme entre horário laboral e pós-laboral, podendo estar relacionado com a perseguição da vítima até ao local de trabalho ou escola, que associado à separação recente e histórico de vitimação na relação, foi descrito por Campbell (2007) uma tríade de particular risco.

Distribuição temporal: Destaque isolado para o ano de 2014 com 61 crimes noticiados (34 consumados e 27 tentativas), 2015 com 44 crimes (24 consumados e 20 tentativas), 2002 com 42 femicídios (26 consumados e 16 tentados) e ainda 2012 e 2013, ambos com 41 crimes noticiados – 26 consumados e 15 tentativas e 23 consumados e 18 tentativas, respetivamente. De sublinhar o impacto que as tentativas têm na prevalência dos crimes, correspondendo a 40% dos femicídios na intimidade (n=261).

O OMA destaca os anos de 2008, 2010 e 2014, com 46, 44 e 45 femicídios, entre os quais 40, 40 e 35 perpetrados na intimidade, respetivamente, tendo sido necessário desagregar estes dados, por forma a poder comparar os dados, já que não são contabilizados apenas o crime na intimidade, mas também em contexto familiar e outros (UMAR, 2005–2020).

Também o estudo publicado pela Polícia Judiciária destaca, mais uma vez, o ano de 2014 como totalizando 25% dos inquéritos desta natureza (n=19). Porém, aqui lembrar que o estudo em questão não se debruça apenas sobre os femicídios (87%), mas sobre os homicídios na intimidade (PJ, 2020).

De acordo com as peças noticiosas recolhidas, maio e março destacam-se como os meses, ao longo dos dezoito anos da análise, com maior prevalência de femicídios, registando 10.6% (n=68) e 10.4% (n=67) respetivamente, somando-se abril com 9.8% (n=63) dos casos. Os meses de verão, como tem vindo a ser notado, registam elevada taxa de perpetração do crime. Não obstante verificar-se, em anos anteriores, um número superior de casos nos meses de verão, o primeiro trimestre tem-se apresentado fatal de forma constante (PJ, 2020; UMAR, 2020). Embora os dados não se cruzem de forma líquida, convém considerar que a metodologia e a concetualização são diversas, pelo que a comparação de números em estado bruto poderá enviesar a análise.

6.2.2. Análise qualitativa do conteúdo

Titulação principal

A partir da leitura exaustiva da titulação principal emergiram sete discursos mediáticos que apresentamos na tabela infra.

Tabela 1 – Análise de conteúdo da titulação das peças noticiosas

Categorias	Sub-categorias		
1. Propriedade			
2. Culpabilização da vítima	Culpabilização direta	Culpabilização indireta:	Ciúmes como móbil do crime Crime de honra O crime por compaixão O desespero da separação
3. A desumanização da vítima	O crime corporativo	O <i>modus operandi</i> e a terciarização da vítima	
4. A tragédia anunciada			
5. A descrição policial			
6. O carácter sancionatório da titulação	A detenção do perpetrador	A condenação do perpetrador	O carácter informativo
7. Especificidades do crime	A gravidez da vítima	O suicídio do perpetrador	O testemunho dos/as filhos/as da vítima

Neste sentido, a partir da análise da titulação de ambos os jornais, anteciparam-se diferentes tipos de narrativa, uma de carácter mais sensacionalista, no *CM*, com recurso a citações diretas a partir de fontes de informação na comunidade, que frequentemente resvala num discurso culpabilizante da vítima e que desresponsabiliza o perpetrador, dando-se voz a uma comunidade permissiva, que associa o crime ao espaço privado como argumento da sua inação, evidenciando-se a complacência e a falta de consciência cívica. Também verificada uma titulação que desumaniza a vítima, terciarizando a sua história e individualidade, trocada por detalhes acessórios do crime, por vezes através de exercícios gráficos que apelam à emoção. De sublinhar que este tipo de narrativa poderá constranger a motivação e confiança das atuais vítimas de violência na intimidade para o procedimento criminal (Neves et al., 2016).

De forma exclusiva no jornal *Público*, destaque para a titulação em forma de descrição policial, construída a partir de comunicados divulgados pelas forças policiais, esta titulação (e respetiva notícia) é curta e estritamente factual, privilegiando a objetividade e a linguagem técnica, destacando-se o uso do termo suspeito e ainda a titulação que enfatiza o carácter sancionatório do crime, destacando não a perpetração do crime *per se*, sequer a exploração dos/as protagonistas, antes as consequências legais do crime, com utilização mais regular e gradual ao longo da última década, sinal de uma maior visibilidade social, legal e política do crime.

Reações sociais ao crime

Por forma a perceber qual o papel da comunidade na prevenção, ou não, do crime, em que vítima e protagonista estão ou estiveram inseridos, realizou-se uma análise de conteúdo categorial às reações sociais ao crime e aos seus protagonistas, cujas categorias são vertidas na tabela infra.

Tabela 2 – Análise de conteúdo das reações sociais

Categorias	Sub-categorias
1. Reação social relativamente à vítima	A mulher <i>arisca</i> [CM2007_12_18] A mulher <i>sofrida</i> [CM2000_03_04]
2. Reação social relativamente ao perpetrador	O perpetrador como um homem pacato [CM2005_05_33] O perpetrador como um homem com <i>mau feitio</i> [CM2003_12_27] <i>São horas do diabo</i> [CM2008_07_17]
3. Reação social relativamente ao casal	Parecia que não havia ali ninguém [P2002_05_05] Problemas há em todas as casas. [CM2000_08_17] Era uma tragédia anunciada [CM2013_02_01]
4. Reação social relativamente ao motivo do crime	Foram os ciúmes doentios [CM2000_06_11] A não aceitação da separação

Destaque para a polarização na caracterização da vítima, entre a *mulher sofrida* e a *mulher arisca*. À primeira, exalta-se a dedicação à família, razão pela qual se mantém na relação abusiva e, frequentemente, não reporta o crime às autoridades, sendo retratada como mártir – *Ela era um anjo, a força desta família que agora perdeu o rumo. Ele já a ameaçava matar há mais de 20 anos e agora roubou-nos o nosso pilar* [CM2013_07_22]. A categoria *mulher arisca*, caracteriza a vítima de femicídio como insubordinada, contrariando o estereótipo da vítima passiva. Neste sentido, Capezza e Arriaga (2008) mostraram que a culpabilização das vítimas é superior quando as mulheres não cumprem o imaginário de género (e.g., empresárias), comparativamente às consideradas mulheres tradicionais (e.g., donas de casa e mães), sendo as primeiras percebidas como mais frias e insensíveis às questões domésticas, e como tal, mais culpáveis. No que diz respeito ao feticida, destaque para a tendência da associação do crime à psicopatologia, regularmente com o *diagnóstico* efetuado pelas próprias comunidades e amplificado pelos *media*, que retratam o feticida como um homem transtornado que agiu sob impulso à luz da passionalidade – *São horas do diabo* [CM2008_07_17], ou o feticida como *um homem com mau feitio*, retratado como uma pessoa conflituosa e desconfiada, reconhecido como pessoa agressora na intimidade, porém com atribuição a características individuais, como a *ruindade* e *maus instintos* – *Tem a ruindade com ele! Deixava-a toda negrinha.* [P2005_11_22].

A naturalização da violência, por parte das comunidades a que vítima e perpetrador pertenciam, foi por demais evidente na análise das reações sociais relativamente ao casal. Enquanto a alguns casais não lhes era associado histórico de violência na intimidade, aludindo-se à normalidade do casal, adensando a inexplicabilidade do crime – *Parecia que não havia ninguém naquela casa* [P2002_05_05], noutros casos, todos/as têm conhecimento do repertório abusivo, minimizam-no, associando-o à esfera privada – *Problemas existem em todas as casas* [CM2000_08_17]. Ainda a permissividade e complacência da comunidade, faz com que o femicídio seja *uma tragédia anunciada* [CM2013_02_01]. Aqui, a comunidade percebe a gravidade da situação, tanto que antevê o seu desfecho, porém mantém-se como observadora. Esta legitimação da violência apresenta-se também como um dos objetivos prioritários da ENIND.

O motivo do crime é frequentemente destrinchado entre as reações sociais, especialmente as mais imediatas e em local próximo da ocorrência, todavia a comunidade é perentória em apontar os ciúmes do perpetrador como gatilho do crime, exaltando-se a possessividade em relação à vítima, independentemente de o casal se encontrar

junto ou separado, oscilando entre os *ciúmes doentios* [CM2000_06_11], que retratam um estado conturbado e impulsivo do femicida, numa mostra da intensidade dos seus sentimentos e a não aceitação da separação, associados ao despeito e à honra.

A partir desta análise, muito embora o processo evolutivo de desocultação do fenómeno seja positivo, progride a uma cadência que não é a necessária. Os *media* deverão aliar-se de unânime e integralmente como ferramenta de informação, contextualização, cabais para a consciencialização cívica e transformação social.

Reflexões finais

A análise das narrativas mediáticas permitiu confirmar que os jornais diários analisados se distinguem, claramente, na forma e no conteúdo. Ainda assim as diferenças foram-se acentuando ao longo das duas décadas, especialmente a partir de 2009, sem que possamos traçar uma causalidade com a Lei 112 de 16/09, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção às vítimas. Até então, tanto o CM como o P, assentavam a construção noticiosa sobre o femicídio na intimidade num estilo policial, com dimensões reduzidas, poucas imagens e utilização de narrativas simplistas, com recurso a linguagem técnica (e.g., alegadamente, suspeito), cingida aos (poucos) factos, especificamente no que diz respeito à existência de denúncia formal.

A partir de 2010 verifica-se no P um aumento gradual da dimensão das peças noticiosas e um investimento na alocação dos/as redatores/as especialistas à temática da violência de género. Embora se perceba que a publicação dos crimes não é exaustiva, as narrativas gradualmente adotam uma abordagem informativa, contextualizada e sancionatória do crime, destacando não só a perpetração do crime *per se* ou exploração dos/as protagonistas, antes as consequências legais do crime e evidências empíricas. Tais estratégias assemelham-se a um enquadramento temático, considerando a atualidade da temática, contextualização e as consequências, apresentando-se como um retrato informativo, facilitando a literacia mediática (Feezell et al., 2019; Iyengar, 1991).

No que ao CM diz respeito, este diário foi também, e gradualmente, dando maior visibilidade ao crime, atribuindo-lhe maior centralidade nas páginas do jornal, passando dos cadernos regionais para os cadernos centrais. Ainda atribuindo maiores dimensões às notícias, geralmente com mais do que uma imagem, por norma do local do crime, imagens da vítima já cadáver e a operação que lhe assiste, ainda imagens da vítima e/ou de pessoas da comunidade, quando interpeladas para um relato pós-crime, frequentemente emotivo. As narrativas são longas e descritivas, explorando características pessoais e/ou familiares e relacionais dos/as protagonistas, que secundarizam o crime, frequentemente pontuadas por discursos diretos de membros da comunidade que remetem para a desresponsabilização do femicida, associando-lhe *loucura* ou *ciúmes doentios*, como motivação do crime. Tais estratégias encontram-se alinhadas com um enquadramento episódico, característico de um tipo de jornalismo sensacionalista, que privilegia o imediatismo, recorrendo regularmente à criação de narrativas paralelas para captação de audiência com conteúdo acessório (Gillespie et al., 2013; Richards et al., 2014).

Com a entrada em vigor da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (CE, 2011), Portugal está obrigado a adotar um conjunto vasto de medidas que contrarie a cristalização de estereótipos de género também no que aos *media* diz respeito. Todavia assiste-se a uma realidade mediática polarizada, por um lado alimentando uma cultura de desresponsabilização e impunidade do perpetrador, que age por impulso tomado pela *passionalidade*, frequentemente validado pelas comunidades, o que promove a culpabilização e desempoderamento das vítimas, podendo inclusivamente engrossar o potencial mimético e constranger a denúncia. Por outro lado, e num esforço de informação, diversidade e rigor, operam-se as narrativas sobre o crime como ferramenta de capacitação e consciencialização pública sobre o fenómeno.

No cômputo geral, quer por razões económicas ou editoriais, a seleção e construção noticiosa sobre o femicídio é permeada por resistências de alguns grupos de comunicação em materializar o estatuto do/a jornalista e o Código Deontológico que lhe assiste, sublinhando-se a necessidade de uma atividade mais robusta por parte da Entidade Reguladora para a Comunicação, tal como prevista no Artigo 17.º da Convenção de Istambul (2011).

Referências bibliográficas

- Campos, C. H. (2015). Femicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. *Sistema Penal & Violência*, 7(1), 103–115. <https://doi.org/10.15448/2177-6784.2015.1.20275>
- Capezza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). Factors associated with acceptance of psychological aggression against women. *Violence against women*, 14(6), 612–633. <https://doi.org/10.1177/1077801208319004>
- Carlyle, K., Scarduzio, J., & Slater, M. (2014). Media portrayals of female perpetrators of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(13), 2394–2417. <https://dx.doi.org/10.1177/0886260513520231>
- Carlyle, K., Slater, M., & Chakroff, J. (2008). Newspaper coverage of intimate partner violence: skewing representations of risk. *Journal of Communication*, 58(1), 168–186. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2007.00379.x>
- Cerqueira, C. & Gomes, S. (2017). Violência de género nos media: Percurso, dilemas e desafios. In S. Neves & D. Costa (Coords.), *Violências de Género* (pp. 217–238). CIEG-ISCSJP/ULisboa.
- Coimbra, A. (2007). *Crónicas de morte anunciadas – violência doméstica, imprensa e questões de género em articulação com a educação na cidadania* [Tese de Mestrado não publicada]. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23379/2/29785.pdf>
- Correia, A., Neves, S. & Cerqueira, C. (2020). O femicídio na intimidade e os media: serão estes parte do problema ou da solução? In S. Neves, (Coord.), *Violências de Género na Intimidade* (pp. 209–230). Edições ISMAI.
- Direção Geral da Política e Justiça (DGPJ) (2019). *Principais indicadores das Estatísticas da Justiça*. Ministério da Justiça. <https://dgpj.justica.gov.pt/Noticias-da-DGPJ/Estatisticas-da-Justica-2019>
- Dobash, R., Dobash, E., Cavanagh, K., & Lewis, R. (2004). Not an ordinary killer, Just an ordinary guy: When men murder an intimate woman partner. *Violence Against Women*, 10(6), 577–605. <https://doi.org/10.1177/1077801204265015>

- Dutton, D.G., Kropp, P.R. (2000). A review of domestic violence risk instruments. *Trauma, Violence, & Abuse*, 1(2), 171–181. <https://doi.org/10.1177/152483800000100200>
- Enne, A. L. (2007). O sensacionalismo como processo cultural. *Revista Pos Eco*, 10(2), 70–84. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v10i2.1018>
- Fairbairn, J., & Dawson, M. (2013). Canadian news coverage of intimate partner homicide: Analyzing changes over time. *Feminist Criminology*, 8(3), 147–176. <https://doi.org/10.1177/1557085113480824>
- Helfgott, J. B. (2015). Criminal behavior and the copycat effect: Literature review and theoretical framework for empirical investigation. *Aggression and Violent Behavior*, 22, 46–64. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.02.002>
- Iyengar, S. (1991). *American politics and political economy series. Is anyone responsible? How television frames political issues*. University of Chicago Press.
- Meyers, M. (1997). *News coverage of violence against women: Engendering blame*. SAGE Publications, Inc.
- Neves, S. & Brasil, E. (2018). *A intervenção junto de mulheres vítimas de violência na intimidade em Portugal: Percursos, paradigmas, práticas e desafios. Violência Doméstica e de Género: Uma Abordagem Disciplinar*. Editora Pactor.
- Neves, S., Gomes, S. & Martins, D. (2016). Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade: análise de um jornal popular português. *Revista ex æquo*, 34, 77–92. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.06>
- Niederkrotenthaler, T., Voracek, M., Herberth, A., Till, B., Strauss, M., Etzersdorfer, E., Eisenwort, B. & Sonneck, G. (2010). Role of media reports in completed and prevented suicide: Werther v. Papageno effects. *The British Journal of Psychiatry*, 197(3), 234–243. <https://doi.org/10.1192/bjp.bp.109.074633>
- Oliveira, L. T. & Carvalho, A. (2012). O “framing” na construção social de sentido do risco e da incerteza na ciência. *Revista Comunicando*, 1(1), 188–204.
- Polícia Judiciária (2020). *Homicídios nas relações de intimidade – Estudo dos inquéritos investigados pela Polícia Judiciária (2014–2019)*. Ministério da Justiça. <https://www.policiajudiciaria.pt/homicidios-nas-relacoes-de-intimidade-estudo-dos-inqueritos-investigados-pela-policia-judiciaria-2014-2019/>
- Radford, J. & Russell, D. (1992). *Femicide: The politics of woman killing*. Twayne/Gale Group.
- Richards, T., Gillespie, L. K., & Givens, E. (2014). Reporting femicide-suicide in the news: The current utilization of suicide reporting guidelines and recommendations for the future. *Journal of Family Violence*, 29(4), 453–463. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9590-9>
- Rothberg, D., & Valença, A. S. (2014). Comunicação Pública para a Cidadania no Avanço das Redes Sociais Oficiais. *Interamericana de Comunicação Midiática*, 13(26). <https://doi.org/10.5902/2175497711044>
- Silveirinha, M. J. (2006). Obliterando o “político”: o “pessoal” no espaço público mediatizado. *Revista ex æquo*, 14, 67–92. <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/obliterando-o-politico>
- Simões, R. (2008). *A violência contra as mulheres nos media - Lutas de género no discurso das notícias (1975–2002)*. Coimbra Editora.
- Sistema de Segurança Interna (SSI) (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna 2010*. Portugal. https://www.parlamento.pt/Documents/XIILEG/RASI_%202010.pdf
- Smith, A.L., Bond, C.E.W., & Jeffries, S. (2019). Media discourses of intimate partner violence in Queensland newspapers. *Journal of Sociology*, 55(3), 571–586. <https://doi.org/10.1177/1440783319837612>

- Stöckl, H., Devries, K., Rotstein, A., Abrahams, N., Campbell, J., Watts, C., & Garcia- Moreno, C. (2013). The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. *The Lancet*, 382(9895), 859–865. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)61030-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)61030-2)
- Taylor, R. (2009). Slain and slandered: A content analysis of the portrayal of femicide in crime news. *Homicide Studies*, 13(1), 21–49. <https://doi.org/10.1177/1088767908326679>
- Torreçilla, J.L., Quijano-Sánchez, L., Liberatore, F., López-Ossorio, J. J. & González-Álvarez, J.L. (2019). Evolution and study of a copycat effect in intimate partner homicides: A lesson from Spanish femicides. *PLoS ONE*, 14(6). <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0224840>
- União de Mulheres Alternativa e Repostas (UMAR) (2020). *Observatório das Mulheres Assassinas – Dados 2019*. UMAR
http://www.umarfeminismos.org/images/OMA_Relatorio_Final2019_FINAL.pdf
- United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) (2019). Global study on homicide: Gender-related killing of women and girls. Vienna: Division for Policy Analysis and Public Affairs. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf

Notas biográficas

Ariana Pinto Correia é doutorada em Psicologia na Universidade do Porto, tendo integrado como investigadora, colaboradora ou coordenadora, equipas de projetos de investigação sobre violência de género.

Ciência ID: F315-1250-DC0B

Morada institucional: Universidade da Maia, Avenida Carlos de Oliveira Campos, Castelo da Maia / 4475-690 Maia

Sofia Neves é doutorada em Psicologia, Professora Associada na Universidade da Maia (ISMAI) e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG – ISCSP/ ULisboa).

Ciência ID: F316-59A3-F991

Morada institucional: Universidade da Maia, Avenida Carlos de Oliveira Campos, Castelo da Maia / 4475-690 Maia

How to cite:

Correia, A. P., Neves, S. (2021). Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade em Portugal. *Revista Média & Jornalismo*, 21(39), 229–245. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_12

Submetido | Received: 2021.02.28

Aceite | Accepted: 2021.09.23

(Página deixada propositadamente em branco)

Números de Revistas Media & Jornalismo publicadas

Revista Media & Jornalismo
V. 1, N. 1 – Outono 2002

Revista Media & Jornalismo
N.2, Ano 2 – Primavera/Verão 2003

Jornalismo em tempo de Guerra
N.3, Ano 2 – Outono/Inverno 2003

Media e Desporto
N.4, Ano 3 – Primavera/Verão 2004

As mulheres e os *media*
N.5, Ano 3 – Outono/Inverno 2004

Investigação e Globalização
N.6, Ano 4 – Primavera/Verão 2005

Comunicação e Política
N.7, Ano 4 – Outono/Inverno 2005

Imagens da Diferença
N.8, Ano 5 – Primavera/Verão 2006

O jornalismo e a História
N.9, Ano 5 – Outono/Inverno 2006

Jornalismo e Actos da Democracia
N.10, Ano 6 – Primavera/Verão 2007

Crianças e *Media*: Pesquisas e Práticas
N.11, Ano 6 – Outono/Inverno 2007

Estudos de Teatro e Censura - Portugal-Brasil
N.12, Ano 7 – Primavera/Verão 2008

Um Século de Ensino do Jornalismo
N.13, Ano 8 – Outono/Inverno 2008

A Europa e os *Media*
N.14, Vol.8 N.1 – Primavera/Verão 2009

Género, *Media*, Espaço Público
N.15, Vol.8, N.2 – Outono/Inverno 2009

Organização: Maria João Silveirinha / Colaboração editorial: Marisa Torres da Silva

Domesticções na Era dos Self *Media*
N.16, Vol.9, N.1 – Primavera/Verão 2010

Organização: Anabela Sousa Lopes / Colaboração editorial: Maria José Mata

Media, Jornalismo e Democracia
N.17, Vol.9, N.2 – Outono/Inverno 2010

Organização editorial: Nelson Traquina
Digital divides / Fracturas digitais
N.18, Vol.10, N.1 – Primavera/Verão 2011
Organização editorial: João Pissarra Esteves

Inclusão e Participação Digital. Olhares sobre a sociedade portuguesa
N.19, Vol.10, N.2 – Outono/Inverno 2011
Organização editorial: Cristina Ponte e José Azevedo

Imagens e Jornalismo
N.20, Vol.11, N.1 – Primavera/Verão 2012
Organização editorial: Maria José Mata / Colaboração editorial: Anabela Sousa Lopes

Política no Feminino
N.21, Vol.11, N.2 – Junho 2012
Organização editorial: Ana Cabrera / Colaboração editorial: Carla Baptista

Crise, memória e esquecimento
N.22, Vol.12, N.1 – Primavera/Verão 2013
Organização editorial: Francisco Rui Cádima, Nelson Traquina e Marisa Torres da Silva

Repressão vs Expressão: Censura às artes e aos periódicos
N.23, Vol.12, N.1 – Outono/Inverno 2013
Organização: Ana Cabrera / Apoio editorial: Patrícia Contreiras e Cláudia Henriques

Rádio: Contextos e linguagens
N.24, Vol.13, N.1 – Primavera /Verão 2014
Organização editorial: Luís Bonixe

Da Cidade do México à Aldeia Transnacional -
Novas e velhas desigualdades comunicacionais de género
N.25, Vol.14, N.2 – Outono/Inverno 2014
Organização editorial: Maria João Silveirinha

Corrupção Política, *Media* e Democracia
N.26, Vol.14, N.1 – 2015
Organização editorial: Isabel Ferin Cunha e Estrela Serrano

Educação para os *Media* na Era Digital
N.27, Vol.15, N.2 –2015
Organização editorial: Ana Jorge, Maria José Brites e Sílvio Correia Santos

Cidadania e Democracia na Era Digital
Número Especial Dezembro 2015
Organização editorial: Teresa Mendes Flores e Marisa Torres da Silva

A dimensão laboratorial do ensino do jornalismo
N.28, Vol.16, N.1 – 2016
Organização editorial: Pedro Coelho e António Granado

Média e Colonialismo(s)
N.29, Vol.16, N.2 –2016
Organização editorial: Teresa Mendes Flores e Ana Cabrera

Mulheres e *Media*: Implicações Multidimensionais
N.30, Vol.17, N.1 – 2017

Organização editorial: Maria João Silveirinha
Media e Diversidade

N.º 31, Vol.17, N.2 – 2017

Organização editorial: Francisco Rui Cádima e Marisa Torres da Silva

Ética Jornalística para o Século XXI: Novos Desafios, Velhos Problemas
N.º 32 Vol. 18, N.º 1 – 2018

Organização editorial: Carla Baptista e Alberto Arons de Carvalho

Comunicação Estratégica Institucional e Organizacional
N.º 33 Vol. 18, N.º 2 – 2018

Organização editorial: Estrela Serrano e Ana Margarida Barreto

Publicidade: teorias, métodos e práticas
N.º 34 Vol. 19, N.º 1 – 2019

Organização editorial: Ivone Ferreira

Os Média no Portugal Contemporâneo
N.º 35 Vol. 19, N.º 2 – 2019

Organização editorial: Cláudia Henriques, Pedro Marques Gomes, Sílvia Marques Torres

Inovação nos *media* e indústrias criativas limítrofes
N.º 36 Vol. 20, N.º 1 – 2020

Organização editorial: António Granado, Dora Santos Silva, Paulo Nuno Vicente

O ensino e o estudo dos *media* e de jornalismo – tributo a Nelson Traquina
N.º 37 Vol. 20, N.º 2 – 2020

Organização editorial: Marisa Torres da Silva, Carla Baptista, Francisco Rui Cádima

Hibridismo nos *media*: novos géneros e formatos jornalísticos
N.º 38 Vol. 21, N.º 1 – 2021

Organização editorial: António Granado, Dora Santos Silva

Edição online em:

http://cicdigitalpolo.fcsh.unl.pt/pt/rmj_arquivo/ e
<http://impactum-journals.uc.pt/index.php/mj/index>

ARTIGOS

REIVINDICAÇÕES DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO: UMA LEITURA DAS CONCLUSÕES DOS QUATRO CONGRESSOS DOS JORNALISTAS PORTUGUESES | JOÃO MIRANDA

ARTUR PORTELA (FILHO) E AS MARCAS DE UMA IRREVERÊNCIA ÚNICA NO JORNAL NOVO E NA OPÇÃO | CARLA RODRIGUES CARDOSO E PEDRO MARQUES GOMES

COVID-19: UMA PANDEMIA QUE RECONFIGURA O JORNALISMO? | FELISBELA LOPES, CLARA ALMEIDA SANTOS, ANA TERESA PEIXINHO, OLGA ESTRELA MAGALHÃES E RITA ARAÚJO

ALMANAQUE (1959–1961): ENTRE A SÁTIRA E A CRÍTICA SOCIAL NO PORTUGAL DE SALAZAR | JOSÉ GUILHERME VICTORINO

MUNDO DO JORNALISMO E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UM OLHAR SOBRE O JORNALISMO DOS ANOS 1980 NO BRASIL | MARIALVA BARBOSA

UMA HISTÓRIA FEITA A MANU MILITARI? A SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA, A GUERRA PSICOLÓGICA, O CIESPAL E A ÁREA ACADÊMICA NA AMÉRICA LATINA | EDUARDO MEDITSCH

INFOGRAFIA DIGITAL: O GÊNERO JORNALÍSTICO QUE EMERGIU DO TRAUMA PARA PRENUNCIAR O RUMO DE UMA NOVA CULTURA VISUAL MEDIÁTICA | ASSUNÇÃO GONÇALVES DUARTE

O ACESSO AOS JORNAIS HISTÓRICOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DIGITALIZADAS | OLÍVIA PESTANA

LEITURAS DO JORNALISMO IMPRESSO NO ROMANCE ANO DA MORTE DE RICARDO REIS DE JOSÉ SARAMAGO | JOSÉ CÂNDIDO OLIVEIRA MARTINS

JORNALISMO E MEMÓRIAS EM 360.º. O CASO DO THE DAILY 360: GENOCIDE LEGACY | ISABELLA GONÇALVES E CARLA PROCÓPIO

DIÁLOGOS POSSÍVEIS COM CLARICE LISPECTOR: UM OLHAR INCLUSIVO DA HISTORIOGRAFIA AO JORNALISMO BRASILEIRO | PAULA MELANI ROCHA E MURIEL EMÍDIO PESSOA DO AMARAL

VARIA

NARRATIVAS MEDIÁTICAS SOBRE O FEMICÍDIO NA INTIMIDADE EM PORTUGAL | ARIANA PINTO CORREIA E SOFIA NEVES

Revista do ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA
Media e Jornalismo

Media&Jornalismo

REDE
TIC e Sociedade



FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



NOVA

INSTITUTO
DE COMUNICAÇÃO
DA NOVA



1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA